



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
(PPGSP)

VÍCTOR DALTOÉ DOS ANJOS

YVES LACOSTE: LINHAGENS DO TERCEIRO MUNDO
COMO REPRESENTAÇÃO GEOPOLÍTICA

Florianópolis

2022

VÍCTOR DALTOÉ DOS ANJOS

**YVES LACOSTE: LINHAGENS DO TERCEIRO MUNDO
COMO REPRESENTAÇÃO GEOPOLÍTICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bahia Losso

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Virgilino da Silva

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Anjos, Víctor Daltoé dos
Yves Lacoste : linhagens do Terceiro Mundo como
representação geopolítica / Víctor Daltoé dos Anjos ;
orientador, Tiago Bahia Losso, coorientador, Ricardo
Virgilino da Silva, 2022.
210 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Geografia Política.
3. Terceiro Mundo. 4. Terceiro-mundismo. 5. Geopolítica. I.
Losso, Tiago Bahia. II. Silva, Ricardo Virgilino da. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Sociologia e Ciência Política. IV. Título.

Víctor Daltoé dos Anjos

**YVES LACOSTE: LINHAGENS DO TERCEIRO MUNDO COMO
REPRESENTAÇÃO GEOPOLÍTICA**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcos Alves Valente

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso

Orientador

Florianópolis, 2022.

*“A cidade está no homem
quase como a árvore voa
no pássaro que a deixa”*

GULLAR, Ferreira, *Poema Sujo*, Buenos Aires, maio-outubro, 1975.

RESUMO

Resumo: A presente pesquisa está voltada para a análise de como a obra *Unité et diversité du tiers monde* (1980a, b, c), do geógrafo francês Yves Lacoste, expressa a trajetória das relações entre o conhecimento geográfico e o conceito de Terceiro Mundo entre as décadas de 1950 e 1970. A investigação ocorre a partir da abordagem do contextualismo linguístico ligado à Escola de Cambridge, visando rastrear quais diálogos foram significativos para que o autor sobredito transitasse dos estudos sobre o subdesenvolvimento para a crítica do terceiro-mundismo. Em um primeiro trecho, é abordado o surgimento da ideia de Terceiro Mundo, assim como sua deriva no sentido da preocupação de geógrafos como Yves Lacoste, nos anos 1950 e 1960. Posteriormente, trata-se do ressurgimento de uma proposta de geografia política, no seio da revista *Hérodote*, a partir de 1976, e a emergência da crítica a rótulos geográficos marcantes, como o próprio Terceiro Mundo. Por último, são discutidos os estudos de caso presentes em *Unité et diversité du tiers monde* (1980), sobre o ex-Alto Volta, o Vietnã, Cuba e Argélia, buscando investigar como permitiram a Lacoste observar os contornos da relação entre o território e o poder.

Palavras-chave: Geografia Política; Terceiro Mundo; Terceiro-mundismo.

ABSTRACT

Abstract: The present research is focused on the analysis of how the work *Unité et diversité du tiers monde* (1980a,b,c), by the french geographer Yves Lacoste, expresses the trajectory of the relations between geographic knowledge and the concept of the Third World between the decades from the 1950s and 1970s. The investigation takes place from the approach of linguistic contextualism linked to the Cambridge School, aiming to pursue which dialogues were significant for the aforementioned author to move from studies on underdevelopment to the critique of third-worldism. In a first section, the emergence of the idea of the Third World is discussed, as well as its drift towards the concern of geographers such as Yves Lacoste, in the 1950s and 1960s. Subsequently, it deals with the resurgence of a proposal of political geography, within the *Hérodote* journal, from 1976, and the emergence of criticism of memorable geographical labels, such as the Third World itself. Finally, the case studies present in *Unité et diversité du tiers monde* (1980) on the former Upper Volta, Vietnam, Cuba and Algeria are discussed, seeking to investigate how they allowed Lacoste to observe the contours of the relationship between territory and the power.

Key words: Political Geography; Third-World; Third-Worldism.

RÉSUMÉ

Résumé: La présente recherche porte sur l'analyse de la façon dont l'ouvrage *Unité et diversité du tiers monde* (1980a,b,c), du géographe français Yves Lacoste, exprime la trajectoire des relations entre les savoirs géographiques et le concept de Tiers-Monde entre les décennies des années 1950 et 1970. L'enquête se déroule à partir de l'approche du contextualisme linguistique lié à l'école de Cambridge, visant à repérer quels dialogues ont été significatifs pour que l'auteur susmentionné passe des études sur le sous-développement à la critique du tiers-mondisme. Dans une première section, l'émergence de l'idée de Tiers-Monde est abordée, ainsi que sa dérive vers la préoccupation de géographes comme Yves Lacoste, dans les années 1950 et 1960. Par la suite, il traite de la résurgence d'une proposition de géographie politique, au sein de la revue *Hérodote*, à partir de 1976, et de l'émergence d'une critique des représentations géographiques marquantes, comme le Tiers-Monde lui-même. Enfin, les études de cas présentes dans *Unité et diversité du tiers monde* (1980) sur l'ex-Haute-Volta, le Vietnam, Cuba et l'Algérie sont discutées, cherchant à interroger comment elles ont permis à Lacoste d'observer les contours du rapport entre territoire et pouvoir.

Mots-clés: Géographie Politique; Tiers-Monde; Tiers-mondisme.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.....	26
Figura 2.....	31
Figura 3.....	33
Figura 4.....	34
Figura 5.....	36
Figura 6.....	37
Figura 7.....	42
Figura 8.....	44
Figura 9.....	47
Figura 10.....	72
Figura 11.....	82
Figura 12.....	82
Figura 13.....	94
Figura 14.....	95
Figura 15.....	124
Figura 16.....	125
Figura 17.....	126
Figura 18.....	132
Figura 19.....	140
Figura 20.....	142
Figura 21.....	143
Figura 22.....	153
Figura 23.....	154
Figura 24.....	161
Figura 25.....	163
Figura 26.....	164
Figura 27.....	173
Figura 28.....	177

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: GEOGRAFIA E TERCEIRO MUNDO.....	21
1.1. O que é o Terceiro Mundo?.....	22
1.2. Imagens de um mundo dividido.....	41
1.3. Maghreb: nações e subdesenvolvimento.....	49
1.4. Linhagens da geografia do subdesenvolvimento.....	59
CAPÍTULO 2: TERCEIRO-MUNDISMO E GEOPOLÍTICA.....	70
2.1. Unidade e diversidade: o problema da escala.....	71
2.2. Hérodote: uma nova escola de geopolítica.....	81
2.3. Terceiro-mundismo: o Prometeu global.....	95
2.4. América Latina: o Ocidente do Terceiro Mundo.....	111
CAPÍTULO 3: TERCEIRO MUNDO: REPRESENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS.....	120
3.1. Alto Volta: vales desertos na África Tropical.....	121
3.2. Vietnã: um geógrafo na Ásia das monções.....	137
3.3. Cuba: revolução e geografismos.....	156
3.4. Argélia: a Grande Cabília revisitada.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194

INTRODUÇÃO

“Pode explicar esse silêncio que te caracteriza por uma boa parte?”. É essa interrogação que o geógrafo francês Yves Lacoste dirige ao intelectual brasileiro Milton Santos em uma entrevista realizada em junho de 1977¹. No centro da controvérsia: a ausência da “relação entre o geógrafo e a política” numa célebre obra do último, intitulada *O trabalho do geógrafo nos países subdesenvolvidos*². Milton Santos responde que abordar a política mais diretamente seria um choque para a universidade da época, e não era por menos: a abordagem sobre a dimensão política do espaço estava proscrita na geografia francesa, em um arco que ia da tradição vidaliana aos marxistas.

A geografia política nasceu com a *Politische Geographie* (1897) de Friedrich Ratzel, cuja obra é um “momento epistemológico”, nas palavras de Claude Raffestin ([1980] 1993, p. 12). Segundo Moraes (1990, p. 8), “[t]emas como o do Estado, das relações internacionais, das fronteiras ou da guerra, entre outros, estão no centro de suas considerações”. A busca ratzeliana de “fundamentar espacialmente as decisões” da elite política, com um *geographischer Sinn* (sentido geográfico) faz com que Magnoli (1997, p. 8) o associe aos clássicos do campo da filosofia, teoria e ciência políticas, como Tocqueville, Montesquieu, Bodin e Maquiavel³.

Na Alemanha, o caráter acadêmico da geografia política oriunda de Ratzel foi contestado pelos defensores de uma nova *Geopolitik*, com grande participação de professores escolares de geografia na sua difusão. O cientista político sueco Rudolf Kjellen cunhou o termo “geopolítica” no alvorecer do século XX, embebido na defesa do pangermanismo e enquadrando o Estado como um “organismo geográfico”. O epítome da nova tendência foi o “general-geógrafo” Karl Haushofer, com forte influência sobre o periódico *Zeitschrift für Geopolitik*, publicado entre 1924 e 1944, e poroso à influência

¹ Tradução de “Peux-tu alors expliquer ce silence qui te caractérise pour une bonne part?” (LACOSTE, 1979, p. 96). A entrevista foi publicada, com um posfácio de dezembro de 1979, no nº 17 da revista *Hérodote*, que pode ser acessado através do seguinte link, do Portal Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5622743s?rk=64378;0>. Salvo quando indicado, as traduções no presente trabalho são realizadas pelo autor.

² A obra foi publicada originalmente em francês, com o seguinte título: *Le métier du géographe en pays sous-développés*, pela editora Ophrys, em 1971. No Brasil, a tradução, publicada pela editora Hucitec em 1978, modificou levemente o título, colocando-o como *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Musset (2009, p. 88) aponta que Yves Lacoste e Milton Santos se destacam como intelectuais que atrelaram o debate sobre o subdesenvolvimento ao território.

³ Moraes (1990, p. 7) afirma que a obra de Friedrich Ratzel “contém a primeira proposta explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos”. Bertha Becker (1988, p. 100) afirma que “a herança de Ratzel, embora por alguns exacerbada, foi, em geral, negada pelos geógrafos que, ao recusarem sua concepção determinista, negaram também a sua riqueza teórica”.

do nazismo. Ao fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), nas palavras de Michel Korinman (1990, p. 327), ocorreu a “institucionalização de um tabu”, dos dois lados do Atlântico, enquanto a geopolítica era proscrita sob o stalinismo na União Soviética.

Em *A Geografia a serviço da política* (1955, p. 42), Aroldo de Azevedo deixa claro desde o início o seu “receio” em relação à temática, por conta de suas repercussões políticas perigosas:

Explicação necessária. – Ao escolher como tema deste artigo as relações entre a Geografia e a Ciência Política – cumpre desde logo esclarecer – não pretendo demonstrar simpatias ou preferências pelo assunto. Muito pelo contrário, não me sinto inteiramente à vontade dentro dele: chego, mesmo, abordá-lo com certo receio e indisfarçável constrangimento [...]. (AZEVEDO, 1955, p. 42)⁴.

A reação da escola francesa de geografia à herança deixada por Friedrich Ratzel oscilou da adaptação, na virada para o século XX, à proscrição, no segundo pós-guerra. Segundo Costa (2013, p. 43-44), a geografia política da França do entre-guerras, com Camille Vallaux, Jacques Ancel e Albert Demangeon, se baseava completamente nos postulados formulados por Ratzel, seja para negá-los ou reafirmá-los. Simultaneamente, como destaca Berdoulay ([2008] 2017, p. 14), havia a fuga para os estudos regionais, que também possuíam objetivos políticos de fundo:

Em particular, Vidal de la Blache, seu amigo Foncin e seu estudante Gallois (pertencentes todos à *Fédération Régionaliste Française*) trabalhavam sobre o problema da identificação e da delimitação das regiões, cuja diversidade cultural deveria ser preservada para contrabalançar a influência uniformizadora da centralização parisiense e reforçar todas as energias potenciais da França contra a Alemanha” (BERDOULAY, 2017, p. 14).

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980c, p. 107-108), Yves Lacoste afirma que a tradição vidaliana buscava desenhar regiões singulares, condensando “gêneros de vida” impregnados harmonicamente ao território. Ao fim, a nação era tratada como uma unidade orgânica resultante da soma de suas partes, forjando o “corpo da pátria”, enquanto a geografia escolar servia para disseminar essa representação.

Proscrita na França, a geopolítica continuou se desenvolvendo na estufa das forças armadas sul-americanas, notadamente no Cone-Sul do continente, como na obra de Golbery do Couto e Silva, integrante de governos diversos no rodízio de generais da

⁴ Logo depois, Azevedo discorre sobre os principais clássicos do campo sobredito, começando por Friedrich Ratzel, passando por Camille Vallaux, Jacques Ancel, Jean Brunhes, Alberto Demangeon, até chegar aos alemães Arthur Dix, Karl Haushofer e também os americanos Derwent Whittlesey e Hans Weigert. Entretanto, quando discorre sobre a geopolítica haushoferiana, vinculada ao nazismo, o autor que Azevedo (1955, p.46) coloca como inspiração mais direta de Haushofer é o inglês Halford Mackinder, e não qualquer geógrafo alemão. O sociólogo Raymond Aron coloca em relevo o mesmo diagnóstico ([1962] 2018).

ditadura militar brasileira (1964-1985). Na Argentina, a difusão da imagem do território “tríplice” – sul-americano, antártico e insular – chegou aos livros escolares, assinalando o mapa do país com um “Mar Argentino”, enquanto os militares brasileiros inventavam uma “Amazônia Azul”. No Chile, um outro “general-geógrafo”, o ditador Augusto Pinochet, chegou ao poder através de um golpe militar, em 1973. O arsenal teórico da geopolítica no continente justificava novas ondas de colonização interna, em nome da integração nacional, além do expansionismo externo, tornando choques inevitáveis: em 1978, Buenos Aires e Santiago estiveram à beira da guerra.

Armando Corrêa da Silva (1984, p. 103) destaca que a vulgarização das ideias oriundas de Ratzel sobre as relações entre Estado, território e sociedade ocorreu em diversas escolas nacionais de geografia. O alemão Arthur Dix, o americano Derwent Whittlesey e o francês Jean Gottmann⁵, por exemplo, simplificaram os postulados de Ratzel em determinismos simplistas ou apenas reafirmaram asserções do teórico alemão como se fossem de sua contribuição:

A Geografia Política nasce, então, desde logo, como ideologia e como ciência e carregará esta contradição até o presente. [...] Aqueles que desenvolveram a Geografia Política após Ratzel tenderam a acentuar suas noções de modo unilateral, fazendo desaparecer a visão de conjunto que possuía, em particular eliminando suas considerações sobre sociedade. (SILVA, p. 104)⁶.

A geografia física fornecia outra válvula de escape em relação à dimensão política do território. O geógrafo Emanuel De Martonne, por exemplo, integrou a demarcação dos novos limites da Europa Central, após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), participando da remodelagem política da Europa Centro-Oriental pelo princípio wilsoniano da autodeterminação nacional. Contudo, depois de servir como conselheiro de Georges Clemenceau na Conferência de Paz de Paris (1919), orientou-se pela concentração nas

⁵ Os autores teriam publicado suas principais obras no campo da geografia política nos anos de 1929, 1948 e 1952, respectivamente.

⁶ Sobre Friedrich Ratzel, Luciana Martins (1992, p. 108) afirma que “[a] pesar da inquestionável importância como intelectual [...], a contribuição de sua obra para a geografia permanece ainda muito pouco explorada. Na verdade, até recentemente Ratzel era uma figura enigmática, esquecida. As razões desse silêncio relacionam-se a seus intérpretes que, após sua morte, não se preocuparam em distinguir o que era deles do que era de Ratzel. Ao selecionar as ideias do mestre, não foram capazes de evidenciar o interesse que informava a seleção realizada, fazendo com que se perpetrasse uma imagem equivocada de sua obra”. Jörn Seemann (2012, p. 1) afirma que “[p]or um lado, a tradução seletiva e parcial da obra de Ratzel para outras línguas resultou em interpretações errôneas e citações fora do contexto. Poucas publicações da vasta produção ratzeliana foram traduzidas para outras línguas - talvez devido à dificuldade de realizar traduções adequadas e corretas dos textos originais em alemão”. Quanto à imagem do “Ratzel determinista”, Seemann (idem, p. 2) destaca a responsabilidade da geógrafa americana Ellen Churchill Semper (1863-1932) na sua difusão, através de uma “visão distorcida do geógrafo alemão ao extrair ideias do primeiro volume da *Anthropogeographie* [...]”.

características “naturais” do espaço nas décadas seguintes, como afirma Giblin (1985, p. 292; 2012, p. 6). Por outro lado, o marxismo teve papel importante no distanciamento entre a geografia e a dimensão política, notadamente pelo tom economicista⁷. Como afirma Bertha Becker (1988, p. 100):

Permaneceu, assim, a Geografia, à margem de todo um conjunto de técnicas e de um saber que instrumentalizam e pensam o espaço a partir da ótica do Estado (e também da grande empresa) – embora com ele colaborando direta ou indiretamente – o que certamente a esvaziou de seu conteúdo. (BECKER, 1988, p. 100).

A criação da revista *Hérodote*, em 1976, significou uma ruptura em relação à proscrição do estudo da dimensão política do espaço. O subtítulo inicial de *stratégies-géographies-idéologies* foi trocado por *revue de géographie et géopolitique* em 1982. Publicado pela editora François Maspero, o periódico surgiu no mesmo ano do célebre livro de seu diretor, Yves Lacoste: *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (1976c)⁸.

Bertha Becker (1988, p. 100) afirma que duas principais tendências haviam surgido nos anos 1970 como “retomada dos estudos de Geografia Política e Geopolítica”. A dos neomarxistas, à luz do materialismo histórico e muito vinculados ao determinismo econômico, e “[a] de Lacoste, que privilegia a Geopolítica e o potencial político do espaço”, mas que “é mais metodológica que teórica”. Paul Claval (2000, p. 241-2) afirma que a abordagem da *Hérodote* inovou em relação à herança vidaliana vigente na França, ao tratar tanto as ideias como as situações geopolíticas, atenta aos atores sociais e ao caráter político das suas representações.

No caso do Brasil, a geografia política e a geopolítica voltaram ao debate, tanto pela influência dos acontecimentos da geografia francesa como pelo movimento de renovação da geografia, marcado pelo III ENG (Encontro Nacional de Geógrafos), em 1978, em Fortaleza. Nas décadas de 1980 e 1990, diversos autores se debruçaram sobre a relação entre o Estado, o espaço, a política e as mais diversas formas de poder, como

⁷ A herança marxista vinculada à 2ª Internacional (1889-1914), centrada em autores como Karl Kautsky e Georgy Plekhanov, segundo Moraes (2005, p. 49-50), teria um papel importante no estabelecimento dessa visão, vinculada à “[...] ideia de que a história é regida por leis inelutáveis [...]”. Para o autor, “[...] [E]sta visão acarreta a diminuição do espaço do sujeito e de sua ação no processo histórico. No universo da estrita causalidade econômica pouco campo resta para a política na construção do devir. Também o plano da cultura é minimizado”.

⁸ A primeira tradução do livro *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* para a língua portuguesa se deu em 1977 pela Iniciativas Editoriais, de Lisboa, intitulado a obra como “A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”. A edição lançada no Brasil em 1988, pela editora Papyrus, possui outra configuração no título: “A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. No presente trabalho, as referências à obra acima se darão com base na tradução publicada em Lisboa, apenas inserindo vírgulas ao redor do termo “antes de mais nada”, mesma posição da expressão “d’abord” no título original.

Becker (1988, [1995] 2012), Machado (1989), Vesentini (1986), Castro ([2005] 2009), Costa ([1991] 2013), Moraes (1983; [1988]), Magnoli (1986, 1997) e Souza ([1995] 2012). Todavia, como afirma Claval (2000, p. 161), a revista *Hérodote* passou a ter menor ressonância na América Latina depois do impacto dos primeiros anos⁹.

Em 1980, a editora François Maspero lançou, através da Coleção *Hérodote*, o livro *Unité et diversité du tiers monde: des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain* (1980a, b, c), em três tomos. Logo nas primeiras páginas, Lacoste (1980a, p. 9) registra uma espécie de filtragem editorial¹⁰:

Este livro é, em boa parte, o texto de uma tese de doutorado em geografia defendida em 1979. Como não era possível publicar as 1200 páginas do manuscrito, e os três índices, eu deixei de lado, provisoriamente, os capítulos que tratam das origens da noção de “subdesenvolvimento”, da epistemologia da geografia, esse conjunto de representações do mundo, da “geografia colonial”, e, sobretudo, das relações complexas da Escola de geografia francesa com as questões geopolíticas, desde Elisée Reclus e Vidal de La Blache até as tendências atuais de inspiração anglo-saxônica. (LACOSTE, 1980a, p. 9)^{11 12 13}.

Em entrevista a Cláudio Zanutelli ([2003] 2005, p. 26, 28), Lacoste lastima a pouca atenção dada a *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), a qual considera como uma de suas grandes realizações bibliográficas¹⁴. Para Pascal Lorot, Lacoste (2010,

⁹ A análise da obra de Yves Lacoste deve incluir também os editoriais da revista *Hérodote*. Inicialmente, a autoria dos textos de introdução e apresentação de cada número – pelo menos até 1980 – eram assinadas pelo corpo editorial como um todo, que tinha o sobredito geógrafo francês como diretor. Entre 1976 e 1980, Yves Lacoste havia assinado como autor dos editoriais apenas nos números 7, 8, 11 e 12. Todavia, a partir do nº 18, referente ao 2º trimestre de 1980, os editoriais passaram a ser publicados como de autoria direta e única de Yves Lacoste, no que durou ininterruptamente até o nº 84 do periódico, relativo ao 2º trimestre de 1997.

¹⁰ Em 1979, Yves Lacoste defendeu sua tese, com o título de *Unité et diversité du tiers monde: une analyse géographique*. A obra foi adaptada e lançada no ano seguinte como um dos títulos pioneiros da Coleção *Hérodote*, uma expansão do escopo da revista homônima no sentido da publicação de livros, e também dirigida por Yves Lacoste.

¹¹ Tradução de “Ce livre est une grande partie du texte d’une thèse de doctorat d’Etat em géographie soutenue en 1979. Comme il n’était pas possible de publier des 1200 pages du manuscrit et les trois index, j’ai laissé de côté, provisoirement, les chapitres qui traitent des origines de la notion de ‘sous-développement’, de l’épistémologie de la géographie, cet ensemble de représentations du monde, de la ‘géographie coloniale’, et surtout des rapports complexes de l’École géographique Française avec les questions géopolitiques, depuis Elisée Reclus et Vidal de La Blache jusqu’aux tendances actuelles d’inspiration anglo-saxonne” (LACOSTE, 1980a, p. 9).

¹² Contudo, a adaptação incluiu também o acréscimo de informações sobre fatos ocorridos entre a defesa do trabalho acadêmico, em 1979, e a sua publicação, no ano seguinte. Na última seção do terceiro tomo, por exemplo, Lacoste (1980c, p. 168) relata acontecimentos do ano de 1980 na Argélia: a insatisfação de grupos berberes frente ao regime unipartidário da Frente de Libertação Nacional (FLN), que durava desde a independência do país, em 1962.

¹³ Os outros títulos iniciais da Coleção *Hérodote* foram *L’eco-géographie* (1979), de Jean Tricart e Jean Kilian, *Jean Dresch: un géographe au déclin des empires* (1979), um compilado de textos de Jean Dresch, e *Algérie - El Djazair: Les carnets de guerre et de terrain d’un géographe* (1982), de Armand Frémont.

¹⁴ Em entrevista a Cláudio Zanutelli ([2003] 2005, p. 26), ao comentar sobre o livro sobredito, Yves Lacoste afirma que “[é] nele, verdadeiramente, que, no plano teórico, exponho mais coisas” e “[o] mais interessante é que ele foi descartado na época em que eu fazia várias coisas com *Hérodote*, ele foi boicotado”. O livro foi relançado em 1984 em um volume único, intitulado *Unité et diversité du tiers monde: des*

p. 72) afirmou que observava o livro como uma articulação entre suas reflexões gerais sobre o subdesenvolvimento e suas observações geopolíticas em estudos de campo. Em 1985, parte da sobredita obra foi republicada em *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certes tiers-mondistes*¹⁵.

Análises sobre a obra de Yves Lacoste, dos estudos sobre o subdesenvolvimento à fundação da revista *Hérodote*, podem ser encontradas em Pedrosa (2013) e, principalmente, Verdi (2016; 2017). Esses estudos preciosos, entretanto, não abordam a trajetória do sobredito geógrafo nas décadas seguintes, e não oferecem apontamentos sobre *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). Como afirma Paul Claval (2000, p. 261), a obra de Yves Lacoste e da própria revista *Hérodote* a partir da década de 1980 não teve tanta difusão no Brasil: “[i]sso significa que as mudanças mais progressivas nas concepções de geopolítica, imperialismo e nações desde então se mantiveram ignoradas, especialmente na Espanha, no Brasil e nos países da América Latina hispânica”¹⁶.

O presente trabalho se dedica a analisar o modo com a obra *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) ilustra a forma como o olhar de Yves Lacoste sobre esse conjunto geopolítico – o Terceiro Mundo – se reorientou ao longo de sua trajetória intelectual, desde os estudos sobre o subdesenvolvimento à crítica do terceiro-mundismo.

O tomo inicial de *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980a) tem como subtítulo “Das representações planetárias às estratégias sobre o terreno”, e se divide em duas partes. A primeira discorre sobre o Terceiro Mundo como “representação planetária”, visualizada através de imagens específicas na intelectualidade, na política e na imprensa, e também inclui a história dessa ideia, suas fragilidades e potencialidades, assim como a ascensão e a queda do terceiro-mundismo. A segunda seção discorre sobre a necessidade de calibrar o raciocínio geográfico quando aplicado à questão do subdesenvolvimento: o olhar multiescalar permitiria forjar estratégias para uma ação mais efetiva sobre o território.

représentations planétaires aux stratégies sur le terrain. Nos anos anteriores, a editora de François Maspero havia sido adquirida por François Gêze, da editora La Découverte, que publicou a nova edição.

¹⁵ Ver: LACOSTE, Y. **Contra os anti-terceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas**. Tradução de Márcia Nogueira de Albuquerque. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1985], 143 p. Pitte (2016, p. 15) a considera uma das obras mais marcantes de Lacoste, ao lado de *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976c) e *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a,b,c).

¹⁶ A obra mais famosa de Yves Lacoste demorou a ser traduzida no Brasil. Ribeiro (2021, p. 6) afirma que “o afamado livro de Yves Lacoste *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, originalmente publicado em 1976 e tido como texto-chave pelos representantes da vertente crítica no Brasil entre o final dos anos setenta e decorrer dos oitenta, só recebeu versão em português brasileiro em 1988 (uma versão de Portugal circulava “ilegalmente”, conforme relatos orais bastante difundidos), ou seja, quatro anos após o fim do regime autoritário (Lacoste, 1988 [1976])”.

No segundo tomo de *Universidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980b), estão presentes estudos de caso sobre o “vale deserto” do Volta Branco, no antigo Alto Volta, e o “delta superpovoado” do rio Vermelho, no norte do Vietnã. O terceiro volume da obra (LACOSTE, 1980c) discorre sobre a Grande Cabília, na Argélia, e a Sierra Maestra, em Cuba, dois “focos revolucionários nas montanhas” ao longo da história. Nos quatro casos, Lacoste realizou viagens de campo ao longo de sua trajetória intelectual, e deixa registrado no livro diversas inquietações e discursos referentes ao espaço oriundos do poder, fosse de Paris, Hanói, Uagadugu, Argel ou Havana.

Os férteis debates ocorridos no seio da revista *Hérodote* estimularam novos livros, como *Questions de géopolitique* (1988), *Paysages politiques* (1990) e *Vive La Nation: Destin d'une idée géopolitique* (1997). Na metade dos anos 1980, a nação francesa já havia recebido tratamento específico na obra coletiva *Géopolitiques des régions françaises* (1986). O *Dictionnaire de Géopolitique* (1993), em parceria com mais de 40 pesquisadores e organizado por Lacoste, pode ser considerado um tratado que consolida as posições da *Hérodote* sobre uma nova “geopolítica”, assim como o *Dictionnaire de la Géographie* (2003) reflete a postura do geógrafo sobre a geografia como um todo, também expressa anteriormente em *La légende de la terre* (1996).

Em *La question postcoloniale* (2012), o autor aponta críticas aos estudos pós-coloniais, cujo culturalismo absoluto marginalizava a história e as lutas políticas que permitiram a descolonização, como analisado em Anjos (2021). Análises de Yves Lacoste sobre a geopolítica de várias regiões do globo, acompanhadas de abundante cartografia, podem ser encontradas em *Géopolitique de la Méditerranée* (2006)¹⁷, *Géopolitique: la longue histoire d'aujourd'hui* (2006) e *Atlas géopolitique* (2007). Aspectos sobre sua biografia podem ser encontrados na série de entrevistas a Pascal Lorot, publicadas como *La géopolitique et le géographe* (2010), e nas memórias de Yves Lacoste: *Aventures d'un Géographe* (2018).

A metodologia do contextualismo linguístico, vinculado à Escola de Cambridge e à obra de Quentin Skinner, é utilizada no presente trabalho para abordar o livro *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a,b,c), de Yves Lacoste. Como afirma Silva (2009), esse instrumental teórico orienta-se principalmente por ir além do contexto social da época ou da exegese textual, enfocando em como o autor se inseriu na *linguagem* dos posicionamentos e debates políticos da época. Deste modo, as ideias compreendidas no

¹⁷ O livro foi traduzido para a língua portuguesa pelas Edições 70, de Lisboa, como *Geopolítica do Mediterrâneo*.

texto sobredito deveriam ser observadas como ações linguísticas, visando rastrear quais eram as intenções do autor naquele momento histórico específico (SILVA, 2009, p. 305).

O contextualismo linguístico, tal como desenvolvido por Quentin Skinner, envolve uma abordagem que permita localizar historicamente o contexto no qual se forjou a ideia de Terceiro Mundo, os percursos do terceiro-mundismo e a forma como essas ideias e conceitos são tratadas por Yves Lacoste em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). Essa escolha metodológica envolve, como afirma Silva (2010, p. 306), não apenas uma “interpretação comprometida com a recuperação do significado histórico dos textos do passado”, mas especificamente a capacidade de compreender as ideologias políticas como inscritas no contexto específico de uma série de convenções linguísticas específicas ao momento de sua enunciação.

Além, disso, Skinner ([1978] 1996, p. 11), quando propõe sua metodologia para a compreensão dos textos de natureza política de acordo com o contexto histórico no qual estavam mergulhados, afirma a importância do estudo das ideologias, pois “a explicação do comportamento político depende do estudo das ideias e princípios políticos, sem os quais ela não pode ser levada a cabo com alguma significação”. Deste modo, poderia ser encontrado um contexto no qual o significado do texto de teor político difundido estaria mais próximo da equivalência com a intenção do autor.

A exposição da presente pesquisa se divide em três partes. No primeiro capítulo, é abordada a origem do conceito de Terceiro Mundo, sua deriva no sentido da obra de Yves Lacoste e a calibragem realizada pelo autor no sentido de adequar a noção à reflexão geográfica. A trajetória biográfica do autor é levada em consideração, seja seu nascimento no Marrocos, em 1929, sua experiência como professor em Argel, entre 1952 e 1955, ou seus apontamentos sobre a Guerra da Argélia (1954-1962). A discussão de Lacoste sobre o subdesenvolvimento é analisada na sua relação com o caso da China, além das obras de intelectuais como Raymond Aron e Ragnar Nurkse.

Em um segundo momento, é discutida a relação entre a proposta de níveis de análise espaciais para o raciocínio geográfico, a fundação da revista Hérodote e o lançamento do livro *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976c). Deste modo, é abordado o contexto do ressurgimento de uma escola de “geopolítica” na França, e o concomitante questionamento do próprio terceiro-mundismo, como expresso nas páginas de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). Uma seção especial se dedica à relação do conceito de Terceiro Mundo com o de América Latina, seus intercâmbios e contradições.

O último capítulo do presente trabalho se debruça sobre os estudos de caso presentes em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). Os contextos diversos das viagens e experiências de Yves Lacoste no ex-Alto Volta (atual Burkina Faso), no Vietnã, em Cuba e na Argélia são apontados, com os respectivos enfoques dados pelo autor em cada análise. São ressaltados os apontamentos de Lacoste sobre a relação entre território e poder, e alguns dos debates nos quais estava inserido o autor ao abordar os quatro exemplos citados acima, todos integrantes do assim chamado Terceiro Mundo.

Todavia, uma última questão deve ser tratada: Terceiro Mundo ou terceiro mundo? Letras minúsculas ou maiúsculas são importantes neste caso?

Em seu clássico *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, Edward Said aborda a construção de um discurso apoiado na história, na geografia e na cultura:

Comecei com a suposição de que o Oriente não é um fato da natureza. Ele não está meramente ali, assim como o próprio Ocidente tampouco está apenas ali. Devemos levar a sério a grande observação de Vico de que os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais – para não falar de entidades históricas –, tais lugares, regiões, setores geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são criados pelo homem. (SAID, [1978] 2007, p. 31).

Segundo Lacoste ([1985] 1991, p. 7), “‘Terceiro Mundo’ favorece a personalização prometeica deste conjunto geopolítico, enquanto ‘terceiro mundo’ vai contra essa tendência lírica”. Todavia, ao invés de “terceiro mundo”, com aspas e letras minúsculas, a presente pesquisa decidiu se referir a esse conjunto geopolítico como Terceiro Mundo, sem aspas e com maiúsculas. Eis a razão.

Yves Lacoste ([1993] 1995, p. 1.501-5; 2003, p. 383; 2018, p. 230-231) insiste no quanto o Terceiro Mundo é uma *representação geopolítica*, que serviu de esteio para o terceiro-mundismo, ou seja, a projeção de certas esperanças revolucionárias prometeicas sobre esse amplo espaço. Deste modo, sua explicação sobre o tema costuma frisar a história do conceito, as diferentes intencionalidades políticas – e conflitantes – que o forjaram e modelaram.

Em seu tratado sobre fronteiras, Michel Foucher ([1988] 1991, p. 33), integrante do corpo editorial da revista *Hérodote* até o início da década de 1990, oferece uma definição de *representação geopolítica*:

Eu entendo por representação geopolítica uma combinação seletiva – própria ao grupo que a produz – de imagens emprestadas a diversas categorias do campo sócio-histórico e que são recompostas de maneira a formar um conjunto espacial cuja denominação é, ao mesmo tempo, o símbolo e o slogan de um projeto político

cartografável. Ela tem valor de ícone e exprime um ‘grande designio’. (FOUCHER, idem, p. 33)¹⁸.

Deste modo, o uso de letras maiúscula ressalta o caráter de representação geopolítica do Terceiro Mundo, opção que foi escolhida na presente pesquisa. A única e importante exceção se dá quanto às citações do livro *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) – originalmente *Unité et diversité du tiers monde* –, mantendo a escolha do próprio autor, Yves Lacoste, na escolha do título da obra.

¹⁸ Tradução de “J’entends par représentation géopolitique une combinaison sélective d’images empruntées à diverses catégories du champ socio-historique propre au groupe qui la produit, et qui sont recomposées de manière à former un ensemble spatial dont la dénomination est à la fois le symbole et le slogan d’un projet politique en principe cartographiable. Il a valeur d’icône et exprime un ‘grand dessein’”. (FOUCHER, [1988] 1991, p. 33).

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA E TERCEIRO MUNDO

O presente capítulo se subdivide em quatro setores. Em um primeiro momento, é abordada a origem do conceito de Terceiro Mundo, em um planeta marcado pela descolonização. A forma específica através da qual essa ideia povoou a obra de Yves Lacoste é relacionada ao contexto da Guerra da Argélia e a parceria com Pierre George para a publicação de *Os Países Subdesenvolvidos* (1959). Nessa última, Lacoste efetua uma classificação do Terceiro Mundo, insistindo nas origens da dependência econômica, e dissociando-o da ideia de “neutralidade” no contexto da Guerra Fria.

Em segundo lugar, procura-se discorrer sobre outras divisões sobre o planeta que já não estavam mais em voga quando Lacoste destacou a cisão global marcada pelo subdesenvolvimento. Nem os contornos das velhas teorias geopolíticas, à la Mackinder, nem a abordagem racial estavam dando os tons do debate. Com a obra *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), Yves Lacoste insiste no conceito de Terceiro Mundo, destacando a importância das Nações Unidas como fórum global, e também a intelectualidade francesa como núcleo importante de difusão da ideia de um mundo cindido pela desigualdade.

O terceiro ponto abordado no presente capítulo diz respeito a aspectos da vida de Lacoste, desde seu nascimento no Marrocos, em 1929, aos seus três anos como professor em Argel, entre 1952 e 1955. O autor se tornou defensor da independência argelina, e sugere-se que isso possa ter sido um portal para o interesse pelo subdesenvolvimento na época. Por último, compreende-se a abordagem de Lacoste sobre o subdesenvolvimento no contexto do maoísmo, da obra do sociólogo Raymond Aron e das teorias desenvolvimentistas. Na década de 1970, o próprio geógrafo passou a submeter suas teorizações sobre o subdesenvolvimento a severa crítica, em um mundo em mudança, o que transparece nas páginas de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980).

1.1. O que é o Terceiro Mundo?

“O que é o Terceiro Mundo?”¹⁹. Esta é a interrogação que intitula um artigo do jornal *Le Monde*, em 1º de agosto de 1981²⁰, sobre um livro recém-lançado, *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980), do geógrafo Yves Lacoste. Em uma reunião de estudos de caso que o autor havia realizado ao longo de sua carreira – na Argélia, no Alto Volta, no Vietnã e em Cuba –, a ideia de Terceiro Mundo era submetida a uma varredura geográfica e conceitual, expondo suas facetas históricas e políticas diversas.

Quase dois séculos antes, em 1789, o abade de Sieyès utilizava o título de “O que é o Terceiro Estado?” para intitular um panfleto significativo no contexto inicial da Revolução Francesa: conclamava aqueles que não pertenciam à corte e ao alto clero a lutar por seus direitos políticos. Pois em agosto de 1952, em um planeta mergulhado na Guerra Fria, o demógrafo Alfred Sauvy designou o conceito de Terceiro Mundo como metáfora da fórmula de Sieyès, “uma das figuras mais sóbrias e menos sentimentais da revolução”, nas palavras de Hannah Arendt ([1963] 2011, p. 111).

Alfred Sauvy ([1952] 1986, p. 81-83) afirma que, em meio à coexistência dos dois mundos em oposição na época, o “capitalismo do Ocidente e o comunismo oriental”²¹, havia um terceiro, “ignorado, explorado, desprezado”²², como o Terceiro Estado envolvido nos períodos iniciais da Revolução Francesa.

Para Emmanuel Joseph Sieyès, escrevendo ainda antes da tomada da Bastilha, o Terceiro Estado deveria se contrapor na época aos privilégios do clero e da nobreza, e ele em si, sozinho, representava o todo da nação. Como afirma Jules Michelet ([1847] 1989, p. 113), Sieyès logo preferiu deixar de lado qualquer ideia de “Terceiro” ou de “Comuns” e adotou a sugestão da instalação de uma “Assembleia dos Representantes Conhecidos e Comprovados da Nação Francesa”. Por fim, a proposta de Sièyes foi condensada em uma *Assembleia Nacional* que representava a nação – a maioria da população – contra uma minoria de privilegiados (MICHELET, idem, p. 117-118).

Para Alfred Sauvy (idem), escrevendo mais de um século e meio depois, o Terceiro Mundo era uma metáfora desse Terceiro Estado, e estaria pronto para evidenciar

¹⁹ Tradução de “Qu’est-ce que le tiers monde?”.

²⁰ O artigo se intitula “Yves Lacoste redéfinit le sous-développement "Unité et diversité du tiers-monde"” (01/08/1981) e pode ser acessado através de: https://www.lemonde.fr/archives/article/1981/08/01/yves-lacoste-redefinit-le-sous-developpement-unite-et-diversite-du-tiers-monde_3044317_1819218.html. Acessado em 30 de maio de 2022.

²¹ Tradução de “capitalisme d’Occident et le communisme oriental”.

²² Tradução de “ignoré, exploité, méprisé”.

sua força frente às duas alianças inimigas da Guerra Fria (1947-1989). Como essa figura de linguagem se tornou célebre na geografia de Yves Lacoste?

A trajetória da noção de Terceiro Mundo na obra de Yves Lacoste pode ser rastreada até *Os Países Subdesenvolvidos*, lançada ao fim de 1959. Lacoste (2010, p. 68; 2018, p. 93-94) afirma que o livro partiu de uma proposta feita em maio do ano anterior por Pierre George, conselheiro no que diz respeito às ciências humanas da coleção *Que sais-je?*, criada em 1941 pela Presses Universitaire Françaises (PUF) com o intuito de popularizar o conhecimento, com obras de caráter sintético e didático. Lacoste era assistente de George no Instituto de Geografia da rua Saint-Jacques desde 1955, quando retornou de Argel após três anos como professor no Liceu Bugeaud, um dos maiores da cidade. Todavia, se o mês de maio de 1958 marcou a vida Lacoste pelo convite importante de George, na vida política francesa, era o ápice de uma profunda crise.

A Guerra da Argélia ameaçava lançar o país em guerra civil, com o exército comportando-se de forma cada vez mais independente das autoridades civis e os *pied-noirs* argelinos – a minoria europeia que, em geral, defendia a “Argélia Francesa” – profundamente insatisfeitos com Paris (FERRO, [1994] 1996, p. 266-67). A Quarta República desmoronava enquanto um golpe militar era orquestrado. Ao fim de maio, o general Charles De Gaulle foi convocado a retornar ao poder como esteio de estabilidade, inaugurando seus seis meses de governo com poderes extraordinários, antes que a 5ª República fosse instituída no início de 1959, com uma nova constituição, como afirma Judt (2005, p. 287-90).

No verão de 1956, Yves Lacoste posiciona-se em favor da independência da nação argelina²³, em artigo publicado na revista *La Pensée* em parceria com o também geógrafo André Prenant. Apenas três anos depois, o presidente francês, Charles De Gaulle, propôs a “autodeterminação” à Argélia, iniciando uma trajetória tortuosa que levou aos Acordos de Évian, em março de 1962 (JUDT, p. 288-9). O mundo era redesenhado por uma franca onda de descolonização enquanto o geógrafo sobredito redigia *Os Países Subdesenvolvidos* (1959).

Em agosto de 1941, o presidente americano Franklin D. Roosevelt assinou, junto com um contrariado Winston Churchill, a Carta do Atlântico, insistindo na importância

²³ O artigo foi intitulado como “Quelques données du problème algérien” e consta no número 67 da revista *La Pensée*. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58161524?rk=107296;4>, acessado em 11 de abril de 2022. A seção onde o artigo está presente, intitulada “Les problèmes d’Afrique du Nord”, também contém artigos de Roger Brunet e Jean-Paul Brisson.

da autodeterminação dos povos quando a guerra findasse²⁴. Em abril de 1945, através da Conferência de São Francisco, foi estabelecida a Carta das Nações Unidas, prevendo inclusive, no seu artigo 1º, “relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos”²⁵. No ano seguinte, as Filipinas alcançaram a independência em relação aos Estados Unidos. Ao fim da mesma década, foi a vez de Índia, Paquistão e Ceilão²⁶ na Ásia Meridional, em um significativo recuo britânico, como sublinha Chesneaux ([1966] 1969, p. 206-9).

No Sudeste Asiático, o recuo do domínio imperial do Japão, derrotado pelos Aliados, abriu espaço para que Birmânia²⁷ e Indonésia se tornassem Estados soberanos, com direito ao conflito entre essa última e a Holanda, findado em 1949. Na Indochina Francesa, o Vietminh – liderado por Ho Chi Minh – proclamou a independência do Vietnã, em agosto de 1945, no curto intervalo entre a retirada japonesa e a chegada dos Aliados. Logo passaria a receber o apoio ostensivo da China de Mao Tsé-tung, que instituiu em Pequim seu regime de partido-único em outubro de 1949, empurrando os nacionalistas do Guomindang para o outro lado do Estreito de Taiwan²⁸ (Idem, p. 110-11). Ou seja, o Leste Asiático também passava por reviravoltas.

No Oriente Médio, Albert Hourani ([1991] 2006, p. 466-75) salienta que o protetorado da França sobre o Líbano e a Síria deixou de existir no imediato pós-2ª Guerra, assim como o do Reino Unido sobre o Iraque e a Jordânia²⁹, logo antes da fundação do Estado de Israel, em maio de 1948. No Norte da África, a Revolta dos Oficiais Livres, no Egito, em 1952, levava a um rompimento maior com os britânicos, enquanto Gamal Abdel Nasser içava a bandeira do pan-arabismo. Entre os sírios, o partido Baath emergiu, temperando ideias de socialismo com o nacionalismo árabe.

No outro “hemisfério” asiático, a Guerra da Coreia (1950-1953) opunha os dois flancos de uma nação dividida em dois Estados, amparados por duas potências inimigas, a China e os Estados Unidos, realça Raymond Aron ([1962] 2018, p. 34-5). Um mundo

²⁴ O conteúdo da Carta do Atlântico está disponível em <https://www.britannica.com/event/Atlantic-Charter>, acessado em 23 de março de 2022. É interessante destacar que o documento foi assinado em 14 de agosto de 1941, quase quatro meses antes de os Estados Unidos entrarem oficialmente na 2ª Guerra Mundial, após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro.

²⁵ A Carta das Nações Unidas está disponível em <https://unric.org/pt/documentos/>, acessada em 11 de abril de 2022.

²⁶ O Ceilão foi renomeado em 1972 como República Democrática Socialista do Sri Lanka.

²⁷ A União da Birmânia se tornou independente em 1948, mas denominou-se “República Socialista da União da Birmânia” em 1974, a partir de iniciativa do regime militar de Ne Win (1962-1988). Em 1989, ainda sob controle militar e depois da queda de Ne Win, o país passou a ser chamado de União de Mianmar.

²⁸ Sobre a história do século XX na China, ver CHANG (1994; 2021) e CHANG & HALLIDAY (2012).

²⁹ Até 1946, a Jordânia manteve-se denominada como Transjordânia.

de novas nações estava oficialmente cindido, dessa vez pela Guerra Fria, a começar pela própria Europa, com a criação das duas repúblicas alemãs, em 1949. A cisão marcaria o debate sobre o subdesenvolvimento. Em mapa exibido em *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980, p. 104-5), tematizando o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita no planeta, Yves Lacoste secciona o conjunto do Terceiro Mundo em setores identificados ou não como “países socialistas” (Figura 1). As fronteiras dos Estados surgidos da descolonização são apresentadas, muitos deles surgidos apenas nas décadas de 1950 e 1960.

Entre abril e julho de 1954, o primeiro-ministro francês Pierre Mendès-France negociou os Acordos de Genebra, que oficializaram o fim da Indochina Francesa, substituída pelos reinos de Laos e Camboja, além das duas repúblicas vietnamitas (MAGNOLI, [2006] 2017, p. 406). No Maghreb, a Tunísia e o Marrocos alcançavam a soberania em 1956, durante o governo do socialista Guy Mollet. A grande onda de descolonização se completaria na África Subsaariana apenas nas duas décadas seguintes, mas os casos pioneiros da Gana de Kwame Nkrumah e da Guiné de Sekou Touré já haviam se concretizado, entre 1957 e 1958. Apenas em 1960, dezessete novos Estados surgiram na África, notadamente a francófona, marcada desde o berço pela Crise do Congo, que durou até 1965. O mundo passava por uma era de avassaladora criação de novos Estados, e se colocava em pauta o tema das nações³⁰.

O livro *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), contudo, não se trata de um mapa da descolonização, e sim da descrição de um planeta cindido pela desigualdade. Yves Lacoste (1959, p. 5) inicia a obra afirmando que “o problema essencial de nossa época, e também o mais dramático, é aquele dos países subdesenvolvidos”³¹. O geógrafo diagnostica e denuncia um “verdadeiro fosso” que separava dois grupos de países cujas realidades se definiriam em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, resultante da “imbricação de sintomas sociológicos e econômicos” (Idem, p. 7-9).

³⁰ Um século depois da Revolução Francesa, o historiador Ernest Renan (1823-1892), havia realizado sua célebre palestra com o título de “O que é uma nação?”, de onde provém a sentença marcante de que a nação é “um plebiscito diário”. A “posse comum de um rico legado de lembranças” e a “vontade de continuar a fazer valer a herança que se recebeu indivisa” eram os dois constituintes desse “princípio espiritual” (RENAN ([1882] 1999, p. 159), que era a nação para Renan: “Resumindo, senhores, o homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos rios, nem da direção das cadeias de montanhas” (idem, p. 161). O texto de Ernest Renan, que é traduzido como “O que é uma nação?”, pode ser encontrado em: MELLO, Renato de. “A nação de Renan”. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*. Volume 4, p. 139-180, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/issue/view/12/showToc>.

³¹ Tradução de “Le problème essentiel de notre époque, le plus dramatique aussi, est celui des pays sous-développés” (LACOSTE, 1959, p. 5).

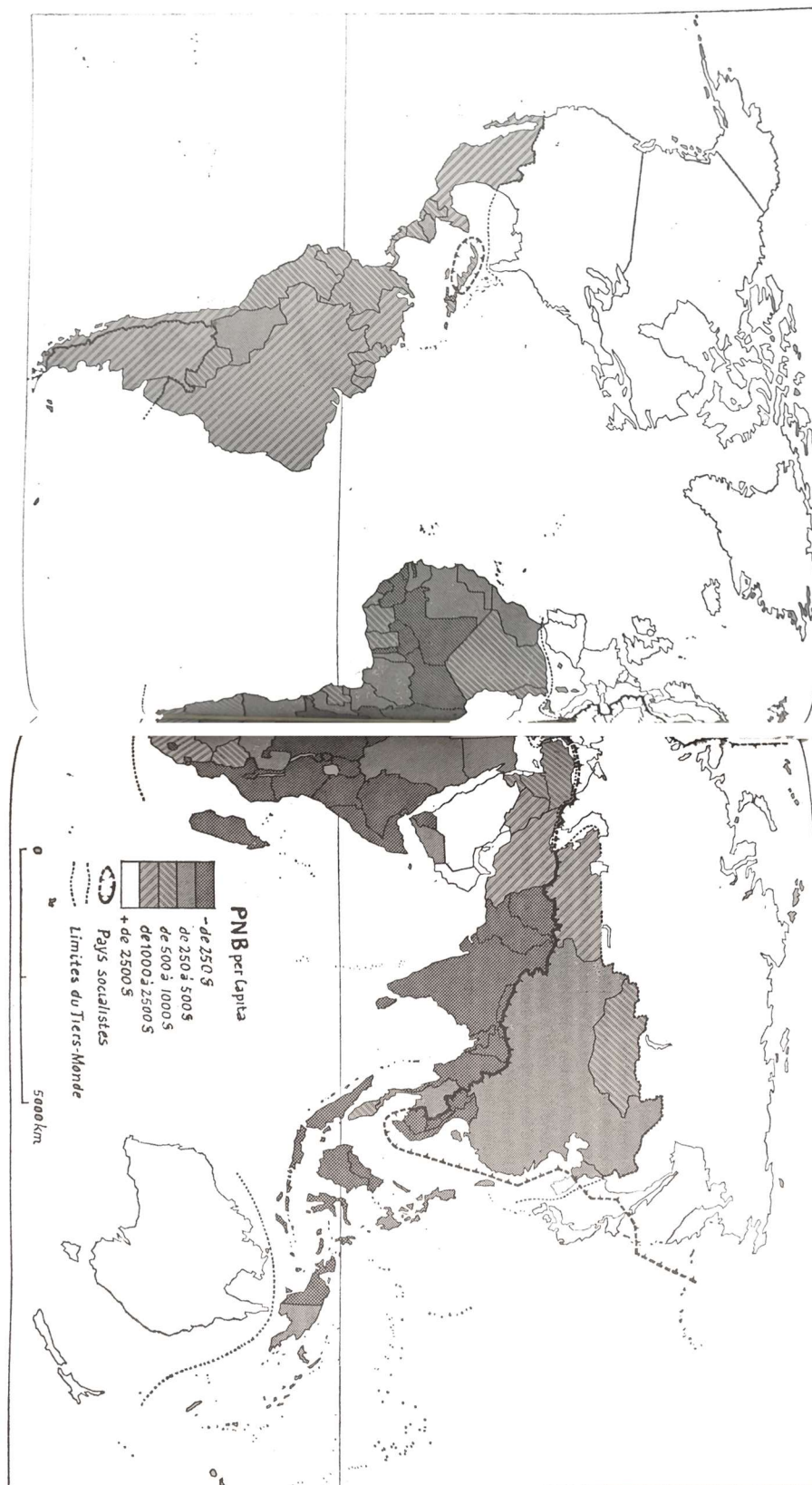


Figura 1: Mapa-múndi que, segundo Lacoste (1980a, p. 99), ilustra a intersecção entre “conjuntos espaciais” dados pelos Estados que compõem o Terceiro Mundo, os socialistas e a classificação de cada país em cinco níveis de acordo com o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* (de 1976 e expresso em dólares) (LACOSTE, 1980a, p. 105-105; 1984, p. 104-105).

Yves Lacoste oferece maior precisão ao conceito de subdesenvolvimento, através de um elenco de “características constituintes”³², inspiradas nas obras do demógrafo Alfred Sauvy e no economista Harvey Leibenstein. Em artigo posterior, publicado na revista *Annales de Géographie*, Lacoste (1962a, p. 260)³³ afirma ter acrescentado quatro pontos significativos às suas fontes sobre o subdesenvolvimento: as estruturas sociais atrasadas; a importância do subemprego; a situação de subordinação econômica; e a tomada de consciência em relação à realidade subdesenvolvida. Os dois últimos são os mais enfatizados em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959).

O tema da dependência econômica é relacionado por Yves Lacoste (1959, p. 15-16) a uma “causa histórica complexa”, que teria facilitado a conquista imperial, a colonização e pobreza do que se tornariam os países subdesenvolvidos. Lacoste (1959, p. 52) afirma que surgiram na Inglaterra – e o autor não mergulha na explicação da causa – indivíduos inovadores e empreendedores no “sentido de Schumpeter”, assim como no restante da Europa Ocidental, porém sem os benefícios da conjuntura histórica e das conquistas técnicas de sua contraparte inglesa. A Revolução Gloriosa de 1688 e o controle da monarquia e da política externa pelo parlamento, assim como a expansão do Império Britânico, permitiram que os indivíduos sobreditos dessem impulso à 1ª Revolução Industrial.

Os países subdesenvolvidos, todavia, teriam surgido de um mundo “nãoschumpeteriano”³⁴. Na Europa Ocidental, o sistema feudal ignorava os comerciantes na sua normatividade estamental, permitindo que uma burguesia comercial se individualizasse, forjando uma realidade excepcional ao resto do mundo. Para Yves Lacoste (1959, p. 52-54), China, Índia e as sociedades muçulmanas haviam tido momentos mais “brilhantes” do que o passado europeu, mas que teriam fenecido sob a

³² Na órbita desse núcleo conceitual, Lacoste (1959, p. 8-27) posiciona um elenco de sintomas que auxiliam a qualificar a divisão global em tela: 1º - Insuficiência alimentar; 2º - Fragilidade da agricultura; 3º - Baixa renda per capita e do nível de renda; 4º - Industrialização reduzida; 5º - Reduzido consumo de energia mecânica; 6º - Situação de subordinação econômica; 7º - Setor comercial hipertrofiado; 8º - Estruturas sociais atrasadas; 9º - Frágil desenvolvimento das classes médias; 10º - Débil integração nacional; 11º - Importância do subemprego; 12º - Fraco nível de instrução; 13º - Forte natalidade; 14º - Um estado sanitário defeituoso, mesmo em aperfeiçoamento; e 15º - Tomada de consciência sobre a situação de subdesenvolvimento.

³³ O texto, intitulado “Le sous-développement: quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans” foi dividido em duas partes, a serem publicadas separadamente, nos números 385 e 386 da revista *Annales de Géographie* (LACOSTE, 1962a,b). O primeiro texto está disponível em https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1962_num_71_385_16197 e o segundo em https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1962_num_71_386_16228, ambos acessados em 24 de janeiro de 2022.

³⁴ Yves Lacoste se refere a Josef Alois Schumpeter em dois momentos de *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), mas não cita exatamente a obra de referência.

falta da “individualidade criadora” de uma burguesia autóctone ao estilo europeu ocidental.

O contexto do pós-2ª Guerra Mundial facilitava a “tomada de consciência” em relação à realidade de desenvolvimento díspar na escala global, segundo Lacoste (1959, p. 26), com a difusão de notícias – através do próprio avanço da imprensa –, das ilustrações publicitárias, do cinema, do rádio, além do aumento no deslocamento de pessoas³⁵. Yves Lacoste (idem, p. 26-27) se baseia em expressão do economista Gunnar Myrdal para abordar esse “grande despertar”, e defende o próprio conceito de país subdesenvolvido repousa sobre um “juízo de valor implícito”, e sobre o postulado de que o aperfeiçoamento do nível de vida nesses países é “insuficiente e desejável”. A “tomada de consciência” é o impulso por mudanças que emerge no horizonte da comparação entre realidades dessemelhantes. Em *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980c, p. 9), Lacoste afirma que esse processo teria sido particularmente intenso na América Latina e na África do Norte, pela proximidade geográfica e histórica em relação à América do Norte e à Europa Ocidental.

Para além da unidade, Lacoste (1959, p. 86-92) fornece uma tipologia dos países subdesenvolvidos, revelando sua diversidade³⁶: a) os países subdesenvolvidos europeus (fossem os da Europa Meridional, como Grécia e o sul italiano, ou da Oriental, que estavam sob o modelo de economia planificada soviético); b) a América Latina; c) a África Negra, dividida em ocidental, austral e oriental; d) os países muçulmanos, detalhados em África do Norte, o Egito, e a Turquia, além dos produtores de petróleo; e) a Ásia, numa grande diversidade de casos, como a Índia e a China. O autor também se refere ao caso dos “semi-desenvolvidos”, como Venezuela, Argentina e o Japão³⁷.

³⁵ Yves Lacoste ([1973] 1974, p. 231) destacou a grande importância da difusão de “imagens-mensagens” geográficas através dos grandes meios de comunicação.

³⁶ A primeira sugestão de Lacoste (1959, p. 82-84) sugere uma classificação genética, baseada na organização político-social do país no momento do contato com as potências europeias e nas particularidades dessa própria colonização (metrópole imperial / momento da conquista). Esses marcadores permitiram uma classificação sistemática em:

A) Países subdesenvolvidos onde o capitalismo foi introduzido no seio de uma “sociedade tradicional” pela ação estrangeira, subdivididos em: 1. Colônias de povoamento; 2. Colônias de enquadramento; 3. Colônias de tipo dominial; 4. Economias de mineração e indústria em quadro colonial; 5. Penetração mercantil sem domínio político direto; e 6. Exploração moderna de jazidas minerais sem dominação política direta.

B) Países subdesenvolvidos de sociedade “colonial”, onde, em ausência de uma “sociedade tradicional”, a implantação do sistema capitalista coincidiu com o início do povoamento atual.

C) Países subdesenvolvidos onde a implantação do sistema capitalista foi feita em um quadro nacional.

³⁷ É possível perceber que algumas regiões acabam não sendo contempladas pelo que o autor considera como “grandes tipos”, notadamente o Sudeste Asiático, justamente a região para a qual Yves Lacoste faria sua importante viagem de 1972, para o que na época era o Vietnã do Norte.

Lacoste (Idem, p. 84-6) discorre também sobre “subdesenvolvimentos regionais” no interior dos Estados, como no “Mezzogiorno” italiano, mas também ao “velho sul” dos Estados Unidos. A tendência se manteria nas décadas posteriores: na cartografia de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, p. 104-5), o autor também inclui no Terceiro Mundo, grosso modo, os países do antigo Turquestão russo, na época constituídos pelas repúblicas soviéticas do Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão³⁸, que também possuíam um histórico de exploração imperial e colonização. Afinal, como destaca Celso Furtado (1978, p. 52): “A expansão territorial russa, ocorrida um século depois da espanhola, tivera com esta muitos pontos em comum: o excedente extraído das regiões dominadas serviu para reforçar o Estado e financiar guerras que pesavam sobre o conjunto da coletividade”.

Marc Ferro (1996, p. 380-88) afirma que a implosão soviética, no início dos anos 1990, trouxe mais um capítulo à descolonização e o surgimento de nações independentes, uma realidade imprevista para Lacoste tanto em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959) como em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). De todo modo, o Terceiro Mundo descrito era tanto desenhado pela desigualdade global como pelos contornos das nações surgidas em ondas diferentes de descolonização e instituição de Estados nacionais, expandindo um padrão que vinha de séculos. Afinal, como afirma Hobsbawm ([1990] 2020, p. 19), os Estados vêm antes das nações, e precisam do nacionalismo para forjá-las.

Henry Kissinger ([2012] 1994, p. 39-49) destaca que, em 1648, um portal foi atravessado com a Paz de Westfália. As monarquias europeias renunciavam à ideia de domínio universal oriunda de Roma e do cristianismo em nome da *raison d'État*, do interesse nacional. A França católica do Cardeal Richelieu podia muito bem se aliar com à Suécia protestante de Gustavo Adolfo II na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) que findava. Posteriormente, a soberania do absolutismo deslizou para a soberania popular com as revoluções Americana e Francesa, ao fim do século XVIII. Segundo Arendt ([1962] 2011, p. 233), o único postulado compartilhado pelos seus protagonistas era “a convicção de que a fonte e a origem do poder político legítimo residem no povo”. A onda de independências das Américas Espanhola e Portuguesa foi um dos seus frutos. Afinal, “verdadeiramente novas, depois de 1776 e sobretudo de 1789, não são as ideias, mas a própria existência de uma América republicana e de uma França revolucionária” (DONGHI, [1974] 2011, p. 58).

³⁸ Diferente dos cazaques, uzbeques, turcomenos e quirguizes, os tadjiques são persófonos, e não turcófonos.

No rescaldo da revolução, Napoleão Bonaparte ressuscitou a ideia de um domínio supraeuropeu, como ressalta Mondaini ([2006] 2017, p. 194-96), transformando a ordem de Westfália em escombros. A restituição da escravidão pelo imperador empurrou a ex-colônia de São Domingos para a luta pela independência, como Haiti, em 1804 (JAMES, [1938] 2010, p. 220-221). Sob incentivo do Império Britânico, as colônias ibéricas continentais das Américas rumaram na direção da independência, enquanto suas antigas metrópoles orbitavam no sistema napoleônico, atacado sucessivamente por alianças inimigas até ruir, em 1815. Em 1848, quando a república era novamente proclamada na França, a coroa portuguesa não detinha mais domínios nas Américas, enquanto os domínios de Madri haviam recuado para ilhas caribenhas, como Cuba e Porto Rico. Todavia, em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), a trajetória histórica diferenciada das repúblicas latino-americanas e das africanas no sentido da independência é ofuscada por Yves Lacoste em nome de uma cisão do globo em dois “hemisférios”, divididos pelo nível de desenvolvimento.

Lacoste (1959, p. 79) aponta quais seriam os três fatores fundamentais de diferenciação dos países subdesenvolvidos, colocando à margem a questão da amplitude territorial, da geografia física ou do dualismo interno. O primeiro seria a diversidade das organizações sociais, econômicas e políticas dessas regiões no momento do contato com as potências europeias. O segundo seria a variedade nos estilos de governo de cada metrópole colonial, assim como o período histórico em que se deu a conquista e colonização. O terceiro fator, mais recente, seriam as iniciativas econômicas e sociais dos inúmeros Estados – muitas vezes recém-independentes – gerando ainda mais contrastes nas experiências do conjunto de países subdesenvolvidos, que incluía desde a sul-americana Colômbia à Polônia ocupada pelas tropas do exército soviético.

Todavia, como afirma Verdi (2017, p. 4), Lacoste costurava as experiências nacionais tão díspares através de uma combinação definidora da situação de subdesenvolvimento: *o alto crescimento demográfico, acompanhado da insuficiência do crescimento econômico dado o impulso do aumento populacional* (grifo meu). Ou seja, se tratava de um fenômeno novo, que ia além das realidades de penúria e fome, contingências muito antigas. A estagnação da economia não era novidade, e sim o fato de vir acompanhada de um veloz crescimento populacional (LACOSTE, 1959, p. 47). Havia, deste modo, a “unidade do ‘Terceiro Mundo’” (LACOSTE, idem, p. 79), termo utilizado apenas uma vez em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), mas que seria largamente

empregado na obra seguinte do autor sobre o tema: *Geografia do Subdesenvolvimento*, lançada em 1965.

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, p. 45-61), Yves Lacoste reafirma sua ideia de que o fio condutor da experiência do Terceiro Mundo era a distorção entre o crescimento demográfico e a estagnação econômica (Figura 2). Contudo, também destaca que a discrepância era acentuada pelo crescimento de demandas por parte da população, mesmo que ainda não estivessem satisfeitas suas necessidades básicas.

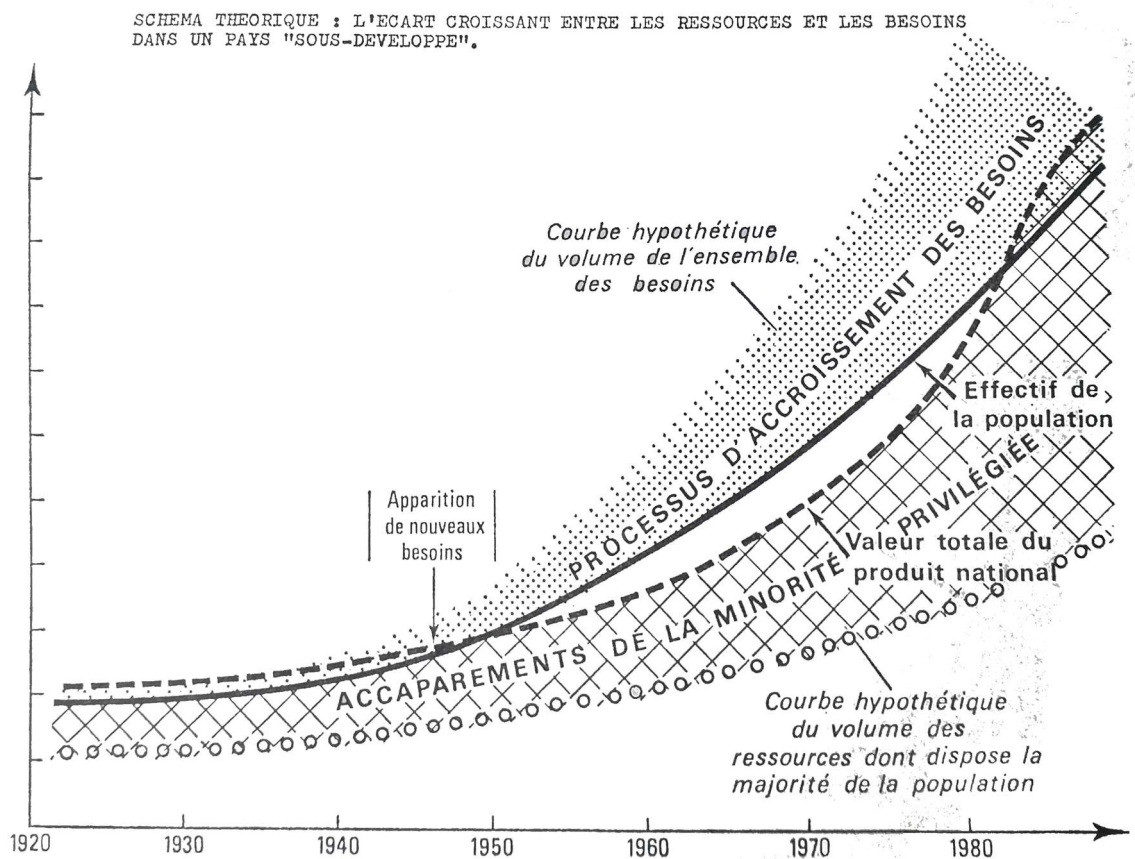


Figura 2: Distorção entre crescimento demográfico e dos recursos materiais nos países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1980a, p. 51).

Segundo Lacoste (2018, p. 98), *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965) partiu de uma outra proposta de Pierre George. Este último estava envolvido na direção e organização de uma nova coleção sobre geografia na Presses Universitaires de France, intitulada *Magellan*³⁹. A maior parte da coleção *Magellan* permitia vislumbrar uma “volta ao mundo”, primeiramente através de obras dedicadas a temas mais gerais, como a “geografia dos mares” e das grandes metrópoles, e, posteriormente, a conjuntos

³⁹ Versão francesa do sobrenome de Fernão de Magalhães, o navegador português que, a serviço da Coroa Espanhola, integrou a primeira expedição de circum-navegação global (1519-1522).

geopolíticos específicos, como os Balcãs ou a América Andina. Os dois primeiros livros dessa iniciativa editorial partiam de uma visão mais global, e foram lançados em 1965: *Panorama do Mundo Atual*, de Pierre George, e *Geografia do Subdesenvolvimento*, de Yves Lacoste, onde o autor oferecia sua primeira representação cartográfica do Terceiro Mundo com o título de “Mapa esquemático dos limites do Terceiro Mundo e das principais zonas térmicas do globo”⁴⁰ (LACOSTE, 1965, p. 22; 1975, p. 23) (Figura 3).

⁴⁰ Tradução de “Carte schématique des limites du Tiers Monde et des principales zones termiques du globe” (LACOSTE, 1965, p. 22).

O mapa que Lacoste (1965, p. 22) expõe tinha como alvo mais óbvio afastar-se de qualquer vínculo com o determinismo geográfico, mostrando a diferença entre os contornos do Terceiro Mundo e das zonas climáticas. Lacoste (1959, p. 48; 1965, p. 21) insiste na não-correspondência entre os dois fenômenos, rejeitando o determinismo ambiental rasteiro, mostrando o quanto o subdesenvolvimento se estendia tanto sobre regiões tropicais como temperadas, tais quais o norte da China e as Coreias, como também o faz em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) (Figuras 5 e 6). Além disso, indica uma representação cartográfica do mundo que desviava os olhos da Guerra Fria. A Aliança Atlântica, de 1949, e o Pacto de Varsóvia, de 1955, já haviam se consolidado e se expandido, mas os seus flancos não estão retratados no mapa. A própria projeção cartográfica que lhe serve de base é um distanciamento em relação à realidade da Guerra Fria: os estrategistas dos dois lados da “cortina de ferro” preferiam a projeção polar norte para ilustrar os dois blocos antagônicos (SCALZARETTO & MAGNOLI, p. 7) (Figura 4).



Figura 4: Projeção polar utilizada comumente na Guerra Fria (SCALZARETTO, R. & MAGNOLI, D., 1996, p. 7).

Em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), Yves Lacoste havia marginalizado a cisão global entre Oeste e Leste na sua descrição sobre subdesenvolvimento também ao incluir sob esse rótulo inúmeras nações da vertente oriental da Cortina de Ferro. O autor declara que apenas a Alemanha Oriental e a Boêmia – região ocidental da antiga Tchecoslováquia – não seriam subdesenvolvidas na Europa Oriental. Ou seja, pode ser deduzido que Polônia, Hungria, as regiões tchecoslovacas da Morávia e da Eslováquia, a Romênia, a Bulgária, a Iugoslávia e a Albânia estavam em situação de subdesenvolvimento (LACOSTE ([1959] 1960, p. 86-87). Curioso tratarem-se de Estados que haviam sido instituídos ou remodelados nas suas fronteiras no pós-1ª Guerra Mundial (1914-1918). O princípio da “autodeterminação dos povos”, empunhado pelo presidente americano Woodrow Wilson, havia feito esses novos Estados surgirem dos escombros dos Impérios Alemão, Otomano e Russo.

No início do século XIX, a nação como “comunidade politicamente imaginada”, na fórmula de Benedict Anderson, se disseminou pela Europa, enquanto as repúblicas latino-americanas conquistavam a independência. Nos anos 1830, uma pequena Grécia desgarrou-se do Império Turco, como relata Figes ([2010] 2019, p. 65). Entre 1870 e 1871, ocorreram as unificações da Alemanha e da Itália, na mesma década em que surgiram Romênia e Sérvia, pouco tempo depois do Compromisso Austro-Húngaro de 1867, que cindiu o império multinacional segundo o “princípio das nacionalidades”. A Bulgária alcançou a independência pouco antes da 1ª Guerra Mundial, depois da qual surgiram Polônia, Tchecoslováquia, Hungria e Iugoslávia. Para Lacoste (1959), todavia e com todas as ressalvas, essas regiões – em sua maioria sob hegemonia soviética - poderiam ser colocadas sob o rótulo do subdesenvolvimento.

Rejeitar a centralidade da Guerra Fria era uma escolha incisiva em uma realidade desafiadora. O conceito de Terceiro Mundo havia sido forjado por Alfred Sauvy em meio à Guerra da Coreia (1950-1953), confronto baseado na realidade de uma península dividida pela mesma bipolaridade que assombrava o globo. O armistício que paralisou as hostilidades se deu no mesmo ano da morte de Josef Stálin, cujos crimes foram parcialmente denunciados por seu sucessor, Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS⁴¹, em fevereiro de 1956. Durante o “degelo” da desestalinização, o novo líder soviético havia iniciado o movimento de *détente* com os Estados Unidos, conhecido como “coexistência pacífica”.

⁴¹ Sigla para Partido Comunista da União Soviética, o partido-Estado que comandava o país.

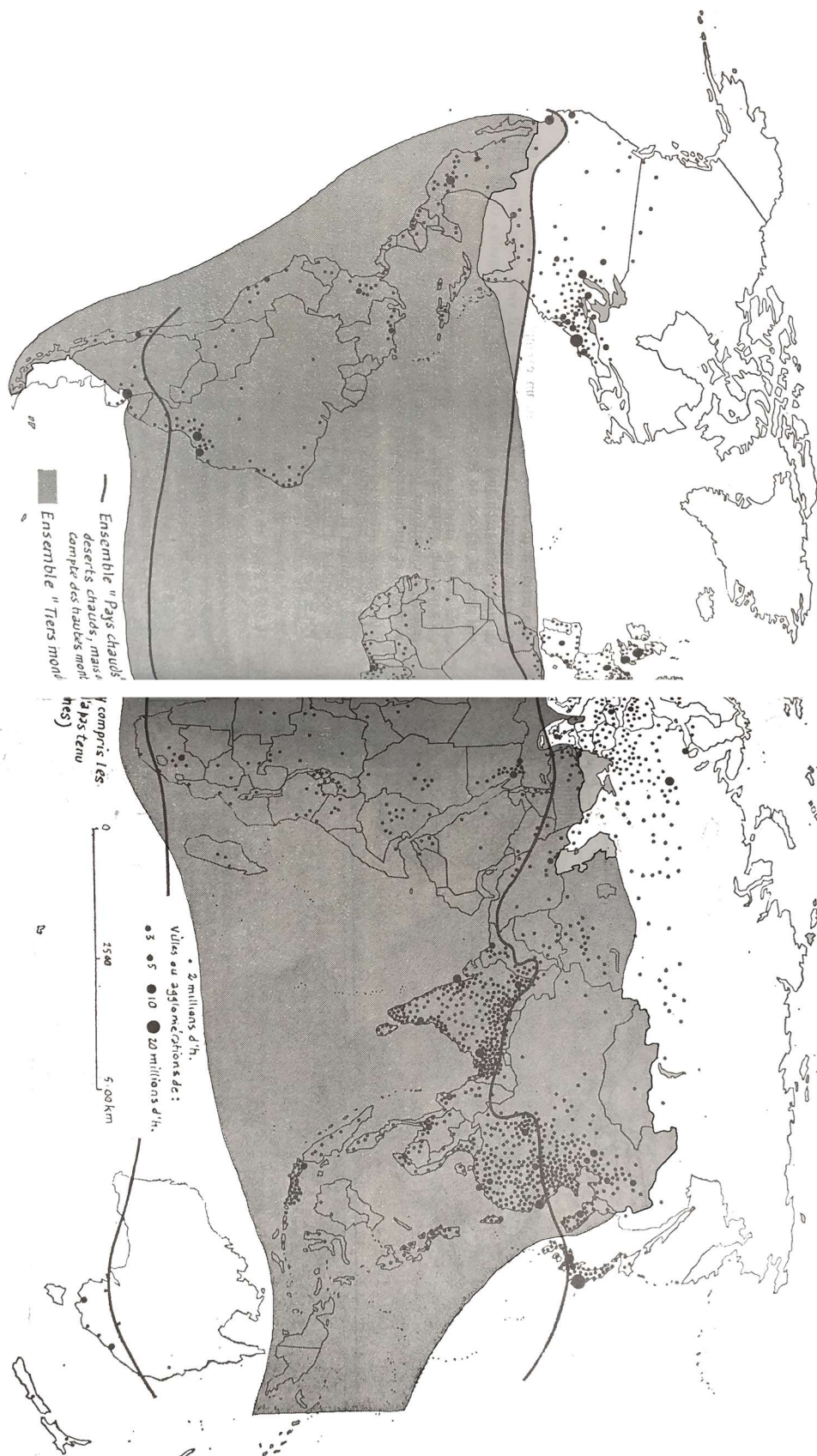


Figura 5: Mapa-múndi que, segundo Lacoste (1980a, p. 99), evidencia os traços de dois “conjuntos espaciais”: os países “quentes”, que só possuem baixas temperaturas em áreas de maior altitude, e os países do Terceiro Mundo (LACOSTE, idem, p. 100-101).

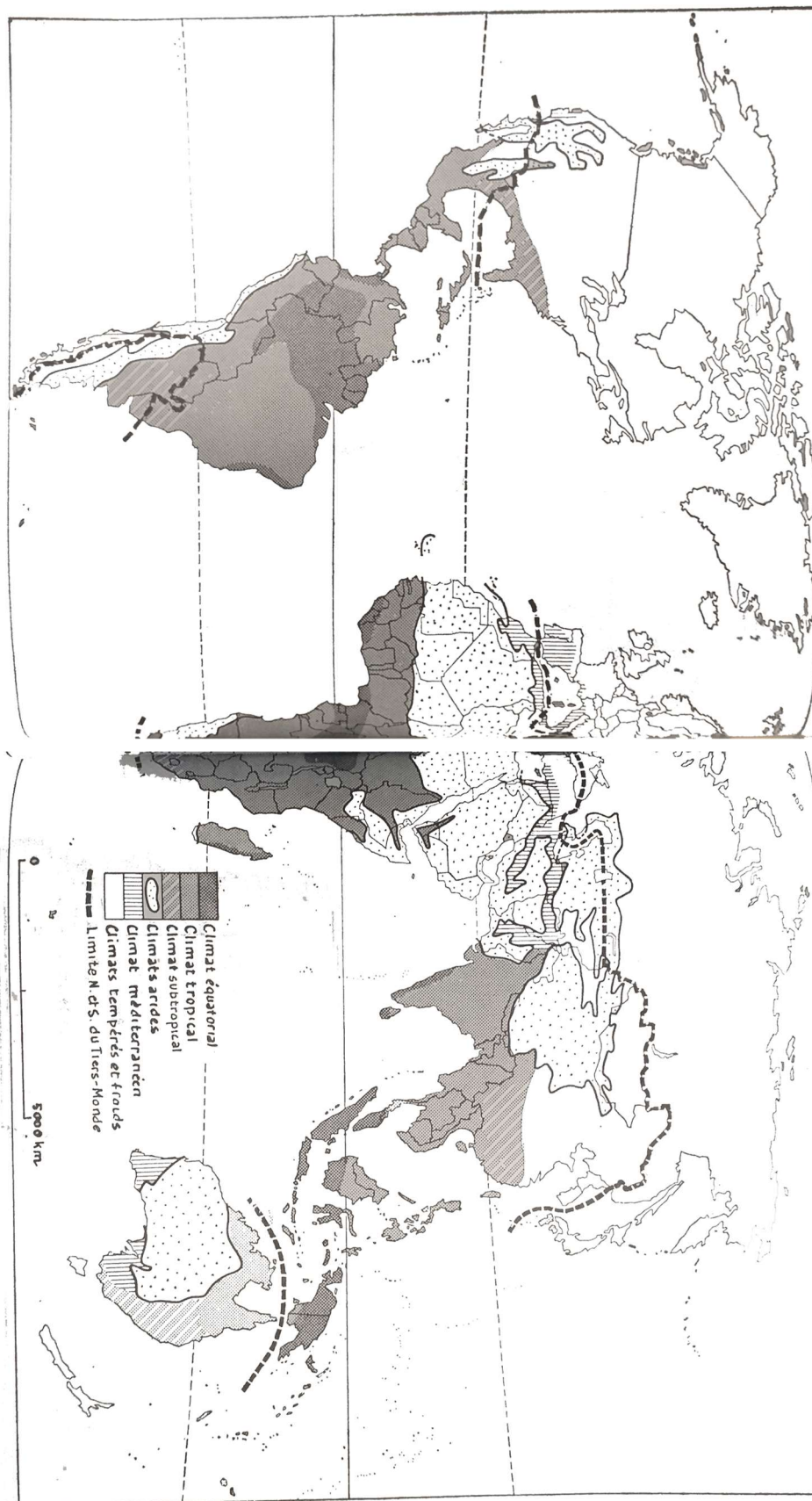


Figura 6: Mapa-múndi contendo dois “conjuntos espaciais”, segundo Lacoste (1980a, p. 99): os grandes contornos climáticos do planeta (organizados por pluviosidade e temperatura) e o Terceiro Mundo.

A ênfase na divisão desenvolvimento/subdesenvolvimento promovida por Yves Lacoste em seu *Os Países Subdesenvolvidos* (1959) – e não na cisão Ocidente/Oriente da Guerra Fria – pode ser entendida no contexto da coexistência pacífica? É possível, mas é pouco provável, pois o período continuou marcado pela formidável tensão entre as duas superpotências.

Segundo Kissinger ([1994] 2012, p. 518), Krushev interpretou o fato de os Estados Unidos terem se posicionado contra seus aliados – França e Reino Unido – durante a Crise de Suez, em 1956, como sinal de decadência do bloco. O episódio foi o canto do cisne das realidades imperiais francesa e britânica, com suas forças impedidas de investir contra o Egito de Gamal Abdel Nasser pela oposição americana e soviética. Enquanto isso, a impotência do Ocidente frente à simultânea invasão da Hungria pelas tropas soviéticas, entre outubro e novembro, foi vista em Moscou como sinal da sua preponderância no sistema internacional. A autoconfiança de Krushev levou-o aos ultimatos sobre Berlim, “aquele gigantesco buraco na Cortina de Ferro” (Idem, p. 524). A Crise de Berlim iniciou em outubro de 1958 e duraria meia década, pontuada pela construção de um famigerado muro dividindo a cidade (agosto de 1961) e pela Crise dos Mísseis (outubro de 1962).

Ou seja, se as fronteiras rígidas da Guerra Fria não são priorizadas na representação cartográfica de Lacoste (1965, p. 22), é provável que não seja por conta de qualquer afrouxamento na bipolaridade entre Washington e Moscou. A explicação para a pouca importância dada à divisão Leste-Oeste pode estar nas dissensões internas que já haviam ficado evidentes dentro de cada bloco, mostrando que não eram edifícios monolíticos. Os Estados nacionais continuavam manejando estratégias específicas, e Lacoste tinha relação com os dois casos mais notáveis: França e China.

A aceleração de descolonização e a independência da Argélia, fizeram com que a França de De Gaulle, novamente no poder entre 1958 e 1969, repensasse sua política externa. Segundo Judt (2005, p. 291-292), abraçou o projeto de integração europeia iniciado na década anterior, centrado na aliança franco-alemã. Simultaneamente, Jackson (idem, p. 719) ressalta que as relações entre Paris e Washington eram tensas, mas nunca ao nível da ruptura. Na opinião pública francesa havia um flerte com o antiamericanismo que ia da “esquerda socialista à direita católica” (idem, p. 712). Todavia, o foco de De Gaulle era a questão de adquirir uma dissuasão nuclear própria, fora dos dispositivos da

OTAN: em 1960, a França explodiu sua primeira bomba atômica⁴². Seis anos depois deixou o comando integrado da aliança atlântica (idem, p. 833).

Em 1964, a França de De Gaulle ofereceu reconhecimento diplomático à República Popular da China, ano em que esta realizou seu primeiro teste nuclear enquanto se afastava da influência de Moscou⁴³. A União Soviética havia oferecido o alicerce básico para o desenvolvimento do programa atômico chinês na década anterior, antes que as relações entre as duas nações esfriassem. O rompimento foi lento, mas inexorável, pois Mao Tsé-tung nunca aceitou a desestalinização, classificando-a como “revisionismo”. Em 1962, quando a China de Mao e a Índia de Nehru se enfrentaram em um rápido conflito de fronteira, o líder chinês ressentiu-se da falta de apoio de Krushev, que seria derrubado por um golpe dois anos depois. Em 1965, Mao lançou as linhas mestras do que seria a brutal Revolução Cultural (1966-1976), colocando na mira seus dois principais rivais na época, Liu Shao-shing e Deng Xiaoping, suspeitando que um deles pudesse se transformar no “novo Krushev”.

Quando *Geografia do Subdesenvolvimento* foi lançada, em 1965, o cisma sino-soviético ainda não havia chegado à beira do confronto bélico, como ocorreu em 1969, à na fronteira do rio Ussuri. Todavia, as ranhuras que De Gaulle e Mao Tsé-tung haviam desenhado nos blocos antagônicos da Guerra Fria abriram espaço para que a representação do mundo oferecida por Lacoste (1965, p. 22) marginalize o cenário de conflito global entre blocos supostamente sem dissensões internas.

Todavia, Yves Lacoste (idem, p. 15) recusa associar a sua definição de Terceiro Mundo – conceitualmente e cartograficamente – à ideia de uma “terceira força” no bojo da Guerra Fria, seguindo o rastro do “neutralismo”. Neste caso, o autor se referia à iniciativa pioneira da Conferência de Bandung, em 1955, e a criação do Movimento dos Não-Alinhados, oficializado em 1961, na Conferência de Belgrado. O iugoslavo Josip Broz Tito, que havia rompido com Stálin em 1948, arquitetou o movimento com o indiano Nehru, o indonésio Sukarno e o egípcio Nasser (AHMAD, [1992] 2002).

O autor não deixa, entretanto, de reconhecer tais iniciativas. Segundo Lacoste (Idem, p. 13-14), a ideia de um agrupamento de nações unidas pelo subdesenvolvimento

⁴² O primeiro teste nuclear francês foi realizado em Reggane, no Saara argelino, em fevereiro de 1960, na chamada Operação *Gerboise Bleue* (“Jerboa Azul”). As duas principais superpotências da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, já possuíam arsenais atômicos, e o Reino Unido havia detonado seu primeiro teste nuclear em outubro de 1952, na Operação *Hurricane* (“Furacão”), nas Ilhas Montebello, na Austrália Ocidental.

⁴³ Em 16 de outubro de 1964, a China realizou seu primeiro teste nuclear, em lugar denominado Lop Nur, num setor desértico da província de Xinjiang.

em nome de uma “aliança reivindicativa” em relação ao Ocidente havia se reforçado com a “ideologia dos movimentos nacionais nos países colonizados, as lutas que precederam as suas independências” e a “conferência realizada em Bandung pelos representantes de Estados da África e da Ásia”. Contudo, Lacoste (idem, p. 15-16) achava restritivo e equivocado ancorar uma definição científica e geográfica de Terceiro Mundo no arcabouço de política externa dos Estados, defendendo que:

É necessário desembaraçar esse conceito desse gênero de interpretações que o mutilam e o esvaziam de sentido por serem inconstantes. Somente o critério de política estrangeira – o critério diplomático, devemos dizer – não pode servir à definição do Terceiro Mundo: os países subdesenvolvidos não constituem um ‘bloco’ político. Diversos se opõem violentamente. Além disso, a natureza dos governos é de uma extrema diversidade, desde monarquias teocráticas até os regimes mais revolucionários. (LACOSTE, 1965, o. 15-16)⁴⁴.

A ideia de um bloco neutro era vista com desconfiança por diversos autores. Como abordado anteriormente (ANJOS, 2021, p. 7), para Raymond Aron ([1962] 2018, p. 617-618), os “Estados da África e da Ásia têm suas disputas locais, comparáveis às que ocorrem entre os Estados europeus”, além de serem cobiçados pelas potências antagônicas da Guerra Fria. A reivindicação de um bloco neutro variava muito entre as nações que proclamavam a sua existência, tanto na forma como na substância de como seria constituído. Segundo o sociólogo francês:

[...] A neutralidade da Índia refletiu originalmente a personalidade de Nehru – fiel aos valores do Ocidente e inimigo do colonialismo; a do Egito espelha o nacionalismo antiocidental mas não pró-soviético do mundo árabe; a da Iugoslávia, a aventura de uma modalidade de comunismo que reagiu à proteção esmagadora do ‘irmão mais velho’ soviético; a de Cuba, a revolta dos intelectuais esquerdistas da América Latina contra a exploração capitalista. [...]. (ARON, [1962] 2018, p. 622).

Deste modo, Raymond Aron (idem, p. 622) dissociava qualquer tipo de neutralidade “do grau ou da natureza do subdesenvolvimento”, já que “são as circunstâncias políticas, a psicologia das elites e dos povos que determinam a modalidade de não alinhamento ou de engajamento em favor de um dos blocos”. Enquanto isso, Lacoste (1965) dissociava o Terceiro Mundo tanto da Guerra Fria como das promessas de neutralidade, acoplando-o ao mecanismo que o conferia unidade: *a combinação entre crescimento populacional e estagnação econômica* (grifo meu).

⁴⁴ Tradução de “Il est nécessaire de dégager ce concept de ce genre d’interprétations qui le mutilent et le vident de sens à force d’être changeantes. Le seul critère de politique étrangère, le critère diplomatique faudrait-il dire, ne peut servir à la définition du Tiers Monde: les pays sous-développés ne constituent pas un “bloc” politique. Nombre d’entre eux s’opposent violemment. De plus, la nature des gouvernements est d’une extrême diversité, depuis les monarchies théocratiques jusqu’aux régimes les plus révolutionnaires” (LACOSTE, 1965, p.15-16).

1.2. Imagens de um mundo dividido

É possível observar que a divisão global promovida em nome do subdesenvolvimento por Yves Lacoste (1959; 1965; 1980a, b, c) seja profundamente diferente de outras duas tendências de representação cartográfica do planeta comuns na geografia da primeira metade do século XX. A primeira delas diz respeito à visão de mundo forjada pelas teorias geopolíticas, notadamente do norte-americano Alfred Mahan e do britânico Halford Mackinder. A segunda dizia respeito ao desenho de fronteiras raciais na superfície do planeta, presente mesmo depois da 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

O almirante americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914) é considerado por Costa ([1991] 2013, p. 68), por conta da obra *The Influence of Sea Power Upon History* (1890), como “o precursor das teorias geopolíticas sobre o poder marítimo”. Este poderia ser mensurado pela posição geográfica do Estado, guarnição de suas costas e vias aquáticas interiores, características de seu governo, e pela articulação entre “comércio marítimo, domínio colonial e poder naval”, uma combinação que muito havia favorecido o Reino Unido (Idem, 69-75)⁴⁵. Todavia, o britânico Halford John Mackinder (1861-1947), professor de geografia na Universidade de Oxford, apostou nos continentes, e não nos oceanos.

O texto *The Geographical Pivot of History* foi apresentado por Halford Mackinder à Sociedade Real de Geografia britânica, em 25 de janeiro de 1904. Brotton ([2012] 2014, p. 395) afirma que a moral estava em baixa: a Guerra dos Bôeres (1899-1902) custara cerca de 20 mil soldados à Coroa. A palestra de Mackinder tinha como núcleo a ideia de que se vivia em uma era “pós-colombiana”, sem novas áreas a serem descobertas, e com os acontecimentos de cada canto do globo influíam no restante. Especialmente uma área merecia destaque: um “eixo geográfico da história”, na Ásia Central, de onde partiram diversos conquistadores que chegaram às portas da Europa ao longo dos milênios anteriores. O Império Russo era o herdeiro desse vasto espólio, o que merecia atenção (BROTTON, idem, p. 397-401). O geógrafo consolidou sua visão sobre a realidade global no texto *Ideais Democráticos e Realidade* (1919), onde contrapõe o poder terrestre ao poder marítimo.

⁴⁵ Costa (2013, p. 72) afirma que Mahan defendia a criação de um canal no istmo da América Central que facilitasse a conexão entre as costas leste e oeste dos Estados Unidos, como forma de ampliar o seu poder marítimo.

Segundo Costa (Idem, p. 86-87), Mackinder propunha uma representação do mundo composta principalmente por uma *World Island*, formada pelos continentes europeu, africano e asiático. Essa gigantesca massa terrestre estava subdividida entre um *Heartland* – o pivô estratégico que ia do Báltico à Mongólia, da Pérsia à Sibéria⁴⁶ - (Figura 7) e um *crescente marginal* formado pela periferia eurasiática, constituída por ilhas e penínsulas, por exemplo. A Oceania, as Américas e a África Subsaariana representavam o *Crescente Insular*, para além da *world island*⁴⁷.

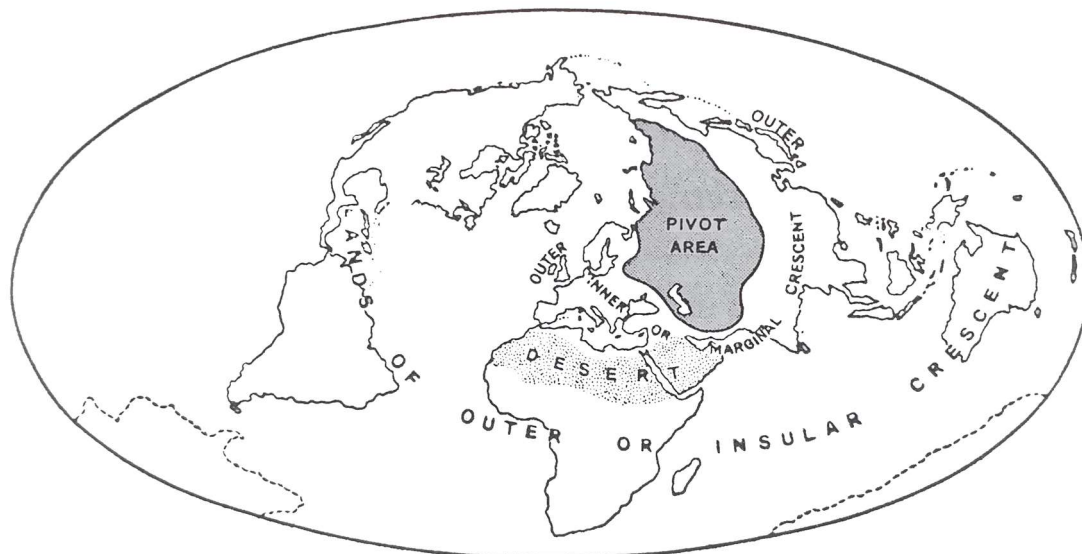


Figura 7: O mundo segundo Halford Mackinder em “The Geographical Pivot of History” (1904) (BECKER, [1995] 2012, p. 278).

Ao fim e ao cabo, Halford Mackinder imaginava que o pior cenário para os interesses britânicos seria a perspectiva assombrosa de uma aliança entre Alemanha e União Soviética, que somariam o controle total sobre o *Heartland* (COSTA, idem, p. 89). Seu maior pesadelo se concretizou em agosto de 1939, com o Pacto Nazi-Soviético, rompido apenas em junho de 1941, com o início da Operação Barbarossa.

Na França, a resistência à Geografia Política e à Geopolítica se deu em meio à busca pelo afastamento em relação à influência intelectual alemã, já no início do século XX. Berdoulay (2017, p. 26) afirma que o processo ocorreu sob a liderança de Vidal de La Blache, afastando-se de suas fontes originais, como a obra do alemão Friedrich Ratzel

⁴⁶ A Pérsia foi renomeada como Irã em 1935.

⁴⁷ Mackinder foi uma fonte que alimentou tendências bastante díspares. Segundo Costa (Idem, p. 77), o general alemão Karl Haushofer apropriou-se de seu conceito de *heartland*, para aplicá-lo à sua *Geopolitik*, “envolvida pelos projetos do Terceiro Reich”. Do outro lado do Atlântico, no pós-2ª Guerra, o norte-americano Hans Weigert projetava Mackinder como o artífice de uma “visão global”, indispensável para os detentores do poder e importante para a defesa das democracias ocidentais.

(1844-1904), inclusive substituindo sua *antropogeografia* pelo termo *geografia humana* como forma de diferenciação⁴⁸. Na década de 1950 e 1960, ressonâncias das teorias geopolíticas clássicas não parecem estar presentes na obra de Lacoste.

Em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959, p. 48-51), Yves Lacoste já havia apostado na história para encontrar as causas do subdesenvolvimento, rejeitando esquemas baseados na natureza, na religião e na raça. Por um lado, as técnicas cada vez mais avançadas permitiam transpor os obstáculos naturais, principalmente com o desenvolvimento econômico. Por outro lado, o “fatalismo” de certas crenças religiosas deveria ser buscado na sua origem em momentos históricos de estagnação econômica, e não como causalidade do nível de vida das populações. Por último, a unidade do *Homo Sapiens Sapiens* empurrava o argumento racial para fora de qualquer lastro científico. Afinal:

Se existem diferenças entre certas populações, são aquelas que diferenciam o homem bem-nutrido – que se beneficiou de instrução e meio social equilibrado – do homem mal alimentado, deixado com frequência por si mesmo, e que sente desmoronar todo o mundo espiritual e material de sua tradição. (LACOSTE, 1959, p. 50)⁴⁹.

O posicionamento de Lacoste é significativo, já que, naquele momento, divisões do mundo segundo a gramática das raças continuavam presentes, inclusive na geografia francesa.

Em 1961, foi publicado o livro *O Homem sobre a Terra* (1961), de Maximilien Sorre (1880-1962), que havia sido professor de Lacoste no Instituto de Geografia, como constam em suas memórias (LACOSTE, 2018, p. 42). Segundo Moraes ([1981] 2007, p. 92), a “proposta de Sorre foi, sem dúvida, a reciclagem da Geografia Humana concebida por Vidal de La Blache”, e significou “uma retomada e um enriquecimento das suas teorias, mantendo-lhes a essência”. O livro é um verdadeiro “tratado de geografia humana”, como consta no subtítulo, e foi o último lançado pelo autor antes de sua morte. É nessa obra de Maximilien Sorre (1961, p. 320-328) que consta o conceito de *paisagens derivadas* – depois desenvolvido de forma mais refinada por Milton Santos ([1971] 2013, p. 123) –, designando as áreas do mundo cujos contornos eram definidos pela colonização

⁴⁸ O projeto de Yves Lacoste em formular uma “nova escola de geopolítica”, na órbita do grupo editorial da revista *Hérodote*, emergiria apenas na virada entre as décadas de 1970 e 1980, anos depois da publicação das obras pioneiras do autor sobre o subdesenvolvimento. Suas representações de mundo diferem profundamente daquelas expostas por Mahan ou Mackinder, mas também outros determinismos.

⁴⁹ Tradução de “S’il existe des différences entre certaines populations, ce sont celles que différencient l’homme bien nourri, que a bénéficié d’une instruction et d’un entourage social équilibré, de l’homme mal alimenté, livré le plus souvent à lui-même et qui sent s’effondrer tout le monde spirituel et matériel de la tradition” (LACOSTE, 1959, p. 50).

e migração europeias, desde a *frontier* no oeste americano às zonas de expansão russa na Sibéria e nas estepes centro-asiáticas.

Contudo, nas primeiras páginas do livro, uma divisão do mundo em categorias raciais é desenhada antes que abordasse outras formas de regionalização baseadas no clima, nos padrões alimentares ou na política internacional. Ao abordar a “variedade da espécie humana”, Sorre (1961, p. 9) aponta a “distinção maior que opõe o grupo das raças equatoriais àquele das raças boreais”. O primeiro seria formado pelos tipos “negroides”, enquanto os “amarelos” “brancos” integrariam o segundo. Os dois “mundos”, também chamados de dois “conjuntos” (SORRE, 1961, p.9-10) seriam divididos pelo Saara, mas se aproximariam nos territórios ao redor do Índico e do Pacífico. A primeira figura exposta por Sorre não é um mapa, mas um crânio humano (Figura 8), dividido em planos horizontais e verticais, base para a classificação racial da época. Em seguida, Sorre parte para os pormenores da classificação racial, apontando traços corporais distintivos e “tipos arcaicos”.

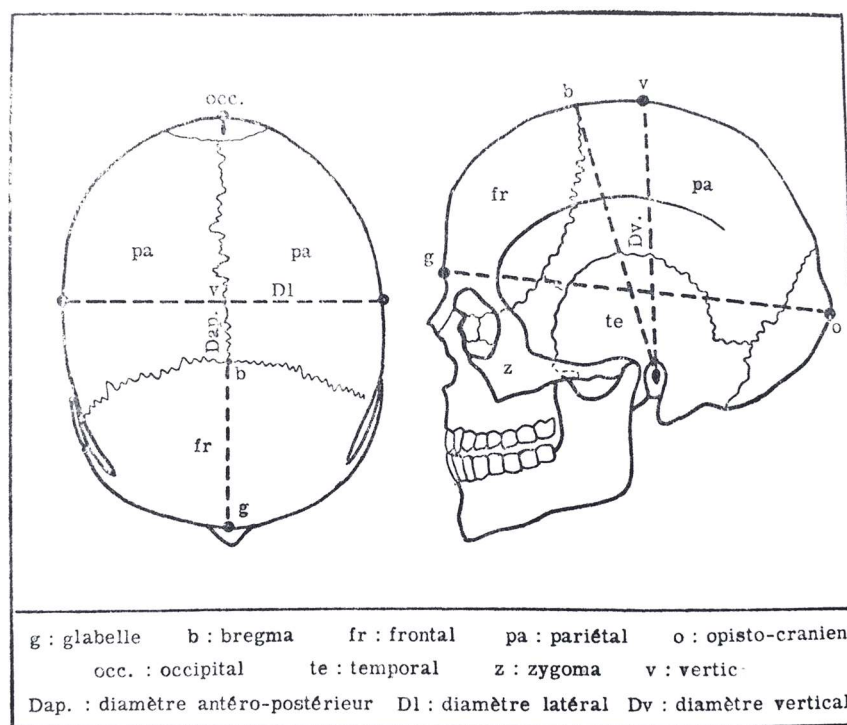


FIG. 1. — DIAMÈTRES CRANIENS (plan vertical et plan horizontal).

Figura 8: Esquema de crânio humano que servia de base à classificação racial (SORRE, 1961, p. 10).

Max Sorre não deixa de criticar a absolutização do conceito de raça, com base no histórico de mobilidade humana, expressa nas migrações e na miscigenação. Logo depois aponta a segregação nos Estados Unidos e o *apartheid* sul-africano como exemplos de

“quando uma população que se estima superior ergue uma muralha ao redor de si” (SORRE, 1961, p. 18-19). No subtítulo “Raça ou etnia?”, afirma que essas “generalidades” não aboliam a complexidade das formações regionais; que nenhuma raça poderia reivindicar o conceito de pureza. A unidade de um grupo seria dada muito mais por um “complexo cultural elaborado ao longo do tempo” do que pela “comunidade de traços somáticos”. Ao fim, afirma ser favorável a substituir o conceito de raça pelo de etnia, mesmo que não o tenha feito em sua análise e que os trate como sinônimos.

Ou seja, ao delinear uma divisão do globo de acordo com o subdesenvolvimento, Lacoste faz uma série de escolhas, como deixar de lado a divisão leste-oeste típica da Guerra Fria, as fronteiras nacionais, as projeções de poder das velhas teorias geopolíticas, assim como divisões anteriores baseadas na religião e na natureza. Ao marginalizar a divisão racial⁵⁰, desenha os contornos de uma humanidade, cindida pelos limites que desenhavam o Terceiro Mundo.

O olhar global de Lacoste (1959; 1965) pode ter relação com a emergência de instituições supranacionais mais sólidas no pós-2ª Guerra, com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU). O geógrafo parecia atento a esse processo em seu primeiro artigo publicado sobre o subdesenvolvimento em uma revista científica, a *Annales de Géographie*, tradicional periódico francês, fundado em 1891 por Paul Vidal de La Blache. O autor afirma que a “constatação da existência do fenômeno do subdesenvolvimento procede, em parte, da comparação das características econômicas e sociais dos diferentes países. Essa abordagem é facilitada pelos diversos anuários publicados pela Organização das Nações Unidas” (LACOSTE, 1962a, p. 254)⁵¹.

⁵⁰ Resquícios da gramática da raça se encontram na própria coleção Magellan. Em *Panorama do mundo atual* (1965), livro inaugural da coleção, Pierre George discorre sobre a “diversidade etnológica e diversidade política” da Ásia, George (1965, p. 161). De início, George recusa o rótulo racial, e se baseia em Pierre Gourou para afirmar que o conceito de raça não pode se aplicar à Ásia, onde teria havido forte miscigenação. Contudo, logo depois discorre sobre “domínios etnológicos caracterizados por certas combinações ou superposições de miscigenações e por culturas originais”. Entre aspas o autor cita uma Ásia ocidental “branca”, uma oriental “amarela”, uma meridional “marrom”, suposta origem miscigenada entre brancos e negros. A partir daí – sem aspas – classifica os brancos da Ásia em braquicéfalos (anatólios e armênios), dolicocefalos (árabes e indo-afegãos), e divide também os amarelos em diversas raças (paleo-siberianos, mongóis, chineses do sul e do norte), mas apontando uma “unidade somática”. Sobre essa ossatura racial o autor coloca uma camada de originalidade e domínios culturais diferentes que, “por pura coincidência”, correspondem e se confundem a posições políticas e internacionais específicas: o Cáucaso soviético, o mundo árabe, o bloco neutralista indiano, o socialismo chinês e os “bastiões insulares e peninsulares do ‘mundo livre’”, que correspondia à SEATO.

⁵¹ Tradução de “La constatation de l’existence du phénomène de sous-développement procede pour une part de la comparaison des caractéristiques économiques et sociales des différents pays. Cette démarche est facilitée par les divers annuaires publiés par l’Organisation des Nations Unies” (LACOSTE, 1962a, p. 254).

Love ([1996] 1998, p. 267-268) afirma que a ONU oferecia um terreno mais propício à formulação de propostas econômicas mais heterodoxas, principalmente quando comparada à sua antecessora, a Liga das Nações, que possuía uma abordagem mais “eurocêntrica”. Em *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), Lacoste (1965, p. 12) reafirma a importância da instituição, dizendo que “As publicações da Organização das Nações Unidas, onde os representantes dos países subdesenvolvidos são majoritários, contribuíram muito à tomada de consciência da existência de um pequeno grupo de países muito ricos e de uma multidão de países pobres” (LACOSTE, 1965, p. 12)⁵².

Lacoste (idem, p. 11) defende que, dentre as transformações ocorridas no pós-2ª Guerra Mundial, o “reco considerável da dominação colonial e a criação da ONU, em particular, tiveram múltiplas consequências no domínio das ideias”⁵³. A divisão da humanidade entre “civilizados” e “selvagens” dava lugar a uma “visão singularmente nova do mundo”, no qual “um pequeno número de países *ricos* estava rodeado por uma grande massa de países *pobres*” (grifos do autor). Lacoste afirma que a descolonização havia feito desaparecer o “tabu”⁵⁴ que impedia os “civilizados” de se deparar com a realidade miserável de muitas nações.

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), Lacoste (1980a, p. 27-28) afirma que “é na França, em primeiro lugar nos meios anticolonialistas, na intelligentsia parisiense e dentre os militantes emigrados, que o ‘Terceiro Mundo’ começou sua carreira”, como uma “representação geopolítica do mundo” (grifo do autor), no contexto de uma guerra colonial. Análises econômicas não foram recusadas, mas as “representações do imperialismo” haviam sido observadas principalmente em seus “aspectos políticos e manifestações militares”. A ideia de Terceiro Mundo oferecia uma “ideia muito mais política” do que a de subdesenvolvimento, muitas vezes relegada à indicação de desigualdades econômicas.

O livro *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965) possui um segundo mapa retratando o Terceiro Mundo, (LACOSTE, 1965, p. 162-163) mais atento às evoluções nacionais específicas e, principalmente, pelo histórico de conflitos (Figura 9).

⁵² Tradução de “Les publications de l’organisation des Nations Unies, où les représentants des pays sous-développés sont majoritaires, contribuèrent beaucoup à la prise de conscience de l’existence d’un petit groupe de pays très riches et d’une foule de pays pauvres” (LACOSTE, 1965, p. 12).

⁵³ Tradução de “le recul considérable de la domination coloniale et la création de l’O.N.U. en particulier ont eu, dans le domaine des idées, de multiples conséquences” (LACOSTE, 1965, p. 11).

⁵⁴ Ao utilizar o termo “tabu”, Lacoste (1965, p. 12) cita Josué de Castro, mesmo que sem referenciá-lo.

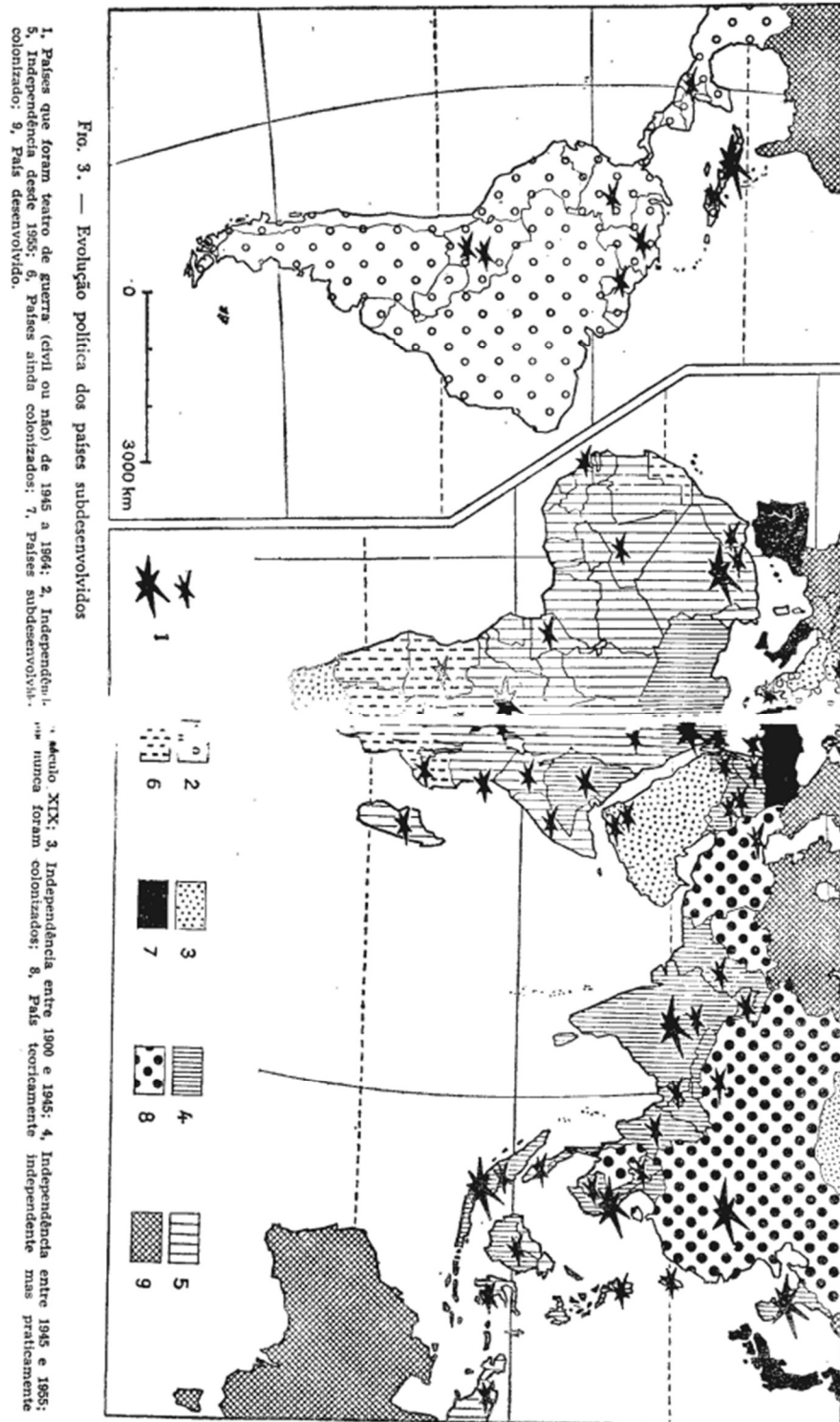


Figura 9: Mapa sobre a evolução política do Terceiro Mundo (LACOSTE, [1965] 1975, p. 152-153).

No mapa acima, um símbolo adicionado sobre as camadas do mapa, que designam o período de independência de cada nação, denota “explosão”, indicando os países que haviam sido “teatro” de guerras civis entre 1945 e 1964. As dimensões do sinal são

maiores em algumas nações, como Cuba, Argélia, Congo, Egito, Índia, Vietnã, Indonésia e China, alguns deles países que se destacaram na propagação do “terceiro-mundismo”, segundo Berger (2004). O destaque se dá em meio a uma constelação de “explosões” que indicam guerras civis menos importantes no que diz respeito aos “mitos revolucionários do Terceiro Mundo” – nas palavras de Gérard Chaliand ([1977] 1978) –, como Mianmar, Filipinas, Bolívia, Mali e os Iêmens do Sul e do Norte.

Yves Lacoste defende que não se deveria “negligenciar os problemas políticos” que atravessavam o Terceiro Mundo, já que “[t]odos os países subdesenvolvidos são, de fato, o teatro de uma grande agitação”⁵⁵. Deste modo, o Terceiro Mundo era palco de uma realidade eminentemente dinâmica, mesmo que marcada por regimes ditatoriais, muitas vezes vinculados ao exército no poder. Segundo Lacoste (1965, p. 157-158), “[e]ssa tomada de poder pelos militares em um grande número de países subdesenvolvidos também está relacionada estreitamente com a extrema gravidade das tensões sociais de que são teatro”⁵⁶. Para o autor, “a vida política dos países subdesenvolvidos é de uma extrema complexidade e de uma grande brutalidade” (LACOSTE, 1965, p. 161)⁵⁷.

Os países desenvolvidos são quase ignorados no segundo mapa de *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), intitulado como “Evolução Política dos Países Subdesenvolvidos”⁵⁸ (Figura 9). Um “corte” diminuindo a extensão do Oceano Atlântico propositalmente, aproximando os continentes africano e sul-americano, enquanto boa parte dos territórios dos países mais ricos são ignorados na cartografia. A estratégia densifica as áreas preenchidas pelo subdesenvolvimento no enquadramento do mapa, cuja legenda e representação associa o Terceiro Mundo ao passado de colonização, ao classificá-lo com símbolos diversos de acordos com a data de independência de cada Estado. Havia as exceções importantes dos que nunca haviam sido colônias, como

⁵⁵ O segundo mapa da obra acompanha o setor do livro dedicado à “tomada de consciência” sobre o subdesenvolvimento. Para o autor disseminação de “políticas de desenvolvimento”, muitas vezes associadas à industrialização, simbolizavam uma atitude das elites desses países como forma de aliviar as tensões sociais presentes.

⁵⁶ Tradução de “Cette prise du pouvoir par les militaires dans un grand nombre de pays sous-développés est aussi à mettre en relation étroite avec l’extrême gravité des tensions sociales dont ils sont le théâtre” (LACOSTE, 1965, p. 157-158).

⁵⁷ Tradução de “La vie politique des pays sous-développés est d’une extrême complexité et d’une grande brutalité” (LACOSTE, 1965, p. 161).

⁵⁸ Em comparação à descrição presente em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), o segundo de mapa de Lacoste (1965, p. 161), que tem como título “Evolução Política dos Países Subdesenvolvidos”, reduz a extensão do subdesenvolvimento na Europa Oriental. Anteriormente, o autor afirmara que apenas a Alemanha Oriental e a Boêmia – região oeste da Tchecoslováquia – poderiam ser consideradas como desenvolvidas, mas agora inclui nesse rótulo também o restante do território tchecoslovaco, assim como a Polônia.

Turquia e Japão, considerado como subdesenvolvido por Lacoste (1965), uma posição que não se repete em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, p. 104-5).

Todavia, quais foram as principais influências intelectuais que colocaram Yves Lacoste na trilha dos estudos sobre o subdesenvolvimento e sua transformação de um defensor do conceito de Terceiro Mundo? Verdi (2017, p. 2) afirma que “foi a partir da sua história no Magreb e da convivência com Pierre George que o geógrafo iniciou uma carreira de estudos sobre o Terceiro Mundo e o subdesenvolvimento”, e pontua a obra *Os Países Subdesenvolvidos* (1959) como o evento pioneiro dessa trajetória. Todavia, é possível que um artigo publicado em 1956 na revista *La Pensée*, em parceria com André Prenant ofereça oportunidade para rastrear um debate anterior de Yves Lacoste sobre o subdesenvolvimento, especificamente no que diz respeito à Argélia. Para compreendê-lo, é curioso conhecer algo a mais sobre experiência de Lacoste do Maghreb, desde o nascimento no Marrocos Francês, em 1929, ao período como professor no departamento de Argel, entre 1952 e 1955, antes que a Guerra da Argélia (1954-1962) adquirisse tons mais sombrios.

1.3. Maghreb: nações e subdesenvolvimento

Yves Lacoste nasceu em Fez, no Marrocos Francês, em dezembro de 1929, mas passou sua infância em Rabat, capital do protetorado. A residência da família era próxima do Palácio Real, sede do poder do sultão, e do liceu Gouraud⁵⁹. Seu pai, Jean Lacoste, se encontrava no Marrocos Francês desde 1928 com uma missão, inscrita no desenvolvimento de sua tese, vinculada ao Museu de História Natural⁶⁰: levantar a carta geológica das colinas que bordejam a cordilheira do Rif, que servia de limite com o Marrocos Espanhol.

A pesquisa de Jean Lacoste logo atraiu as atenções de uma empresa de capital franco-belga, a Sociedade Xerifiana de Petróleo (SCP), que o nomeou como geólogo-chefe, interessada em possíveis jazidas de hidrocarbonetos na região. Em 1930, foi designado para o mesmo cargo pelo Escritório de Pesquisas e Participações Minerais

⁵⁹ Os dados biográficos de Yves Lacoste desde o seu nascimento, em 1929, a mudança da família para Paris, uma década depois, os anos na Argélia (1952-1955) ao retorno à França, em 1955, foram extraídos de suas memórias, publicadas em 2018 com o título de *Aventures d'un Géographe*, como das entrevistas a Pascal Lorot, reunidas e publicada com o título de *La géopolitique et le géographe*, em 2010.

⁶⁰ Licenciado em biologia, ciências naturais e geologia pela Universidade de Nancy, era casado com Georgette Lacoste-Petit, formada na Sorbonne e funcionária de um laboratório de análises clínicas.

(BRPM), autoridade oficial que avaliava as demandas de concessão mineral no Protetorado⁶¹. Para Claval (2000, p. 243-244), o contato com a dominação colonial desde cedo teria influenciado Yves Lacoste a posteriormente rejeitar uma análise excessivamente economicista nos debates sobre o colonialismo. Isso porquê era evidente desde cedo que era a presença militar francesa que garantia, em última instância, o domínio sobre a região.

Com o agravamento da saúde de Jean Lacoste, pela tuberculose, a família se mudou para um apartamento em Bourg-la-Reine, Paris, na primavera de 1939. Tinha fim a infância marroquina do futuro geógrafo. Em agosto do mesmo ano, o Pacto Nazi-Soviético abriu o portal para o início da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Com a rápida invasão da França pelos nazistas, em maio de 1940, os Lacoste fogem para o sul. Em Clermont-Ferrand, no Maciço Central, recebem a notícia da rendição das tropas francesas pelo Marechal Pétain. O êxodo piorou ainda mais o estado de saúde de Jean Lacoste. De volta ao apartamento de Bourg-la-Reine, na França ocupada, morreu poucos meses depois.

A família logo começou a ter contato com o geógrafo Pierre George (1909-2006), que vivia no mesmo bairro e era professor no Liceu Lakanal – onde o jovem Yves Lacoste estudava. George passou a propor e avaliar textos escritos pelo seu pupilo, que teve no “Marrocos” o tema de sua primeira redação. Em outubro de 1944 veio a libertação de Paris, e logo Lacoste teria que escolher qual área de sua carreira futura. O geógrafo Jean Dresch (1906-1994), que o conheceu ainda criança no Marrocos, sugeriu o rumo da geografia. Em outubro de 1946, Yves Lacoste iniciou os estudos no Instituto de Geografia da Sorbonne, onde conheceu aquela que seria sua companheira ao longo da vida: Camille Dujardin, que viveu em Casablanca, no Marrocos, durante parte da 2ª Guerra Mundial.

Lacoste (2018, p. 44) afirma que os estudantes do Instituto de Geografia se dividiam em dois principais grupos, os “comunistas” e os “católicos”, e que tanto ele como Camille Dujardin se aproximaram dos primeiros e logo começaram a integrar uma “célula”. É curiosa a ausência dos social-democratas⁶² na descrição que Lacoste faz sobre

⁶¹ Em 1934, Jean Lacoste defendeu sua tese em Paris, publicada posteriormente em Rabat pela gráfica oficial do Marrocos Francês. As ilustrações do trabalho foram feitas por um capitão do Serviço Geográfico do Exército. A família se ampliou nos anos seguintes, com o nascimento dos filhos Hervé e Alain, e visitava a França com certa frequência. Costumavam passar as férias de verão em Bay, próxima ao Monte Branco, ou permaneciam no Marrocos, se dirigindo a Ifrane, na cordilheira do Médio Atlas. Lacoste descobriu tarde demais a razão principal de tanto tempo em zonas de maior altitude: a tuberculose de seu pai.

⁶² Julien Jackson (idem, p. 488) afirma que a política francesa no imediato pós-2ª Guerra se dividia em três principais agrupamentos políticos, e não dois. Os socialistas se concentravam na Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), e tinham Léon Blum como sua principal figura histórica: representavam a

o Instituto de Geografia da Sorbonne que encontrou em sua juventude, dada a força política desse agrupamento na França da época⁶³.

Em 1948, ao fim dos estudos no Instituto de Geografia, Yves Lacoste e Camille Dujardin precisavam realizar uma pesquisa mais aprofundada, como um dos pré-requisitos para a *agrégation*, o diploma de estudos superiores que também os habilitava para a docência. Sob influência de seu professor de geografia colonial, Jean Dresch⁶⁴, o casal escolheu o Marrocos como destino para seus trabalhos de campo, e conseguiu uma bolsa com o mesmo BRPM que havia empregado seu pai, décadas antes. No ano seguinte, Camille Dujardin já estava em Casablanca, e Yves Lacoste em Rabat.

A geomorfologia do planalto central marroquino, a oeste do Médio Atlas, foi o primeiro tema de pesquisa escolhido por Yves Lacoste. Lacoste conseguia trafegar na região com o auxílio da SCP, a outra instituição para a qual seu pai havia trabalhado como geólogo-chefe. Todavia, como a meseta marroquina não oferecia perspectiva de exploração petrolífera, a SCP sugeriu a Lacoste que escolhesse a planície do Oeste (“Gharb”) como objeto de pesquisa. De volta a Paris, em 1950, Yves Lacoste e Camille Dujardin casaram-se – tendo como testemunhas Pierre George e Jean Dresch – e adquiriram seus diplomas de *agrégation*, em geografia e etnologia, respectivamente. Depois de uma etapa como professores, decidiram viver no Marrocos, onde poderiam realizar suas pesquisas para futuras *thèses d’État*. Entretanto, foram dissuadidos por Jean Dresch.

Como o casal Lacoste desejava viver no Maghreb, Dresch sugeriu que fossem para a Argélia, pois lá a situação estava mais “calma” que no Marrocos e na Tunísia, onde a insatisfação em relação ao domínio francês fervilhava, como também salienta Ferro

principal tendência da social-democracia francesa. O Partido Comunista Francês (PCF) sobrevivia como alicerce dos desígnios de Moscou. Enquanto isso, os democratas-cristãos – a quem, provavelmente, Lacoste estivesse se referindo ao citar os “católicos” – se reuniam no Movimento Popular Revolucionário (MPR), e eram parcialmente fiéis à figura de Charles De Gaulle.

⁶³ A cisão entre social-democratas e comunistas emergiu da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e da fundação da 3ª Internacional, em 1919, por Lênin. Os social-democratas recusaram o cumprimento submisso dos desígnios de Moscou. No pós-2ª Guerra, socialistas, comunistas e democratas-cristãos construíram um governo de coalizão na França, mas que desabou no início da Guerra Fria. Entre outubro de 1947 e o fim de 1950, o país foi governado pela chamada “Terceira Força”, unindo os socialistas aos democratas-cristãos como forma de repelir os comunistas e os gaullistas (JACKSON, *idem*, p. 516).

⁶⁴ Jean Dresch nasceu em Paris, em 1905, e se licenciou em História e Geografia, em 1931, na École Normale Supérieure (ENS). Como afirmam Prieto & Verdi (2017, p. 135), durante esse período realizou seu trabalho de campo sobre geomorfologia estrutural no Marrocos, onde instalou-se depois de formado, passando 10 anos lecionando em um liceu de Rabat. A partir daí engajou-se permanentemente na militância anti-colonial, mesmo depois de voltar à França e se tornar professor no Instituto de Geografia da Sorbonne (1948-1977) e presidente da União Geográfica Internacional (1972-1976), participando de trabalhos de campo em diversos países subdesenvolvidos, além de inúmeras viagens pelos dois lados da Cortina de Ferro (PRIETO & VERDI, p. 136-137).

(idem, p. 324-325). Optaram em se mudar para Argel, em 1952, quando Yves Lacoste foi nomeado professor no Liceu Bugeaud, no bairro Bab-el-Oued.

Argel era a capital de um dos três departamentos estabelecidos pela França em 1871: Argel, Orã e Constantine. Albert Hourani (2006, p. 348) afirma que “a primeira grande conquista de um país de língua árabe” por uma potência europeia no século XIX “foi a da Argélia pela França (1830-1847)”. A consolidação do domínio sobre a Argélia nas décadas seguintes foi acompanhada pela instalação crescente de imigrantes, notadamente espanhóis, italianos e também franceses. Em 1954, sem contar a significativa comunidade judaica, a população “europeia” era de quase 1 milhão, enquanto os “muçulmanos” constituíam 9 milhões (HOURANI, idem, p. 484). No interior deste conjunto, e para além da maioria árabe, havia os berberes, concentrados nas regiões do Aurés e da Cabília, que particularmente atraiu Yves Lacoste e Camille Lacoste-Dujardin.

O casal se impressiona logo com a região da Cabília, maciço montanhoso habitado por uma maioria berbere, parcialmente arabizada. Através do contato com Labi Braïk, cabila, professor e membro do Partido Comunista Argelino (PCA), conheceram a região. Os cabilas se tornaram o tema de pesquisa de Camille Lacoste-Dujardin pelo restante de sua trajetória intelectual. Também impressionado com a região, Lacoste desistiu da ideia de uma tese de geografia humana orientada por Pierre George. Escolheu a possibilidade de um trabalho sobre a geomorfologia do maciço da Grande Cabília e da vizinha cadeia montanhosa do Djurjura, sob direção de Jean Dresch. Todavia, o contato inesperado de Lacoste com a obra do historiador magrebino Ibn Khaldun (Túnis, 1332 – Cairo, 1406) mudou a rota de seus projetos, assim como o contexto da Guerra da Argélia (1954-1962). Sobre a trajetória que o levou a Argel, o geógrafo afirma que:

A meu pedido, por falta de poder ir fazer uma tese de geografia física no Marrocos onde passei a minha infância, pois as dificuldades que ali anunciaram a independência tornaram então impossível o trabalho de campo para o geomorfólogo que eu era. Posteriormente, a guerra da Argélia, mas também a descoberta de Ibn Khaldoun e suas consequências para mim, desviaram essa vocação. (LACOSTE, 1990, p. 233)⁶⁵.

Em suas memórias, Lacoste (2018, p. 74) afirma que o médico cabila Sadek Hadjeres – membro do PCA – solicitou a ele que produzisse um artigo sobre Ibn Khaldun,

⁶⁵ Tradução de “A ma demande, faute de pouvoir aller entreprendre une thèse de géographie physique au Maroc où j’avais passé mon enfance, car les troubles qui y annonçaient l’indépendance rendaient alors impossible le travail de terrain pour le géomorphologue que j’étais. Par la suite, la guerre d’Algérie, mais aussi la découverte d’Ibn Khaldoun et ses conséquences pour moi, allaient faire dévier cette vocation” (LACOSTE, 1990, p. 233).

para ser publicado no lançamento da revista cultural *Progrès*. O geógrafo leu a tradução francesa da principal obra do historiador – *Muqaddimah* –, realizou uma conferência sobre o tema e redigiu um ensaio. Todavia, na capa da edição da revista onde o texto foi publicado estava estampada uma homenagem a Josef Stálin, morto em março de 1953. Como Lacoste (2018, p. 75-76) distribuiu a revista para alguns colegas do Liceu Bugeaud, sugere que a sua demissão pode ter tido a ver com esse incidente. De qualquer modo, o ocorrido mostra a amplitude da influência do stalinismo.

Lacoste foi convidado a se retirar do Liceu Bugeaud em julho de 1955. Na época, a Guerra da Argélia ainda não havia atingido seus tons mais sombrios, mesmo que os atentados da Frente Nacional de Libertação (FLN) tivessem começado em novembro do ano anterior. De volta a Paris, Lacoste se tornou assistente de Pierre George no Instituto de Geografia da Sorbonne, mas a vaga que estava disponível era de geografia humana. Esse fato o dissuadiu de continuar com o plano de uma tese sobre a geomorfologia da Grande Cabília, e o seu novo orientador o sugere algum tema que estivesse relacionado à geografia econômica.

Deste modo, Lacoste começa a realizar pesquisas que lhe renderiam suas primeiras publicações na tradicional revista *Annales de Géographie*, em 1957⁶⁶ e 1959⁶⁷, sobre as indústrias do cimento e da construção civil, respectivamente. Todavia, suas atenções continuaram voltadas à obra do historiador Ibn Khaldun, aprofundando seu conhecimento sobre a região do Maghreb, em pleno recrudescimento da Guerra da Argélia (1954-1962). Cada vez mais o esforço para a produção de sua *thèse d'État* ficava em segundo plano.

Se Verdi (2017) aponta a importância, inclusive emocional, da experiência de Lacoste no Maghreb para seu interesse pela geografia do subdesenvolvimento, quais são os sinais explícitos dessa mediação?

A revista *La Pensée* publicou, em 1956, o artigo “Alguns dados do problema argelino”, de Yves Lacoste e André Prenant, também geógrafo⁶⁸. Lacoste & Prenant

⁶⁶ O artigo foi publicado com o título de “*L’industrie du ciment*”, disponível em https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1957_num_66_357_18305, e acessado em 11 de abril de 2022.

⁶⁷ O artigo foi publicado com o título de “*Aspects géographiques généraux des industries de la construction*”, disponível em https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1959_num_68_366_16542, e acessado em 12 de abril de 2022.

⁶⁸ O artigo possui o título original de “*Quelques données du problème algérien*”, disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58161524?rk=107296;4>, acessado em 13 de julho de 2022. André Prenant adquiriu sua agrégation em 1948, no Instituto de Geografia da Sorbonne – também sob orientação de Jean Dresch – e foi nomeado para o Liceu Gautier de Argel, onde lecionou entre 1949 e 1953 (MEYNIER, 2011).

(1956, p. 15) apostam na colonização como principal causa do “drama argelino”. A solução: a independência da Argélia como forma de solucionar suas debilidades socioeconômicas. Deste modo, os autores discordavam dos dois principais expedientes sugeridos pelos sucessivos governos franceses: a ação militar ou/e as medidas de desenvolvimento socioeconômico. A primeira atitude tinha como pressuposto que os departamentos argelinos eram parte integrante do território metropolitano, a *Algérie Française*. O segundo envolvia medidas para enfrentar o fato de que a “Argélia sofre principalmente da miséria, consequência da superpopulação”.

Para os autores, trata-se de uma crise política fundamental da colonização, que teria colocado França e Argélia em direções diametralmente diferentes. A gênese de um “movimento nacional” foi o principal fruto desse contexto, no qual soluções econômicas e sociais seriam inoperantes, e o uso da força não parecia ser favorável. Lacoste & Prenant (1956, p. 15) afirmam que “[o] movimento político - movimento nacional - é a tomada de consciência do fato de que somente a supressão da dependência política na qual vive a Argélia pode resolver a crise econômica e social que sofre o país”⁶⁹. Não era o que pensava Maurice Thorez, a autoridade suprema do Partido Comunista Francês (PCF) entre 1930 e 1964, que nunca deixou de seguir os desígnios de Moscou (JUDT, 2005)⁷⁰.

O ano de 1956 trouxe um cenário de divisões ao comunismo internacional. Em julho, o jornal *Le Monde* começou a divulgar o “relatório secreto” de Nikita Krushev, denunciando parcialmente os crimes de Stálin (GALLISSOT, 1978, p. 45). Em outubro, os limites da desestalinização ficaram evidentes, com a intervenção militar soviética na Hungria, que derrubou o governo reformista de Imre Nagy, como destaca Sebestyen (2008). Todavia, entre os comunistas franceses, a Guerra da Argélia adicionava mais uma camada de indecisão, desconfiança e ressentimento.

Depois das eleições de janeiro de 1956, os socialistas liderados por Guy Mollet conseguiram forjar uma coalizão, reunindo partidos de centro e tornando-o primeiro-ministro. Inicialmente, o líder brandiu a bandeira de uma paz negociada com os revoltosos, mas uma má recepção em Argel mudou sua trajetória. Mollet exigiu “poderes especiais” para restabelecer a ordem em solo argelino. O objetivo era dar plenos poderes ao exército sob os auspícios de uma justiça militar pouco rigorosa. Em 12 de março, a

⁶⁹ Tradução de “Le mouvement politique, mouvement national, est la prise de conscience du fait que seule la suppression de la dépendance politique dans laquelle vit l’Algérie peut résoudre la crise économique et sociale dont souffre ce pays” (LACOSTE & PRENANT, 1956, p. 15).

⁷⁰ Como afirma Gallissot (1978, p. 44), Thorez tinha a última palavra no que dizia respeito à questão da Argélia, seu “domínio sagrado”.

Assemblée Nacional aprovou a demanda, inclusive com o voto favorável dos comunistas, comandados por Maurice Thorez, em nome da “unidade” da esquerda⁷¹. A defesa do PCF de uma “União Francesa” que incluísse a Argélia atraiu os votos do partido para o apoio aos “poderes especiais”. A Frente de Libertação Nacional argelina (FLN) denunciava o fato como uma grave contradição às proclamações dos leninistas pela solidariedade internacional à luta anti-imperialista.

Lacoste (2018, p. 87) afirma ter feito parte de uma delegação que foi até a câmara para dissuadir os deputados do PCF de votar pelos poderes especiais, não tendo sucesso, o que resultou no seu afastamento em relação ao partido. Depois do acontecimento, relatou a Jean Dresch, uma “personalidade influente no seio do partido comunista” que não participaria mais das reuniões da célula que integrava.

Lacoste (2010b, p. 193) afirma que o horizonte do Partido Comunista Argelino (PCA) – muito próximo do seu homólogo francês – ia no mesmo sentido: a meta era de transformar a França em um “país socialista”, o que permitiria a uma Argélia autônoma – mas não independente – a se beneficiar tal qual o Uzbequistão o fazia ao pertencer à União Soviética. Frantz Fanon (1959, p. 122) confirma essa realidade, afirmando que, “mesmo o PCA, durante muito tempo, foi confinado em um reformismo do tipo ‘União Francesa’”.

Jean Dresch também se posicionou a favor da independência da Argélia nas páginas de *La Pensée* em 1956, o que pode mostrar uma influência sobre a posição de Yves Lacoste na época. Em texto intitulado “O fato nacional argelino”⁷², Dresch (1956, p. 4) afirma que “o essencial do debate, o essencial do drama”, era se a Argélia constituía uma nação, sendo ela composta por uma minoria numerosa de descendentes de europeus e cidadãos franceses e uma maioria muçulmana de status específico. O autor toma sua posição desde o início: à fórmula “*L’Algérie, c’est la France*”, Dresch (idem, p. 3) respondia com “*Non, l’Algérie n’est pas la France*”.

⁷¹ As relações entre o PCF, de Maurice Thorez, e a SFIO (Partido Socialista), de Guy Mollet, costumavam envolver muita animosidade. Em 1920, León Blum recusou a entrada do partido na 3ª Internacional Comunista, organizada por Lênin. Em 1939, o mesmo Blum condenou o acordo entre Hitler e Stálin, de agosto de 1939, diferente da posição submissa da hierarquia comunista francesa, na época já comandada por Thorez.

⁷² O título original do artigo é “Le fait national algérien”, publicado no número 68 da revista *La Pensée*, relativo a julho e agosto de 1956, disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58162868?rk=42918;4>, acessado em 13 de julho de 2022. O texto foi reproduzido em um compilado de textos de Jean Dresch, organizado por Yves Lacoste e publicado na Coleção Hérodote, em 1979, com o título de *Jean Dresch: un géographe au déclin des empires*.

Dresch (idem, p. 5-6) ressalta que a expansão árabe-muçulmana pela África do Norte trouxe unidade religiosa à região, não impediu a manutenção de particularidades, o que era compatível com a existência de uma nação argelina:

Portanto, a história indica que o Islã, ao deixar subsistir comunidades estáveis, historicamente constituídas de língua, território, vida econômica e formação psíquica no interior do mundo muçulmano, permite ao mesmo tempo a formação de nações cuja contradição com a comunidade muçulmana é apenas formal. (DRESCH, idem, p. 7)⁷³.

A explicação parece muito óbvia quando se observa que, em 1956, a maioria dos Estados árabes que se consolidaram no século XX já havia adquirido a independência, ou alcançaram naquele mesmo ano, como Sudão, Tunísia e Marrocos. Todavia, a maré em alta do panarabismo colocava um véu de uma eventual unidade nacional árabe sobre um conjunto tão diverso de nações em construção, como destaca Gérard Chaliand (1977).

Independente do pan-islamismo e do panarabismo, Dresch (idem, p. 7-8) defende a existência da nação argelina, mas não a projeta de forma infinita no tempo, uma prática que Anderson (2008, p. 31) afirma ser comum no nacionalismo. O geógrafo destaca que o domínio turco-otomano, a partir do século XVI, ofereceu à Argélia um quadro político, instituindo as regências de Argel, separada da de Túnis, mas isso não constitui uma nação. Para o autor, foi o “colonialismo francês que forjou a consciência nacional argelina, como o capitalismo criou o proletariado que o combate e o leva à ruína” (DRESCH, idem, p. 9)⁷⁴.

Lacoste & Prenant (1956, p. 16) propõem um elenco de aspectos que ilustram a “originalidade” da economia argelina frente à francesa, que seria “essencialmente diferente”. O primeiro aspecto da “economia colonial” era o controle dos meios de produção por uma minoria restrita de proprietários fundiários e industriais da minoria europeia argelina. Essa situação havia emergido pela espoliação dos árabes muçulmanos pelo “Estado colonial”, que alocava a maioria dos investimentos públicos em benefício dos grandes proprietários, que haviam monopolizado as terras mais férteis. Lacoste & Prenant (Idem, p. 23) relatam a ampliação sucessiva do subemprego agrícola, situação onde predominavam os árabes. Argélia e França seguiam rumos diferentes⁷⁵.

⁷³ Tradução de “L’histoire montre ainsi que l’Islam, tout en laissant subsister à l’intérieur du monde musulman des communautés stables, historiquement constituées, de langue, de territoire, de vie économique et de formation psychique, permet en même temps la formation de nations dont la contradiction avec la communauté musulmane n’est que formelle” (DRESCH, 1956, p. 7).

⁷⁴ Tradução de “[...] le colonialisme français qui a forgé la conscience nationale algérien, comme le capitalisme cré ele prolétariat qui le combat et le mène à sa ruine” (DRESCH, 1956, p. 9).

⁷⁵ A “economia colonial”, segundo os autores, estava voltada aos interesses da França - cujas grandes empresas controlavam o incipiente parque industrial - e do mercado internacional, notadamente no setor de

Dresch (idem, p. 13) afirma que a Argélia constituía uma nação mesmo com a presença de europeus e árabes, já que diversas nações possuíam minorias, como a Suíça, a Bélgica e a Grã-Bretanha. A sua perspectiva sobre a Argélia diferia daquela oferecida pela PCF, mas nem em todos os elementos: o geógrafo cita Josef Stálin como fonte de seu conceito de nação (idem, p. 4), mesmo que tivesse muitas outras opções dentro da história socialista e comunista. Afinal, Hobsbawm ([1991] 2013, p. 10) ressalta “os importantes e subestimados debates dos marxistas da Segunda Internacional sobre o que chamavam de ‘a questão nacional’”, e que “as melhores cabeças do movimento socialista internacional” dedicaram-se ao tema, como Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e o Otto Bauer⁷⁶.

Yves Lacoste se dedicou mais profundamente a tratar o conceito de nação apenas na década de 1990. Depois de vários números do periódico *Hérodote* dedicados ao estudo das fontes de diversos nacionalismos, a editora Fayard publicou a obra *Viva a nação: Destino de uma ideia geopolítica* (1997)⁷⁷, onde Yves Lacoste (1997, p. 295) valoriza o conceito de nação como um bloco de classes sociais sob hegemonia e de uma delas, oriundo de Antonio Gramsci (1891-1937). O geógrafo destaca que as ideias do marxista italiano começaram a ser difundidas apenas quatro décadas depois de sua morte, já que muitas vezes suscitavam apreensão de dirigentes comunistas italianos e soviéticos. Nas décadas de 1950 e 1960, o conceito de subdesenvolvimento estava no centro das atenções de Yves Lacoste, e não o de nação.

Após lançar uma plêiade de estatísticas para ilustrar com tons mais fortes a disparidade entre as economias argelina e francesa, Lacoste & Prenant (idem, p. 29) concluem que⁷⁸ “O regime colonial na Argélia resultou, portanto, na coexistência, sobre

mineração. A instalação de infraestrutura - ferroviária, portuária e energética - era pouco expressiva, e priorizava mais a conexão com o território francês do que a integração entre os três departamentos que compunham a Argélia: Orã, Argel e Constantine. Lacoste & Prenant (idem, p. 21) apontam que a rede ferroviária na Argélia - sem contar os desérticos territórios do sul - era 10 vezes menos extensa que a francesa. O resultado era uma “insuficiência na produção argelina” (idem, p. 24).

⁷⁶ Entretanto, a escolha de Dresch não é óbvia ou autoevidente, mas Hobsbawm também destaca a necessidade de prestar atenção no esquema montado por Stálin, “não tanto pelos seus méritos intelectuais, medíocres mas não desprezíveis – ainda que não seja originais –, mas pela sua posterior influência política” (HOBSBAWM, 2013, p. 10).

⁷⁷ Tradução de *Vive la nation: Destin d'une idée géopolitique* (1997).

⁷⁸ Todavia, os autores oferecem uma abordagem mais nuançada. Muitos “muçulmanos” ocupavam também uma fatia da “burguesia”, enquanto a maioria dos argelinos de origem europeia também estavam submetidos à “superexploração colonial”, com salários mais baixos que a média francesa. De todo modo, Lacoste & Prenant (idem, p. 31) ressaltam o quanto uma grande maioria camponesa e muçulmana se comportava ainda como um “subproletariado”, caracterizado pelo subemprego agrícola em massa. Ao migrar para as cidades, se concentravam nas bidonvilles, em Argel, Constantine ou Tlemcen. Ao migrar para a França - que já contaria com 300 mil argelinos na época -, os trabalhadores encontravam um mercado sem estabilidade e com condições precárias.

o mesmo território, de dois circuitos de produção, um principalmente europeu, e outro exclusivamente indígena, sendo que o primeiro tende a manter o segundo em uma situação de estreita dependência” (LACOSTE & PRENANT, 1956, p. 29)⁷⁹.

Lacoste & Prenant (idem, p. 33-38) apontam como aspectos da sociedade argelina certos indicadores, que podem ser observados em sua semelhança como os “sintomas do subdesenvolvimento” de *Os Países Subdesenvolvidos* (1959) e *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965): a precariedade da oferta escolar, o drama da saúde pública e da questão sanitária, e o alto crescimento demográfico. As taxas de mortalidade, de “muçulmanos” ou “europeus”, estavam caindo, mesmo que mais lenta no primeiro grupo, que era o único com taxa de natalidade ainda em ampliação, gerando aumento populacional. Isso, mesmo com a presença sombria da subalimentação e da fome crônica. Estava em evidência a mesma questão demográfica central para a definição do subdesenvolvimento nas obras posteriores de Lacoste (1959; 1965; 1980).

Em suas memórias, Yves Lacoste (2018, p. 94) comenta sobre o contexto em que escreveu *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), relatando “um grande interesse pelas formas concretas de evolução de dois países subdesenvolvidos vizinhos, mas muito diferentes: o Marrocos e a Argélia”. Todavia, o seu objetivo na obra era apresentar “problemáticas gerais”, fazendo com que as duas nações sobreditas não fossem muito mencionadas⁸⁰. Atento ao contexto da guerra e do zigue-zague de Paris em reprimir os rebeldes argelinos e oferecer projetos de desenvolvimento, Lacoste (1959, p. 89) afirma que “A Argélia, além da originalidade de seu povoamento europeu relativamente forte, é atualmente o único país subdesenvolvido no qual uma metrópole tenciona resolver os problemas, ao preço de custosos investimentos, sem transformação estrutural fundamental” (LACOSTE, 1959, p. 89)⁸¹.

A realidade demográfica e sanitária argelina, na visão de Lacoste & Prenant (1956, p. 35-36), é marcada pela cisão entre os comportamentos dos classificados como “muçulmanos” e “europeus”, e pela acentuação da desigualdade entre os dois grupos.

⁷⁹ Tradução de “Le régime colonial de l’Algérie aboutit donc à faire coexister sur le même sol deux circuits de production, l’un principalement européen, l’autre exclusivement indigène, dont le premier tend à maintenir le second dans une dépendance étroite” (LACOSTE & PRENANT, 1956, p. 29).

⁸⁰ A questão do alto crescimento demográfico da população árabe-muçulmana é um dos pontos de maior destaque no texto. Dados são expostos para evidenciar a maior taxa de crescimento populacional. Dos considerados não-europeus, assim como as condições mais precárias de sua sobrevivência econômica e social. Ao mesmo tempo, segundo Meynier (2011, p. 184), André Prenant tinha como intento realizar uma tese sobre a demografia argelina, sob a direção de Jean Dresch, mas nunca chegou a finalizá-la.

⁸¹ Tradução de “L’Algérie, outre l’originalité de son relativement fort peuplement européen, est actuellement le seul pays sous-développé dont une métropole entend résoudre les problèmes, aux prix de coûteux investissements, sans transformation structurelle fondamentale” (LACOSTE, 1959, p. 89).

Quais seriam os motivos das altas taxas de natalidade dos primeiros? Lacoste & Prenant (idem, p. 36) apontam a ociosidade forçada, vinculada ao subemprego, a vida intelectual atada a preceitos religiosos, a incerteza sobre o futuro, a necessidade de ampliar a família em nome do aumento da renda do grupo, além da afirmação - bastante delicada - de que “às vezes, é necessário adicionar a isso, a vontade consciente de aumentar o grupo face à minoria europeia”, que teria uma taxa de natalidade em regressão evidente.

Deste modo, o texto de Lacoste & Prenant (1956) sobre a questão da Argélia permite uma conexão mais direta entre a experiência de Yves Lacoste na ex-colônia francesa e seus posteriores estudos sobre o subdesenvolvimento. Dois anos depois da publicação do artigo na revista *La Pensée*, o geógrafo recebeu o convite de Pierre George para redigir *Os Países Subdesenvolvidos* (1959).

1.4. Linhagens da geografia do subdesenvolvimento

Para além da Argélia, a influência de Pierre George também foi importante para que Lacoste ingressasse nos estudos sobre o subdesenvolvimento e o Terceiro Mundo, mas também na sua crítica. O próprio autor reconhece isso no “ensaio epistemológico com forte teor político” (VERDI, 2016, p. 5), intitulado *A Geografia*, que integrava um volume sobre *Filosofia das Ciências Sociais*, de 1973, dentro da coleção *História da Filosofia. Ideias, doutrinas*, organizadas por François Chatélet, com quem Lacoste trabalhava na Universidade de Vincennes a partir de 1968⁸². O texto indica ideias que se tornariam notáveis nos primeiros números da revista *Hérodote*, que surgiu em 1976, e no livro *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, publicado neste mesmo ano.

Em meio à desagregação da tradicional geografia francesa, inspirada por Vidal de La Blache, ocorria uma expansão das preocupações da geografia humana no que diz respeito aos problemas urbanos, aos fenômenos de industrialização e aos “contrastes das situações econômicas e sociais na superfície do globo”⁸³. Pierre George tinha um papel

⁸² O volume foi lançado na França pela editora Hachette, em 1973, e publicado no ano seguinte no Brasil pela editora Zahar, com a tradução realizada por Hilton Ferreira Japiassú.

⁸³ Verdi (2020) destaca a importância do projeto inscrito no livro *A Geografia Ativa* (1964), sob liderança de Pierre George e contribuições de Yves Lacoste, Bernard Kayser e Raymond Guglielmo, inclusive para o próprio movimento de renovação na geografia brasileira nas décadas seguintes. Ao comentar sobre a obra do organizador da equipe, Verdi (2020, p. 3) afirma que: “[p]ode-se constatar, analisando a bibliografia de Pierre George, uma vastidão temática dentro das subdisciplinas da ciência geográfica e a construção de um diálogo da Geografia com outras áreas do conhecimento”. Afinal “[c]onstata-se, ainda, uma interpretação ampla de aspectos geográficos em escala mundial nas suas análises dos sistemas econômicos e

importante nessa tendência, também influenciada pelo marxismo, e que tinha surgido, “em parte, da influência das ideias veiculadas pelos *mass-media*, mas também de preocupações políticas”. Todavia, não deixava de significar uma “negação do projeto unitário da geografia” (LACOSTE, [1973] 1974, p. 238), que se dava através de duas tendências principais:

Esquematizando ao máximo, a primeira abordagem classificaria os homens segundo vivam em países tropicais, em países temperados ou em países frios; a segunda oporia fundamentalmente, na superfície do globo, países ‘desenvolvidos’ a países ‘subdesenvolvidos’. Se a primeira pretende descrever um presente, cortando-se das ciências sociais e eliminando as transformações econômicas, sociais e políticas, a segunda chega a um discurso que retoma o do economista ou do sociólogo e que deixa de ser verdadeiramente geográfico. (LACOSTE, [1973] 1974, p. 240).

Em seguida, Lacoste aponta como exemplo da segunda tendência acima o seu próprio livro *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), oferecendo uma autocrítica. Ou seja, mesmo que compreenda a vertente de que fazia parte como influenciada por “preocupações políticas”, entende-a como a reprodução da negação de uma geografia unitária de que a escola francesa já estava imbuída. Contudo, para além da experiência de Lacoste no Maghreb e da trajetória específica da geografia francesa, quais outros fatores – intelectuais e políticos – influenciaram as obras de Lacoste sobre o subdesenvolvimento? A prioridade aqui é dada a três fatores, que indicam uma paleta de cores bastante diversa: a força do maoísmo, a influência de Raymond Aron e a emergência de teorias do desenvolvimento.

Como afirma Pedrosa (2013, p. 152-152), referindo-se à contribuição de Lacoste ao livro *A geografia ativa* (1964), organizado por Pierre George, o autor dava indícios de flerte com o maoísmo, colocando o modelo chinês de desenvolvimento como um modelo interessante para a superação do subdesenvolvimento. Indícios disso podem ser rastreados em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959, p. 91-94, 123-127)⁸⁴ e *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965, p. 149, 153, 157, 178), além de outros artigos de Lacoste (1962a, p. 260; 1962b, p.399). Segundo Claval (2000, p. 243), dentre o grupo de

sociais e na produção de manuais e dicionários de Geografia. Logo, “[e]m tal imensidão bibliográfica, verificamos que Pierre George acentuou as interações das relações sociais e espaciais a partir do que ele considerou como uma Geografia “sociológica”, buscando o estudo diferencial da diversidade dos fatos sociais e das combinações sociais do mundo [...]” (VERDI, 2020, p. 3).

⁸⁴ Na visão de Yves Lacoste (1959, p. 92), a China estava vinculada a uma “liquidação radical do problema agrário”, marcada por um “gigantesco esforço de trabalho agrícola”, pela “industrialização do campo”, a “realização de imensos trabalhos hidráulicos” – que necessitavam de “massas humanas” que a China possuía – e pela criação das “comunas”. Segundo o autor, a “tomada do poder por um movimento revolucionário de preponderância comunista foi o esboço de um esforço de desenvolvimento que é, hoje, observado com espanto”.

geógrafos no entorno de Pierre George, a tradição geográfica francesa era calibrada de forma a adequar os conceitos vidalianos à realidade das sociedades industriais: o gênero de vida era marginalizado em nome do modo de produção como lente para compreensão do mundo. Não havia ruptura epistemológica segundo Claval (ibidem).

Lacoste havia se afastado do Partido Comunista Francês em 1956, no contexto da Guerra da Argélia (1954-1962), o que abriu espaço para que se vinculasse a outras tendências consideradas como heterodoxas pelo agrupamento político, tão fiel as desígnios de Moscou. A pecha do maoísmo parece ter ficado marcada ao geógrafo, e até ao grupo com o qual fundou a revista *Hérodote*, na década de 1970. Mamadouh (1999, p. 239) afirma que “[a]t the end of the seventies, the term ‘geopolitics’ acquired a subversive meaning in France with the help of Maoist geographers”, e em seguida cita Yves Lacoste e o livro *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976c).

Em seguida, Lacoste (idem, p. 93-94) aponta a excepcionalidade do caso chinês, “em razão do impulso considerável de sua produção, tanto industrial como agrícola”, justamente enquanto se implantavam as medidas catastróficas que caracterizaram o Grande Salto Adiante (1958-1961). Na conclusão de *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), Lacoste (1959, p. 124) discorre de forma ainda mais elogiosa em relação ao “esforço de desenvolvimento de tipo novo” aplicado na China. Afinal, “[a] realização de enormes investimentos pelo trabalho voluntário do povo e a supressão do subemprego constitui um fato histórico, cuja importância não pode ser verdadeiramente mensurada”^{85 86}.

Posteriormente, Lacoste reorientou sua posição, criticando enfaticamente o modelo maoísta, inclusive em *Contra os anti-terceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas* (1985). Na década seguinte, em uma coleção de livros didáticos, destinados ao ensino escolar, - intitulada *Géographie: Education Civique* (LACOSTE, [1999] 2004, p. 117), - escrita por Lacoste ao final dos anos 1990, o autor afirma que, 20 anos antes, se pensava, aproximando-se dos teóricos marxistas, de que a abolição da propriedade privada poderia resolver, ou pelo menos diminuir o subdesenvolvimento do “Terceiro

⁸⁵ O autor aponta as causas do que seria o progresso chinês como a “liquidação das causas sociais de estagnação, a realização rápida da reforma agrária, o sucesso do movimento cooperativo, uma ajuda não negligenciável da U.R.S.S., tanto financeira [...] como técnica [...]” (idem, p. 126). Todavia, mesmo com o “sucesso da coletivização”, a experiência chinesa não deveria ser simplesmente copiada pelas outras nações, que deveriam buscar suas próprias vias para encontrar o desenvolvimento (idem, p. 127).

⁸⁶ A visão do geógrafo não parece ter se modificado rapidamente. Lacoste (1962a, p. 260) destaca o quanto muitas características do subdesenvolvimento já não poderiam mais ser encontradas na China, e aponta que a experiência chinesa havia mostrado de forma eficaz os métodos de “investimento-trabalho” pela mobilização de “massas subempregadas” (idem, 1962b, p. 411).

Mundo”. Entretanto, o autor afirma reconhecer que a eficácia do “*systeme communiste*” é “mediocre”, além da organização autoritária de sociedade resultante⁸⁷.

Não é possível apontar quando exatamente Lacoste rompeu com a defesa do modelo chinês. Todavia, em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, p. 8; 1980b, p. 181) realiza comentários pouco favoráveis sobre o apoio de Pequim ao Khmer Vermelho – regime que se manteve no poder no Camboja entre 1975 e 1979, liderado por Pol Pot –, assim como sobre o ataque chinês ao Vietnã, no início de 1979, logo depois deste último derrubar Pol Pot do poder, empurrando-o para as selvas. Lacoste (1980a, p. 122) ressalta a “tirania” e as “consequências catastróficas” da Revolução Cultural chinesa, assim como o “terror” exercido pelo Khmer Vermelho (idem, p. 126)⁸⁸.

Todavia, para além da experiência chinesa, os primeiros artigos de Lacoste (1962a, b) na *Annales de Géographie* sobre o subdesenvolvimento também servem como registro inicial de seu diálogo com a obra de Raymond Aron. A referência ao sociólogo francês surge em um momento que Lacoste (1962a, p. 255-263) busca esculpir uma definição própria de subdesenvolvimento, descartando sucessivamente outros “pseudo-sinônimos” e suas explicações causais.

Lacoste (1962a, p. 256) critica expressões como “países atrasados”, “países não-evoluídos”, “economia pré-industrial”, pois pressupõem uma evolução histórica única – baseada na trajetória dos países desenvolvidos –, que serviriam de base para avaliar o subdesenvolvimento. A denominação “países pobres” é rejeitada, já que a pobreza e a miséria seriam fenômenos antigos, que se perdiam na “noite dos tempos”. O geógrafo repete uma crítica anterior (LACOSTE, 1959, p. 69-71) ao conceito “marxizante” de nações proletárias, de Pierre Moussa, baseado em Arnold Toynbee. Para Lacoste, essa ideia metamorfoseava relações de produção que existem entre classes sociais para a esfera do relacionamento entre as nações.

Yves Lacoste propõe que o subdesenvolvimento deveria ser definido entre dois termos concretos no interior de cada nação: a demografia e a economia. Deste modo, a

⁸⁷ Depois disso, voltando-se para o exemplo chinês das comunas populares, instauradas em meio à coletivização da agricultura impulsionada pelo Grande Salto Adiante (1958-1960), Lacoste afirma que teria sido um grande “fiasco”, gerando uma onda de fome imensa. Numa nota de rodapé a esses comentários, com o título “China: fome mantida em segredo”, afirma que as ondas de fome relacionadas ao período acima, assim como à Revolução Cultural (1966-1976), não foram colocadas em público na época, principalmente pela censura exercida pelo regime (LACOSTE, 2004, p. 117).

⁸⁸ Com base em obra do economista francês Robert Fossaert – *La Société* (1977;1978), com vários tomos – Lacoste considera do regime do Khmer Vermelho como “escravagista-concentracionario” (tradução de “esclavagiste-concentrationnaire”). O geógrafo ressalta que o economista não incluía apenas os regimes baseados no gulag nessa classificação, mas também as explorações de mineração na América colonial, a economia de plantation e a Alemanha de Hitler (LACOSTE, 1980a, p. 119).

especificidade e dinamismo do subdesenvolvimento, além de sua originalidade histórica, sem cair na armadilha da comparação entre as nações (LACOSTE, 1962a, p. 263).

Ao fim, Lacoste (1962a, p. 263) atribui a Raymond Aron uma “das abordagens mais valiosas do subdesenvolvimento” e seleciona um trecho do livro *Colloques de Rheinfelden* (1960)⁸⁹. Abaixo consta uma citação de Raymond Aron (1960, p. na obra supracitada, e em negrito os trechos citados por Lacoste (1962a, p. 263):

Pela primeira vez, o número de homens não é mais naturalmente limitado pelo volume de recursos. É possível fazer viver aos seres humanos àqueles não se pode oferecer as condições humanas de existência. (Qualquer um que tenha atravessado Calcutá sabe o que essas expressões significam). **Do mesmo modo, o terceiro mundo coloca questões aos filósofos do Ocidente, das quais algumas foram muito discutidas e outras quase ignoradas.** (ARON, 1960, p. 28)⁹⁰.

O trecho faz parte do capítulo inicial da obra, assinado por Raymond Aron e intitulado “A sociedade industrial e os diálogos políticos com o Ocidente”⁹¹. Segundo Paim (2001, p. LXXIV), o conceito de “sociedade industrial” de Aron se baseava na ideia de que “a organização da produção não é determinada pela tradição mas pela aplicação sistemática da ciência e da técnica”, fazendo com que o crescimento seja uma “finalidade imanente a esse tipo de sociedade”, dois dos lados da Cortina de Ferro. Deste modo, o verdadeiro embate entre os dois campos da Guerra Fria se daria “no plano da organização política, isto é, entre o sistema democrático representativo e o sistema cooptativo, aparecido na Rússia e que esta impôs ao Leste Europeu” e a outras nações.

Raymond Aron (1960, p. 10-11) expressa uma visão da realidade em que o planeta estava dividida em “três mundos”: o ocidental, o soviético e o subdesenvolvido. Com foco nos primeiros, o sociólogo afirma que a década de 1950 estava marcada pela “sociedade industrial”, muito mais do que as anteriores, e, no contexto da disputa planetária entre os dois blocos, o “crescimento econômico é, portanto, a via comum sobre a qual se engajam todos os países” (idem, p. 21). Contudo:

Quaisquer que sejam as semelhanças entre as economias, os métodos de produção, as máquinas, se concebe a persistência de uma oposição entre sociedade pluralistas

⁸⁹ O livro fazia parte da coleção *Liberté de L'Esprit*, publicada pela editora Calmann-Lévy, e organizada por Raymond Aron. A obra era composta por conferências de diversos autores, como o estrategista George Kennan, autor da “teoria da contenção” à União Soviética – base da política externa norte-americana na Guerra Fria. A contribuição de Aron aborda o conceito de “sociedade industrial”, sobre o qual o autor havia realizado cursos entre 1955 e 1956, posteriormente compilados em *Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial* (1962).

⁹⁰ Tradução de “Pour la première fois le nombre des hommes n'est plus *naturellement* limité par le volume des ressources. Il est possible de faire vivre des êtres humains auxquels on ne peut donner des conditions humaines d'existence. (Quiconque a traversé Calcutta sait ce que ces expressions signifient.) Par là même le tiers monde pose aux philosophes de l'Occident des questions, dont certaines ont été trop discutées et d'autres presque ignorées”. (ARON, 1960, p. 28).

⁹¹ Tradução de “La société industrielle et les dialogues politiques de l'Occident” (ARON, 1960, p. 9).

(classes e ideologias múltiplas) e a sociedade monista; aqueles que distinguem e aqueles que confundem a sociedade e o Estado. (ARON, 1960, p. 24).⁹²

A questão da diferença fundamental entre o funcionamento político das nações de cada sistema parece não ter chamado a atenção de Yves Lacoste, mas o conceito de “sociedade industrial” sim. Em *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965, p. 19), se questiona se “a distinção entre situação de desenvolvimento e situação de subdesenvolvimento é o plano de clivagem essencial que divide a humanidade”. Afinal, a existência de países capitalistas e socialistas era um fato importante, mas que poderia ser subordinado à divisão exposta anteriormente. Em meio a esse dilema, o geógrafo afirma que:

Se trata de um debate bizantino? Não! O dilema possui uma grande atualidade. Se desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas categorias fundamentais, os Estados Unidos e a União Soviética, a despeito de suas diferenças e seus antagonismos, formam sociedades irmãs, todas as duas pertencendo ao que Raymond Aron denomina a Sociedade industrial (que seria preferível chamar de Sociedade do desenvolvimento). Ainda na mesma hipótese, a despeito de seu comum pertencimento ao ‘campo socialista’, as divergências entre União Soviética e China refletem as diferenças que existem entre duas categorias fundamentais... (LACOSTE, 1965, p. 19)⁹³.

Em outro trecho de “A sociedade industrial e os diálogos políticos com o Ocidente” – texto específico citado por Lacoste (1962a, p. 263) – Aron (1960, p. 25) destaca dois principais problemas com os quais o Ocidente deveria se preocupar: o *terceiro-mundo* (o autor utiliza letras minúsculas) e as armas atômicas. O primeiro deveria ser qualificado como “efeito da sociedade industrial e do conflito soviético-ocidental” e estava associado a uma ideia que se mostrava muito cara a Lacoste: “[o] subdesenvolvimento, seja qual for a definição precisa que se dê a ele, resulta, acima de tudo, da desproporção entre o crescimento populacional e o crescimento dos recursos agrícolas e industriais” (ARON, 1960, p. 27)⁹⁴. É nesse momento da argumentação que

⁹² Tradução de “Quelles que soient les similitudes entre les économies, les méthodes de production, les machines, on conçoit la persistance d’une opposition entre sociétés pluralistes (classes et idéologies multiples) et la société moniste, celles-là distinguant, celle-ci confondant société et État” (LACOSTE, 1960, p. 24).

⁹³ Tradução de “S’agit-il d’un débat byzantin? Que non pas! Le dilemme a une grande actualité. Si développement et sous-développement sont deux catégories fondamentales, les États-Unis et l’U.R.S.S., en dépit de leurs différences et de leurs antagonismes, forment des sociétés soeurs, appartenant toutes deux à ce que Raymond Aron dénomme la Société industrielle (qui’il serait préférable d’appeler la Société de développement). Toujours dans la même hypothèse, en dépit de leur commune appartenance au ‘camp socialiste’, des divergences entre l’U.R.S.S. et la Chine reflètent les différences qui existe entre deux catégories fondamentales...” (LACOSTE, 1965, p. 19).

⁹⁴ Tradução de “Le sous-développement, quelle que soit la définition précise qu’on en donne, résulte avant tout de la disproportion entre la croissance de la population et la croissance des ressources agricoles et industrielles” (ARON, 1960, p. 27).

surge o parágrafo citado por Lacoste como uma das “abordagens mais valiosas sobre o subdesenvolvimento”.

A via através da qual Yves Lacoste encontrou a obra de Raymond Aron parece passar também pelo Maghreb. Em *Paysages Politiques* (1990, p. 87-88), o geógrafo francês afirma que a busca por compreender o olhar de Ibn Khaldun como uma abordagem preciosa da ciência histórica fez com que consultasse não só Heródoto e Tucídides. Lacoste afirma ter se baseado também no “livro magnífico de meu amigo” François Chatélet⁹⁵, assim como em obras de Jacqueline de Romilly, Raymond Aron e Henri-Irénée Marrou. Em *Ibn Khaldoun: Naissance de l’Histoire. Passé du tiers-monde* (1966a), obra dedicada ao historiador maghrebino e lançada pela editora Maspero, Lacoste (1966, p. 17), insere uma citação do livro *Dimensions de la Conscience Historique* (1961), de Raymond Aron, logo na introdução.

Todavia, para além do caso chinês e das reflexões de Raymond Aron, o importante artigo de Yves Lacoste sobre o subdesenvolvimento na *Annales de Géographie* (1962a,b) também revela uma última importante influência na sua trilha pela caracterização do Terceiro Mundo: o economista Ragnar Nurkse (1907-1959), e sua principal obra, *Problems of capital formation in underdeveloped countries*, de 1953. Ao olhar de Joseph Love ([1996] 1998, p. 29-30), Ragnar Nurkse integra uma geração de teóricos do desenvolvimento cujo pensamento foi moldado por sua origem ou experiência na Europa Centro-Oriental, um “proto-Terceiro Mundo”: Paul Rosenstein-Rodan, Nicholas Kaldor, Thomas Balogh, Hans Singer, Alexander Gerschenkron, Paul Baran e Michal Kalecki.

Com um enfoque maior no caso romeno, Love ([1996] 1998) defende que a condição periférica da Europa Centro-Oriental do entreguerras em relação ao ocidente europeu teria estimulado o surgimento de uma série de debates intelectuais enfocando em como superar a posição de fornecedores de matérias-primas. O argumento central do autor é que essas teorias, em geral mescladas a argumentações populistas, marxistas ou corporativistas, teriam influência seminal sobre as teorias que surgiram na América Latina no pós-2ª Guerra, como o estruturalismo e a teoria da dependência.

A Europa Centro-Oriental do entreguerras (1919-1939) era formada por uma série de nações recém-independentes ou com suas fronteiras redefinidas após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), colocando-as de frente às “[...] múltiplas tarefas de construção de

⁹⁵ Lacoste (1990, p. 88) se refere ao livro de François Chatélet intitulado *La Naissance de l’Histoire*, de 1962.

Nações e Estados, de desenvolvimento econômico e de defesa estratégica [...]”. Esse conjunto de Estados nacionais foram desenhados, segundo Timothy Snyder (2012, p. 31-33), sob o imperativo da autodeterminação nacional, mas mantendo inúmeras minorias nacionais de Estados vizinhos dentro de cada território, o que alimentaria revanchismos posteriores.

O debate estudado por Love percorre um arco ideológico amplo, indo dos populistas e marxistas russos, ligados a disputas teóricas que ocorriam dentro da União Soviética, a corporativistas conservadores que acabaram ligados ao fascismo, em meio a um consenso geral contra o liberalismo econômico. O romeno Mihail Manoilescu, por exemplo, pregava um tipo de sistema que não estaria vinculado nem ao capitalismo nem ao comunismo, mas seria um corporativismo no qual o Estado ocuparia um importante papel no sentido de regular a economia na direção do desenvolvimento, controlando as possibilidades de conflito entre o capital e o trabalho. A hipótese central de Love (1996) era de que Manoilescu serviria como uma correia de transmissão do nacionalismo e da defesa da intervenção estatal na economia de um contexto de regimes conservadores e autoritários da Europa Centro-Oriental do entreguerras no sentido de regimes desenvolvimentistas na América Latina do pós-2ª Guerra.

A mesma Europa Centro-Oriental que Love ([1996] 1998) aponta como um proto-Terceiro Mundo é a região que, segundo Snyder (2012, p. 305), foi subordinada à exploração econômica da autocolonização soviética, sob Stálin, a partir do início dos anos 1930, e da colonização racial alemã, sob Hitler durante a 2ª Guerra Mundial⁹⁶. Ragnar Nurkse em 1907, na Estônia, ainda sob controle do Império Russo. Segundo Gennari & Oliveira (2009, p. 261), se graduou na Universidade de Edimburgo e se tornou conselheiro da Liga das Nações em 1934, onde ocupou papel de destaque. No pós-guerra aproximou-se do keynesianismo e concentrou suas análises à “conceituação de subdesenvolvimento, a identificação dos fatores responsáveis pela sua reiteração e as

⁹⁶ Sobre o território que correspondia à época à Ucrânia e Bielorrússia soviéticas, aos antigos estados bálticos e, principalmente, a Polônia, Snyder (2012, p. 17), afirma que aproximadamente 14 milhões de civis e prisioneiros de guerra foram mortos entre 1933 e 1945, e mais da metade por conta da fome e inanição. Snyder (2012, p. 17-18) destaca que “[...] Os europeus mataram intencionalmente de fome os europeus em quantidades horrendas na primeira metade do século XX. As duas maiores operações de extermínio após o Holocausto – a forma ordenada por Stalin no início dos anos 1930 e a fome imposta por Hitler aos prisioneiros de guerra soviéticos no começo dos anos 1940 – envolveram esse método de extermínio. [...]”. Nesse ponto, o proto-Terceiro Mundo coincide sinistramente com o espectro da fome, aspecto tratado no pós-2ª guerra como bastante característico dos países subdesenvolvidos, como em Josue de Castro (1951) e Yves Lacoste (1959, 1965).

medidas necessárias para a superação dessa condição”. A maior parte das referências de Lacoste a Nurkse se deu com base na sua utilização do conceito de “subemprego”.

Love (1998, p. 266) afirma que o conceito de “desemprego disfarçado” era de suma importância para as análises de autores como Rosenstein-Rodan e Kurt Mandelbaum, assim como a ideia de transferir trabalhadores de setores com produtividade marginal menor para atividades mais produtivas, como a indústria. Love afirma que o conceito de desemprego disfarçado alçou voos mais altos no cenário internacional, com a publicação do *Relatório de um Grupo de Especialistas*, entre os quais W. Arthur Lewis e Theodore W. Schultz, como subtítulo de uma publicação do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos, intitulada *Medidas para o Desenvolvimento Econômico dos Países Subdesenvolvidos*, de 1951, citado por Lacoste (1959, p. 103) em *Os Países Subdesenvolvidos*.

Dois anos depois, a ideia seria reiterada na publicação mais famosa de Ragnar Nurkse (1953), *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Gennari & Oliveira (2009, p. 262) afirmam que Nurkse defendia a ideia de um mecanismo circular que reproduzia o subdesenvolvimento, pois, para o economista estoniano:

A superação do subdesenvolvimento esbarra em vários obstáculos caracterizados por uma circularidade. A pobreza do país determina baixos níveis de renda de poupança e investimento. Investimentos reduzidos se traduzem em baixa produtividade, a qual, por sua vez, reitera o baixo nível da renda, fechando o ciclo. (GENNARI & OLIVEIRA, 2009, p. 262).

Lacoste (1959, p. 108) cita Ragnar Nurkse (1953) para defender que a ação do Estado era necessária para romper com o “equilíbrio do subdesenvolvimento” – o ciclo que se repete – já que a “organização das forças do desenvolvimento é incompatível com o funcionamento da empresa privada”.

A utilização da obra de Ragnar Nurkse por Yves Lacoste se amplia no artigo publicado na *Annales de Géographie* em 1962, nas quais o geógrafo realiza uma descrição e avaliação de teóricos do desenvolvimento que não havia ocorrido em suas obras anteriores. O pioneirismo dos economistas no debate sobre os temas elencados havia levado a um economicismo nas asserções sobre o desenvolvimento, muitas vezes marcadas por doutrinas, ideologias e normatividade. Para Lacoste (1962a, p. 247) caberia aos geógrafos integrar também essa “comunidade de linguagem e de preocupações”.

A relação das obras do sociólogo Raymond Aron e do economista Ragnar Nurkse, assim como a experiência chinesa, com a trajetória de Lacoste nos estudos sobre o subdesenvolvimento é preciosa para observar com quem dialogava e a partir de quais

bases teóricas. Como afirma J. G. A. Pocock (2003, p. 25), ao discorrer sobre a abordagem que se desenvolveu na chamada Escola de Cambridge, era importante analisar a variedade de “línguas” utilizadas pelos atores políticos, como também se debruçar sobre

[...] os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate. (POCOCK, 2003, p. 25).

Todavia, fosse com base em Aron ou Nurkse, a imagem de um mundo dividido em nome do subdesenvolvimento seria cada vez mais contestada pela realidade nas décadas seguintes, inclusive por Lacoste.

Araújo & Magnoli (1993, p. 56) destacam que o acelerado crescimento econômico ocorrido no pós-2ª Guerra “envelheceu precocemente a regionalização do espaço mundial adotada no ensino de geografia”, entre Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. A geografia industrial do globo se desconcentrava, com a industrialização de países subdesenvolvidos, cuja mão de obra barata atraía os investimentos de multinacionais. Para utilizar um termo de Arrighi ([1994] 2013, p. 345-346), a “excepcionalidade” do leste asiático se tornou mais clara, com países como Coreia do Sul e Taiwan atravessando “milagres econômicos” e industrializando-se nos anos 1970, seguindo o exemplo nipônico dos anos anteriores.

Nos Estados Unidos e no Japão, a revolução tecno-científica, levou ao desenvolvimento da automatização e da robótica, com aumento de produtividade e redução na necessidade de mão de obra (ARAÚJO & MAGNOLI, 1993, p. 56-57). Todavia, enquanto a globalização ocorria em paralelo com a formação de blocos econômicos regionais, bolsões de pobreza também se consolidavam em países ricos, notadamente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, tornando imprecisa “a imagem de um mundo fraturado entre o Norte rico e o Sul pobre” (Idem, p. 59). No contexto dessas modificações e do lançamento da revista *Hérodote*, surgiu a terceira edição de *Geografia do Subdesenvolvimento*, de 1976, modificada e com a adição de uma “advertência” inicial e com o subtítulo *Geopolítica de uma crise*.

Yves Lacoste (1976e) considera divisão do mundo entre centro e periferia como uma “alegoria espacial” e condena a fragilidade das asserções sobre “países dominantes” e “países dominados”. Essas expressões ressaltavam o conceito “mistificador” de país (*pays*), através do qual o Estado fica camuflado sob um rótulo geográfico, ações concretas de atores políticos escondidas sob o signo da nação, como se países agissem, e não “minorias autóctones dominantes”. (LACOSTE, 1976e, p. 9-10).

As soluções pregadas pelos teóricos que levantavam a bandeira das trocas desiguais, como a industrialização e o aumento no preço das matérias-primas, são criticadas, pois haviam se banalizado entre regimes de tendências políticas-ideológicas díspares, sem qualquer comprometimento de combate ao imperialismo (LACOSTE, 1976e, p. 21). Terceiro Mundo não seria mais do que uma extensão geopolítica nascida de um “clichê jornalístico”: as representações espaciais estavam sob o fogo da crítica.

Ou seja, os comentários de Lacoste em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) são os de um autor que discutia há décadas as ambiguidades, fragilidades e potencialidades das ideias de subdesenvolvimento e Terceiro Mundo. Além disso, desde 1976, dirigia o projeto da revista Hérodote, buscando aproximar a geografia dos estudos sobre a política e das ideologias. Deste modo, o autor diferencia duas possíveis “representações teóricas” sobre o Terceiro Mundo.

Por um lado, Lacoste (1980a, p. 28) aponta a tendência *economicista* (grifo do autor), marxista ou não, enfocada no fenômeno das “trocas desiguais” entre os países subdesenvolvidos, a periferia, e o centro econômico global. Por outro, uma visão na qual “as representações do Terceiro Mundo são, em primeiro lugar, *geopolíticas*” (grifo do autor), concedendo “preponderância à análise dos fenômenos políticos no seio de cada nação (em função das relações de classe), nas suas relações com o imperialismo, quer se trate das conquistas coloniais e das lutas de independência”, mais ou menos recentes, ou, no presente, das consequências da rivalidade entre as superpotências. Em meio a esse tipo de argumento, vinculado a uma nova geopolítica, que Lacoste discute as vicissitudes e a decadência do terceiro-mundismo nas páginas de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980).

CAPÍTULO 2

TERCEIRO-MUNDISMO E GEOPOLÍTICA

O presente capítulo se divide em quatro principais seções. O primeiro segmento discorre sobre a gênese do método de análise multiescalar, através dos níveis espaciais, aplicado por Yves Lacoste em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). Sugere-se que a ideia provém da própria necessidade de sofisticar as análises sobre o subdesenvolvimento, e teve o seu potencial explicativo ampliado com a criação da revista *Hérodote*, em 1976, mesmo ano da publicação de *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. A parceria editorial com François Maspero e o ambiente intelectual da Universidade de Vincennes são importantes para tais desenvolvimentos.

Em um segundo momento, é analisada a emergência da ideia de um “raciocínio geopolítico” através da revista *Hérodote*, que se funde com o ressurgimento do termo “geopolítica” ao fim dos anos 1970. O contexto era de diversos conflitos entre nações do assim chamado Terceiro Mundo, e Yves Lacoste utiliza as páginas de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) para retratar a derrocada da utopia terceiro-mundista e da ideia de uma solidariedade fundamental entre esse grupo de países.

O terceiro trecho deste capítulo discorre sobre os apontamentos de Lacoste sobre o terceiro-mundismo em *Unidade e diversidade do terceiro mundo*. Suas diferentes fases são abordadas, vinculadas ao clima internacional volátil das décadas do pós-2ª Guerra, nas quais a ideia de Terceiro Mundo foi mobilizada pelas estratégias de política externa de países como Argélia, Cuba, China e União Soviética, de forma diferente e conflitante. As posições de Lacoste são cotejadas com as de outros autores, como Henry Kissinger, e é destacada a presença de “proto-Terceiro Mundos” em certas análises.

A quarta e última parte discorre sobre a difusão da ideia de Terceiro Mundo na América Latina, abordando, inclusive, a modelagem da própria representação “latino-americana”. É abordada a importância do estruturalismo e da teoria da dependência nessa região do mundo, durante o pós-2ª Guerra Mundial, a posição de intelectuais como Josué de Castro e de instituições como o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), além das próprias contradições do desenvolvimentismo.

2.1. Unidade e diversidade: o problema da escala

Níveis de análise, escala, conjuntos espaciais, ordens de grandeza. Yves Lacoste insistiu em uma proposta metodológica em *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976c, p. 172-173), através de um “esquema gráfico de análise dos fenômenos de espacialidade diferencial em diferentes níveis de análise” (Figura 10). No livro, a ideia de um olhar multiescalar para a relação entre território, sociedade e política, advém de duas principais fontes: adequar o trabalho dos geógrafos à “espacialidade diferencial” das práticas sociais, tendo como fruto representações espaciais diversas, e a busca por ir além da escala da região como enquadramento privilegiado de análise.

O método dos níveis de análise espaciais foi também proposto em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, p. 160-161) e aplicado nos estudos de caso sobre o delta do rio Vermelho, no Vietnã (1980b, p. 108-109), e do Volta Branco, no antigo Alto Volta (1980b, p. 160-161) (Figuras 18 e 22)⁹⁷. A aplicação da análise multiescalar em *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* pode ser entrevista em seu subtítulo: “das representações planetárias às estratégias sobre o terreno”⁹⁸.

Em sua obra mais famosa, Yves Lacoste (1976c, p. 61-72) afirma que o “problema capital das escalas” deveria ser enfrentado, pois as diferenças na extensão dos territórios analisados levavam a uma “grande variedade de representações cartográficas” – aquelas delineadas nos mapas – e “muitos tipos de raciocínio geográfico”⁹⁹. As diversas escalas dos mapas não evidenciavam apenas “diferenças quantitativas” no tamanho dos espaços considerados, mas também “diferenças qualitativas” (grifos do autor) em relação aos fenômenos representados.

⁹⁷ Isso contradiz a afirmação de Lacoste (2018, p. 213) de que só aplicou o esquema dos níveis de análise espacial em *Geopolítica: a longa história do hoje* (2006, p. 297), já com a denominação de “diatope”, e cartografia produzida por Marie-Sophie Putfin. Lacoste (1982, p. 184) afirma que a proposta de denominar o novo método como “diatope” – traduzida para o português na presente pesquisa como “diátope” – partiu de Maurice Ronai, um dos membros fundadores da revista *Hérodote*.

⁹⁸ Tradução de “des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain” (LACOSTE, 1980a).

⁹⁹ LACOSTE (1976, p. 63).

SCHÉMA GRAPHIQUE DE L'ANALYSE DES PHÉNOMÈNES
DE SPATIALITÉ DIFFÉRENTIELLE
À DIFFÉRENTS NIVEAUX D'ÉCHELLE

Si le discours traditionnel de la géographie d'influence vidalienne conduit à considérer qu'un point ou un espace donnés appartiennent à une région et à une seule, en revanche l'analyse de la spatialité différentielle repose sur la recherche systématique des différents ensembles spatiaux dont relève le point ou l'espace en question. Chacun de ces divers ensembles spatiaux ne rend compte que *pour une part seulement* des caractéristiques globales dont il faut tenir compte pour agir à ce lieu ou dans cet espace. Les configurations spatiales de ces différents ensembles ne coïncident pas les unes aux autres, mais, bien au contraire, elles s'enchevêtrent. Il est nécessaire de rendre compte de la configuration spatiale de chaque ensemble pour saisir les éléments et entre eux les relations qui le définissent.

Les différents ensembles spatiaux dont il faut tenir compte pour appréhender convenablement la situation géographique d'un lieu, d'un espace ne peuvent pas être représentés à une seule échelle. Certains n'ont de sens qu'à très grande échelle, alors que d'autres n'ont de signification qu'à très petite échelle ou à l'échelle planétaire.

Sur le schéma ci-contre, on a arbitrairement distingué, à titre d'exemple théorique, quatre niveaux d'analyse spatiale, quatre échelles de représentation : le niveau I est celui qui correspond à la très grande échelle ; les différents ensembles qui y sont par exemple représentés correspondent soit à des ensembles topographiques (montagne, vallée, etc.), soit à des différences climatiques dues à l'exposition, soit à la présence d'un centre urbain. A ce niveau I, on a représenté en trait flou une partie du tracé d'un ensemble « h », qui ne peut être représenté qu'à plus petite échelle.

Au niveau II, qui correspond à une échelle plus petite, on a représenté d'autres ensembles spatiaux que ceux qui figurent au niveau I ; en flou, une partie d'un ensemble « f » qui n'a de signification qu'à une échelle encore plus petite.

Le niveau IV, qui correspond à une très petite échelle, est le niveau qui seul permet la prise en considération correcte de très vastes ensembles spatiaux qui n'ont de sens qu'au niveau planétaire : par exemple, telle zone climatique, ensemble formé par les pays « sous-développés », ensemble formé par les pays « capitalistes » ou « socialistes », etc. Pour rendre compte de la situation géographique d'un lieu ou d'un espace donnés, il faut donc articuler ces différents niveaux d'échelle et analyser l'intersection des différents ensembles spatiaux.

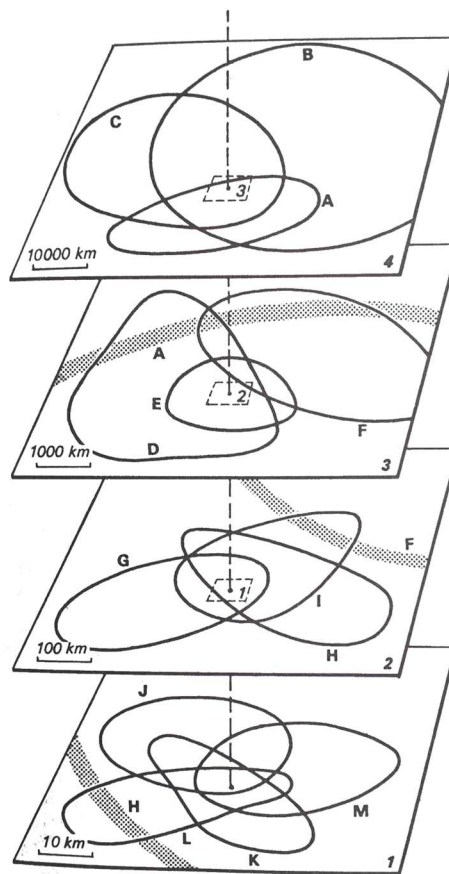


Figura 10: Proposta de níveis de análise espacial de Yves Lacoste (LACOSTE, 1976c, p. 172-173).

A tradição da “geografia regional” herdada de Paul Vidal de La Blache (1845-1918) era o alvo principal de Yves Lacoste, caracterizada por uma “despolitização do discurso” (idem, p. 50-51).

A ‘região geográfica’ – fruto do pensamento vidaliano; considerada como a representação espacial no mínimo fundamental, quando não única; entidade supostamente resultante da síntese harmoniosa de heranças históricas – se tornou um poderoso conceito-obstáculo, que impediu a consideração de outras representações espaciais, e o exame das suas relações. (LACOSTE, 1976c, p. 58)¹⁰⁰.

Sua busca era ir além da escala da região, compreendendo melhor as representações sobre o espaço, como “os argumentos de tipo geográfico que impregnam o essencial do discurso político”¹⁰¹ (LACOSTE, 1976c, p. 9-10) e também as estratégias dos diferentes atores políticos em relação ao território. Para o geógrafo, a ideia de

¹⁰⁰ Tradução de “Fruit de la pensée vidalienne, la ‘région géographique’ considérée comme la représentation spatiale, sinon unique du moins fondamentale, entité résultant soi-disant de la synthèse harmonieuse et des héritages historiques, est devenue un puissant concept-obstacle que a empêché la prise en considération d’autres représentations spatiales, et l’examen de leurs relations” (LACOSTE, 1976, p. 58).

¹⁰¹ Tradução de “des arguments de type géographique qui imprègnent l’essentiel du discours politique”. (LACOSTE, 1976, p. 9-10).

estratégia era atravessada pela questão da escala. No 3º número da revista *Hérodote*¹⁰², Lacoste (1976f, p. 71) ressalta que o teórico da guerra prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) distinguia tática e estratégia de acordo com a amplitude de tempo e espaço¹⁰³.

De todo modo, é possível seguir os rastros do interesse de Yves Lacoste pela escala de análise geográfica para além do seu livro notável de 1976¹⁰⁴ e da *Hérodote*. Yves Lacoste propõe pela primeira vez – ainda sem esquemas gráficos ou mapas – uma análise do Terceiro Mundo pautada por níveis de análise em um artigo publicado em 1967, na revista *Annales de Géographie*, intitulado “O conceito de subdesenvolvimento e a Geografia”¹⁰⁵. O autor possui duas metas relacionadas. A primeira é colocar a questão do subdesenvolvimento como uma temática para geógrafos, e não apenas para economistas. A seguinte: dissociar a análise geográfica de uma busca estrita por influências diretas do meio físico sobre o destino das sociedades.

Lacoste (1967b, p. 645) afirma que o “debate sobre a validade do conceito de subdesenvolvimento diz respeito aos fundamentos da geografia”¹⁰⁶, pois o próprio fenômeno era constituído de unidade e diversidade, dada pela variedade de condições naturais e pela difusão crescente de uma economia global. Logo, a necessidade de uma generalização progressiva combinaria com o método geográfico, “cuja reflexão combina os resultados de observações efetuadas em escalas muito diferentes, desde a análise realizada ao nível local até à amplitude das considerações planetárias” (LACOSTE, 1967b, p. 648-9).

Todavia, como Lacoste passa da questão do método geográfico – vinculado ao estudo do subdesenvolvimento – à questão da escala e dos níveis de análise? Na tentativa

¹⁰² Relativo ao terceiro trimestre de 1976. O nº 3 da revista *Hérodote* pode ser acessado através do portal Gallica, através do seguinte link: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5621210c?rk=42918;4>. Acessado em 07 de janeiro de 2022.

¹⁰³ O artigo é motivado explicitamente pelo lançamento de um livro do sociólogo Raymond Aron sobre Clausewitz, intitulado *Penser la guerre. Clausewitz*, de 1976, e lançado pela editora Gallimard.

¹⁰⁴ O esquema de níveis de análise espacial também está presente no artigo “Os objetos geográficos”, de Yves Lacoste, em um compêndio sobre cartografia organizado pelo Centro Georges Pompidou, intitulado *Cartes et figures de la terre* (1980d, p. 22). Na revista *Hérodote*, o esquema aparece apenas no número 18 (1980e, p. 12-13) e no número duplo 33-34, de 1984 (Idem, p. 22-23), organizado após a realização do 25º Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), em Paris, no verão do mesmo ano.

¹⁰⁵ Tradução de “Le concept de sous-développement et la Géographie”, publicado no número 418 da revista *Annales de Géographie*, de 1967. Disponível em https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1967_num_76_418_15064 e acessado em 05 de abril de 2022.

¹⁰⁶ Era urgente, deste modo, definir objetivamente o constitui a realidade do subdesenvolvimento e delimitar a sua extensão pelo globo, numa missão que “o papel do geógrafo é essencial (Idem, p. 648). O debate sobre a geografia – inclusive sobre suas fronteiras disciplinares – é colocado no centro da discussão no artigo de 1967, diferente dos textos anteriores sobre o subdesenvolvimento (LACOSTE, 1959, 1962a,b, 1965), ainda marcados pela alusão massiva às teorias do desenvolvimento.

de convencer os geógrafos da possibilidade de conciliar a sua ciência ao tema do subdesenvolvimento, Lacoste coloca mais tons sobre a questão da geografia física e dos dados da natureza:

Ora, a especificidade epistemológica fundamental da geografia é de realizar a articulação dos fatos e combinações estudadas pelas ciências humanas (economia, sociologia, demografia, etc) e daquelas que dizem respeito às ciências da natureza. [...] Sua razão de ser é o estudo das combinações que existem na superfície da Terra, entre diversos fatores humanos e dados naturais. (LACOSTE, 1967b, p. 654).

Lacoste (1967b, p. 656-657) afirma que a influência do meio natural deve ser calibrada de acordo com a escala cartográfica e do nível da análise¹⁰⁷. Para o autor, a análise vinculada a uma grande escala – que no sentido matemático e cartográfico do termo significa uma área mais restrita – deve se ater às conexões mais diretas entre os fatores físicos e os traços humanos da paisagem. Enquanto isso, ao se tratar de uma pequena escala cartográfica – o planeta ou os continentes, por exemplo – a causalidade entre os dois aspectos é mais branda e menos direta, dando lugar à complexidade e a um jogo de fatores múltiplos (LACOSTE, 1967b, p. 658).

Deste modo, Lacoste (1967b, p. 659-660) sugeria que a abordagem multiescalar, calibrada por níveis de análise, permitiria aos geógrafos analisar a “extrema diversidade do Terceiro Mundo”. Todavia, também abria espaço para a ação: o conhecimento sobre os potenciais naturais específicos seriam matéria-prima essencial para pensar políticas de desenvolvimento, que deveriam se adequar às realidades locais. A África do Norte, defende o autor, deveria ser objeto de políticas de desenvolvimento agrícola diferentes dos países equatoriais, assim como as estepes de Constantin e as montanhas da Cabília – ambas regiões da Argélia – deveriam ser objeto de modalidades diferentes de intervenção (LACOSTE, 1967b, p. 661)¹⁰⁸.

Ao contrário de *gênero de vida*, o conceito de *subdesenvolvimento* – quando atado à abordagem geográfica através de níveis de análise – poderia ser operacionalizado tanto nos quadros local e regional como nas escalas nacional internacional, como um “conceito

¹⁰⁷ Anteriormente, Lacoste (1959) já havia destacado o quanto o baixo nível técnico tornava salientes os dados da natureza na vida dos habitantes do Terceiro Mundo.

¹⁰⁸ Todavia, Lacoste (1967b, p. 663) critica a insistência dos geógrafos em buscarem uma razão de ser apenas através de relações de causalidade direta entre o meio físico e o funcionamento da sociedade. Essa insistência no determinismo geográfico fortalecia os estudos de geografia regional e local, mas retirava a fibra de uma possível geografia humana geral. É nesse momento que Lacoste (1967, p. 667) entra em choque com as concepções de Vidal de La Blache. O principal alvo era o conceito de gênero de vida, que seria resultado da combinação entre a ação humana e as potencialidades oferecidas pelo ambiente numa região. A situação resultante de equilíbrio, harmonia e subsistência cristalizaria esse arranjo no espaço regional. Todavia, o desenvolvimento da economia moderna desarticulou a capacidade da ideia de gênero de vida fazer sentido em relação à realidade.

geográfico primordial” (LACOSTE, 1967b, p. 668-669)¹⁰⁹. O geógrafo conclui que, “Seja como for, o estudo dos países subdesenvolvidos, cujo problema essencial é aquele de reunir as condições de um melhor aproveitamento dos meios naturais, exige absolutamente a unidade da geografia. O conceito de subdesenvolvimento pode ser um dos cimentos” (LACOSTE, 1967b, p. 670)¹¹⁰.

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, p. 114), Lacoste revela que a sua classificação em “diferentes ordens de grandeza”, ingrediente do método de níveis de análise espacial se deu com inspiração direta no livro *Principes et méthodes de la géomorphologie* (1965), de Jean Tricart, o que é reafirmado posteriormente (LACOSTE, 1984b, p. 20). Face à possível crítica sobre a complexidade do método proposto, Lacoste (1980a, p. 165) mobiliza Gaston Bachelard, afirmando que o objetivo da explicação científica consiste justamente em passar do concreto confuso ao complexo inteligível.

Todavia, a gênese e evolução da revista *Hérodote* é inescapável para a compreensão do contexto em que Lacoste escolhe o livro *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980) como aplicação pioneira de sua proposta de análise multiescalar. Segundo Costa (1990, p. 244), a revista *Hérodote* “[...] tornou-se rapidamente um sólido referencial para um pensamento alternativo e crítico [...]”, assim como a publicação de *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*, ambas em 1976. Costa (1991, p. 244) afirma que:

[...] A revista *Hérodote*, como o próprio Lacoste explicaria anos depois, desde o seu primeiro número procurou sacudir o debate geográfico, ao introduzir questões de “estratégias e ideologias” e reconhecer, no mote “Crise da Geografia. Geografia da crise” o estado de crise dessa ciência. Como ele esclarece, tratava-se de movimento liderado por um pequeno grupo de geógrafos da Universidade de Vincennes, que, preocupado com a “despolitização” da geografia e seu excessivo pragmatismo, resolveu criar uma revista fortemente crítica e que incorporasse o debate político e ideológico [...]. (COSTA, 1991, p. 244).

O surgimento da revista tem como pressuposto o surgimento da experimental Universidade de Vincennes, a denúncia de grande repercussão promovida por Yves Lacoste em relação aos bombardeiros americanos no Vietnã, em 1972, e a colaboração com o editor François Maspero.

¹⁰⁹ Ou seja, diferente do que afirma Verdi (2017, p. 4), o livro *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965) não foi “o último fruto” produzido por Yves Lacoste sobre o tema.

¹¹⁰ Tradução de “Quoiqu’il en soit, l’étude des pays sous-développés, dont le problème essentiel est celui de réunir les conditions d’une meilleure mise en valeur des milieux naturels, nécessite absolument l’unité de la géographie. Le concept de sous-développement peut en être l’un des ciments” (LACOSTE, 1967b, p. 670).

O Centro Universitário Experimental de Vincennes surgiu no outono de 1968, sob ordens do Ministro da Educação Edgar Faure. O mitológico maio de 1968 fez com que o cambaleante governo de Charles de Gaulle providenciasse um novo campus destinado às ciências humanas em Vincennes, afastando os estudantes das regiões centrais de Paris¹¹¹ (SOULIÉ, 2014, p. 45). Além disso, o número de estudantes no sistema universitário francês havia aumentado de 215 mil para 500 mil entre 1960 e 1968¹¹². O alto crescimento demográfico do imediato pós-2ª Guerra Mundial estava sendo acompanhado por uma ampliação avassaladora do acesso ao ensino universitário nas décadas seguintes.

O centro experimental de Vincennes contava com autores conhecidos do campo da sociologia, tais quais Jean-Claude Passeron, Robert Castel e Nicos Poulantzas, assim como da filosofia, como Michel Foucault, Michel Serres, Jacques Rancière, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard e François Chatêlet (SOULIÉ, 2014, p. 47-48)¹¹³. O corpo docente de geografia em Vincennes foi escolhido por Jean Dresch, que presidia a União Geográfica Internacional (UGI) no momento. Yves Lacoste, deste modo, tornou-se professor na instituição, como afirma Giblin (2015, p. 43), deixando o cargo de mestre-assistente de Pierre George no Instituto de Geografia da Sorbonne, que ocupava desde 1955, na época de seu retorno da Argélia.

Lacoste (2010, 2018) e Giblin (2018) colocam Vincennes como um dos pilares da gênese da *Hérodote*. Todavia, talvez essa aposta não deve ser exacerbada ao extremo, pois alguns integrantes do comitê editorial inicial do periódico, provinham de outras instituições, assim como Maurice Ronai, Michel Foucher e Michel Korinman. Os dois últimos se afastaram da revista no início da década de 1990¹¹⁴.

¹¹¹ De Gaulle deixou o poder menos de um ano depois, em abril de 1969, mas a presidência da França continuaria ainda marcada por figuras centrais da história do gaullismo, como Georges Pompidou (1969-1974) e Valéry Giscard D'Estaing (1974-1981). Em 1979, sob iniciativa da Secretária de Estado para as Universidades Alice Saunier-Seïté, as edificações de Vincennes foram destruídas, e o campus foi transferido para Saint-Denis, com a aprovação de Jacques Chirac, na época prefeito de Paris.

¹¹² O processo ia além da França, e atingia a escala continental. Segundo Judt (2005, p. 391), “até os anos 1950, a maioria das crianças na Europa deixava a escola depois de completar sua educação primária, frequentemente entre as idades de 12 e 14 anos”. Na mesma década, as universidades ainda estavam vedadas a uma estreita elite. Mas o ciclo de reformas sociais do pós-guerra trouxe profundas mudanças educacionais – com a criação de novas universidades e a ampliação dos campus já existentes –, que foram acompanhadas por “implicações disruptivas”. No campus de Nanterre, nos arredores de Paris, os “edifícios ainda estavam em construção e eram insuficientes para acomodar o dilúvio de novos alunos” (JACKSON, 2021, p. 886).

¹¹³ Chatêlet foi convidado por Foucault para integrar a nova equipe como um “moderador” em meio a tantas tendências políticas radicais, tornando-se diretor do departamento de filosofia já em 1970 (SOULIÉ, 2014, p. 62).

¹¹⁴ O último artigo de Michel Foucher na *Hérodote* consta do número duplo (54-55) relativo aos 3º e 4º trimestres de 1989, e o geógrafo afirma ter se afastado da revista a partir de 1992 (FOUCHER, 2021, p. 128). A derradeira contribuição de Michel Korinman ocorreu mais tarde, no número 68, relativo ao 1º trimestre de 1993. O processo, talvez, tenha feito com que os próprios comentários memorialísticos

Para além de Vincennes, a revista *Hérodote* veio à tona a partir da iniciativa editorial de François Maspero, cuja editora havia lançado o livro de Lacoste sobre o historiador maghrebino Ibn Khaldun em 1966. Como afirma Davey (2015, p. 1-2), a editora Maspero também foi emblemática na tradução e publicação de obras de inúmeros intelectuais oriundos do Terceiro Mundo a partir do fim dos anos 1950, como o psiquiatra martinicano Frantz Fanon¹¹⁵. No editorial para o nº 28 da revista *Hérodote*, Lacoste (1983, p. 3) afirma que o periódico surgiu “graças à amizade e à clarividência política de François Maspero”¹¹⁶.

A abordagem geral da *Hérodote* mudou ao longo dos primeiros anos. Até 1980, a maioria dos temas dizia respeito a questões metodológicas e epistemológicas do conhecimento geográfico, temperadas com estudos de caso sobre conflitos, situações de subdesenvolvimento e Estados nacionais específicos (BERNARD, 2016, p. 49). Entretanto, pode-se perceber que a partir do início dos anos 1980, os números passam a ser dedicados inteiramente a algum tema, em geral alguma região específica do globo. É nesse contexto que a *Hérodote* deixa de ter o subtítulo *stratégies-géographies-idéologies*, substituído por *revue de géographie et de géopolitique*, mudança ocorrida no nº 27 da revista, relativo ao 4º trimestre de 1982¹¹⁷.

Segundo Lacoste (1983, p. 4), o subtítulo antigo resumia de forma significativa a orientação da revista, preocupada em voltar a atenção para as funções ideológicas e estratégias da geografia. Para o autor, o mote *revue de géographie* não era apropriado no lançamento do projeto, em 1976, dada a imagem negativa que tinham do conjunto da geografia tradicional, contra a qual haviam lançado sua guerrilha epistemológica. Entretanto, gradativamente a revista havia organizado um sentido geral da geografia que pretendia fazer e difundir, e tratado de temas evidentemente geopolíticos. Deste modo:

A aparição da menção ‘revista de geografia e de geopolítica’ sobre a capa da *Hérodote*, então, não marca uma virada nas orientações da revista, mas somente o cuidado de explicitar as suas características, para tocar um número maior de leitores

realizados na *Hérodote* no século XXI tenham deixado de lado as contribuições de intelectuais externos a Vincennes, como Lacoste (2018b) e Giblin (2018).

¹¹⁵ A *Petite Collection Maspero*, série de livros de bolso lançados entre 1967 e 1982, teve como número inaugural uma obra de Jomo Kenyatta, líder da independência queniana. O número 165 da coleção foi *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976), de Yves Lacoste.

¹¹⁶ Tradução de “grâce à l’amitié et à la clairvoyance politique de François Maspero”. Todavia, era uma relação de auxílio mútuo. Segundo François Maspero, em entrevista concedida em 1994 – traduzida e publicada por Zanotelli (2005, p. 66) – Yves Lacoste e sua companheira, Camille Lacoste-Dujardin, fomentaram uma associação para ajudar financeiramente a editora Maspero na virada entre as décadas de 1960 e 1970, em um momento de dificuldades para o editor. O próprio lançamento da revista *Hérodote* pela Maspero, em 1976, seria uma forma de fortalecer financeiramente a editora (ZANOTELLI, 2005, p. 67).

¹¹⁷ O antigo subtítulo *Stratégies-géographies-idéologies* foi lançado à contracapa por algumas edições, antes de desaparecer.

e afirmar claramente que os geógrafos têm também algo a dizer em matéria de geopolítica. (LACOSTE, 1983, p. 5)¹¹⁸.

É possível observar que, em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) Lacoste utilizou os avanços na geografia adquiridos no seio da revista *Hérodote* para remodelar o conceito de Terceiro Mundo, tentando abordar a unidade e a diversidade de invólucro de nações. Para Lacoste, “[o] raciocínio geográfico, se é conduzido de forma estratégica, em função de um alvo a ser alcançado, permite uma análise eficaz de situações concretas”¹¹⁹, inclusive do Terceiro Mundo, essa “poderosa, mas confusa representação do mundo” (LACOSTE, 1980a, p. 12-13). Seu olhar partia de um “método de análise geográfico” que visa as “particularidades de uma situação”, observadas no quadro de um Estado, de parte de seu território ou no nível local: a abordagem multiescalar, através dos “diferentes níveis de análise da diversidade”¹²⁰.

Yves Lacoste (idem, p. 96-97) ressalta a ideia dos contornos do Terceiro Mundo definidos pela agilidade do crescimento demográfico frente aos recursos materiais disponíveis. Todavia, o autor reconhece que esse processo era diferenciado dentro dos Estados, e deveria ser combinado à observação dos fenômenos migratórios. Deste modo, o autor defende que:

Para compreender a extrema diversidade dos países do terceiro mundo - não somente ao nível dos Estados, mas também ao nível local - é necessário um método que sublinhe os contrastes de envergadura planetária, como as particularidades de cada lugar, de cada vilarejo, de cada bairro. Ou seja, um método que possa combinar também os diversos ‘modos de ver’ das diferentes disciplinas científicas, cada uma delas fornecendo apenas uma visão parcial da ‘realidade’. (LACOSTE, 1980a, p. 97-98)¹²¹.

Em seguida, são expostos mapas que representam os contornos do Terceiro Mundo (idem, p. 99-105), em uma visão global que dá lugar aos casos particulares do Alto Volta, do Vietnã, de Cuba e da Argélia nos tomos seguintes de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b, c). A questão da presença de mapas não é

¹¹⁸ Tradução de “L’apparition de la mention “revue de géographie et de géopolitique” sur la couverture d’Hérodote ne marque donc pas un virage dans les orientations de la revue, mais seulement le souci d’explicitier de ses caractéristiques, pour toucher un plus grand nombre de lecteurs et pour affirmer clairement que les géographes ont, eux aussi, leur mot à dire en matière de géopolitique”. (LACOSTE, 1983, p. 5).

¹¹⁹ Tradução de “Le raisonnement géographique, s’il est mené de façon stratégique en fonction d’un but qu’il s’agit d’atteindre, permet une analyse efficace des situations concrètes” (LACOSTE, 1980a, p. 12).

¹²⁰ Tradução de “différents niveaux d’analyse de la diversité”.

¹²¹ Tradução de: “Pour rendre compte de l’extrême diversité des pays du tiers monde, non seulement au niveau des États, mais au niveau local, il faut une méthode qui souligne les contrastes d’envergure planétaire comme les particularités de chaque lieu, de chaque village ou de chaque quartier, une méthode qui puisse combiner aussi les diverses ‘façons de voir’ des différentes disciplines scientifiques, chacune d’elles ne fournissent qu’une vision partielle de la réalité” (LACOSTE, 1980a, p. 97-98).

aleatória. Em uma seção da revista *Hérodote* dedicada a resenhas e comentários sobre livros, Lacoste (1981d, p. 155) criticou os livros *Espaço e poder* (1978), de Paul Claval, e *Por uma geografia do poder* (1980), de Claude Raffestin¹²², por não possuírem nenhum mapa em suas páginas. Lacoste (1976c, p. 8) afirma que “[m]uito mais que uma série de estatísticas ou um conjunto de escritos, o mapa é a forma de representação geográfica por excelência”¹²³, é uma formalização do espaço que não é “nem gratuita nem desinteressada”.

Yves Lacoste enxergava sua proposta de níveis de análise espacial como uma inovação profunda em relação à geografia tradicional. Segundo o autor, o procedimento comum, inclusive na geografia escolar, era buscar as coincidências entre contornos territoriais no que diz respeito a diversos fatores, como clima, vegetação, geologia, relevo (1980a, p. 106-108). Ao invés da busca desenfreada por correspondências e imbricações entre fenômenos tão distintos no mesmo território, os geógrafos deveriam levar em consideração conjuntos espaciais de dimensões muito diferentes (idem, p. 108). Para o autor, ao mobilizar escalas diferentes para a análise geográfica, os fenômenos e sua realidade tomam feições diversas (idem, p. 163).

Iná Elias de Castro ([1995] 2012, p. 122) ressalta a pertinência do debate levantado por Lacoste em *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976), sobre a escala como um problema crucial da geografia. Todavia, afirma que o geógrafo limitou-se a observar o termo “escala apenas como medida de proporção entre a realidade e sua representação, indicando um forte raciocínio analógico com a escala cartográfica” (idem, p. 122-123). O autor mobiliza expressões como *conjuntos espaciais*, *ordens de grandeza*, *níveis de análise*, *espaços de concepção* e *níveis de concepção*, enquanto a escala fica detida a uma “medida de proporção”, um “problema matemático” (idem, p. 123).

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980, p. 115-116), Yves Lacoste reforça a sua proposta de “ordens de grandeza” preferenciais para as análises – presente em *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976), que vão do continental ao local. Todavia, esse procedimento estabelece “espaços prévios de análise e de concepção, mapeáveis segundo critérios amplamente conhecidos e recortados a partir

¹²² O livro original, em francês, está disponível em: <https://books.openedition.org/enseditions/7627>. Acessado em 10 de janeiro de 2022.

¹²³ Tradução de “Beaucoup plus qu’une série de statistiques ou qu’un ensemble d’écrits, la carte est la forme de représentation géographique par excellence [...]”. (LACOSTE, 1976c, p. 8).

de fenômenos tradicionalmente estudados na geografia”, segundo Castro (idem, p. 122), que observa com desconfiança essa atitude, pois:

A escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente. Em síntese, a escala só é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos, porque enquanto medida de proporção ela é um problema matemático. Ao definir a priori as ordens de grandeza significativas para análise, Lacoste aprisionou o conceito de escala e transformou-o numa fórmula prévia, aliás já bastante utilizada, para recortar o espaço geográfico. Sua reflexão sobre a escala, apesar de oportuna e importante, introduziu um truísmo, ou seja, o tamanho na relação entre o território e a sua representação cartográfica. (CASTRO, [1995] 2012, p. 123).

Castro ([1995] 2012) oferece uma abordagem mais refinada sobre a escala, como uma “estratégia de aproximação do real”, sendo um problema “dimensional e fenomenal”. Contudo, é significativo a afirmação de Lacoste (1980a, p. 116) de que sua abordagem de “diferentes ordens de grandeza” poderia ser comparada aos “diferentes tempos da história” de Fernand Braudel, historiador que teria sido responsável por uma “transformação epistemológica maior”, ao abordar tanto o eventual como os processos de longa duração. Mesmo com a inspiração braudeliiana, o geógrafo afirma que a proposta de “ordens de grandeza” possuía um grau de detalhamento maior que a divisão da história em “tempos curtos” e “tempos longos” (idem, p. 117).

Deste modo, podemos perceber que a avaliação sobre as obras de Lacoste cujo enfoque era o “subdesenvolvimento” mostra um percurso de mudança tanto metodológica como de visão política sobre a realidade. Na edição de 1976 de *Geografia do Subdesenvolvimento*, já se pode perceber a desconfiança e busca por descortinar os componentes ideológicos dos termos geográficos banalizados no debate econômico e nas ciências sociais. Estava aberta a trilha para a formação de uma escola de geopolítica nas décadas seguintes centrada em duas ideias conjugadas: as representações geopolíticas forjadas por poderes em rivalidade sobre um território. A tendência é aprofundada em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). Para que emergisse essa conceituação, era preciso romper um tabu de décadas, relacionado à geopolítica.

2.2. Hérodote: uma nova escola de geopolítica

Os acontecimentos de 1968 abriram espaço para fervorosos debates sobre o status do conhecimento geográfico, enquanto novos periódicos de geografia surgiam: *Espaces et Sociétés* (1970), *L'Espace géographique* (1973), *Espaces Temps - Les Cahiers* (1975) como afirma Bernard (2016, p. 45). Contudo, a revista *Hérodote* era claramente mais política e contestatória, enquanto as anteriores buscavam não tanto romper com paradigmas mais antigos da geografia, mas refundá-los sobre novas bases (BERNARD, 2016, p. 49).

No seu primeiro artigo do número inicial da revista *Hérodote*, intitulado “Por quê Hérodote? Crise da geografia e geografia da crise”¹²⁴, Lacoste lança uma ofensiva. Seus alvos eram a prática memorialística e mistificadora de uma geografia escolar e da “geografia-espetáculo”, uma mercadoria de consumo em massa, vinculada à “ideologia do turismo”, que impregnavam a cultura social com “imagens-mensagens geográficas” ligadas apenas à passividade e contemplação estética. Para Lacoste (1976a, p. 18), ambas dissimulavam o caráter estratégico do saber geográfico para os detentores do poder, mascaravam a ideia de que as representações do espaço – principalmente as cartográficas, os mapas – eram meios de ação na realidade.

Por quê *Hérodote*? Yves Lacoste (idem, p. 59) explica a escolha do título do novo periódico reivindicando a posição do historiador da Antiguidade grega Hérodoto de Halicarnasso como um geógrafo, “preocupado com o destino dos Estados”. Através de suas viagens e pesquisas, o pensador clássico teria atuado também como fornecedor de informações caras à política externa da Atenas de sua época. A geografia realizada por Hérodoto era também “inteligência”, no sentido da observação minuciosa e oculta realizada entre unidades políticas em vigilância mútua. A busca do projeto *Hérodote* em evidenciar os laços entre a geografia e o poder desde a Antiguidade pode ser vista nas imagens estampadas no sumário dos números da revista (Figuras 11 e 12).

Para Yves Lacoste (1981c, p. 48), a geografia universitária havia se consolidado através de uma “ruptura epistemológica”, no sentido bachelardiano, que rejeitava os problemas políticos em nome de um saber desinteressado e objetivo. Contudo, no texto “Atenção, geografia!”, o primeiro estampado na revista *Hérodote*, é proposta uma

¹²⁴ Tradução de “Pourquoi Hérodote? Crise de la géographie et géographie de la crise”. (LACOSTE, 1976a, p. 8-62).

“guerrilha epistemológica”, visando recuperar um terreno perdido (HÉRODOTE, 1976a, p. 7). Em síntese, Lacoste (1976a, p. 59) afirma que:

Eis porquê essa revista se chama Hérodote, depois de termos hesitado muito entre diversos títulos: ela corresponde ao projeto de colocar os problemas da geografia em função das *estratégias*, das práticas militares, políticas e econômicas em relação ao espaço e em função das *ideologias*, representações do espaço, que se exprimem no plano do saber, da escola, da estética ou da mídia¹²⁵. (LACOSTE, 1976a, p. 59).



Figura 11: Caricatura de autoria do cartunista Wiaz presente na maioria das edições da revista Hérodote, inclusive no primeiro número. A imagem ilustra pensador clássico Heródoto de Halicarnasso empunhando uma arma de fogo conectada a um silenciador expresso através de um pequeno globo terrestre. Um retrato da geografia como disfarce aparentemente ingênuo de projetos de poder (HÉRODOTE, 1978, p. 1).



Figura 12: Imagem que acompanha os sumários dos números 2, 4 e 6 da revista Hérodote (HÉRODOTE, 1976b, p. 1), sem indicação de autoria, e ilustrando as duas faces do conhecimento geográfico: um globo terrestre que é também um escudo; um mapa que é uma espada; um barco de exploração que é um barco de guerra.

¹²⁵ Tradução de “Voilà pourquoi cette revue s'appelle Hérodote, après que l'on eut longuement hésité entre divers titres: elle correspond au projet de poser les problèmes de la géographie en fonction des *stratégies*, des pratiques militaires, politiques, économiques par rapport à l'espace et en fonction des *idéologies*, des représentations de l'espace, qu'elles s'expriment au plan du savoir, de l'école, de l'esthétique ou des media”. (LACOSTE, 1976a, p. 59).

Porém, Yves Lacoste insiste na ausência do termo geopolítica na revista *Hérodote* na época de sua criação:

Não havia como se referir à geopolítica em 1976. Nem tínhamos essa ideia, porque, no Ocidente como no Oriente, este termo era, então, sinónimo de referência ao nazismo, isto é, o inverso das nossas opiniões. Nós não tínhamos ideia de que sete anos depois, no final de 1982, *Heródote* (grifo do autor), sem mudar de orientação, teria como subtítulo ‘Revue de géographie et de géopolitique’.¹²⁶ (LACOSTE, 2010, p. 136).

Todavia, no seu primeiro artigo do número inicial da *Hérodote*, Yves Lacoste lança mão do conceito de *raciocínio geopolítico*, ao abordar a “atualidade que os jornais, a rádio, a televisão relatam dia após dia” e “politização crescente dos jovens” como as “causas maiores dessa crise na geografia nos liceus”, marcada pelo desinteresse:

A atualidade é feita de uma sucessão de eventos que impõem não somente a evocação de países onde são produzidos mas também o seu reposicionamento em uma cadeia mais ou menos complexa de causalidades, o que é, de fato, um **raciocínio geopolítico** (grifo meu). Às vezes, é o evento de geografia física que se torna um fenómeno político: o tufão em Bengala, os terremotos no Peru, a seca no Sahel. (LACOSTE, 1976a, p. 45)¹²⁷.

O interesse pela geopolítica aparece novamente na edição pioneira da *Hérodote*, durante o relato da entrevista realizada entre Yves Lacoste e o filósofo Michel Foucault, o qual conclui que:

Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de **geopolítica** (grifo meu), por onde minhas preocupações encontrariam o método de vocês. [...]. (FOUCAULT, 1979 [1976], p. 165)¹²⁸.

Contudo, Yves Lacoste defende que a reabilitação do termo “geopolítica” no debate intelectual na França e na linguagem corrente da imprensa ocorreu apenas com o conflito sino-vietnamita-cambojano de 1978-1979¹²⁹, argumento repetido diversas vezes

¹²⁶ Tradução de “Il n'était pas question de faire référence à la géopolitique en 1976. Nous n'en avions même pas l'idée, car, à l'Ouest comme à l'Est, ce terme était alors synonyme de référence au nazisme, c'est-à-dire l'inverse de nos opinions. Nous ne nous doutions pas que sept ans plus tard, fin 1982, *Hérodote*, sans changer d'orientation, prendrait comme sous-titre ‘Revue de géographie et de géopolitique’” (LACOSTE, 2010, p. 136).

¹²⁷ Tradução de “Ce que l'on nomme l'actualité est fait d'une succession d'événements qui imposent non seulement l'évocation de pays où ils viennent de se produire, mais aussi de les replacer dans une chaîne plus ou moins complexe de causalités qui est en fait un raisonnement géopolitique. C'est parfois même l'événement de géographie physique qui devient un phénomène politique : le typhon du Bengale, les tremblements du Pérou, la sécheresse au Sahel.” (LACOSTE, 1976a, p. 45).

¹²⁸ A entrevista de Michel Foucault está publicada no nº 1 da revista *Hérodote*, mas também foi reproduzida como o capítulo 10 do livro *Microfísica do poder* (1979).

¹²⁹ No 4º número da revista *Hérodote* – relativo ao 4º trimestre de 1976 -, Yves Lacoste (1976e, p. 22, 31, 32, 35, 37, 43, 49, 55) utiliza diversas vezes o termo “geopolítica”, inclusive o de “representação

(vide LACOSTE ([1993] 1995, p. 14-15; 1997, p. 27-29; 2003, p. 192-193; 2006, p. 25-26; 2010, p. 137-138; 2018, p. 237-240). Segundo Giblin (2012, p. 5), André Fontaine, diretor do jornal *Le Monde*¹³⁰ empregou o termo “*geopolitique*”, “escandalizado por esse conflito entre dois estados comunistas do Terceiro Mundo, por territórios no delta do Mekong”, o que não se encaixava na lógica da Guerra Fria¹³¹. Contudo, é possível que o retorno do termo “geopolítica” à linguagem acadêmica e da imprensa tenha sido mais matizado, e precedesse as guerras de 1978-1979 na antiga Indochina, tendo relação, inclusive, com o Brasil.

Michel Foucher, um dos integrantes fundadores da revista *Hérodote*, afirma que entrou em contato com a “*geopolítica*” realizando trabalhos de campo no Brasil, em 1973. Com auxílio de seu orientador, Pierre Monbeig, e sob o interesse intelectual em relação à “teologia da libertação”, viajou ao Brasil para estudar sobre as frentes de colonização criadas pelo regime militar nas bordas da Amazônia, incluindo o projeto da rodovia Transamazônica. Foucher (2021, p. 47-48) afirma que teve acesso, na viagem, às obras sobre geopolítica produzidas por generais brasileiros, como Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, autor de *Geopolítica do Brasil* (1952) e um dos articuladores da “Doutrina de Segurança Nacional” forjada no bojo da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta instituição, localizada no Forte de Copacabana, era “o centro intelectual da contrarrevolução conservadora” que comandava o Brasil desde 1964 (FOUCHER, *idem*, p. 47).

Segundo Bertha Becker (1988, p. 115), o projeto de “integração nacional” formulado por Golbery do Couto e Silva tinha uma teoria central sobre a configuração geográfica do Brasil:

O núcleo central do Brasil, seu verdadeiro coração demográfico e econômico, situa-se em torno do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, de Santos ao sul do vale do rio Doce, balizado pelos vales do Paranapanema, do Paraná e do Paranaíba até as cabeceiras do Jequitinhonha. Desse núcleo partem três grandes penínsulas que se projetam para o nordeste, para o sul e para o noroeste, apenas ligadas por precários istmos de circulação e, mais distante, inteiramente isolada, a ilha amazônica. (BECKER, 1988, p. 115).

geopolítica”, que se consolidou nas décadas seguintes como um dos esteiros da proposta vinculada ao projeto editorial da revista *Hérodote* de acordo com Loyer (2019, p. 45-62)

¹³⁰ Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1979/03/31/vietnam_2770156_1819218.html.

¹³¹ Na introdução ao Dicionário de Geopolítica ([1993] 1995,) Lacoste (*idem*, p. 15) afirma que eram as disputas por espaço entre as nações em nome de “direitos históricos” que haviam permitido o retorno de um termo antes tratado como tabu.

O projeto de Golbery do Couto e Silva, segundo Becker (idem, p. 114) tinha uma feição externa, buscando conciliar a parceria com os Estados Unidos com a tentativa de construir uma hegemonia brasileira sobre o Atlântico Sul. Anteriormente, o general Mário Travassos, em sua *Projeção Continental do Brasil* (1938), ressaltou a necessidade do Brasil atuar tanto para a integração da Amazônia como da busca por influência em direção à Bolívia, vista como o *heartland* da América do Sul (BECKER, idem, p. 111).

Foucher (idem, p. 49-50) afirma que a descoberta dessa relação entre a atuação do Estado e a modelagem do território no Brasil influenciou seu percurso intelectual. Isto porquê permitiu que o geógrafo voltasse para a França em ainda em 1973 com a ideia de que a geografia política tinha eficácia como instrumento de análise, e não poderia ser deixada nas mãos apenas de “doutrinas de segurança nacional”. O autor afirma, inclusive, que foi sob sua insistência que Yves Lacoste modificou o subtítulo da revista Hérodote em 1982 para *revue de géographie et géopolitique* (idem, p. 281).

Stéphane Rosière (2018, p. 88-90) aventava, inclusive, a hipótese, de que a proposição de uma nova geopolítica por Lacoste na década de 1980 teria como inspiração Josué de Castro e sua *Geopolítica da Fome* (1952). Rosière (idem), entretanto, não oferece uma comprovação de conexão direta, apesar de utilizar como evidência da relação entre Castro e Lacoste o fato de que ambos lecionaram o mesmo tempo no Centro Experimental Universitário de Vincennes.¹³² Na ousada hipótese de Rosière (2018), Josué de Castro seria o liame entre uma escola de geografia política e geopolítica brasileira, representada em autores como Everardo Backheuser e Carlos Miguel Delgado de Carvalho, e a proposta de geopolítica lançada por Yves Lacoste no seio da revista Hérodote. Contudo, a relação entre as obras de Castro e Lacoste parece ter tido nuances bem diversas.

Em sua primeira obra sobre o subdesenvolvimento, Lacoste (1959, p. 9) destaca o conceito de “fome oculta” ao abordar o problema da subalimentação crônica, e refere-se a “J. Castro”. Em *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965, p. 12), cita Josué de Castro –

¹³² Josué de Castro, segundo Campos (2004), passou a lecionar Geografia Humana em Vincennes em 1968 – exilado pela ditadura militar brasileira –, como professor associado, mantendo-se assim até sua morte, em 1973. Nascido no Recife em 1908, Castro cursou medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, formando-se em 1929, mas voltando-se a estudos sobre a alimentação brasileira, mergulhando no campo da geografia. Em 1939 foi nomeado como professor de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, em parte pela proximidade que tinha com Getúlio Vargas – que na época comandava a ditadura do Estado Novo – sendo médico particular da família do presidente. Já um autor prolífico durante esses anos, lançou *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951). Josué de Castro tornou-se posteriormente deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), cargo que ocupou por dois mandatos, de 1954 a 1962, em período no qual ocupou também posições importantes na FAO, instituição das Nações Unidas de combate à fome.

sem abreviações – ao destacar a centralidade da fome como gatilho que motivou o debate sobre o subdesenvolvimento no pós-2ª Guerra. Entretanto, em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), predomina a discordância.

Lacoste (1980a, p. 54) realiza uma crítica a Josué de Castro já presente em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959, p. 31-32): o geógrafo francês repudia a ideia de que existe uma relação de natureza biológica entre as más condições de existência e as altas taxas de fecundidade, argumentação de Castro que pode ser encontrada em *Geopolítica da Fome* ([1952] 1965, p. 101)¹³³. Lacoste (1959, p. 32) pontua outras causas que seriam mais importantes para explicar a coincidência entre o alto crescimento demográfico e fome em algumas zonas, como os casamentos precoces, influências religiosas natalistas, imposição de uma condição social inferior à mulher, além de menores índices de instrução.

De todo modo, *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a,b,c) surgiu em um importante processo de transformação, em que não apenas o termo “geopolítica” recebia nova difusão, como as disputas entre os Estados nacionais eram colocados cada vez mais no centro das análises. Segundo Paul Claval (2000, p. 247), “[d]urante os primeiros anos de publicação, o material empírico da Hérodote foi dedicado principalmente às guerras pós-coloniais e aos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo”¹³⁴. Parecia adequado com um projeto que buscava “saber pensar o espaço para saber pensar o poder”. E é sob o impacto de guerras – e dos acontecimentos da 2ª metade da década de 1970 – que se inicia o primeiro tomo de *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980a), cuja primeira seção é abordada a seguir.

Em 30 de abril de 1975, com a tomada de Saigon pelas forças norte-vietnamitas, “a derrota da maior potência militar-industrial do mundo foi celebrada como a grande vitória do Terceiro Mundo contra o Imperialismo”¹³⁵. Surgiu até, segundo Lacoste (1980a, p. 8), a interrogação sobre a possibilidade de a União Soviética e a China renunciarem à sua “querela”. Afinal, o cisma sino-soviético já durava mais de uma quinzena de anos, e havia empurrado Pequim para uma aproximação com Washington

¹³³ Castro ([1952] 1965, p. 101) afirma que “Si, au début, dans sa phase d’exaltation initiale, la faim aiguise l’appétit sexuel, comme l’affirme avec raison Sorokin (1), aussitôt après survient la phase de décroissance et même d’abolition de l’appétit génésique”.

¹³⁴ Tradução de “During the first Years of publication, Hérodote’s empirical material was mainly devoted to the post-colonial wars and revolutionary movements in the Third World” (CLAVAL, 2000, p. 247).

¹³⁵ Tradução de “L’échec de la plus grande puissance militaro-industrielle du monde fut célébré comme la grande victoire du tiers monde contre l’Imperialisme” (LACOSTE, 1980a, p. 8).

(KISSINGER 2011, p. 206-314). “Mas”, segundo afirma Lacoste (ibidem), irromperam “novos dramas” e “reviravoltas que não ousávamos imaginar!”¹³⁶.

No início de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a), o geógrafo (idem, p. 8-9) desfia um rosário de conflitos que recentemente abalavam o Terceiro Mundo. A guerra entre o Vietnã e a China – ocorrida entre fevereiro e abril de 1979 – depois da intervenção vietnamita que derrubou o do regime do Khmer Vermelho no vizinho Camboja, em janeiro do mesmo ano. O emprego de soldados cubanos – pelo recente regime pró-soviético da Etiópia – para dissuadir a rebelião separatista dos eritreus, apoiados por forças de Cuba poucos meses antes na guerra contra a Somália, quando ainda vigorava a monarquia etíope. A aproximação dos dirigentes chineses com o chileno Pinochet e com o Xá do Irã, logo derrubado por uma revolução islâmica que não se poupou da repressão aos árabes e curdos.

O cenário ganhava tons ainda mais grotescos. A guerra entre Irã e Iraque se aprofundava, assim como o líbio Muammar Kadhafí atuava com veemência para desestabilizar o vizinho Chade, sem contar as consequências catastróficas do aumento do preço do petróleo orquestrado por acordos entre “Estados muçulmanos petrolíferos, progressistas ou não” com grandes multinacionais. A intervenção militar soviética no Afeganistão se iniciava, e eram registrados métodos de contrainsurgência que lembravam os utilizados pelos americanos no Vietnã. Por fim, Lacoste se questiona se seria possível explicar essas “abominações” pelos “procedimentos condenáveis das grandes empresas e das oligarquias neocoloniais”, comum discurso terceiro-mundistas, mesmo que se aplicasse ainda a algumas regiões.

Lacoste (idem, p. 9-10) deixa claro que não se tratava de livrar-se do conceito de Terceiro Mundo:

Porque o que desmorona é somente – e isso já é muito – a crença na unidade política do Terceiro Mundo; o que desaparece é a ideia de que existe uma solidariedade fundamental entre os numerosos Estados cujas populações suportaram a dominação colonial, e continuam a sofrer com as sequelas. Porque eles lutaram – às vezes juntos – pela independência, e porque compartilharam frequentemente uma ideologia comum, jamais – pensava-se – os dirigentes desses Estados entrariam em guerra (e as guerras fomentadas pelos “fantoques” do imperialismo apenas reforçavam essa crença). E, ainda assim, eles o fazem. (LACOSTE, 1980a, p. 9)¹³⁷.

¹³⁶ Tradução de parte do trecho “Mais depuis que de drames nouveaux, que de retournements que l’on n’osait imaginer!”.

¹³⁷ Tradução de “Parce que ce qui s’effondre c’est seulement (et c’est déjà beaucoup) la croyance à l’unité politique du tiers monde; ce qui disparaît c’est l’idée qu’existe une solidarité fondamentale entre les nombreux Etats dont les populations ont subi la domination coloniale et continuent d’em subir les séquelles. Parce qu’ils avaient lutté – et parfois ensemble – pour l’indépendance et parce qu’ils partageaient souvent une idéologie commune, jamais, pensait-on, les dirigeants de ces Etats ne se feraient la guerre (et les guerres

Deste modo, Lacoste questiona o mito da “solidariedade fundamental” do Terceiro Mundo, mas defende a utilização do conceito com a ressalva que não seja negligenciada a análise da sua diversidade. A evocação da unidade havia sido mais comum, e permitiu difundir uma “representação do mundo muito simples, fundada sobre um dualismo econômico maniqueísta (países desenvolvidos/subdesenvolvidos)”, além de “reter raciocínios relativamente simples sobre os mecanismos históricos de ‘troca desigual’ entre um ‘centro’ dominante e uma ‘periferia’ dominada” (LACOSTE, 1980a, p. 10).

Todavia, Yves Lacoste não era o único intelectual profundamente impactado com os conflitos no Terceiro Mundo, principalmente a guerra tríplice entre Vietnã, China e Camboja. Essa percepção parece ter sido comum tanto ao geógrafo Yves Lacoste, ao sociólogo Raymond Aron ou ao antropólogo Benedict Anderson.

No prefácio à 2ª edição de *Comunidades Imaginadas*, datado de fevereiro de 1991, o antropólogo Benedict Anderson afirma que “[o]s conflitos armados de 1978-79 na Indochina [...] forneceram a ocasião imediata para o texto original de *Comunidades imaginadas* [...]”. É neste livro que Anderson propõe sua definição de nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, [1983] 2008, p. 32)¹³⁸. Mas como um conflito na antiga Indochina auxiliou a essas conclusões?

Anderson (2008, p. 26) afirma que as guerras entre o Vietnã, a China e o Camboja seriam os “sinais mais visíveis” de uma “transformação fundamental na história do marxismo e dos movimentos marxistas”. Segundo o autor, essas hostilidades:

[...] são de importância histórica mundial por serem as primeiras a acontecer entre regimes com independência e credenciais revolucionárias inquestionáveis e também porque nenhum dos beligerantes fez qualquer tentativa que não fosse extremamente superficial para justificar a carnificina nos termos de uma perspectiva teórica que se pudesse reconhecer como *marxista*. (ANDERSON, [1983] 2008, p. 26).

fomentées par les “fantoques” de l’impérialisme ne faisaient que renforcer cette croyance). Et pourtant ils se la font” (LACOSTE, 1980a, p. 9).

¹³⁸ Para Anderson ([1983] 2008, p. 32-34), as nações são *imaginadas* pois os seus integrantes nunca se conhecem completamente, mas têm “em mente a imagem viva da comunhão entre eles. *Limitadas* pois sempre possuem fronteiras finitas, ainda que elásticas. *Soberanas* pois emergiram quando o Iluminismo e a Revolução Francesa destruíam a legitimidade do “reino dinástico hierárquico de ordem divina”, soterrado sob o Estado soberano, guardião da “liberdade” nacional. Por fim, “ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, [1983] 2008, p. 32-34).

Essas observações permitem ao antropólogo ressaltar o fato de que as revoluções vitoriosas ocorridas após a 2ª Guerra Mundial haviam se definido em termos *nacionais* (grifo do autor), inclusive a chinesa e a vietnamita, “e, com isso, se firmaram solidamente num espaço territorial e social herdado do passado pré-revolucionário” (ANDERSON, *idem*, p. 27-28). No caso chinês, o Partido Comunista restituiu a Pequim – a antiga capital do Império do Centro durante o comando manchú – o papel de centro político do Estado, depois que Nanquim havia sido a capital da república de Chiang Kai-shek. Como afirma Anderson ([1983] 2008, p. 222), “[t]al como a complexa rede elétrica de uma grande mansão depois que o dono vai embora, o Estado espera que o novo dono ligue os interruptores para voltar a funcionar com o antigo brilho”.

Um sociólogo francês também estava atento às transformações no Terceiro Mundo. Em maior de 1979, no prefácio à 1ª edição brasileira de *Paz e guerra entre as nações* (1962), Raymond Aron ([1979] 2018, p. LI) analisou as mudanças da conjuntura mundial desde a publicação de seu tratado de política internacional. Em 1962, a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética era o vetor principal do panorama global. Em 1979, o cenário era outro: a maior complexidade tornava mais difícil julgar de forma inteligível os fatos do mundo. Um dos fatores apontados era a “explosão” do assim chamado campo socialista, cujos estilhaços apareciam no rastro do cisma sino-soviético ou da guerra entre Vietnã e Camboja. Segundo Aron (*idem*, p. LII), “[a]o conquistar o poder, os partidos comunistas voltaram às querelas históricas entre as nações”.

Raymond Aron e Benedict Anderson estavam atentos às realidades dos Estados nacionais, mas as ideias expostas em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* não ficam presas apenas a essa escala. Segundo Lacoste (1980a, p. 12) “a análise da diversidade do Terceiro Mundo deve ser também conduzida em diferentes níveis”, já que “não é suficiente raciocinar sobre as especificidades da América Latina ou da África Tropical, nem sobre as particularidades desse ou daquele Estado”, e sim observar também os níveis local e regional. Lacoste (1980a, p. 36) defende que fosse deixada de lado uma “representação muito ideológica” do Terceiro Mundo, em nome de uma “mais científica”. Deste modo, era necessário que, primeiramente, considerá-lo como um “conjunto espacial geopolítico que permite reunir, pelo raciocínio, um certo número de Estados, sobre a base de características comuns”¹³⁹.

¹³⁹ Tradução de “ensemble spatial géopolitique qui permet de rassembler par la pensée un certain nombre d’États, sur la base de caractéristiques communes”.

Contudo, se a ideia de Terceiro Mundo era reabilitada, não era o mesmo no que diz respeito ao terceiro-mundismo, que tem muito dos “aspectos de um movimento religioso”, no qual o “o Terceiro Mundo foi pensado sem levar em conta a quem corresponde sobre o mapa” (Ibidem).

Para Lacoste (Ibidem), a dimensão espacial e geopolítica do Terceiro Mundo foi eclipsada por uma *utopia* (grifo do autor): a representação deste em sua “unidade fundamental, da solidariedade superior de todos esses Estados”. Todavia, o autor deixa claro seu apreço pelas “grandes representações do mundo, à condição de que sejam cuidadosamente construídas, para tentar melhor compreender o que está em vias de acontecer na superfície de nosso planeta” (LACOSTE, 1980a, p. 10). As chamadas *representações geopolíticas* teriam um papel central no empreendimento teórico consolidado por Lacoste nos anos seguintes.

Paul Claval (2000) destaca que Lacoste propôs oficialmente sua definição de geopolítica no *Dicionário de Geopolítica* (1993)¹⁴⁰: o estudo sobre as rivalidades de poder sobre os territórios, nas mais variadas escalas, e sempre enfocando com ênfase quais as representações organizadas por cada ator para justificar suas reivindicações ou ações sobre o espaço visando acúmulo de maior poder (LACOSTE, [1993] 1995, p. 2-5).

Todavia, não era a única formulação sobre geopolítica que surgiu no seio da revista *Hérodote*. Michel Foucher (1991, p. 31-32) propõe “reinventar uma geopolítica”, com renovação dos métodos e possibilidade de análises críticas das teorias que dizem respeito à relação entre o território e a política. Para isso, o autor aponta pelo menos duas formas como a geopolítica estava sendo utilizada e que deveriam ser submetidas a uma “crítica radical”: quando atrelada à avaliação da suposta influência do “meio” sobre a política dos Estados, ou quando apegada apenas às relações entre as grandes potências e suas disputas específicas. A primeira ignorava que “o espaço é um suporte, um teatro [...] jamais um ator”, enquanto a segunda se mantinha presa à conjuntura da Guerra Fria (idem, p. 33)

Para Foucher (idem, p. 33-35), a geopolítica diria respeito à “articulação entre o político e o espacial”, mas com três principais usos. O primeiro seria a analisar as representações geopolíticas vinculadas a um projeto político cartografável, como a “Grande Síria” ou a “Grande Sérvia”. O segundo: servir de guia para a ação, com projetos concretos e estratégias, muitas vezes gerando motivos honoráveis que podem mascarar

¹⁴⁰ O livro foi publicado com verbetes escritos por Yves Lacoste e outros 46 especialistas, tanto em geografia como em relações internacionais, história, ciência política, economia, etnologia e urbanismo.

ambições. E a terceira forma de uso do termo diria respeito à “geopolítica como método”, no qual as utilizações acima seriam mobilizadas:

[...] a geopolítica é um método global para análise geográfica de situações sociopolíticas concretas, encaradas na qualidade em que são localizadas e das representações habituais que as descrevem. Ela procede à determinação das coordenadas geográficas de uma situação e de um processo sociopolítico e à decifragem dos discursos e das imagens cartográficas que os ‘acompanham’. (FOUCHER, 1991, p. 35)¹⁴¹.

Para Foucher (1991, p. 29), além da guerra entre Vietnã e o Camboja em 1979, outros conflitos na mesma época haviam colocado em debate temas geopolíticos, como a intervenção militar soviética do Afeganistão. Esse último país, na Ásia Central, parece ter uma relação mais estreita com a obra de Yves Lacoste e pode mostrar uma aproximação com a geopolítica anterior à fundação da revista Hérodote e as guerras na Indochina em 1979.

Em 1967, Yves Lacoste realizou uma viagem a Cabul, capital do Afeganistão. O relato do geógrafo sobre a experiência na Ásia Central, intitulado “Cabul e alguns problemas do Afeganistão”¹⁴² foi publicado no *Bulletin de l'Association des géographes français*, em número duplo relativo a junho-setembro de 1967. O acontecimento, contudo, foi deixado de lado, dentre os estudos de caso reunidos por Lacoste em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980).

A viagem ao Afeganistão ocorreu por mediação de Jean Dresch e Raoul Blanchard, que dirigiam a seção de geografia do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS¹⁴³). A subvenção permitiu a Lacoste visitar primeiro as favelas de Calcutá, no estado indiano de Bengala Ocidental, onde foi abordado pela polícia com a acusação de espionagem por tirar fotografias. Em Nova Délhi encontrou-se com Henri Munier, representante da UNESCO no Afeganistão e partiram juntos para Cabul (LACOSTE, 2018, p. 130-131).

Em suas memórias, Lacoste (2018, p. 132-134) relata que se chocou com o “espetáculo” dos superpovoados quarteirões mais antigos de Cabul, e afirma ter também visitado Mazar-e-Sharif, localizada no norte do país. Em seu retorno, atravessou o célebre

¹⁴¹ Tradução de “[...] la géopolitique est une méthode globale d’analyse géographique de situations socio-politiques concrètes envisagées en tant qu’elles sont localisées, et des représentations habituelles qui les décrivent. Elle procede à la détermination des coordonnées géographiques d’une situation et d’un processus socio-politique et au décryptage des discours et des images cartographiques qui les “accompagnent”. [...]” (FOUCHER, 1991, p. 35).

¹⁴² Tradução de “Kaboul et quelques problèmes de l’Afghanistan”, publicado no número duplo 355-356, relativo a junho-setembro de 1967, no *Bulletin de l’Association de Géographes Français*, disponível em https://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1967_num_44_355_5832 e acessado em 05 de abril de 2022.

¹⁴³ Sigla de *Centre National de la Recherche Scientifique*.

Passo de Khyber para alcançar um aeroporto na cidade paquistanesa de Peshawar. O geógrafo relata a preocupação de Henri Munier sobre a falta de escolas para meninas no país, o assassinato de professores e a presença cada vez maior dos “talibãs”, oriundos de instituições educacionais religiosas do Paquistão.

Em “Cabul e alguns problemas do Afeganistão”, Yves Lacoste alega que o Afeganistão não se encaixa sequer na categoria de subdesenvolvimento, dado o fato de que não havia a presença de uma distorção entre economia estagnada e alto crescimento demográfico¹⁴⁴. A afirmação mostra uma certa inelasticidade na definição básica de subdesenvolvimento para o autor – fundada em aspectos econômicos e demográficos¹⁴⁵. Todavia, o artigo adquire um tom diferenciado, não apegado a esse debate. A constituição histórico-geográfica dos limites do Estado afegão é colocado no centro da análise.

Lacoste (1967a, p. 34) recusa logo a ideia de que o isolamento afegão em relação à economia mundial tinha relação com a geografia física. As planícies semiáridas e áridas, assim como as cadeias montanhosas, não tinham impedido que o país se tornasse um *carrefour* de grandes rotas de caravanas que ligam a Índia, a China, a Pérsia e o Turquestão. A causa deveria ser buscada na história.

O autor começa se questionando sobre a “excentricidade” de Cabul no território do Afeganistão, em um comentário que ressoa à geografia política do início do século XX. Segundo Costa ([1991] 2013, p. 53) Camille Vallaux ofereceu uma distinção entre “dois tipos principais de capitais nos Estados complexos” em seu *Geografia Social – O Solo e o Estado*¹⁴⁶ (1911). As “naturais” seriam típicas de Estados centralizados, como a França, e as “artificiais” de Estados federativos, como os Estados Unidos, e poderiam ser subdivididas em centrais e excêntricas, “dependendo da posição do território em face dos vizinhos, das condições naturais de circulação, etc., sempre correspondendo aos imperativos estratégicos de proteção e defesa”.

No caso em evidência, Lacoste (idem, p. 35) aponta que Cabul era mais próxima da zona de expansão militar da monarquia afegã do que a antiga capital, Kandahar. Deste modo, tornou-se a nova sede política por ser um trampolim a partir do qual as forças afegãs invadiam e penetravam no Punjab, no Subcontinente Indiano. Todavia, a expansão

¹⁴⁴ Um contato maior com a modernização econômica seria necessário para alcançar esse estágio, impossibilitado pelo isolamento arquitetado pelos britânicos ao fim do século XX.

¹⁴⁵ O mesmo viés pode ser visto em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, p. 56), onde Lacoste destaca que a “Nova Guiné” e alguns “principados himalaios” ainda não lidavam com as contradições típicas do subdesenvolvimento pois não estavam envolvidos por forte processo de crescimento demográfico.

¹⁴⁶ Tradução de “Géographie Sociale. Le sol et l’État”.

dos reinos sikh, com apoio britânica, e depois a própria pressão inglesa, fizeram recuar o território do “Grande Afeganistão” na segunda metade do século XIX. Os britânicos desenharam um Estado-tampão entre os seus domínios e o também voraz Império Russo. Mais próxima do Subcontinente Indiano – e das autoridades britânicas – Cabul foi consolidada como capital e centro político da nação (idem, p. 36).

Verdi (2017, p. 5) aponta que um sinal importante da transição das atenções de Lacoste do subdesenvolvimento para a geopolítica foi o ensaio “A Geografia”, de 1973, publicado na coleção organizada pelo filósofo François Chatélet. Porém, o texto de Lacoste sobre o Afeganistão evidencia que o processo pode ter se iniciado antes. De qualquer modo, uma interrogação é possível: por que o geógrafo ignorou seu estudo de caso sobre Cabul e o Afeganistão em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) em nome das suas experiências no Alto Volta, no Vietnã, em Cuba e na Argélia?

Lacoste (1980a, p. 187-188) afirma que havia vivenciado experiências em número considerável de países, mas as condições, inclusive políticas, de muitos locais haviam dificultado pesquisas mais duradouras. Além disso, os quatro casos escolhidos para o estudo derivavam de uma escolha “antes de tudo, pessoal”, e representavam situações de “crises localizadas, mais ou menos recentes”, e tinham sido objeto de “operações de desenvolvimento” diversas.

Como conclusão da obra, o geógrafo aponta um fator curioso: as situações descritas representavam zonas predominantemente rurais. Para Lacoste (1980c, p. 183), a diversidade do Terceiro Mundo ficava mais evidenciada através das discrepâncias de zonas rurais variadas, enquanto nas áreas urbanas se operava um “processo de relativa uniformização do terceiro mundo”. Onde predominava o agrário, era possível ainda observar a herança de formas tradicionais de organização do território, além da influência direta dos elementos da geografia física. Em seu estudo sobre o Afeganistão, contudo, Lacoste (1967a) se debruça mais sobre a cidade de Cabul, inclusive com um mapa mais enfocado na zona metropolitana (Figuras 13 e 14), e a relação com a formação política afegã, não se tratando de escrito sobre uma zona rural.

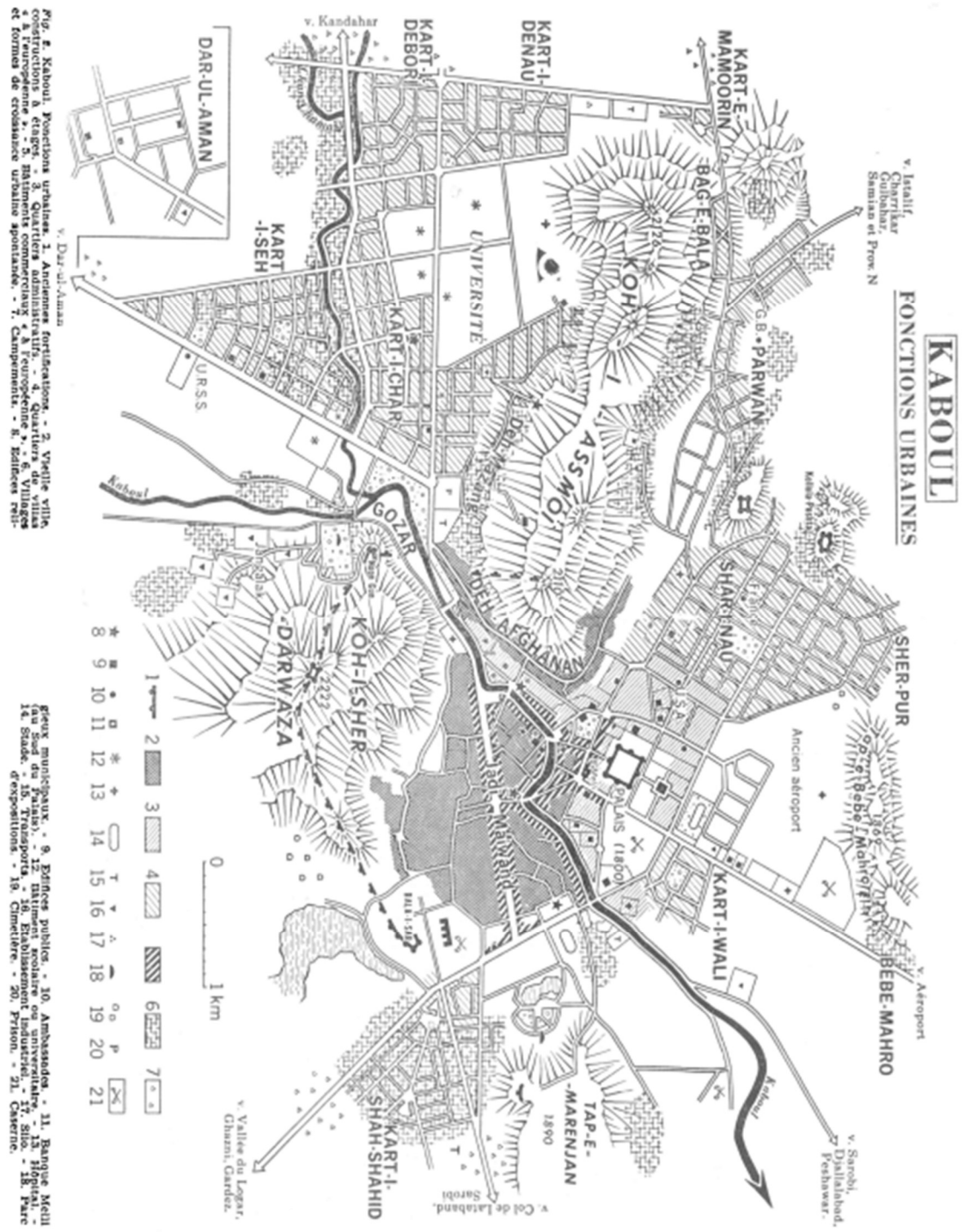


Figura 13: Mapa de Cabul (LACOSTE, 1967a).

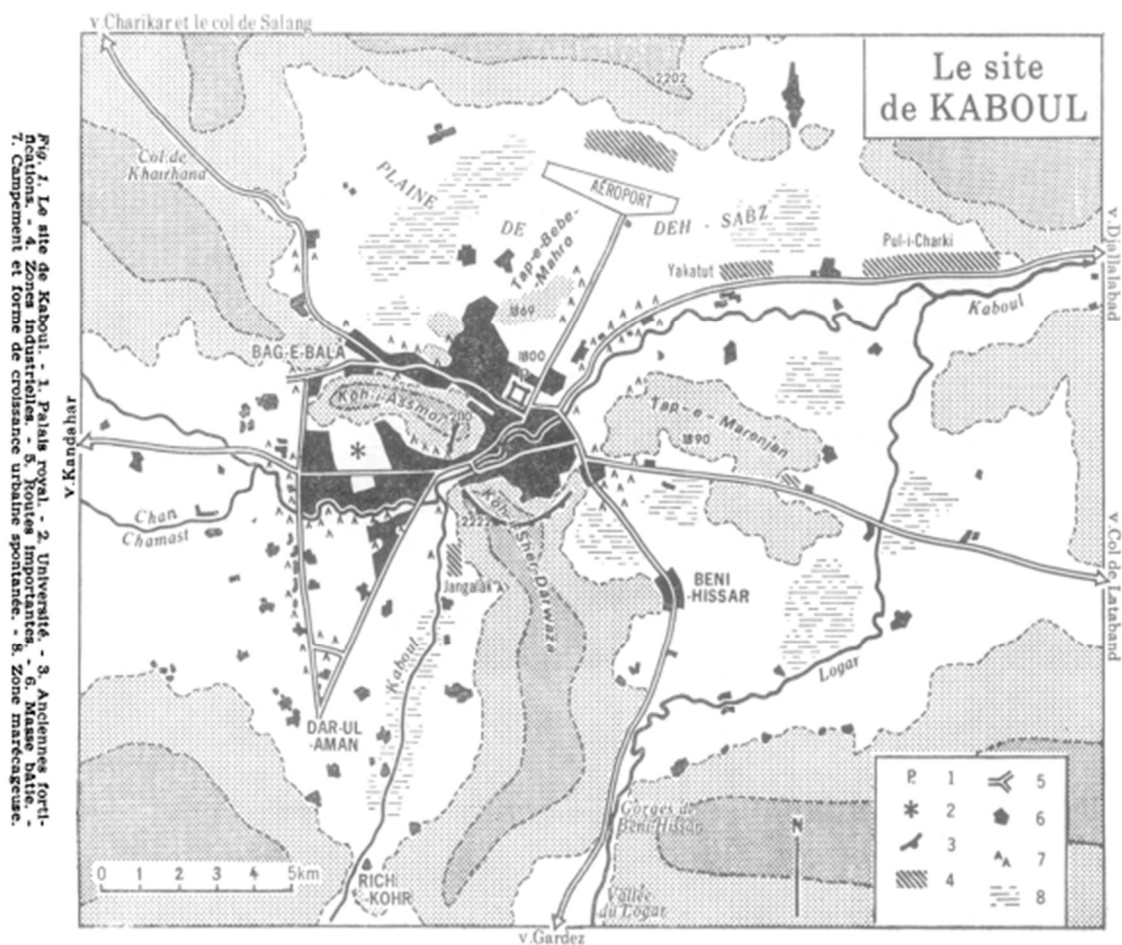


Figura 14: Mapa de Cabul e da sua hinterlândia (LACOSTE, 1967a, p. 39).

De todo modo, em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) Lacoste realiza uma avaliação mais extensa, profunda e crítica da própria ideia de Terceiro Mundo, mesmo que sem rejeição. Sob o título de “Uma unidade fundada sobre o quê?”, o primeiro capítulo se dedica à história de uma ideia, que se tornou o magma de onde emergiu o terceiro-mundismo.

2.3. Terceiro-mundismo: o Prometeu global

A origem do termo Terceiro Mundo, como uma metáfora de Alfred Sauvy relacionada ao “Terceiro Estado”, é importante para compreender a escolha dessa noção por Yves Lacoste em *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), em contraposição à de “nações proletárias”. Como afirma o próprio geógrafo (Lacoste, 1965, p. 14), o “Terceiro Estado” de 1789 representava a maioria da nação, e era formado por diversos grupos e classes sociais, constituindo “uma formação política ambígua”. Do mesmo modo, cada

Estado do Terceiro Mundo também era constituído por diversas classes sociais, e não apenas de explorados, como uma “falsificação do marxismo” transposta às relações entre os países faria acreditar. Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), Lacoste acrescenta que o “jogo de palavras” de Alfred Sauvy – naquele momento agindo mais como cronista do que demógrafo¹⁴⁷ –, expresso no “efeito de estilo” da fórmula Terceiro Mundo, começou a propagar-se através dos meios culturais e jornalísticos (idem, p. 14)¹⁴⁸.

Em 1952, como afirma Lacoste (idem, p. 17), ocorria a Revolução dos Oficiais no Egito, a nacionalização do petróleo no Irã, sob o comando de Mossadegh, o crescimento dos movimentos nacionalistas nos protetorados franceses da Tunísia e do Marrocos . Eram acontecimentos que se colocavam como em desafio às potências coloniais europeias. Para Lacoste (1980a, p. 17), as tensões na África do Norte em relação ao domínio francês tiveram um papel maior na difusão internacional do termo Terceiro Mundo, maior até que a 1ª Guerra da Indochina, finalizada em 1954 depois de 8 anos de conflito entre o Vietminh e as forças francesas.

Para Eleanor Davey (2015, p. 59), a Guerra da Argélia (1954-1962) se tornou uma das principais vias para empurrar a intelectualidade francesa no sentido do terceiro-mundismo. O conflito trouxe tanto um questionamento das ações do governo francês como das atitudes reticentes do Partido Comunista Francês (PCF) em relação à causa da independência argelina. Segundo Julien Jackson ([2018] 2020, p. 645), biógrafo do estadista francês Charles De Gaulle, ainda “[e]m 1958, apenas uma minoria minúscula apoiava a independência argelina”. Esse estreito conjunto “incluía intelectuais da extrema-esquerda, como Jean-Paul Sartre, e conservadores lúcidos, dos quais o mais notável era Raymond Aron, que achava que os custos econômicos de manter a Argélia eram insustentáveis”.

A constante reprodução jornalística do conceito de Terceiro Mundo adentraria também à bibliografia das universidades na França, imiscuída às discussões sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Para além de Alfred Sauvy, intelectuais como

¹⁴⁷ Segundo o autor, no contexto da época, o *L'Observateur* pode ser tratado com um “hebdomadário de esquerda” (LACOSTE, 1980a, p. 14), “cujas posições anticolonialistas são firmemente expostas” (Idem, p. 17), o que não seria o caso de todos os jornais daquela orientação política.

¹⁴⁸ Outros comentaristas posteriores sobre o conceito de Terceiro Mundo e o terceiro-mundismo dão menos ênfase à sua origem “francesa”, como Berger (2004), Albuquerque (2011, 2013) e Love (1980, [1996] 1998). Todavia, Eleanor Davey (2015) destaca a centralidade da intelectualidade francesa, principalmente sob o impacto da Guerra da Argélia (1954-1962).

Georges Balandier e François Perroux contribuíram com o processo.¹⁴⁹ Entretanto, para além das publicações académicas, a agitação universitária de 1968, tanto na França como nos Estados Unidos colocou centralidade nos “slogans ‘terceiro-mundistas’ contra a Guerra do Vietnã” (Idem, p. 18). Lacoste (ibidem) afirma que “1968 pode ser considerado como o apogeu do ‘terceiro-mundismo’ na Europa Ocidental e na América do Norte”¹⁵⁰.

Yves Lacoste dissocia as ideias de subdesenvolvimento e de Terceiro Mundo, com base nas “imagens” diferentes que eram transmitidas pelos jornais e meios televisivos em relação a esses termos diversos. O subdesenvolvimento era associado à fixidez: rostos de crianças emudecidas, imagens panorâmicas de paisagens vazias, imensas, solos cheios de ravinas, árvores esqueléticas, dando uma ideia de sede e de fome, silhuetas imóveis sobre fundos de solidão (idem, 1980a, p. 24). Porém, a representação feita em relação à noção de Terceiro Mundo era a de “revolução e liberdade”, e não de “resignação e caridade”: massas, movimento, multidões guiadas com entusiasmo e slogans, cortejos desfilando e cantando, e, “sobretudo, imagens e ruídos de guerra, explosões, fuzilamentos, bombardeios, guerrilhas” (Ibidem).

A distinção entre as “imagens” de subdesenvolvimento e Terceiro Mundo torna a análise de Yves Lacoste em *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980) diferente daquela presente em *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965). É importante perceber essas mudanças de posição do autor e não a manutenção de um cânone a ser seguido, evitando o que Skinner ([2002] 2005, p. 85) considera como a “mitologia da doutrina”. Neste desvio, o historiador das ideias incorreria na armadilha de vislumbrar um conjunto “unitário” de asserções na obra do autor analisado, selecionando afirmações absolutas. Na obra sobredita Lacoste (1980) oferece uma avaliação mais extensa da utilização da noção de Terceiro Mundo pelos desígnios das políticas externas das nações, expondo as “mudanças e etapas do terceiro-mundismo”, diferente dos textos anteriores.

Para Lacoste (1980a, p. 19-20), a primeira etapa do terceiro-mundismo seria caracterizada pelo neutralismo, na busca por afastar-se das alternativas e modelos oferecidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Como eventos seminais, o autor aponta a Conferência das Nações Asiáticas (1947), realizada em Nova Délhi, a ruptura entre o iugoslavo Josip Broz Tito e o regime de Stálin, em 1948, assim como a

¹⁴⁹ Alfred Sauvy e François Perroux estão entre os autores citados na curta bibliografia do livro *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), a primeira obra de Lacoste sobre o subdesenvolvimento.

¹⁵⁰ No ano seguinte, Herbert Marcuse se referia ao “Third World” no seu *En Essay on Liberation* (1969).

consagração desse “não-alinhamento” na Conferência de Belgrado, capital da Iugoslávia, em 1961, onde se institui o Movimento dos Não-Alinhados.

Todavia, a “mais espetacular” manifestação no neutralismo havia sido a Conferência de Bandung, em abril de 1955, com a presença de vinte e cinco chefes de Estado africanos e asiáticos, além de três representantes de movimentos nacionalistas da África do Norte. Lacoste (1980a, p. 20) faz questão de sublinhar o quanto a América Latina passava ao largo dessas iniciativas neutralistas durante essa primeira fase do terceiro-mundismo, da mesma forma como a maior parte do continente africano ainda não havia alcançado a independência quando ocorreu o importante evento em Bandung.

Partha Chatterjee (2005, p. 488-489) afirma que, na Conferência Afro-Asiática de Bandung, em abril de 1955, a diversidade entre participantes tão díspares era ofuscada pela unicidade de reivindicações econômicas e políticas. No primeiro sentido, havia um consenso sobre a necessidade de ajuda aos Estados recém-fundados pelas potências, assim como se difundia a ideia da “industrialização planejada através da intervenção ativa do Estado-nação” como solução para o desenvolvimento. No plano político, a ênfase era nos direitos humanos, entendidos nesse contexto como tolhidos especificamente pelo colonialismo e pela discriminação racial. Como solução para ambos os problemas estava o mote da autodeterminação nacional, e uma série de princípios como a não-interferência estrangeira nos assuntos nacionais.¹⁵¹

Ahmad ([1992] 2002) tem posição mais cética. Bandung estava marcada por profundas cisões no terreno diplomático entre os protagonistas do evento, assim como intencionalidades relacionadas às suas políticas internas. Era enganoso o verniz de unidade que rondava o discurso sobre essa reunião de estadistas. Tanto o indiano Nehru como o indonésio Sukarno estavam às voltas com a força dos partidos comunistas em seus países, e a conferência servia como palco interessante para organizar proclamações antiimperialistas, por exemplo. Nos anos posteriores, as rivalidades presentes resultaram em confrontos abertos entre as nações recém-descolonizadas, como a guerra sino-indiana

¹⁵¹ Para CHATTERJEE (2005, p. 487), a crítica à noção de império foi o elemento mais importante dessa reunião, que integrava estadistas de 25 nações, na sua maioria recém-descolonizadas. A ideia de império veiculada, entretanto, não se atinha apenas ao domínio territorial, e sim atrelada também ao controle informal e indireto.. Segundo Chaterjee, para o presidente indonésio, o colonialismo continuava um “inimigo hábil e determinado, [qu]e aparece sob várias formas”, como o controle econômico e intelectual. Esse mal deveria ser “erradicado da Terra”. No discurso de Sukarno já estava presente um receio sobre “uma pequena mas estrangeira comunidade dentro da nação” que representaria o colonialismo. Em 1957, Sukarno promoveria um processo intenso de nacionalização de empresas holandesas e a expulsão de aproximadamente 40 mil holandeses no país (JUDT, 2005).

(1962), e os confrontos entre forças da Indonésia e da Malásia, em 1963, conhecidos como *Konfrontasi*¹⁵².

A importância da Conferência de Bandung – e da própria ideia associada de neutralismo e de não-alinhamento – para uma primeira fase do terceiro-mundismo é estendida à interpretação do fenômeno como um todo por outros autores, criando um certo ar de “mito” em torno do evento. Mark Berger (2004, p. 34) estabelece uma periodização do terceiro-mundismo através das chamadas “gerações de Bandung”, inspirado numa asserção do economista egípcio Samir Amin (1988, p. 93), que sugere tirar lições do que teria sido a “era Bandung”, o “movimento radical de liberação nacional que conheceu seu apogeu [...] de 1955 a 1975”, em nome de uma “revolução anti-capitalista”.

Para Berger (2004, p. 11-18), a 1ª Geração de Bandung, típica dos anos 1950 e da primeira metade da década seguinte, seria caracterizada pelo reformismo vinculado aos projetos de industrialização guiados pelo Estado. Os principais representantes desse grupo seriam Jawarhalal Nehru (1947-1964), da Índia, Gamal Abdel Nasser (1954-1970), do Egito, e Sukarno (1945-1965), da Indonésia, também expoentes do Movimento dos Não-Alinhados. Em derrocada nos anos 1960, essa geração daria lugar àquela que representou “a era de ouro” do terceiro-mundismo, mais radical e explicitamente socialista nas suas abordagens, como Julius Nyerere (1964-1985), na Tanzânia, Fidel Castro (1959-2008), em Cuba, Muammar Qaddafi (1969-2011), na Líbia, assim como os regimes do Derg (1974-1991), na Etiópia, e na antiga África Portuguesa após as independências (BERGER, 2004, p. 18-24).

Essa 2ª Geração de Bandung, que se destacaria durante toda a década de 1970, daria lugar a uma 3ª Geração nos anos 1980, num processo de decadência das políticas reformistas ou revolucionárias vinculadas aos regimes terceiro-mundistas das décadas anteriores. A terceira geração de Bandung (1975-1985) representaria a decadência do movimento, segundo Berger (2004, p. 24-28), marcada por conflitos entre Estados comunistas e socialistas com a invasão do Vietnã ao Camboja, em 1979, e os enfrentamentos entre os exércitos chinês e vietnamita no mesmo ano.

A periodização do terceiro-mundismo realizada por Lacoste (1980a) não é tão rígida como a de Berger (2004) narrando com maior fluidez uma evolução pontuada por

¹⁵² Ou seja, assim se por um lado Aijaz Ahmad coloca o nacionalismo como um dos constituintes básicos do terceiro-mundismo, as disputas nacionais também serviam como ácido que dissolvia qualquer possibilidade de unidade maior desse conjunto geopolítico.

intervenções intelectuais específicas, como de Frantz Fanon, e por eventos geopolíticos singulares, como a Guerra da Argélia.

Depois de comentar as vicissitudes do terceiro-mundismo neutralista, Lacoste (1980a, p. 20) afirma que:

Na difusão internacional do termo ‘Terceiro Mundo’, a Guerra da Argélia vai ocupar um papel muito importante. Ela vai preocupar muito a opinião [pública], e, em um grande número de países, ela fará uma quase unanimidade contra a política francesa de então. Mas ela atrai a atenção sobre os movimentos de opinião na França, e sobre as tomadas de posição em favor da independência¹⁵³.

O conflito na Argélia começou em um momento de importantes atitudes da 4ª República Francesa em relação à descolonização. Em julho de 1954, o primeiro-ministro Pierre Mendès-France – que também acumulava o cargo de chanceler – havia negociado a saída da França da Indochina, através da Conferência de Genebra. A derrota das forças francesas para o Vietminh na Batalha de Dien Bien Phu, entre março e maio do mesmo ano, serviu para assinalar o começo do fim da 1ª Guerra da Indochina (1945-1954). Como frutos do acordo final, o surgimento de quatro novos Estados independentes na região: os reinos do Laos e do Camboja, e os dois Vietnãs republicanos, comprometidos a uma futura reunificação.

Segundo Rogan ([2009] 2021, p. 423), o fim do domínio colonial francês na Indochina - no Sudeste Asiático - foi um ponto de inflexão na atitude dessa metrópole em relação aos seus domínios no Maghreb. A situação de relativa calma durou pouco. Em 1º de novembro de 1954, uma série de atentados organizados pelo grupo Frente de Libertação Nacional (FLN) ocorreu em diversas cidades da Argélia, acontecimento pioneiro que inaugurou uma guerra de libertação nacional pelos anos seguintes.

O governo de Pierre Mendès-France, que durou de junho de 1954 e fevereiro de 1955, apostou em resolver a questão no Marrocos e na Tunísia rapidamente para lidar com a questão argelina. Em março de 1955 assinou um acordo de autonomia com Habib Bourguiba, líder do partido nacionalista tunisiano Neo-Destour, e em novembro do mesmo permitiu o retorno ao Marrocos do sultão Muhammad V, que estava exilado em Madagascar há dois anos. Em março de 1956, a França reconheceu a independência do

¹⁵³ Tradução de “Dans la diffusion Internationale du mot ‘tiers monde’, la guerre d’Algérie va jouer un rôle très importante. Elle va beaucoup préoccuper l’opinion, et dans un grand nombre de pays elle fera la quasi-unanimité contre la politique française l’alors. Mais elle attire l’attention sur les mouvements d’opinions en France et sur les prises de position en faveur de l’indépendance.” (LACOSTE, 1980a, p. 20).

Marrocos e da Tunísia: os primeiros domínios franceses na África a alcançá-la. No continente, apenas África do Sul, Egito, Libéria, Líbia e Sudão já eram independentes¹⁵⁴.

A Argélia ocupava um papel singular dentre os domínios franceses, pois não era vista como colônia. Os chamados *pied-noirs* – a numerosa minoria europeia – tinham uma ruidosa influência na política da França. O norte do seu território era composto por três departamentos – Orã, Argel e Constantine –, a mesma divisão político-administrativa da França metropolitana, enquanto, na sua retaguarda, os “Territórios do Sul” se mantinham sob administração militar direta da metrópole. Deste modo, sua condição diferia das colônias de controle direto, como a ilha de Madagascar, as Áfricas Equatorial e Ocidental¹⁵⁵, dos mandatos da Liga das Nações, aquisições do pós-1ª Guerra Mundial (1914-1918), como Síria, Líbano e Camarões, além dos protetorados de controle indireto¹⁵⁶, como Marrocos e Tunísia até 1956.

Segundo Jackson (2020, p. 569), a “violência na Argélia intensificou-se ao longo de 1955, sem se tornar guerra total”, mas no ano seguinte já era “a questão central da política francesa”. Em 19 de setembro de 1958, os líderes da FLN – abrigados no Cairo de Gamal Abdel Nasser – anunciaram a formação de um Governo Provisório da República Argelina (GPRA), colocando-se como único representante oficial da nação argelina, depois de expurgos contra outros grupos, tais como o Movimento Nacional Argelino (MNA). Segundo Rogan (2021, p. 468), naquele ano “a FLN abriu novas frentes de atuação, levando a causa da independência argelina à atenção da comunidade internacional”, fazendo com que a França fosse gradualmente se isolando diplomaticamente. Depois da volta do general De Gaulle ao poder, em maio de 1958, a queda da 4ª e o advento da 5ª República, foram assinados os Acordos de Évian, em 18 de março de 1962, prevendo a independência argelina.

Lacoste (1980a, p. 20) afirma que o contexto da Guerra da Argélia, e a difusão do termo Terceiro Mundo, tiveram um impulso significativo com a obra *Os condenados da Terra* (1961), do psiquiatra martinicano Frantz Fanon, apoiador ferrenho da causa argelina. O livro foi publicado pela editora de François Maspero – que lançaria, em 1976,

¹⁵⁴ O Sudão havia oficialmente se tornado independente naquele mesmo ano, em janeiro de 1956, já em situação de guerra civil.

¹⁵⁵ Nessa situação também se encaixavam a Guiana Francesa, a Cochinchina – o extremo-sul de um futuro Vietnã – e inúmeras ilhas oceânicas de menor porte, espalhadas pelo Índico, Atlântico e Pacífico.

¹⁵⁶ Os protetorados de controle indireto eram divididos em dois grupos. Um no Maghreb, que continha o Marrocos e a Tunísia, e outro na Indochina Francesa, composto por Laos e Camboja, além de Tonquim e Anam, que integrariam o Vietnã posteriormente.

a revista *Hérodote* –, assim como uma obra anterior de Fanon, intitulada *Sociologia de uma revolução (O ano V da Revolução Argelina)* (1959)^{157 158}.

No terceiro tomo de *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980c), Lacoste discorre sobre as relações entre o governo pós-independência da FLN e a minoria berbere, mas em seu comentário sobre o terceiro-mundismo, o contexto da Guerra da Argélia serve mais para emoldurar a difusão de *Os Condenados da Terra* (1961), de Frantz Fanon. A obra – publicada no mesmo ano da morte do autor – conta com prefácio de Jean-Paul Sartre. Para Lacoste, o livro “vai largamente contribuir à difusão do termo ‘Terceiro Mundo’ nas diversas tendências da opinião internacional”, principalmente através das rápidas e inúmeras traduções, realizadas “tanto em razão da estatura da obra como da atualidade da Guerra da Argélia” (LACOSTE, 1980, p. 20-21).

Todavia, Lacoste aponta que *Os Condenados da Terra* (1961) possuía uma característica paralela e semelhante à Conferência de Bandung (abril de 1955) no que diz respeito ao conjunto territorial que tinha como referência. Mesmo que o “Terceiro Mundo” fosse cada vez mais associado a ambos, o geógrafo afirma que “o Terceiro Mundo que Fanon evoca é ainda, sobretudo, a África – do norte ao sul – face à Europa”, assim como a Bandung dizia respeito notadamente às nações do continente asiático (LACOSTE, 1980a, p. 20-21). Berger (2004, p. 34) elenca entre as próprias características do terceiro-mundismo, a presença de “regionalismos” um tanto amplos, como o pan-arabismo e o pan-africanismo como motes de identidade no seio do movimento.

A América Latina, cujas repúblicas eram majoritariamente independentes desde o século XIX, continuava tangente ao discurso terceiro-mundista no que podemos qualificar como uma “primeira etapa” da descrição de Lacoste (1980a, p. 20-21), voltada principalmente ao neutralismo, à obra de Frantz Fanon e à Guerra da Argélia. Ao longo da década seguinte, o terceiro-mundismo entraria em uma nova fase, marcada pela política externa engendrada pelo novo regime no poder em Havana, Cuba, principalmente a partir de 1961 – inserindo finalmente a América Latina no discurso terceiro-mundista –, pela Guerra do Vietnã (1963-1975) e pela Teoria dos Três Mundos difundida pela China Popular a partir do início da década de 1970.

¹⁵⁷ FANON, Frantz. *Sociologie d’une révolution (L’an V de la Révolution Algérienne)*. Les classiques de Sciences Sociales, Chicoutimi: Université de Québec, [1959] 2011, p. 123. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/fanon_franz/sociologie_revolution/sociologie_revolution.html Acessado em 09 de janeiro de 2022.

¹⁵⁸ O livro foi lançado como o número 28 da mesma *Petite Collection Maspero* que teria como número 165 o livro *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976), de Yves Lacoste, anos depois.

Na segunda metade da década de 1960, o recrudescimento da Guerra do Vietnã (1963-1975) e as diretrizes de política externa tomadas pelo Estado cubano fizeram com que a noção de Terceiro Mundo fosse remodelada e ainda mais difundida. Segundo Lacoste (1980a, p. 22), a América Latina tinha passado ao largo dos contornos que delimitavam o Terceiro Mundo. Todavia, a atitude de Fidel Castro em tornar o regime cubano declaradamente “marxista”, em 1961, foi acompanhada de uma postura terceiro-mundista que enlaçou o território latino-americano na representação de mundo evocada pelo movimento.

Segundo Gott ([2004] 2006, p. 245-265), Ernesto Che Guevara foi o principal artífice e executor de uma política externa terceiro-mundista que não agradava muito à União Soviética, às voltas com a repentina necessidade de transformar a ilha caribenha em um satélite ao estilo europeu oriental. A Conferência Tricontinental, realizada em janeiro de 1966, foi o principal símbolo da nova abordagem do país em seu relacionamento com as nações da África, da Ásia e da América Latina, um ano antes da morte de Guevara na Bolívia.

Lacoste (1980a, p. 22) afirma que os ecos da Tricontinental ampliaram “consideravelmente, em inúmeros países, a utilização da expressão ‘Terceiro Mundo’”. O autor faz questão de ressaltar o papel do revolucionário marroquino Mehdi Ben Barka como um dos organizadores da conferência, mas que tragicamente não pode frequentá-la, por conta de seu desaparecimento.

Mehdi ben Barka vivia como exilado na França desde 1963, depois de sua expulsão pelo regime marroquino, do qual era opositor. Em 29 de outubro de 1965, foi sequestrado em frente a um restaurante, na zona central de Paris. Segundo Jackson (2020, p. 861-862), o acontecimento ganhou ampla repercussão apenas no início do ano seguinte, mas teve ampla cobertura jornalística – notadamente do *Le Monde*. As investigações apontaram a tortura e assassinato de Ben Barka por integrantes do serviço secreto marroquino, mas com o conluio de setores do seu homólogo francês.

A atitude de Lacoste em relação a esse evento – chamando atenção para ele em sua história da ideia de Terceiro Mundo – evidencia alguns pontos importantes. Por um lado pode se aventar que o seu interesse pelos acontecimentos que sacudiam a política francesa estavam filtrados pelo seu olhar que privilegiava a relação com o que ocorria no Terceiro Mundo e com os seus habitantes e militantes, tais quais Ben Barka. Por outro lado, a pouca referência em relação aos acontecimentos da política da França poderiam ter relação com uma dificuldade de posicionamento no terreno movediço da Quarta

República (1944-1958) e da nova era de Charles De Gaulle no poder, entre 1958 e 1969¹⁵⁹. Um terceiro fator, que pode ser aventado, é exposto em *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980): a insistência na importância da intelectualidade francesa como difusora da ideia de Terceiro Mundo. Ao abordar a importância da Conferência Tricontinental para a difusão da noção acima, Lacoste (1980a, p. 22) comenta que se “deve principalmente a Ben Barka e a alguns outros líderes revolucionários francófonos a extensão dessa fórmula de origem francesa”¹⁶⁰.

Segundo Gott (2004, p. 246), após o episódio da Baía dos Porcos (1961), a Crise dos Mísseis (1962) e a consolidação do embargo norte-americano, o governo cubano lançou-se à conclamação da imitação do seu modelo em uma América Latina que havia isolado a ilha em aliança com os Estados Unidos. Todavia, Ernesto Guevara, o líder que mais defendia essa ideia, ignorava “o grande fosso que existia entre os frágeis mini-Estados do Caribe e da América Central e as economias e exércitos substanciais da América do Sul” (GOTT, *ibidem*).

O ápice da defesa da exportação da revolução pelo Estado cubano ocorreu com a Conferência Tricontinental, realizada em Havana em janeiro de 1966, segundo Gott (2004, p. 262). Lacoste (1980) afirma o quanto esse evento marcava a consolidação da América Latina como integrante do conjunto do Terceiro Mundo pelos terceiro-mundistas: na Conferência de Bandung (abril de 1955), por exemplo, não havia representantes oficiais de nenhuma nação latino-americana.

Todavia, no ano seguinte, a posição cubana pela exportação do modelo revolucionário entrou em decadência, mesmo com a publicação do livro de Débray. Guevara foi morto em outubro de 1967, e em 1968 o governo cubano cerrou fileiras com a influência soviética – defendendo, inclusive, a intervenção militar na Tchecoslováquia –, que via com desconfiança as conclamações terceiro-mundistas (GOTT, 2004, p. 262-265).

¹⁵⁹ A referência de Lacoste ao caso de Mehdi Ben Barka deve ser sublinhada. Em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959) e *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), é pouco comum qualquer referência direta do autor em relação às polêmicas, disputas e debates que ocorriam na França de seu tempo. É possível entrevê-los nas fortes posições teóricas assumidas por Lacoste em diversos momentos – como contra a ideia de “centro-periferia” – e seguir os rastros intelectuais dos seus alvos mais encarniçados. Todavia, nas obras anteriores à fundação da revista *Hérodote*, em 1976, são raras as referências a acontecimentos específicos da vida política francesa. O fato é notável pois, como afirma Judt ([1998] 2014, p. 16), entre o fim da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e a Guerra da Argélia (1954-1962), a França “experimentou quatro diferentes regimes constitucionais, percorrendo a escala da república parlamentar à gerontocracia autoritária”. A Quarta República (1944-1958) teve, em média, um governo a cada seis meses.

¹⁶⁰ Tradução de “l’on doit principalement à Ben Barka e à quelques autres leaders révolutionnaires francophones l’extension de cette formule d’origine française [...]”.

A Conferência Tricontinental (1966) consolidou a representação de um Terceiro Mundo que incluísse a América Latina, mas era a escalada do envolvimento norte-americano no Vietnã que mais chamava a atenção durante a década de 1960 (OLIC, 1988, p. 26-29). Antes que o governo do republicano Richard Nixon (1969-1974) apostasse na “vietnamização do conflito”, um primeiro passo para o fim da guerra, os bombardeios dos Estados Unidos e a ação de suas forças armadas atingiram o ápice durante os governos do democrata Lindon B. Johnson (1963-1969).

Para Lacoste (1980a, p. 23), Cuba e o Vietnã do Norte se tornam os dois “campeões do ‘Terceiro Mundo’”, numa imagem de estilo Davi/Golias e profundamente antiamericana, que deixava para trás a inspiração do “socialismo argelino”, impulso da fase anterior do terceiro-mundismo. Afinal, a Guerra do Vietnã (1963-1975) foi um dos eventos geopolíticos de maior importância durante a Guerra Fria, e o conflito teve cobertura televisiva, que ajudou a disseminar a ideia de uma “unidade de um Terceiro Mundo” contra o “imperialismo” (LACOSTE, 1980, p. 24). Todavia, além de Havana e Hanói, novos discursos provindos de Pequim, capital da China Popular, colocaram o conceito de Terceiro Mundo ainda mais em voga, no início dos anos 1970.

A versão mais acabada do terceiro-mundismo “chinês” veio à tona com a Teoria dos Três Mundos, lançada em 1973, na moldura de um cisma sino-soviético já consolidado e da lenta reaproximação com os Estados Unidos. Para Ahmad (2002, p. 185) a tendência mais célebre da divisão do planeta em três grandes conjuntos seria aquela proposta por Mao Tsé-Tung, e que teria tido difusão internacional através das redes intelectuais e militantes vinculadas ao maoísmo.

O nacionalismo, segundo Ahmad ([1992] 2002, p. 172) está no núcleo do terceiro-mundismo, e três versões desse último teriam emergido no século XX, a neutralista vinculada a Nasser, Sukarno e Nehru, a soviética e a chinesa. Como “[...] foi a versão chinesa [...] que teve a vigência global mais ampla” (AHMAD, idem, p. 185), e foi lançada sobre o rótulo de Teoria dos Três Mundos, é através desse mote que Ahmad discorre sobre o que também considera como “ideologia terceiro-mundista”. Chang & Halliday ([2005] 2012, p. 614) apontam que essa foi a última tentativa de Mao em lançar-se como líder mundial, voltando-se para os países mais pobres. Duas décadas após o lançamento do Programa de Superpotência (1953), a China se mantinha nos anos 1970 como um país devastado pelas consequências do Grande Salto Adiante (1958-1961) e da Revolução Cultural (1966-1976).

No caso soviético, como afirma Ahmad ([1992] 2002, p. 184-185), o lema da luta contra os Estados capitalistas – e não contra “o capital” – serviu como base para a aproximação da União Soviética, principalmente sob o período pós-stalinista, com Estados que não faziam parte do bloco comunista, mas que assumiam uma posição de enfrentamento eventual em relação às antigas potências coloniais do Ocidente. Segundo essa versão soviética do terceiro-mundismo, os “não-alinhados”, como o Egito de Nasser, a Indonésia de Sukarno e a Índia de Nehru deveriam ser incentivados a se manterem militarmente neutros em plena Guerra Fria sob a liderança de suas “burguesias nacionais”.

A Teoria dos Três Mundos de inspiração maoísta, tinha no centro, segundo Chang & Halliday ([2005] 2012, p. 614), a ideia de que a pobreza seria a característica essencial do assim chamado Terceiro Mundo, que excluiria a União Soviética e seus aliados. Deste modo, a China seria a líder desse setor do mundo caracterizado pela penúria. Como afirmam os autores, com o arrefecimento da Revolução Cultural, no auge da qual a China isolou-se no palco da geopolítica global, Mao apostou na difusão do culto à sua personalidade e apostou no aumento da influência chinesa nos países do Terceiro Mundo. Entretanto, teria alcançado um fracasso evidente em estabelecer influências mais intensas, fosse no Oriente Médio, na América Latina ou na África (CHANG & HALLIDAY, [2005] 2012, p. 556-563).

No caso da Indochina, após a retirada americana, Laos e o Vietnã acabaram se alinhando com a União Soviética, e não com a China, para a qual acabou restando como aliado ambíguo o Camboja de Pol Pot. Mesmo a Albânia e a Coreia do Norte afastaram-se de Mao Tsé-Tung ao longo das décadas de 1960 e 1970 (CHANG & HALLIDAY, *idem*, p. 561, 575). Na senda do desespero, a China Popular se aproximou de regimes bem distantes do panteão terceiro-mundista, como o de Mobutu Sese Seko (1965-1997) – que havia subido ao poder com o apoio do Ocidente –, no ex-Zaire¹⁶¹, financiando a construção do novo edifício de um parlamento local obediente, o *Palais du Peuple*. A Teoria dos Três Mundos chinesa naufragou rapidamente. Na mesma década o projeto estava sepultado enquanto país entrava em guerra com o Vietnã unificado.

Em Kissinger ([1994] 2012), Aron ([1962] 2018) e Judt pode-se perceber que há um destaque considerável – em comparação a outros regimes citados acima – ao Egito de Gamal Abdel Nasser (1952-1970). Exponente do pan-arabismo, ou nacionalismo árabe, os

¹⁶¹ Em 1971, o ditador Mobutu transformou a República Democrática do Congo em Zaire, através de uma campanha em nome da *Authenticité* africana. Em 1997, com a queda de Mobutu, o Estado voltou a ser denominado oficialmente com o nome anterior.

autores acima tratam Nasser como foco de destaque de pressão no sistema internacional bipolar da Guerra Fria advindo de um país subdesenvolvido. Para Hourani (p. 401), a ascensão do nacionalismo popular árabe, cujo ápice se daria entre as décadas de 1950 e 1960 se alimentaria da própria de um “Terceiro Mundo”, envolvido num fronte comum de Estados em desenvolvimento, recém-descolonizados e que se recusariam a se comprometer com os dois blocos geopolíticos que se desenhavam. Ou seja, um terceiro-mundismo geral tanto se alimentava dos regionalismos, como afirma Berger, como servia como fonte de inspiração para os mesmos, como afirma Hourani.

Entretanto, algumas discordâncias interessantes surgem na avaliação dos governos acima. Na visão de Aijaz Ahmad ([1992] 2002, p. 173), próxima do marxismo e de Antonio Gramsci, o nacionalismo típico do terceiro-mundismo seria apenas um precedente para o domínio de burguesias nacionais. Para Descamps (1978, p. 319, 348), numa posição em direção oposta, o terceiro-mundismo era a resultante final de posições díspares, mas associadas: uma combinação que associou o apoio às lutas de libertação nacional, deflagradas no pós-2ª Guerra, e o socialismo.

Henry Kissinger ([1994] 2012, p. 478), entretanto, afirma que a retórica antiocidental e antiamericana, eventualmente vinculada ao “não-alinhamento” na Guerra Fria, tinha como objetivo final amealhar concessões e financiamentos do Ocidente, já que grandes volumes de recursos não viriam da União Soviética, de quem se temia a manipulação externa dos partidos comunistas locais.

Yves Lacoste também estava atento a esse tipo de fenômeno, pois:

Ora, o plano econômico não determina completamente o plano político, e os dirigentes de Estados da África, da Ásia e da América Latina sabem jogar com as rivalidades que existem entre as grandes potências ocidentais e até mesmo apelar para o apoio da União Soviética, como é o caso da Índia há décadas. (LACOSTE, [1985] 1991, p. 135).

Mark Berger (2004, p. 11), em meio a uma diversidade considerável de intelectuais, estadistas e nações citados acima, sintetiza um também amplo conceito do que seria o terceiro-mundismo. Para o autor, o fenômeno aqui colocado em foco pode ser tratado como um movimento histórico-mundial que emergiu das atividades e ideias de nacionalistas anti-coloniais e teria três componentes principais: a) interpretações romantizadas de tradições e culturas pré-coloniais; b) um utopianismo corporificado pelo

marxismo e pelo socialismo; c) além de visões ocidentais de modernização e desenvolvimento¹⁶².

Um dos livros que consta na bibliografia de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) é *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*, de Gérard Chaliand ([1976] 1977), considerado por Szczepanski-Huillery (2005, p. 28-29) como a mais importante obra para compreender o terceiro-mundismo¹⁶³. Nessa obra, Chaliand enfoca um olhar sobre o terceiro-mundismo para outro sentido, encontrando raízes na experiência japonesa.

Chaliand (idem) estabelece uma distinção entre as “revoluções nacionais e sociais”, que teriam rompido com o que chama de “hegemonia capitalista ocidental”, como a China Popular, o Vietnã, Cuba e a Coreia do Norte, e as “revoluções nacionais antiimperialistas”. Dentre essas últimas estariam a Tanzânia de Julius Nyerere, os baathistas iraquianos e sírios, a Argélia da FLN e o egípcio Nasser, avaliados como regimes em que uma burguesia administrativa que encapsula o Estado sob seu domínio, inclusive as empresas estatais, reprimindo qualquer forma de dissensão social em nome da unidade nacional. A ideologia desses regimes, por mais que se proclamassem socialistas ou socialistas científicos, seria o nacionalismo, principalmente na África e no Oriente Médio¹⁶⁴.

Chaliand ressalta a ambiguidade do processo colonial, que “[d]eslocou equilíbrios tradicionais”, mas que também difundiu “progressos” como a “modernização política [...], modificação das estruturas sociais [...]; difusão de novas ideias, nacionalismo, revolução social (principalmente na sua versão ‘marxista-leninista’)”. Neste sentido, o autor destaca a importância dos Estados que utilizaram de “suas próprias tradições nacionais” para “escapar à hegemonia ocidental [...] de 1868 aos nossos dias” ([1976]

¹⁶² Entretanto, Berger (2004, p. 34) atrela essa definição a cinco pressupostos essenciais, os quais afirmam que: a) as massas populares do Terceiro Mundo possuem aspirações revolucionárias; b) o cumprimento das aspirações revolucionárias seria inevitável sob o ponto de vista histórico, inclusive inspirado em formas pré-coloniais de igualitarismo, c) o veículo para a transformação estaria vinculado a um Estado nacional forte e centralizado; d) a necessidade de que os Estados nacionais deveriam formar uma aliança para agir coletivamente através de diversas formas de regionalismos (como o pan-arabismo) e organizações internacionais, como o Movimento dos Não-Alinhados.

¹⁶³ Gérard Chaliand ([1976] 1977) desenvolve uma análise sobre o desenrolar das guerrilhas, lutas armadas pela independência, além das revoluções nacionais que ocorreram no Terceiro Mundo. É possível já perceber uma diversidade marcante dentro de um mesmo conjunto, que claramente se afasta de qualquer homogeneidade quanto aos acontecimentos históricos, já passadas quase 3 décadas desde que o processo de descolonização havia sido detonado no pós-2ª Guerra.

¹⁶⁴ Era a linguagem antiimperialista que unificava os exemplos tão diversos tratados no livro, que iam da Guiné de Sekou Touré (1958-1985) ao regime de Juan Velasco Alvarado (1968-1978), no Peru. A ideia de uma “luta contra o imperialismo” permitia enlaçar tendências político-ideológicas muito diversas e, em geral, conflitantes.

1977, p. 183-184), que seriam o Japão, a China, o Vietnã e a Coreia do Norte. Sabendo que os três últimos haviam passado por revoluções “antiimperialistas e sociais” apenas no século XX, chama atenção o fato do autor colocar ao lado das experiências chinesa, vietnamita e norte-coreana, onde foram centrais a liderança dos partidos comunistas, o caso japonês do final do século XIX, que ANDERSON, [1974] 2016, p. 505) qualifica como um “Estado capitalista autoritário”.

O acontecimento que marca os anos de 1867 e 1868 no Japão é o estabelecimento do “Estado unitário Meiji”, também conhecido como restauração Meiji, na qual a autoridade imperial foi restaurada em contraposição ao que Perry Anderson ([1974] 2016, p. 504-505) considera como os representantes do modelo feudal japonês, o assim chamado xogunato. Como mostra o mesmo autor (ANDERSON, [1974] 2016, p. 502), depois de séculos da xenofobia como ideologia oficial professada pelo xogunato, que seria a elite feudal do país, o Japão foi forçado a relacionar-se com as potências ocidentais a partir da expedição do comodoro Perry, em 1853. As críticas internas à forma como o xogunato teria se dobrado às pressões externas transformou a corte imperial em um “[...] verdadeiro polo secundário de poder [...]” em meio ao que era visto como uma emergência nacional.

Em meio ao contexto acima, a rebelião que modificou a estrutura do poder a partir de 1867 ocorria em nome do imperador, que “[...] constituía um símbolo transcendental ao qual, em tese, todas as classes podiam se alinhar” (ANDERSON, [1974] 2016, p. 504). O Estado Meiji, segundo Anderson (Ibidem, p. 504) fundado nesse processo teria adotado radicalmente um conjunto de medidas que aboliram o sistema “feudal” que dominava a sociedade japonesa. Deste modo, “[...] criou um mercado unificado e uma moeda única, promoveu sistematicamente a industrialização e a expansão militar. [...]”. O mesmo autor não deixa de ressaltar o grau de autoritarismo do modelo implantado pelo novo regime.

A inspiração do Japão não é unânime na bibliografia acerca do terceiro-mundismo e do destino do Terceiro Mundo no pós-2ª Guerra, quando emerge como conjunto autointitulado desta forma. A questão vem temperada de inspirações e críticas: Chesneaux (1969, p. 45) afirma que:

En la época en que todo el Tercer Mundo, emancipado del régimen colonial, se enfrenta, ao menos aparentemente, con los problemas del take off, el proceso original a cuyo través da economía japonesa se modernizó subitamente encuentra um aire de actualidad y despierta más que nunca la atención de economistas e historiadores. (CHENEAX, 1969, p. 45).

Simultaneamente, Chesneaux (p. 49-50) não deixa de destacar o o “regime político autoritário” consolidado entre o início da era Meiji, em 1868, e a guerra russo-

japonesa, em 1905, marcado pela constituição promulgada em 1889. Logo veio a expansão imperialista, da anexação dos arquipélagos de Curilas, ao nordeste, e Kyushu, ao sudoeste, na década de 1870, à consolidação do domínio total sobre a península coreana, em 1910. Segundo o autor, os débeis partidos de esquerda japoneses não conseguiram fazer frente à política imperial, mesmo que se opusessem a ela.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, os conciliadores e conservadores partidos Seiyukai, Minseito e Kensekai – que defendiam uma expansão imperial mais gradual – não conseguiram fazer frente à ascensão da “extrema-direita militarista e ultranacionalista”. Com as conturbadas repercussões da crise de 1929 na economia do arquipélago, a conjuntura “facilitó la demagogia anticapitalista y antiparlamentaria de la extrema derecha”, abrindo espaço para a captura do poder pelos militares desde 1932 (CHESNEAUX, 1969, p. 50-52).

Por qual razão Chaliand ([1976] 1977) conseguia conciliar em sua linha de raciocínio a característica imperial e autoritária do Japão Meiji com os regimes comunistas que alcançaram o poder na Coreia do Norte, China e Vietnã ao longo do século XX? De que modo, Love ([1996] 1998) consegue construir uma linhagem que inicia no debate entre marxistas e populistas do final do século XIX, atravessa autores corporativistas como o romeno Mihail Manoilescu, alcançando estruturalistas como Raúl Prébisch e os arautos da teoria da dependência? Um indício de resposta Love ([1996] 1998) oferece: a rejeição ao liberalismo econômico.

Ki-zerbo *et al* ([1993] 2010) oferece uma explicação próxima sobre esse aspecto, mas enfocando no liberalismo político. O historiador refere-se especificamente aos líderes das independências africanas no século XX, os quais, em geral, foram alçados logo ao poder. Segundo Ki-zerbo *et al* ([1993] 2010) esses movimentos se revestiam na luta contra a metrópole de proclamações ligadas ao liberalismo, justificando que a sua justa aplicação à realidade pelos europeus passaria necessariamente pela concessão de liberdade às colônias, na rota da independência. Entretanto, logo após alcançar a soberania, os novos líderes abandonavam a atitude liberal, colocando o nacionalismo – e a coesão nacional – como mote justificatório de repressão às dissensões, mesmo que atrelados a formas locais de socialismo. Muitos desses líderes citados por Ki-zerbo *et al* ([1993] 2010), como Julius Nyerere, Sekou Touré e Muammar Kadhafi são citados por Berger (2004) como referências em relação ao terceiro-mundismo.

Deste modo, o fio condutor que permite, observando os autores acima (CHALIAND [1976], 1977; LOVE [1996] 1998, SNYDER, 2012; CHESNEAUX, 1969)

conectar as experiências do Japão imperial, dos Estados da Europa Centro-Oriental do entreguerras, como Romênia, Hungria e Polônia, com os exemplos latino-americanos do pós-2ª Guerra parece ser novamente o *nacionalismo*.

2.4. América Latina: o Ocidente do Terceiro Mundo

O 2º Império (1852-1870), do francês Luís Napoleão, foi o berço da ideia de “América Latina”. O “latinismo” justificava uma possível hegemonia francesa sobre as ex-colônias ibéricas nas Américas, como afirma Rouquié ([1987] 1991, p. 23). As línguas neolatinas e o catolicismo conferiam um véu de legitimidade e um inimigo a se contrapor: o protestantismo anglófono dos britânicos e americanos.

Paris escolheu um alvo: o México, que havia perdido metade de seu território para os Estados Unidos em 1848, e se encontrava em uma guerra¹⁶⁵. Uma intervenção liderada pela França instalou no poder mexicano o nobre Maximiliano da Áustria. A Guerra Civil Americana (1861-1865) dificultou alguma resposta de Washington inicialmente. Todavia, a aventura monárquico-restauradora durou apenas entre 1864 e 1867, derrubada por uma revolta de republicanos liberais mexicanos, apoiados pelo vizinho do norte, como relata Donghi (1975, p. 169-171).

Alain Rouquié (ibidem) destaca que a hegemonia francesa pode ter sido derrotada pela via das armas, mas uma larga fatia da América continuou “Latina” no sentido apreciado pela França “pelo menos até 1930, na formação de suas elites, onde a cultura francesa reina inteiramente”. No mesmo período, o intelectual peruano Víctor Haya de la Torre apostou na ideia de “Indo-América”, condizente com a realidade andina, em um ideal próximo da América “Indo-Latina” de Augusto Sandino (Ibidem).

Para Love ([1996] 1998), a América Latina ocupa um lugar bastante específico na disseminação de doutrinas tematizando o subdesenvolvimento e o Terceiro Mundo no pós-2ª Guerra, como o estruturalismo e a teoria da dependência. Bernard Houcarde (1985, p. 141-142), por exemplo, afirma que no Irã, em período anterior à revolução islâmica de 1979, a oposição laica ao regime monárquico dos Xás, em geral exilada na Alemanha Ocidental e na França, tinha o costume de aplicar ao caso iraniano “esquemas latino-

¹⁶⁵ A revolução liberal de 1854 trouxe novas figuras ao poder no México, como Benito Juárez, iniciando uma série de reformas que se chocavam com a Igreja Católica e os conservadores, notadamente com a Constituição de 1857. Com o país mergulhado em guerra civil, os conservadores “jogam com uma carta considerada decisiva”, a intervenção europeia. Como afirma Donghi (1975, p. 170), a França tinha projetos mais ambiciosos que os britânicos e espanhóis, buscando “estender sua hegemonia sobre o México”.

americanos” sobre a dominação econômica, subdesenvolvimento e imperialismo. Love (idem) traça um perfil que une diretamente teorias desenvolvimentistas difundidas durante o segundo pós-guerra, principalmente na América Latina, com suas precedentes oriundas da Europa Centro-Oriental do entre-guerras (1919-1939)¹⁶⁶.

O estruturalismo era o núcleo mais importante do conjunto, associado tanto a instituições, como a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), criada em 1949 com sede em Santiago, como intelectuais tais quais o argentino Raúl Prebisch ou o brasileiro Celso Furtado. A especificidade dessa região do globo nesse sentido pode ser percebida pelo fato, destacado por Love ([1996] 1998, p. 309), de que a Comissão Econômica para a Ásia e Extremo-Oriente, de 1947, e a Comissão Econômica para a África, de 1958, não serviram de base para tamanho empreendimento teórico e político.

Esses esquemas latino-americanos, foram forjados, segundo Love [1996] 1998, visando superar o “subdesenvolvimento” tendo como alvo a industrialização manufatureira. Indissociavelmente atrelado a esse mote estava a meta de reorganização da posição dessas nações no sistema internacional, diminuindo a dependência em relação às centrais. A intervenção do Estado, enleada ao planejamento econômico, seria essencial para esse projeto e alvo estava na modificação para lutar contra “desequilíbrios estruturais” inúmeros presentes nas economias subdesenvolvidas. O estruturalismo surgiria nesse processo, afastando-se da ortodoxia neoclássica. Para Love ([1996] 1998, p. 22), “O estruturalismo refere-se aos esforços teóricos de especificar, analisar e corrigir as estruturas econômicas que impedem ou bloqueiam o desenvolvimento e o funcionamento ‘normais’, implicitamente não-problemáticos, supostamente característicos da economia ocidental”.

Para Love, foi no entorno do intelectual argentino Raúl Prebisch que consolidou-se o estruturalismo, ganhou força e orientou as políticas propostas pela Comissão da Organização das Nações Unidas para a América Latina (Cepal), fornecendo as bases teóricas para governos desenvolvimentistas e reformistas principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, notadamente no Chile e no Brasil (LOVE, 1994). No caso brasileiro, esse período foi marcado por Love ([1996] 1998) pela importância intelectual de Celso

¹⁶⁶ O conceito de “América Latina” aparece também em Przeworski (1991). O autor se debruça sobre a América Latina e o Leste Europeu como escalas de análise principal em relação às transições de regimes ditatoriais para democracias ao longo da década de 1980. O critério de escolha dessas duas regiões em sua análise se dá justamente por elas terem passado pela ascensão de sistemas autoritários durante, principalmente, a segunda metade do século XX: os regimes ditatoriais do Leste Europeu e da América Latina haviam tido como sustentáculos, de um lado, a União Soviética e, de outro, os Estados Unidos, respectivamente.

Furtado como vínculo principal entre a escola estruturalista latino-americana e as políticas públicas de governos diversos, passando por Juscelino Kubitschek (1965-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

O estruturalismo pode ser associado ao que Bielschowsky ([1988] 2000) denomina como “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, dissociado, simultaneamente, do neoliberalismo, por um lado, e do socialismo, por outro¹⁶⁷. O autor periodiza o pensamento desenvolvimentista de acordo com uma “origem”, entre 1930 e 1944, um “amadurecimento”, até 1955, seguido por um “auge” (1956-1960) e uma crise, que termina em 1964 (Bielschowsky, 2000, p. 247-248). Todavia, Rouquié (idem, p. 239) oferece outro ponto de vista, e avalia que o desenvolvimentismo se daria sob formas mais autoritárias nas ditaduras militares dos anos posteriores. Entre os exemplos estavam o governo do general Onganía, na Argentina dos anos 1966 a 1970, e também no Brasil entre 1964 e 1985, principalmente sob o general Ernesto Geisel (1974-1979).

Draibe ([1985] 2004, p. 53-57) oferece contornos mais precisos sobre a política que rondava o desenvolvimentismo. Segundo a autora, um impulso maior ao desenvolvimento industrial no Brasil se deu através de um amplo processo de centralização do Estado sob o comando de Getúlio Vargas (1930-1945). O alicerce do novo sistema era uma maior intervenção estatal, que operava no sentido da industrialização e ia ao encontro de um “projeto nacional” desenhado nas Forças Armadas. A “outra face do Leviatã” podia ser desvendada através da ação de um aparelho coercitivo-repressivo de peso, além da “[...] corporativização dos interesses e a privatização do Estado.” sob o verniz do interesse geral da nação. A partir desse estopim inicial do desenvolvimentismo no Brasil, pode-se perceber o caráter bastante complexo desse fenômeno histórico.

Em sua obra clássica sobre a América Latina, tratando-a como o “extremo-Ocidente”, Alain Rouquié (idem, p. 237) coloca os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no Brasil, e Arturo Frondizi (1958-1962), na Argentina, como os exemplos principais de *desarrollismo*. O Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que existiu entre 1955 e 1964, é tratado como uma de suas fontes intelectuais. Entretanto, em sua avaliação, esse nacional-desenvolvimentismo, que orbitava em torno da ideia da

¹⁶⁷ No caso brasileiro, por exemplo, como afirmam Bielschowsky ([1988] 2000, p. 193-197) e Gorender ([1987] 2014, p. 17-21), em diversos momentos o Partido Comunista Brasileiro, mesmo atuando na clandestinidade, mesclava o discurso anti-capitalista com defesas difusas do capital nacional frente ao que seria o imperialismo, que seria personificado na Guerra Fria pelos Estados Unidos.

industrialização acelerada como aspecto redentor do planejamento econômico, seria uma “estratégia conservadora de desenvolvimento”. Para o autor, apresenta-se como uma “uma maneira original de compatibilizar um nacionalismo capaz de canalizar as tensões sociais e a dependência em relação ao capital estrangeiro” (idem, p. 238).

Rouquié (idem, p. 236-237) também afirma que essas experiências desenvolvimentistas teriam, nas economias mais avançadas da América Latina, se enxertado nos experimentos do nacionalismo populista anterior. Para o autor (ROUQUIÉ, idem, p. 236), esse fenômeno teria como exemplos principais os governos de Getúlio Vargas, no Brasil, de Juan Domingos Perón, na Argentina, Velasco Ibarra, no Equador, e Lázaro Cárdenas, no México, tendo como auge as décadas de 1930 e 1940. Para condensar sua compreensão do que significa o populismo, que afirma ser um conceito tão vilipendiado e banalizado, Alain Rouquié (idem, p. 236), afirma que “A integração/cooptação dos trabalhadores das cidades ou dos camponeses, que se efetua não contra as oligarquias locais, mas antes contra a auto-organização das classes populares, e as políticas sociais de acompanhamento foram, ao contrário, o cerne da lógica populista”.

Além disso, dentre os elementos que temperariam a característica essencial acima, estariam um “estilo de governo paternalista e autoritário onde o clientelismo de massas burocratizado é uma das engrenagens essenciais”. A solidariedade nacionalista era, ainda, organizada com base na ideia de inimigo externo (ibidem, p. 236).

A diferença de abordagem sobre como classificar o desenvolvimentismo, tratado por Berger (1994, 2004) como ligado à libertação nacional e ao terceiro-mundismo, e por Rouquié ([1987] 1991) como forma conservadora de alcançar o desenvolvimento, pode ser evidenciada pela relação entre os argentinos Raúl Prebisch e Juan Domingos Perón, o intelectual e o político, respectivamente. Ambos estão incluídos em narrativas sobre o terceiro-mundismo, o primeiro por Berger (1994, 2004) e o segundo por Love.

Entretanto, Dosman (2011, p. 252), por exemplo, afirma que os pontos de convergência entre Perón e Prebisch eram superficiais, pois “[...] ambos eram nacionalistas, mas radicalmente diferentes em estilo e ideologia [...]”. O modelo peronista levaria a um “[...] Estado corporativista e nacionalista com uma economia dirigida [...]”, enquanto Prebisch defendia uma participação maior no plano internacional, com relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de cultivar vínculos com bancos estrangeiros. Segundo Dosman (2011, p. 252):

[...] A ideia de Perón, de uma industrialização totalmente liderada pelo Estado, baseada em tarifas, subsídios e empréstimos a juros baixos com emissão de moeda,

conduzia a um setor público inchado, pesados gastos militares e espiral inflacionária. Prebisch apoiava um Estado ativo, que lançasse mão de todas as ferramentas usadas por outros países exportadores, mas dentro de uma estrutura liberal, global e competitiva. [...].

De qualquer modo, mesmo com discordâncias, a posição dos dois argentinos citados acima em interpretações do terceiro-mundismo pode ser tomada como um sinal de uma tendência maior. Isso porque, segundo Albuquerque (2011, p. 177), mesmo com o peso do exemplo cubano, foi no cone-sul do continente sul-americano onde o terceiro-mundismo adquiriu maiores proporções na intelectualidade e nos corredores do poder, principalmente no Brasil. Entretanto, tanto no posicionamento dos seus governos como na vida intelectual, sempre tendo atenção para seus intercâmbios.

Albuquerque (2011, p. 181) sugere três fontes autóctones do terceiro-mundismo no Brasil. Primeiramente uma instituição, incluindo aí os intelectuais que ali circularam: o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), o qual teria sido o fórum de maior peso no forjar do nacional-desenvolvimentismo que incensaria intelectualmente o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) – como também afirma Rouquié ([1987] 1991, p. 237) – e, posteriormente, o de João Goulart (1961-1964).

O Iseb, mantido com recursos do Estado, existiu entre 1955 e 1964, e tinha como objetivo explícito forjar uma ideologia (TOLEDO [1977] 1997, p. 26): fazer com que a nação tomasse consciência do seu subdesenvolvimento e lutasse pela sua superação através de um esforço desenvolvimentista. A ideologia do desenvolvimento nacional estava no centro dessa empreitada (idem, p. 47). O nacionalismo seria o vínculo de convergência entre todas as classes sociais da formação social brasileira, formando uma unidade ideológica (idem, p. 50), exprimindo, deste modo, os “interesses gerais da nação” como orientação principal do desenvolvimento (idem, p. 70).

Além do ISEB, Albuquerque (idem, p. 181) aponta a obra de um intelectual específico, Josué de Castro, como central para a difusão do terceiro-mundismo no Brasil. Autor de *Geografia da Fome: A Fome no Brasil* (1946) e de *Geopolítica da Fome* (1951), Josué de Castro também é apontado por Moraes (2007, p. 124) como um dos precursores de uma linhagem que depois se solidificaria como a geografia crítica no Brasil. Campos (2004, p. 175) afirma que, após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), Josué de Castro, numa trajetória que passou da medicina à geografia e demografia, publicou uma série de obras discorrendo sobre a necessidade do combate à fome no Brasil e no restante do Terceiro Mundo, em geral relacionando essa realidade ao passado colonial europeu. Milton Santos, geógrafo brasileiro nascido em 1927, e expoente da geografia crítica, em entrevista a Yves

Lacoste citada na Apresentação ao presente trabalho, aponta que a influência de Josué de Castro foi seminal para seu interesse em relação à geografia, desde o ensino escolar, e um livro didático publicado em 1939 sob autoria de Josué de Castro pode ser a comprovação disso.

O livro *Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo* (1939), de Josué de Castro, foi publicado tendo como objetivo servir como material didático de geografia para o último ano do que depois seria considerado o ensino médio. Na obra, CASTRO (1939, p. 31-41) estão presentes lições sobre os marcadores a serem utilizados para uma classificação racial da população mundial, com o ressaltado final pelo autor de que os caracteres expostos não teriam interferência na capacidade dos povos para o desenvolvimento. Em entrevista concedida a Jesus de Paula Assis (SANTOS, [2002] 2004, p. 47-48), ao ser perguntado em qual momento teria acontecido sua opção pela geografia, Milton Santos responde que:

Eu acho que ela deve ter acontecido graças a Josué de Castro, a ele e a um professor que tive, Imbassai, um homem jovem e brilhante, que dava aulas com muita cor e vivacidade. A geografia de Josué de Castro não era apreciada pelos geógrafos, mas era de certa forma uma revisão da geografia francesa, apresentando teorias como o possibilismo e o determinismo. Nas aulas que tínhamos no ginásio, eu notava que a história não explicava. Meu professor falava em Cleópatra ou em Ramsés II, mas não havia explicação. Ficávamos deslumbrados com o personagem, com o enredo, enquanto na geografia de Josué de Castro havia uma busca de explicação de como a história ia se fazendo. Seu *Geografia Humana* era um livro didático muito bem-feito e que trazia os fundamentos da geografia humana, sobretudo francesa. Vidal de la Blache era muito presente.

Josué de Castro publicou uma de suas obras mais célebres, *Geopolítica da Fome* (1951), justamente quando o termo geopolítica se encontrava coberto pelo manto da proscricção. Na Introdução à primeira edição, lançada em inglês por uma editora americana, Castro (1951, p. 20-21) afirma que sabia do peso que o termo geopolítica ainda possuía, atrelado à sua utilização pelo III Reich, mas que tinha consciência da possibilidade de uma outra abordagem. Alguns anos depois, Nelson Werneck Sodré (1976), historiador e que tinha sido um dos intelectuais mais importantes do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), afirmaria que a geopolítica é a “geografia do fascismo”. Segundo o relato de Castro ([1951] X), a expressão teria sido aceita para o título da obra pois condizia tanto com as intenções do autor, o conteúdo da obra e os intentos dos editores.

Além do Iseb e de Josué de Castro, Albuquerque (2011, p. 182) aponta uma série de institutos dedicados a estudos sobre a Ásia e a África, como o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, criado durante a presidência efêmera de Jânio Quadros. Para o autor, a iniciativa “[...] respondía menos al interés académico que al diplomático, pues secundaba una política exterior que miraba con simpatía a los países africanos y asiáticos. [...]”. Podemos cotejar esse argumento com o que aponta Ricupero (2017, p. 402), o qual afirma que a assim chamada “política externa independente”, que vicejou durante o governo de João Goulart (1961-1964), principalmente sob a batuta do chanceler San Tiago Dantas, teve seu embrião durante o governo de Jânio Quadros, entre janeiro e agosto de 1961.

Jânio Quadros concorreu sob o apoio da UDN (União Democrática Nacional) conservadora numa campanha contra o também conservador e anticomunista Marechal Teixeira Lott, cuja chapa tinha como candidato a vice-presidente João Goulart (RICUPERO, p. 386-390). Para angariar votos de setores progressistas, Jânio Quadros teria apostado na política externa como arena de atuação, evidenciado pela sua viagem em Cuba ainda durante a campanha presidencial, após um convite de Fidel Castro, que Teixeira Lott recusou. Na presidência, Quadros continuou aferrado a essa contradição, “[...] prisioneiro de política econômico-social conservadora, dirigiu a ousadia para área externa.” (RICUPERO, 2017, p. 390)

Um exemplo de como esse esforço de Jânio Quadros parece ter surtido efeito no que diz respeito à intelectualidade progressista diz respeito ao geógrafo Milton Santos, que nesta época trabalhava no jornal *A Tarde*, de Salvador. Para acompanhar sua comitiva à ilha caribenha, Jânio Quadros solicitou um correspondente desse noticiário, e Milton Santos foi enviado, num grupo que tinha também a presença do escritor e cronista Rubem Braga, e dos jornalistas Fernando Sabino e Carlos Castelo Branco (SANTOS, 2004, p. 56).

Depois da visita à Cuba e da eleição presidencial, Milton Santos foi nomeado por Jânio Quadros como Sub-Chefe da Casa Civil da Presidência da República na Bahia. Ou seja, o representante oficial do presidente nesse estado. Na entrevista a Yves Lacoste publicada no nº 17 da revista *Hérodote*, realizada em junho de 1977 e publicada em janeiro de 1980, Milton Santos ([1977] 1980, p. 94) afirma que, naquele período, suas posições poderiam ser qualificadas como “[...] líbero-radicales, mélange de sentiments de

justice et des idées de progrès. [...]” e que intentava utilizar o apoio de Quadros para ativar reformas no Estado baiano que se chocaram com o que seriam “interesses poderosos”¹⁶⁸.

Entretanto, depois de ressaltar as contribuições de institutos de pesquisa criados sob o âmbito do poder de Jânio Quadros, além da obra de Josué de Castro e a atuação do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Albuquerque (2011, p. 192) deixa um pouco em aberto o porquê da especificidade e destaque brasileiros na difusão do terceiro-mundismo, tanto na escala geográfica do cone-sul como da América Latina. Ao fim, o autor lança o que consideramos como o argumento da proximidade física e cultural brasileira em relação ao continente africano, maior do que nos países vizinhos, o que levaria a uma sensibilidade maior em relação aos problemas do “Terceiro Mundo”. Germán Albuquerque não desenvolve o argumento, mas ele serve como oportunidade, inclusive, para observar a especificidade do Brasil em relação ao restante da América Latina.

Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 9) destaca que Portugal efetuou uma colonização fundada no escravismo no que se tornaria o Brasil, mas através de um “espaço econômico e social bipolar”. De um lado, “uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul”, de outro, “uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola”. Deste modo, forjou-se um “arquipélago lusófono composto dos enclaves da América Portuguesa e das feitorias de Angola”, a partir do século XVI. Um “sistema brasileiro-angolano” (Idem, p. 105), englobando as duas margens atlânticas¹⁶⁹, em um processo que Florentino & Fragoso (2001, p. 143) classificam, “por definição, afro-americano não porque significava uma migração forçada de africanos para a América, mas sim e principalmente porque desempenhava funções estruturais nos dois continentes”.

A economia escravista colonial se consolidava na América Portuguesa enquanto a guerra se mantinha como “principal mecanismo de transformação do homem em cativo” na África (FLORENTINO & FRAGOSO, 2001, p. 143). Nas áreas mais envolvidas com

¹⁶⁸ Para Ricupero (2017, p. 390, 395), a diplomacia dos sete meses do efêmero governo de Jânio Quadros destacou-se pelo início da aproximação que levaria ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e o reconhecimento da China Popular. Além disso, havia um intento de estreitar os laços com os novos Estados da África e da Ásia, afastando-se do enquadramento da política externa brasileira na escala das Américas. O mesmo autor sugere que talvez Quadros intentasse ser o vértice latino-americano do esforço por uma terceira posição no contexto da Guerra Fria advindo de Nasser, Sukarno, Nehru e Tito. Entretanto, mesmo tendo visitado o primeiro e recebido o segundo, Jânio já havia renunciado quanto foi realizada, em setembro de 1961, a fundação do Movimento dos Não-Alinhados (RICUPERO, 2017, p. 395).

¹⁶⁹ Florentino & Fragoso (2001, p. 76) destacam que a “zona congo-angolana” suplantou gradualmente a “Costa da Mina”, no Golfo da Guiné, como origem do tráfico negreiro, e o Rio de Janeiro se consolidou como a “principal praça mercantil do Atlântico Sul” a partir dos Setecentos (idem, p. 86).

o tráfico, relações desiguais de poder se tornavam mais agudas, forjando Estados, “único meio produtor de cativos baratos e em grande escala”, além de aumentar a parcela de utilização de “escravos produzidos pela guerra dentro do próprio continente africano”. As “aristocracias negreiras africanas” de que fala Alencastro (idem, p. 116) se fortaleceram nesse período. Simultaneamente, na América Portuguesa, a propriedade sobre os escravos “era altamente disseminada pelo tecido social, sinônimo aqui de que camadas variadas da população se encontravam comprometidas com a escravidão, independentemente da extensão de suas posses”, como afirmam Florentino & Fragoso (2001, p. 88)¹⁷⁰.

A antiga América Portuguesa, como afirma Perides (1995), era formada por um aglomerado de colônias pouco conectadas economicamente e também do ponto de vista político-administrativo. Segundo Magnoli (2003, p. 2), o principal fator que definiu o projeto imperial, centralizador e unificado, que emergiu com a independência brasileira, foi a busca das elites regionais em fazer frente aos britânicos e forjar a manutenção provisória do tráfico de escravos. Segundo Ricupero (2017, p. 127), “somente na questão do tráfico, governo e particulares estariam unidos, durante décadas, no desafio e na obstrução ao convencionado nos tratados” negociados com Londres sucessivamente¹⁷¹.

A busca pela manutenção da escravidão está na raiz da diferença nos destinos da América Portuguesa, que se transformou num Império, e da América Espanhola, fragmentada em inúmeras repúblicas. O autor defende que:

O tratado de agosto de 1825, pelo qual Portugal reconheceu o Império brasileiro, assentou-se sobre uma barganha fundamental: a renovação dos tratados de comércio de 1810 pela não abolição do tráfico de escravos. Assim, a Inglaterra definia os termos e limites da soberania brasileira, ao mesmo tempo que o Império erguia-se como escudo dos interesses essenciais das oligarquias regionais brasileiras. (MAGNOLI, 2003, p. 285).

Magnoli (1997, p. 295) afirma que a política externa do império brasileiro teve de renunciar à sua “projeção africana, conformando-se ao horizonte sul-americano, assimilando o Atlântico como fronteira oriental”.

¹⁷⁰ “Entre 1790 e 1840, nunca menos de 2/3 dos mais pobres inventariados do agro e da urbe carioca detinham escravos” (FLORENTINO & FRAGOSO, 2001, p. 124).

¹⁷¹ Ricupero (idem, p. 151) afirma que “[...] em nenhuma outra instância, os dirigentes brasileiros demonstraram, por ação ou omissão, tamanha determinação de frustrar os objetivos consignados em tratado. A recíproca também é verdadeira: se a Inglaterra acabou por aceitar o fim dos privilégios comerciais e de jurisdição, jamais transigiu na questão do tráfico, até obter sua completa eliminação”.

CAPÍTULO 3

TERCEIRO MUNDO: REPRESENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS

A obra *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) abriga a vez pioneira em que Lacoste aplicou a sua proposta de “níveis de análise espacial”, uma representação cartográfica permite pensar o espaço como se ele fosse “folheado” (1980b, p. 13). Barbara Loyer (2012, p. 101) destaca o lançamento, na obra supracitada, dessa “representação construída para demonstrar a combinação de observações que se pode fazer em diferentes níveis de análise, com o objetivo de melhor compreender uma situação ou de conduzir uma ação”¹⁷². A ideia da análise multiescalar pode ser entrevista no subtítulo do primeiro tomo do livro: “Das representações planetárias às estratégias sobre o terreno”¹⁷³.

As análises de Yves Lacoste sobre o Alto Volta e o Vietnã ocupam o segundo tomo de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b), com o subtítulo “Vales desertos – Deltas superpovoados / Ásia & África Tropicais”¹⁷⁴, enquanto o terceiro volume, que aborda os estudos de caso de Cuba e da Argélia são emoldurados com “Focos revolucionários nas montanhas / América Latina & África do Norte”¹⁷⁵. Todas as zonas enfocadas se localizam no assim chamado Terceiro Mundo, e o olhar de Lacoste sobre cada uma delas permite observar a forma como o autor enxergava as especificidades das realidades locais, mesmo colocando-as sob esse mesmo rótulo geral.

Em um primeiro momento, no presente capítulo, será abordada a experiência de Yves Lacoste no antigo Alto Volta, enfatizando a posição singular do vilarejo de Niaogo no vale de ocupação rarefeita do Volta Branco. Em seguida, serão desenhados os principais aspectos levantados pelo autor quanto à geografia política da ex-colônia francesa, assim como suas discordâncias em relação ao projeto de desenvolvimento sugerido por Paris à região.

A segunda parte do capítulo trata da trajetória intelectual de Lacoste no que diz respeito à sua experiência no Vietnã. A viagem de 1972, que resultou na difusão internacional de sua reportagem sobre os diques no delta do rio Vermelho é debatida, mas

¹⁷² Tradução de “représentation construite pour démontrer la combinatoire d’observations que l’on peut faire à différents niveaux d’analyse dans le but de mieux appréhender une situation ou de mener une action” (LOYER, 2012, p. 101).

¹⁷³ Tradução de “Des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain”.

¹⁷⁴ Tradução de “Vallées desertes – Deltas surpeuplés / Afrique et Asia tropicales”.

¹⁷⁵ Tradução de “Foyers révolutionnaires dans le montagnes / Amérique Latina – Afrique du Nord”.

ganham contornos ainda mais claros as outras estadas do geógrafo na região, como em 1974, 1977 e 1980. O impacto do contexto das guerras entre Vietnã, Camboja e China entre 1978 e 1979 na obra de Yves Lacoste também é discutido.

O terceiro segmento discorre sobre as duas viagens de Yves Lacoste a Cuba e sua crítica incisiva ao que considera como o geografismo ecoado por Havana desde a revolução de 1959 de que a Sierra Maestra em si, como região montanhosa, havia sido o segredo da vitória dos guerrilheiros. É abordada a amizade de Lacoste com o geógrafo Juan Pérez de la Riva, assim como seus apontamentos críticos em relação a aspectos da política interna e externa de Cuba, como a ideia de que os Estados Unidos viam de bons olhos a derrubada do regime de Fulgêncio Batista, entre 1958 e 1959.

A quarta e última parte do capítulo diz respeito ao histórico de Yves Lacoste em relação à Argélia e, particularmente, a região da Grande Cabília. Em paralelo ao que ocorre no caso cubano, o geógrafo discute o mito orquestrado pelo colonialismo francês sobre a dicotomia entre os berberes sedentários da “Montanha” e os árabes nômades das “Planícies”. É abordada a importante fonte intelectual de Ibn Khaldun para as análises de Lacoste, assim como sua atenção em relação à repressão aos berberes e à cultura da Grande Cabília pelo regime da Frente de Libertação Nacional (FLN), instituída no pós-independência.

3.1. Alto Volta: vales desertos na África tropical

No início de 1945, o governo provisório da França, na época liderado por Charles De Gaulle, solicitou a criação de uma missão especial sobre a Costa do Marfim, para investigar a extensão do trabalho forçado nessa colônia. Dentre os convidados para participar da viagem estava o geógrafo Jean Dresch, recém-saído da resistência em Paris. A Alemanha nazista se renderia apenas em maio do mesmo ano.

Os domínios da França no continente africano iam muito além dos protetorados e departamentos do Maghreb¹⁷⁶. Ao sul do Saara, o império se dividia em dois principais

¹⁷⁶ Jean Dresch esteve no Marrocos pela primeira vez em 1928, e viveu no protetorado francês por quase uma década, entre 1931 e 1940, mas, na África, nunca tinha ido além do Maghreb. A missão do governo De Gaulle ampliou a escala de suas experiências: nos primeiros dias de março de 1945, desembarcou em Abidjan, à beira do Atlântico e da laguna Ebrié. Pouco depois, realizou uma visita ao pequeno vilarejo de Yamoussoukro, onde encontrou Felix Houphouët-Boigny, marfinense que seria eleito no mesmo ano como deputado à Assembleia Nacional da França (DRESCH, 1979, p. 15-22). Boigny se manteve no poder na Costa do Marfim desde a sua independência, em 1960, até 1993.

conjuntos. A África Ocidental Francesa (AOF) englobava o Senegal e a Costa do Marfim – as principais colônias desse agrupamento –, mas também o Sudão Francês (atual Mali), o Alto Volta (atual Burkina Faso), o Níger, a Mauritânia, o Daomé (atual Benin) e a Guiné. A África Equatorial Francesa (AEF) emoldurava os territórios do Congo Francês (atual República do Congo), o Gabão, o Ubangui-Chari (atual República Centro-Africana) e o Chade¹⁷⁷.

O domínio sobre a AEF foi essencial para a França Livre de De Gaulle durante o segundo conflito global, ao mesmo tempo que abriu-se uma fenda através da qual poderia se vislumbrar a promessa das independências. Yves Lacoste visitou a África Ocidental pela primeira vez entre 1965 e 1966, quando o ápice da descolonização¹⁷⁸ já havia ocorrido, inclusive no seu destino: o Alto Volta. A sua própria viagem tinha como pressuposto a influência que a França continuava mantendo na região, e esse aspecto não escaparia da crítica do geógrafo.

Em 1963, o Ministério da Cooperação¹⁷⁹ francês lançou uma parceria com as autoridades voltaicas, visando fornecer um diagnóstico sobre o território do país para estimular planos de desenvolvimento agrícola (LACOSTE, 1966; 1980). A compilação dos resultados seria realizada por Secretaria de Missões de Urbanismo e Habitat (SMUH), subordinada ao ministério sobredito, reunindo os dados coletados por diversos organismos¹⁸⁰. Michel Arnaud, o diretor da instituição, solicitou que Yves Lacoste auxiliasse no trabalho cartográfico, o que resultou em sua primeira viagem ao Alto Volta, (LACOSTE, 2010, p. 78; 2018, p. 137-138). No retorno a Paris, colaborou com o peruano

¹⁷⁷ Os dois complexos coloniais da AOF e da AEF possuíam contiguidade territorial entre si, através da fronteira entre o Níger e o Chade. Eram limítrofes também com os dois Mandatos que a França havia recebido da Liga das Nações em 1922: a Togolândia Francesa (atual Togo) e os Camarões Franceses. Na região do Chifre da África, o império detinha o domínio de parte da atual Somália, e do pequeno e estratégico Djibuti, localizado no estreito de Bab-el-Mandeb, que liga o Mar Vermelho ao Mar Arábico. Além disso, estavam sob controle francês uma série de ilhas localizadas como Oceano Índico, como os arquipélagos de Comores e Seychelles, além da ilha de Reunião, e até a maior ilha africana, Madagascar.

¹⁷⁸ Naquele contexto, a Crise do Congo (1960-1965) já havia demonstrado as vicissitudes que o continente africano passaria no contexto da Guerra Fria.

¹⁷⁹ O Ministério da Cooperação havia sido criado em março 1959, dois meses depois de Charles De Gaulle tomar posse como presidente, inaugurando a Quinta República. A Comunidade Francesa com as colônias da África Subsaariana, instituída no ano anterior, pavimentava o caminho para as independências. Na inevitabilidade do processo, De Gaulle promoveu a ideia de “cooperação” como lema para a manutenção da ajuda e influência francesas sobre as futuras nações independentes. Era o mote da *Françafrique*.

¹⁸⁰ LACOSTE (1966b, p. 12-14; 1980b, p. 39) lista as instituições que realizaram pesquisas no Alto Volta: SEDES (Sociedade de Estudos pelo Desenvolvimento Econômico e Social), enfocada nos fluxos comerciais, SOGETHA (Sociedade Geral de Técnicas Hidroagrícolas), dedicada aos estudos pedológicos, SATEC (Sociedade de Assistência Técnica e de Cooperação), ORSTOM (Escritório de Pesquisa Científica e Técnica do Ultramar) e GEOTECHNIP, vinculada à fotointerpretação.

Alexandro Piqueras, arquiteto e urbanista responsável pela cartografia e pelo relatório final (LACOSTE, 1966b, p. 13; 1980b, p. 49).

A escolha do Alto Volta não era aleatória. Naquele período, De Gaulle ainda estava no poder e o governo voltaico era um dos menos hostis à influência francesa na África Subsaariana¹⁸¹, no sentido oposto de Sekou Touré e Modibo Keita, na Guiné e no Mali, respectivamente¹⁸². Além do mais, a realidade de precários índices de qualidade de vida do Alto Volta, expostos por Lacoste (1980b, p. 17) podem ter influenciado na escolha desse Estado pelo governo francês para a realização do projeto.

A viagem ao Alto Volta foi a primeira experiência de Lacoste na África para além do Maghreb, e resultou na publicação de um artigo sobre os “problemas de desenvolvimento agrícola na região de Uagadugu”, a capital do Alto Volta, no *Bulletin de l'Association de géographes français*¹⁸³, em 1966. O texto é registro das observações de campo do autor, melhor desenvolvidas em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b).

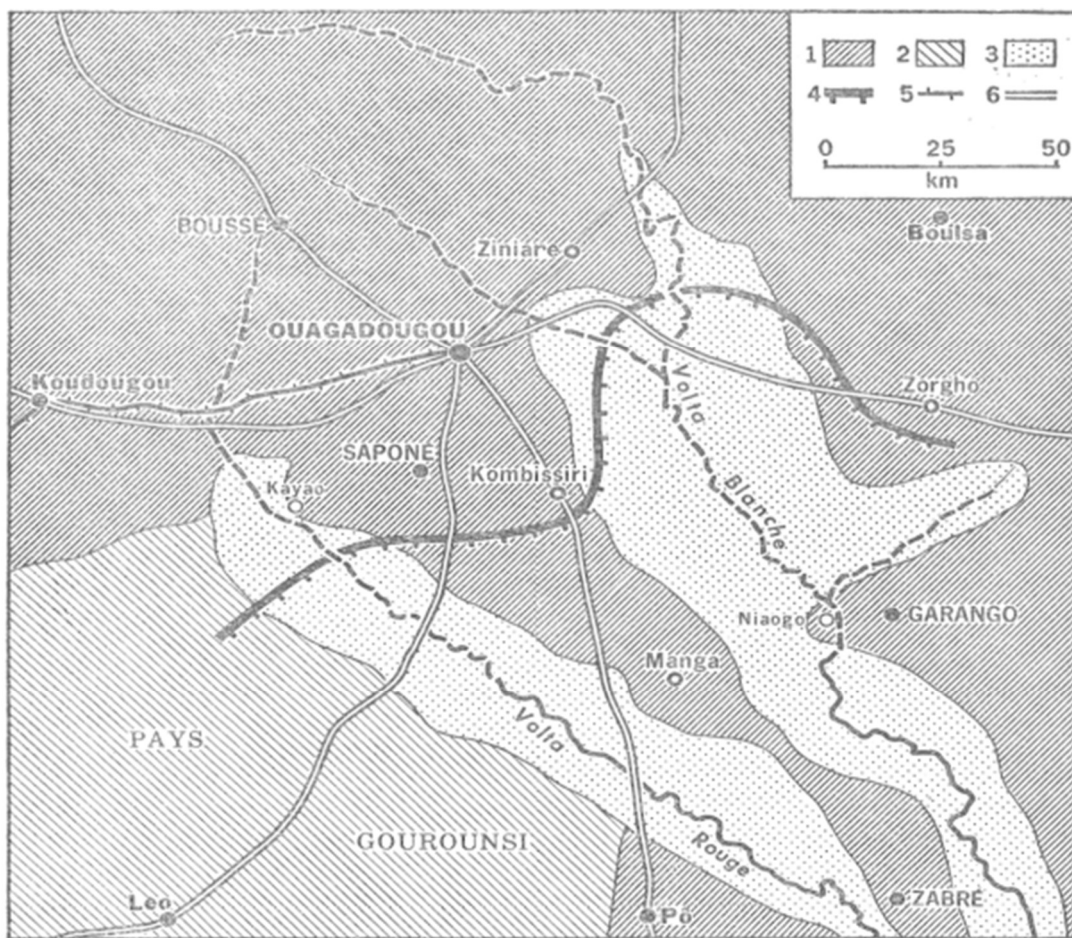
O interesse de Lacoste (1966b, p. 4) repousava nas particularidades do Alto Volta em relação ao conjunto da “África ocidental francófona”, como a sua alta densidade demográfica peculiar. O povoamento era maior sobre uma zona planáltica de leve declive, habitada majoritariamente pela etnia mossi, que, “graças à sua coesão, à solidez das suas estruturas políticas muito centralizadas”, formaram “o bloco compacto que lhes permitiu repelir os invasores e os traficantes de escravos” (LACOSTE, 1966b, p. 6)¹⁸⁴. As diferenças no povoamento podem ser encontradas em um mapa que acompanha o sobredito artigo (Figura 15).

¹⁸¹ O primeiro mandato de De Gaulle na Quinta República se estendeu entre 1959 e 1965, quando ocorreu sua reeleição, que o manteve no poder até 1969, quando de sua renúncia.

¹⁸² A Guiné era governada desde a sua independência, em 1958, por Sekou Touré, hostil à França. O Mali estava sob o governo de Modibo Keita entre 1960 e 1968.

¹⁸³ LACOSTE, Yves. “**Problèmes de développement agricole dans la région de Ouagadougou (Haute-Volta)**”. In: *Bulletin de l'Association de géographes français*. N° 346-347, julho-agosto, 1966, p. 4-18. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1966_num_43_346_5790 Acessado em 17 de janeiro de 2022.

¹⁸⁴ O “platô mossi” não se encaixava no modelo das zonas de maior adensamento populacional mais típicas da África Ocidental. Na costa, a maior densidade estava associada às sedes dos antigos reinos negreiros e dos portos coloniais. No interior, eram mais povoadas as “montanhas-refúgio”, o vale fluvial do Níger e as regiões islamizadas. A região de maioria mossi – o núcleo territorial do Alto Volta – havia sobrevivido por fora dessa classificação, como um “bastião animista” (LACOSTE, 1980b, p. 23-24) (IMAGEM 12).



1. Etendues fortement peuplées. - 2. Etendues faiblement peuplées du pays gourounsi. - 3. Territoire pratiquement inhabité. - 4. Limite septentrionale approximative de la zone d'onchocercose. - 5. Voie ferrée. - 6. Principales routes.

Figura 15: Mapa que destaca o povoamento de uma área central no antigo Alto Volta (LACOSTE, 1966b, p. 7)¹⁸⁵.

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b, p. 86), Lacoste oferece uma cartografia que ilustra a variação populacional no interior do território do Alto Volta (Figura 16), com as denominações étnicas envoltas pelos pontos de maior povoamento. O geógrafo não se aprofunda nas discussões sobre o conceito de “etnia”, enquanto o mapa enlaça tais rótulos ao território¹⁸⁶. Em outra escala de análise, Lacoste (1980b, p. 22) também expõe um mapa que compara a alta densidade demográfica do Alto Volta no que diz respeito à África Ocidental (Figura 17).

¹⁸⁵ Tradução dos elementos presentes no mapa: 1 - Extensões fortemente povoada – 2. Extensões fragilmente povoada do “pays gurunsi”. – 3. Território praticamente inabitado. – 4. Limite setentrional aproximado da zona de oncocercose. – 5. Ferrovias. – 6. Principais rodovias.

¹⁸⁶ Por outro lado, Michel Foucher (1991, p. 220-228) alerta que a colonização europeia promoveu “etnogêneses” diversas, em uma sanha classificatória, desenhando identificações exclusivistas – nada “naturais – sobre um espaço de inúmeras circulações e interações (FOUCHER, 1991, p. 220-228).

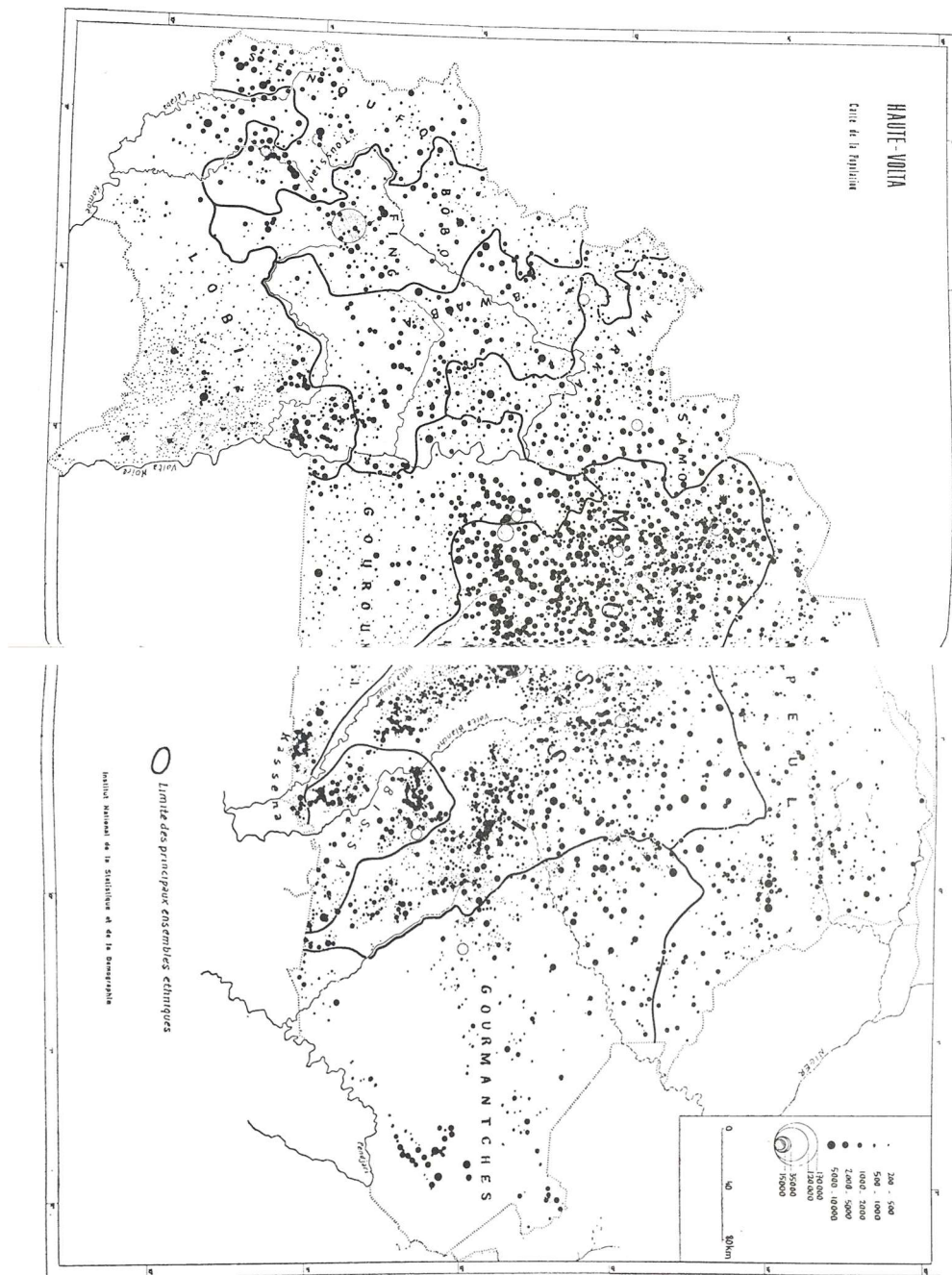


Figura 16: Mapa de população do Alto Volta (LACOSTE, 1980b, p. 20-21; 1984, p. 204-205).

INTERSECTION DE L'ENSEMBLE DES FORTES DENSITÉS ET DE L'ENSEMBLE ISLAMISÉ

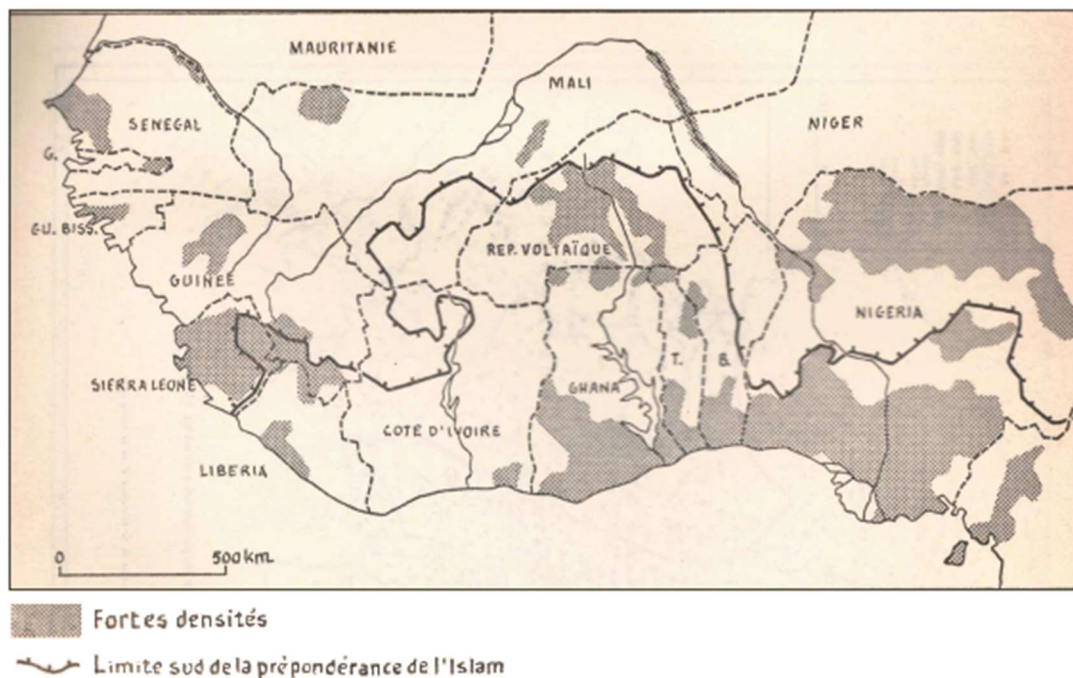


Figura 17: Mapa que ilustra as intersecções espaciais entre a floresta tropical, o alto povoamento e os limites da preponderância do islamismo na África Ocidental (LACOSTE, 1980b, p. 22; 1984a, p. 206).

Ao final do século XIX, o Senegal havia servido de trampolim para a expansão da França para o interior do oeste africano, em uma conquista rápida, que já havia se cumprido até a 1ª Guerra Mundial (1914-1918). O território do Alto Volta havia sido conquistado entre 1896 e 1897, com a expedição dos oficiais Voulet e Chanoine, e se transformou em uma das colônias federadas da África Ocidental Francesa apenas em 1919, quando esta chegou a dez territórios (KI-ZERBO, [1978] 2011, p. 626-627, 649). Transformações sanitárias, aceleradas desde o pós-2ª Guerra, particularmente na capital, Uagadugu, haviam ampliado a densidade demográfica. Todavia, o caráter predatório da agricultura, a sua pouca associação com a pecuária, e a forte emigração de trabalhadores em direção às vizinhas Costa do Marfim e Gana, prejudicavam a produtividade do trabalho rural (LACOSTE, p. 8-9).

Em relação à síntese produzida pelo relatório final da SMUH, Lacoste (1966b, p. 13) aponta sua discordância:

No seu relatório, a SMUH propõe a implantação racional de um certo número de equipamentos viários, econômicos, sociais, sanitários e escolares, entre outros, cuja presença é evidente e absolutamente desejável no *pays mossi*. Se suas consequências só podem ser benéficas, em compensação, é evidente que só podem ser financiadas por um auxílio financeiro massivo. Além disso, não pretendem resolver

fundamentalmente o problema essencial, que é o aumento expressivo da produção agrícola¹⁸⁷.

Segundo o autor, a necessidade de aumentar a produção agrícola levava a outra investigação: por quê os vales dos Voltas Vermelho e Branco¹⁸⁸ eram particularmente pouco ocupados, enquanto o “platô mossi” era bastante povoado? (LACOSTE, 1966b, p. 14-18)

A ocupação rarefeita dos vales voltaicos repousava sobre a presença de endemias como oncocercose¹⁸⁹ e tripanossomíase¹⁹⁰ – mesmo que essa última passasse por franco recuo – e pelo histórico papel da região como zona-tampão para defesa dos mossi. Contudo, Lacoste (1966b, p. 14-16) ressalta que o esvaziamento da região dos Voltas se deu também pela ação das autoridades coloniais francesas, *manu militari*, interditando-as à moradia e cultivos. Isso explicaria a presença de vilarejos remanescentes como *Niaogo*¹⁹¹, no vale do Volta Branco.

Em sua segunda viagem ao Alto Volta, ainda em 1966, Lacoste entrou em contato com o diretor do Serviço de Grandes Endemias, na capital, Uagadugu, para questionar sobre a relação entre doenças como a tripanossomíase a rarefeita ocupação dos vales dos Voltas Branco e Vermelho¹⁹². Segundo Lacoste (1980b, p. 49-51), o “coronel Durand”

¹⁸⁷ Tradução de “Dans son rapport, le SMUH propose, entre autres, l’implantation rationnelle d’un certain nombre d’équipements routiers, économiques, sociaux, sanitaires et scolaires dont la présence est évidemment tout à fait souhaitable en pays mossi. Si leurs conséquences ne peuvent être que bénéfiques, il est, en revanche, évidente qu’ils ne peuvent être financés que par une aide extérieure massive. Par ailleurs ils ne prétendent pas résoudre fondamentalement le problème essentiel qui est celui de l’augmentation massive de la production agricole” (LACOSTE, 1966b, p. 13).

¹⁸⁸ A bandeira do Alto Volta possuía as cores dos três Voltas até agosto de 1984 (preto, branco e vermelho, na sequência do topo até a base), quando a denominação do país se tornou Burkina Faso e foram adotadas as cores panafricanas na bandeira nacional, durante o regime de Thomas Sankara (1984-1987). Os três voltas confluem na direção de Gana, ao sul, onde o rio principal deságua no Golfo da Guiné.

¹⁸⁹ Lacoste (2010, p. 80) afirma ter relatado aos outros pesquisadores sobre a presença do vilarejo de Niaogo em uma região que, a princípio, estava vazia. A resposta foi de que o geógrafo deveria se ater apenas ao levantamento cartográfico. Em sua entrevista a Pascal Lorot e em suas memórias, Lacoste (2010, p. 79; 2018, p. 138) afirma ter percebido essa diversidade geográfica ainda antes da viagem, ao ler os relatórios já finalizados pelas instituições contatadas pelo Ministério da Cooperação francês.

¹⁹⁰ Segundo a organização não-governamental *Médicos Sem Fronteiras*, a tripanossomíase presente na África (Tripanossomíase Humana Africana) é aquela conhecida como “doença do sono”. Se trata de uma infecção parasitária transmitida pela mosca tsé-tsé, e o parasita correspondente varia regionalmente na África entre o *trypanosoma brucei gambiense* e o *trypanosoma brucei rhodesiense*. Enquanto isso, a Tripanossomíase Americana é mais comum no Brasil, e também é conhecida como “doença de Chagas”, que também pode ser fatal. Disponível em: <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/doenca-do-sono> e <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/doenca-de-chagas>. Acessados em 25 de novembro de 2021.

¹⁹¹ Yves Lacoste denomina o vilarejo como “Nyaogho”. Optou-se aqui por utilizar a tradução como “Niaogo”.

¹⁹² Segundo Lacoste (1980b, p. 62), com base em observações lançadas entre 1977 e 1978 do geógrafo Jean-Pierre Hervouet, os vales dos Voltas Branco e Vermelho já estavam bastante esvaziados quando da chegada dos oficiais franceses, ao fim do século XIX, com a exceção importante de Niaogo. Foi a repressão que envolveu a colonização – incluindo o torniquete dos impostos – que contribuiu para a dispersão de

afirmou ao geógrafo que o esvaziamento dessas regiões pelas autoridades franceses se deu principalmente durante a 2ª Guerra Mundial. O objetivo era combater a tripanossomíase – utilizando, inclusive, medicamentos já disponíveis – e garantir a maior quantidade possível de braços que pudessem recrutados para as forças armadas. Joseph Ki-Zerbo (2011, p. 700) afirma que o número de fuzileiros provindos da África Ocidental Francesa (AOF) durante a 2ª Guerra Mundial – esse “giro decisivo na história universal” – era de 127 mil, assim como de 15 mil oriundos da África Equatorial Francesa (AEF) e 34 mil de Madagascar¹⁹³.

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b, p. 39), Lacoste afirma que, em seu projeto para o desenvolvimento agrícola do Alto Volta, o Ministério da Cooperação desenhou uma “grande região”, de aproximadamente 72 mil km², centrada em Uagadugu, a capital voltaica como base para as pesquisas. No seu centro, foi delineada uma “pequena região”, também conhecida como “Zona de Ação Integrada”, de 12 mil km², centrada na mesma cidade sobredita. O relato de Yves Lacoste sobre o Alto Volta em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* tem como foco mais explícito o aprofundamento em sua pesquisa sobre o vilarejo de Niaogo¹⁹⁴ (Figura 18), cujo exemplo poderia servir como moldura para a expansão dos cultivos agrícolas – mesmo com técnicas tradicionais – para outras partes do vale¹⁹⁵.

Em Niaogo, à beira do Volta Branco, Lacoste (1980, p. 54-55) se impressionou com a alta densidade demográfica e com o sistema de cultivo intensivo realizado nos entornos do vilarejo. A policultura era fertilizada pela utilização de insumos oriundos da pecuária, um “espetáculo bastante excepcional na África tropical, onde a regra seria a

indivíduos na região antes inóspita, por mais que a migração na direção da Costa do Ouro (posteriormente renomeada como Gana) arrefecesse o processo de ocupação.

¹⁹³ Lacoste (1980b, p. 49) afirma que os soldados recrutados no ocidente africano eram conhecidos como “senegaleses”, o que pode-se atribuir à importância que teve o Senegal no impulso ao imperialismo francês no oeste africano. Todavia, registra que eram majoritários os recrutados especificamente no Alto Volta, o que justifica a preocupação das autoridades coloniais em combater as epidemias na região.

¹⁹⁴ A primeira viagem de Lacoste ao Alto Volta rendeu frutos. Em suas memórias, Lacoste (2018, p. 143) afirma que Michel Arnaud se interessou em relação a suas observações, e propôs que o geógrafo voltasse à região para aprofundar suas pesquisas, ainda em 1966. No artigo de 1966 sobre o Alto Volta, publicado no *Bulletin de l'Association des géographes français*, não constam ainda as observações decorrentes da viagem de retorno à região que Lacoste fez posteriormente. Lacoste (1980b, p. 49) afirma que teria visitado ainda mais duas vezes o sobredito Estado africano, “graças à uma missão do CNRS [Centro Nacional de Pesquisa Científica], em 1968, e em uma viagem discreta, em 1978”.

¹⁹⁵ Lacoste (2010, p. 79; 2018, p. 140) afirma que os relatórios produzidos anteriormente pelas instituições a serviço do Ministério da Cooperação possuíam uma cartografia precária. Isso pode explicar o fato de o artigo de 1966 possuir apenas um mapa como base cartográfica para a análise: um retângulo, com a capital Uagadugu posicionada não muito longe do centro (Figura 15).

dissociação entre a cultura e a criação de gado”¹⁹⁶. Por conta dessas observações, Lacoste (Idem, p. 56) coloca duas principais questões.

A primeira indagação envolvia a própria existência de Niaogo. Afinal, a tripanossomíase estava em recuo nos vales, mas o combate à oncocercose ainda não havia avançado no mesmo grau. Como o vilarejo continuava existindo e por quê não havia sido varrido do mapa durante as grandes campanhas militares de combate à tripanossomíase antes e depois da 2ª Guerra Mundial? A resposta de Lacoste repousa na posição geopolítica de Niaogo na história regional¹⁹⁷.

Niaogo era um vilarejo de existência antiga, na intersecção entre as zonas de ocupação *mossi* e *bissa*, que tradicionalmente haviam sido vítimas dos primeiros em seus *raids* para o comércio de escravos com os reinos Ashanti do litoral. Em sua pesquisa de campo, Lacoste (1980, p. 63; 2018, p. 147) descobriu que Niaogo possuía uma identidade mista (*mossi/bissa*). Sua destruição durante a campanha de esvaziamento dos vales para combate à tripanossomíase havia sido impedida pela monarquia *mossi*, pois tratava-se de uma “espécie de protetorado”, uma “cabeça de ponte” em direção aos *bissa*. Não era à toa o significado de Niaogo como sendo “o peitoral do cavalo”¹⁹⁸, segundo os relatos coletados pelo geógrafo.

As razões para a existência de um sistemas de cultivo intensivo e diversificado em Niaogo era a segunda questão mais importante para Lacoste. Em relação à resposta, o autor deixa mais espaço para novas dúvidas. Todavia, insiste na hipótese – baseada em suas observações de campo – de que a realidade agropecuária do vilarejo parecia possuir um devir antigo e de que o baixo impacto da oncocercose na região deveria fazer com que Niaogo servisse de base para uma “ecogeografia” da endemia, visando um combate mais eficaz (LACOSTE, 1980b, p. 72). Através desse exemplo, o olhar atento aos territórios de extensão menor permitira que ações vinculadas à microtopografia e hidrologia, para cartografar os locais onde ocorria a reprodução dos insetos que transmitiam a oncocercose. Para Lacoste (Idem, p. 82):

A questão é saber o que se poderia fazer em Nyaogho, em parte para lhe melhorar uma situação sanitária e de condições de existência que não são de todo brilhantes, e, por outro lado, para ajudar à extensão desse sistema de culturas pelo ‘vale’ do

¹⁹⁶ Tradução de “spectacle assez exceptionnel en Afrique tropicale où la règle serait la dissociation de l’aculture et de l’élevage”.

¹⁹⁷ O raciocínio de Yves Lacoste provavelmente não se constituiu durante a viagem de 1966, dado o peso de estudos do geógrafo Jean-Pierre Hervouet – datados de 1977 e 1978 – em sua explanação.

¹⁹⁸ Na língua *mossi* (LACOSTE, 1980, p. 147).

Volta Branco. Afinal, não deve ser esquecido o declínio de certos vilarejos que cercam Nyaogho e a grande ameaça das moscas negras¹⁹⁹.

No artigo publicado em 1966 no *Bulletin de l'Association des géographes français*, a referência de Yves Lacoste ao vilarejo de Niaogo servia como símbolo de discordância em relação à atitude dos Estados francês e voltaico para incrementar o “desenvolvimento agrícola” do país. Posteriormente, o geógrafo afirma que os contornos territoriais da “grande região” e da “pequena região” desenhadas pelos pesquisadores e funcionários franceses ao redor de Uagadugu ignoravam a excepcionalidade de Niaogo²⁰⁰ (LACOSTE, 1980b).

A inserção do estudo de caso sobre Niaogo e o Alto Volta em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b) também parece estar relacionada com o próprio questionamento às explicações correntes sobre o subdesenvolvimento. O autor afirma que a causalidade apontada como oriunda do imperialismo e da exploração econômica ignorava certas particularidades da geografia física que realmente dificultavam o desenvolvimento, como seria o caso do Alto Volta.

Contudo, a ideia não era de imutabilidade e resignação dadas as contingências naturais e sim de busca por mudanças politicamente. Em seu artigo sobre a região para o *Bulletin de l'Association de géographes français*, de 1966, Lacoste afirma que, para o “desenvolvimento agrícola desses grandes vales”, não seriam necessárias somente posições “científicas, sanitárias e técnicas”, mas “também condições políticas, e cabe ao povo do Alto Volta reuni-las”, conclui Lacoste ao fim do artigo (1966b, p. 18).

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b), Lacoste aborda a formação do território Alto Volta como pano de fundo para compreender a peculiaridade do vilarejo de Niaogo. O projeto da revista Hérodote estimulava justamente a reflexão sobre as

¹⁹⁹ Tradução de “La question est de savoir ce que l'on pourrait faire à Nyaogho d'une part pour y améliorer une situation sanitaire et des conditions d'existence qui ne sont tout de même pas brillantes et, d'autre part, pour aider à l'extension de ce système de culture dans la 'vallée' de la Volta Blanche. Enfin, il ne faut pas oublier le déclin de certains des villages qui entourent Nyaogho et la plus grande menace des simulies” (LACOSTE, 1980b, p. 82).

²⁰⁰ Em maio de 1968, em meio aos “acontecimentos” que sacudiam Paris e a França como um todo, um representante do Banco Mundial, John C. De Wilde, entrou em contato com Yves Lacoste (2010, p. 81; 2018, p. 148). O economista holandês buscava informações que subsidiassem um possível projeto de combate à oncocercose na África Tropical, que contaria com o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No mesmo ano, o geógrafo participou de algumas reuniões em Genebra – onde se localiza a sede da Organização Mundial da Saúde (OMS) – para a formulação de um plano de ação. Todavia, sua proposta de uma ação no Alto Volta com base na experiência de Niaogo foi deixada de lado em nome de uma estratégia de pulverização de inseticidas em larga escala sobre um território maior, abrangendo os países vizinhos.

intencionalidades da ação do Estado no território, e Yves Lacoste aplica no caso do Alto Volta a sua primeira aplicação concreta dos “níveis de análise espaciais”²⁰¹ (Figura 18).

²⁰¹ No primeiro “nível de análise”, é possível observar parte das fronteiras da África Ocidental, superpostas por uma mancha que indica a zona ocupada pelas “moscas negras” – transmissoras da oncocercose – nas estações secas. Como alerta o autor, é no verão que o fronte intertropical avança para o norte, permitindo que os insetos cheguem até os vales voltaicos. No segundo nível de análise, focaliza-se para uma extensão do Alto Volta que alcançava tanto Uagadugu, a capital, como Niaogo. A excepcionalidade desta última, à beira do Volta Branco – supostamente despovoado –, é evidenciada por uma linha delicada que contorna os territórios de maior densidade populacional. No terceiro nível, Niaogo é observada do ponto de vista do contato entre as regiões onde predominavam “viarejos mossi” e “vilarejos bisssa”, ressaltando seu caráter híbrido. Por último, a localidade é enfocada na sua proximidade com o Volta Branco, com o destaque para os campos de cultivo relativamente próximos ao curso d’água.

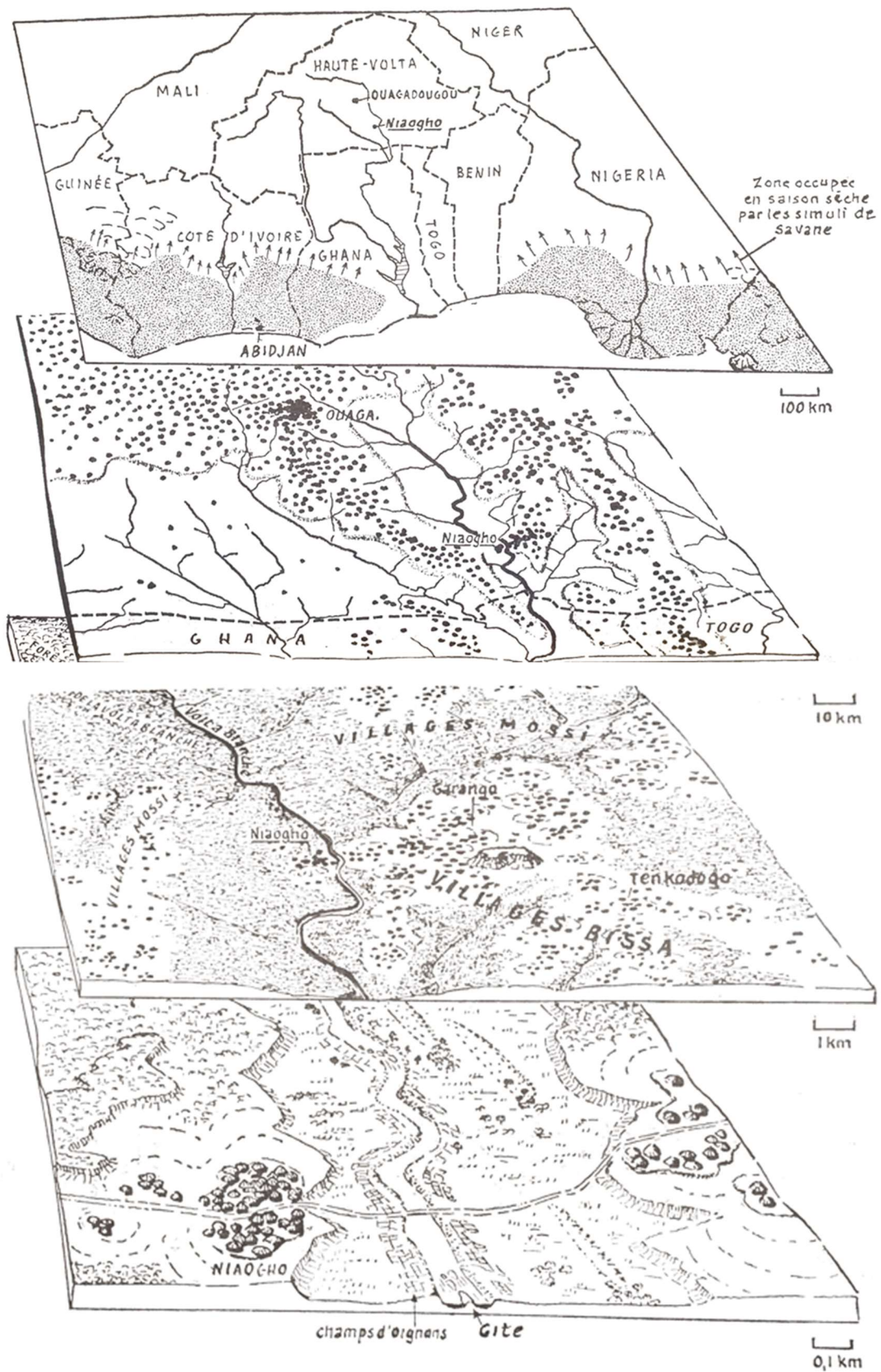


Figura 18: Método de níveis de análise espacial, proposto por Yves Lacoste (1976b), aplicado ao estudo de caso sobre Niaogho e o vale do Volta Branco, no ex-Alto Volta (LACOSTE, 1980b, p. 108-109; 1984, p. 292-293).

Yves Lacoste destaca que, em 1932, o Alto Volta foi repartido entre as colônias vizinhas, como Níger, Sudão Francês²⁰² e, principalmente, Costa do Marfim, que passou a englobar as mais importantes cidades voltaicas, como Bobo-Diulasso e Uagadugu (LACOSTE, 1980b, p. 19, 23). O contexto era de crise econômica global, e os proprietários marfinenses necessitavam da mão de obra voltaica, barata e abundante, como afirma Joseph Ki-Zerbo (2011, p. 760). Lacoste (1980b, p. 26) destaca o quanto o grande contingente populacional mossi servia como reservatório de trabalhadores. A reconstituição do Alto Volta como colônia ocorreu apenas em 1947, e o geógrafo aponta que uma das causas principais era diminuir o poder de Félix Houphouët-Boigny, importante liderança da Costa do Marfim (idem, p. 23). Em 1946, Boigny liderou a criação do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), agremiação interafricana, cujos integrantes vincularam-se predominantemente aos partidos socialista e comunista na França, em geral divergentes.

Em 1947, o líder marfinense ainda era visto com suspeição pelas autoridades francesas – antes de se afastar do Partido Comunista Francês nos anos seguintes. KI-ZERBO (2011, p. 760) afirma que, desde 1945, os líderes da antiga monarquia mossi do Alto Volta – que havia sido marginalizada durante a colonização francesa – haviam se mobilizado politicamente para a reconstituição do território voltaico, em 1947, se opondo à influência de Boigny. As fronteiras estabelecidas neste ponto pela França foram mantidas após as independências, dada a decisão dos novos estadistas africanos, via Organização da Unidade Africana (OUA), em julho de 1964, de manter as fronteiras delimitadas pelos colonizadores, uma derrota para o projeto panafricano do ganês Kwame N’Krumah (FOUCHER, 1991, p. 169).

A relação entre o Alto Volta e a Costa do Marfim, antes e depois de suas independências, em 1960, é bastante enfocada por Lacoste (1980b). A migração de trabalhadores no sentido do território marfinense continuou e se intensificou após as duas colônias se tornarem Estados soberanos, fazendo com que o Alto Volta fosse, “portanto, mais do que nunca, um reservatório de mão de obra”²⁰³.

A hipótese de Lacoste (1980b, p. 111-112) era de que a realidade da migração oferecia um alívio ao descontentamento no Alto Volta, empurrando para o futuro

²⁰² Atual República do Mali.

²⁰³ Com base em uma pesquisa do ORSTOM (Sigla de *Office de la recherche scientifique et technique outre-mer*, ou Escritório de Pesquisa Científica e Técnica do Ultramar), Lacoste (1980b, p. 27) afirma que aproximadamente 780 mil voltaicos viviam na Costa do Marfim em 1973, e perto de 40% dos homens em idade produtiva do Alto Volta se encontravam no país vizinho. Essa realidade tinha consequências políticas.

possíveis tensões políticas. O mesmo ocorria na Costa do Marfim, onde a presença de um “proletariado agrícola estrangeiro” fornecia perspectivas mais otimistas de crescimento econômico. Todavia, o geógrafo estava ciente do lançamento de um “Plano Quinquenal” por Félix Houphouët-Boigny, em 1976, que pressupunha uma *ivorização* da mão de obra da Costa do Marfim²⁰⁴, incentivando a ocupação dos nativos.

O risco de uma maré de xenofobia teria resultados imprevisíveis para a sociedade e economia marfinense, assim como “consequências catastróficas no Alto Volta” (LACOSTE, 1980b, p. 113-114). O autor destaca o quanto na vizinha Gana, o líder Kwame Nkrumah (1957-1966) já havia organizado uma expulsão em massa de trabalhadores voltaicos entre 1956 e 1960. Deste modo, conclui que as “transformações na estrutura do Estado” voltaico e a “evolução de suas relações com a Costa do Marfim” são fatores que “sobredeterminam”²⁰⁵ o transcorrer das situações dos diversos grupos étnicos do Alto Volta e dos quadros de situações locais (LACOSTE, 1980b, p. 115).

O geógrafo estava atento a acontecimentos recentes da política interna e externa do Alto Volta: cita a guerra com o vizinho Mali, em 1974, por conta de um litígio fronteiriço, e o regime do general Sangoulé Lamizana, inaugurado em 1966 através de um golpe militar que havia derrubado Maurice Yaméogo, o primeiro presidente do país²⁰⁶. Sobre o regime do general Lamizana, Lacoste (1980b, p. 15) afirma que seria “relativamente democrático”, com a presença de “consultas eleitorais”, algo “excepcional no Terceiro Mundo”, e afirma que “é, até o presente, um dos raros Estados sem prisioneiros políticos e que não figura no triste anuário da Anistia Internacional (1977)”. Deste modo, era um dos “raros países da África a ter escapado do regime de partido único”. Ki-Zerbo (2011, p. 773) registra que o general Lamizana movimentou-se para a instalação de um regime unipartidário, mas foi barrado pela greve geral de 17-18 de dezembro de 1975²⁰⁷.

²⁰⁴ A Costa do Marfim se autodenomina *Côte d'Ivoire*.

²⁰⁵ Lacoste (1980a, p. 168-169) afirma que sua referência aos “níveis de sobredeterminação” – tradução de “niveaux de surdétermination” – ocorre em função das escalas de análise espacial, e não deve ser associada à sobredeterminação evocada por teóricos marxistas como Louis Althusser, inserindo uma certa predominância do econômico sobre outras instâncias.

²⁰⁶ O regime de Lamizana durou até 1980, quando foi publicado *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (1980). Como boa parte do texto do livro foi escrito para a defesa da tese do autor, no ano anterior, é possível que não tenha tido tempo de incluí-la na versão final da adaptação para o livro.

²⁰⁷ O relatório da Anistia Internacional (AI) sobre o ano de 1977 apontava um cenário de deterioração dos direitos humanos, com a ampliação dos assassinatos políticos na América Latina – seja pelas forças de segurança ou grupos paramilitares –, o alto número de Estados onde a tortura ainda era vigente, e a prática comum da pena de morte, principalmente em nações africanas e asiáticas. Era possível entever o peso da perseguição política entre os aliados das duas superpotências, fosse na Etiópia do Derg ou no Zaire de Mobutu Sese Seko. Dentre os vizinhos do Alto Volta, o relatório da AI também não aborda os casos da

Lacoste (1980b) não se aprofunda mais no que diz respeito às relações exteriores do Alto Volta, mesmo que o faça com mais intensidade do que no supracitado artigo de 1966, que não tocava nas “atualidades” geopolíticas voltaicas. Diferente de Michel Foucher (1991, p. 176-182), Yves Lacoste não aprofunda, por exemplo, a contenda fronteiriça entre Mali e Alto Volta. Ao invés disso, se dedica principalmente a discorrer sobre sua experiência no vilarejo de Niaogo, tratado como “ponto estratégico maior por toda a parte central do Alto Volta”²⁰⁸, já que era o único ponto de intersecção entre os vales poucos ocupados e as áreas de maior densidade populacional.

A escolha do estudo de caso sobre o Alto Volta para constar em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b) é justificada por Lacoste (idem, p. 16) na busca de focar uma situação de subdesenvolvimento “que se apresenta muito mais como o resultado de superpovoamento e de restrições climáticas que como a consequência da ‘pilhagem imperialista’”²⁰⁹. Contudo, no primeiro número da revista Hérodote dedicado à “África tropical”, do final de 1987, o autor continua a apontar a especificidade do Alto Volta – já renomeado como Burkina Faso – de acordo com sua história política.

Yves Lacoste (1987, p. 6-7) afirma que a imagem de miséria e exploração antes vinculada ao conceito de Terceiro Mundo estava deslizando especificamente para a África. Em verdade, essa deveria ser repartida em três conjuntos geopolíticos: a África do Norte, a África do Sul – onde vigia o regime do Apartheid – e a África tropical, caracterizada principalmente pela “fraqueza dos aparelhos de Estado”, justamente aquele que seria o principal motor do desenvolvimento, “incluindo nos países cujos governos reivindicam mais fortemente o liberalismo”²¹⁰ (idem, p. 11). Por quê tal característica tão específica no seio do Terceiro Mundo?

A debilidade dos Estados na África Subsaariana tinha na diversidade extrema de etnias um de seus ingredientes, mas o geógrafo não imputava este aspecto apenas à divisão colonial, e sim também às “modalidades geopolíticas da descolonização”. A desintegração da África Ocidental Francesa (AOF) e da África Equatorial Francesa (AEF) em treze países, dividindo territórios de mesma etnia, “permitiu satisfazer – apesar dos

Costa do Marfim e do Níger, mas aponta a presença de prisioneiros políticos no Mali, em Benin e em Gana. O relatório da Anistia Internacional relativo ao ano de 1977 pode ser acessado através de: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/006/1977/en/>. Acessado em 18 de janeiro de 2022.

²⁰⁸ Tradução de “point stratégique majeur pour tout la partie centrale de la Haute-Volta”.

²⁰⁹ Tradução de “qui se presente beaucoup plus comme le résultat de surpeuplement et de contraentes climatiques que comme da conséquence du ‘pillage impérialiste’” (LACOSTE, 1980b, p. 16).

²¹⁰ Tradução de “y compris dans les pays dont le gouvernement se reclame le plus fortement du libéralisme” (LACOSTE, 1987, p. 11).

discursos panafricanistas – as ambições de um número muito maior de homens políticos africanos”²¹¹ (LACOSTE, 1987, p. 12). Todavia, para além desse fator, a situação dessa parte do continente africano deveria se relacionada com o histórico do tráfico de escravos.

O tráfico negreiro encabeçado, primeiramente pelos árabes e depois por potências europeias, tinha como sua contraparte local o funcionamento de “aparelhos negreiros africanos”, responsáveis em geral pelo comércio atroz no interior do continente. A “organização espacial, geopolítica”, desses organismos políticos incluía uma etnia central, rodeada por povos tributários, vítimas dos raids escravistas (LACOSTE, *idem*, p. 13-15). Florentino (2014, p. 90-92) ressalta o quanto a montagem do sistema escravista nas Américas tinha como consequência o fortalecimento de entidades políticas centralizadas no continente africano, principalmente a partir do século XVIII e da intensificação do tráfico afro-americano.

Yves Lacoste (*idem*, p. 18-19) afirma que o tráfico de escravos se estendeu no interior do continente até bem avançado o século XIX, mesmo com sua extinção nas margens atlânticas. Os contenciosos entre as diversas etnias africanas no século seguinte tinham relação com o ressentimento vinculado a esse histórico, já que as elites que haviam comandado os “aparelhos negreiros africanos” acabaram por manter-se próximas do poder mesmo após as independências (*idem*, p. 20-21).

Deste modo, a causa da debilidade de Estados africanos, para o geógrafo, não era a diversidade étnica, e sim o histórico de opressão interna. É neste caso que entra novamente a especificidade de Burkina Faso, o antigo Alto Volta. Para Lacoste (1987b, p. 22), o “império mossi” havia montado uma estrutura política e militar para fazer frente aos ataques escravistas, enquanto as relações entre o poder central e as etnias menores era de menor tensão.

No caso da experiência do Alto Volta, a preocupação de Lacoste (1980b) se voltou muito mais à realidade do povoamento mossi, do povoado de Niaogo e sua singularidade. Contudo, o trecho seguinte de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) seria marcado pelas suas viagens ao Vietnã, onde o jogo das superpotências era mais acirrado, e as questões políticas e militares ganhavam mais relevo.

²¹¹ Tradução de “permettait de satisfaire – en dépit des discours panafricanistes – les ambitions d’un beaucoup plus grand nombre d’hommes politiques africains” (LACOSTE, 1987, p. 12).

3.2. Vietnã: um geógrafo na Ásia das monções

Entre a primavera e o verão de 1972, o jornal francês *Le Monde* estampou dois artigos de Yves Lacoste, primeiro em 08 de junho²¹² e o depois em 16 de agosto²¹³. Entre as duas datas o geógrafo efetuou uma viagem ao Vietnã do Norte. Em ambos os textos, uma hipótese: havia uma estratégia deliberada de bombardeios americanos sobre os diques do delta do rio Vermelho, no Vietnã do Norte, buscando rompê-los. Impresso no *New York Times*, em 06 de setembro²¹⁴, e no semanário *The Nation*, em 09 de outubro, o argumento de Yves Lacoste alcançou repercussão internacional.

Os ventos começaram a soprar alguns anos antes. Uma primeira fase da Guerra do Vietnã foi marcada pela Operação *Rolling Thunder* (1965-1968). Os americanos buscavam persuadir o regime norte-vietnamita, na época sob o comando de Ho Chi Minh, a cessar o apoio à insurgência vietcongue no vizinho ao sul. Enquanto os bombardeios grassavam, Jean Dresch recebeu uma denúncia-relatório do Vietnã do Norte em 1967: as forças americanas estavam lançando bombas nos diques rio Vermelho, visando deliberadamente causar terríveis inundações. O mestre entregou os arquivos a um de seus pupilos, Yves Lacoste, que ainda trabalhava como assistente no Instituto de Geografia da Sorbonne e tinha estudado a geomorfologia da planície aluvial do Gharb (“Oeste”), no Marrocos durante sua *agrégation*, entre 1948 e 1950 (LACOSTE, 1980b)²¹⁵.

Em março de 1970, como ramo do Tribunal Internacional Russell para Crimes de Guerra, foi instituída em Estocolmo, capital da Suécia, uma Comissão Internacional para Investigação de Crimes de Guerra dos Estados Unidos. O economista Gunnar Myrdal,

²¹² Lacoste (1980b, p. 147) afirma que o primeiro artigo no *Le Monde* sobre a questão do bombardeio dos diques no Vermelho surgiu no dia 6 de junho de 1972: na verdade o texto foi publicado dois dias depois. O título do artigo era uma denúncia: “L’aviation américaine peut provoquer une catastrophe sans toucher directement les digues nord-vietnamiennes”, disponível em https://www.lemonde.fr/archives/article/1972/06/08/1-aviation-americaine-peut-provoquer-une-catastrophe-sans-toucher-directement-les-digues-nord-vietnamiennes_2392262_1819218.html, acessado em 19 de abril de 2022.

²¹³ O título do artigo de 16 de agosto não era uma denúncia, como o de 8 de junho, mas uma afirmação: “Les bombardements de digues sont délibérés” Disponível em https://www.lemonde.fr/archives/article/1972/08/16/les-bombardements-de-digues-sont-deliberes_2398364_1819218.html, acessado em 19 de abril de 2022.

²¹⁴ Disponível em: <https://www.nytimes.com/1972/09/06/archives/premeditated-character-of-the-bombing.html>, acessado em 19 de abril de 2022.

²¹⁵ Segundo Bowd & Clayton (2012, p. 631), no relatório do Tribunal Internacional Russell para Crimes de Guerra, criado pelos filósofos Bertrand Russell e Jean-Paul Sartre, relativo ao ano de 1967 já constava um comentário de Yves Lacoste sobre os bombardeios no delta do rio Vermelho. Todavia, mesmo com a nova documentação norte-vietnamita que havia chegado via Jean Dresch, lacunas enormes para a comprovação da denúncia ainda estavam presentes, segundo o geógrafo. O cenário se modificou com um “briefing” do Vietnã do Norte para diplomatas estrangeiros, ainda em 1967, e um panfleto sobre os bombardeios, lançado no ano seguinte, se referindo inclusive às asserções de um geógrafo francês: Yves Lacoste.

que já comandava o Comitê Sueco para o Vietnã, se tornou presidente do novo organismo. Lacoste (1980b, p. 144) não deixa de destacar o fato curioso dos rumos divergentes de Myrdal e do “não menos célebre economista” Walt W. Rostow, conselheiro do ex-presidente John F. Kennedy (1961-1963) e um dos artífices da estratégia dos Estados Unidos nos Vietnãs.

A comissão foi criada durante uma nova fase do conflito no Vietnã. O republicano Richard Nixon, presidente americano desde 1969 e sucessor do democrata Lyndon B. Johnson, apostou na “vietnamização” do conflito. Ou seja, empreendeu uma redução drástica da presença militar americana, aprofundando o treinamento e o armamento das tropas sul-vietnamitas. Os bombardeios americanos ao Vietnã do Norte recuaram para a região do limite com o sul, na chamada Linha MacNamara, o paralelo 17°, mas se expandiram para o Camboja e o Laos, visando destruir a “trilha Ho Chi Minh”, via terrestre de comunicação entre o norte e os vietcongues, ao sul. Enquanto o portal da guerra continuava aberto, mesmo que de forma mais restrita, Washington e Hanói abriam a janela da diplomacia.

Segundo Lacoste (2018, p. 179), enquanto americanos e norte-vietnamitas negociavam em Gif-sur-Yvette, no sul de Paris, não havia mais discutido o assunto com Dresch. Todavia, ao fim de março de 1972, Vo Nguyen Giap, o líder estrategista do norte, fomentou a “ofensiva da Páscoa”. No mês seguinte, fortes bombardeios americanos ao Vietnã do Norte voltaram a ocorrer, visando tanto fustigar o ímpeto do seu avanço, como pressioná-los à mesa de negociações na França. A Operação Linebacker foi oficializada em maio, e a questão dos diques do rio Vermelho se tornou novamente urgente. Depois de manifestações de preocupação do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, e do papa Paulo VI, e das manifestações de preocupação da imprensa internacional Lacoste resolve enviar um “artigo muito pedagógico” (Lacoste, 2018, p. 180) ao *Le Monde*, publicado em 08 de junho, onde realiza uma explicação “como num manual de geografia geral” (Idem, 2010, p. 94).

Enquanto a porção meridional do Vietnã do Sul era ocupada pelo extenso delta do Mekong, o fulcro setentrional do Vietnã do Norte era preenchido pelo imenso delta do rio Vermelho, cujas nascentes também se localizam no Himalaia. Suas águas fluíam em um nível mais alto que a planície aluvial que o circundava, e uma enorme rede de diques, remoldados por trabalho humano por gerações, impedia que o rio inundasse as áreas baixas e circunvizinhas na época das cheias. O argumento central de Lacoste era de que os bombardeios americanos visavam justamente destruir o monumental emaranhado de

diques, ao início do verão chuvoso, esperando que rompessem e as águas fluviais escorressem planície à dentro. O diagnóstico estava pronto, mesmo sem Yves Lacoste ter nunca posto os pés no Vietnã. Todavia, logo isso iria mudar.

Lacoste (2010, p. 94) partiu de férias com a família em julho, para a Córsega. Durante o retorno, estavam na casa de verão da família, no sul do departamento de Corrèze, equando recebeu uma mensagem²¹⁶. A princípio afirma pensar que fosse um recado do geógrafo brasileiro Milton Santos, que estaria para chegar (e não especifica se na França ou no vilarejo onde estava). Todavia, a informação era outra: devia partir para Hanói imediatamente, por conta da situação grave que se passava por conta dos bombardeios. De volta a Paris, toma um avião para Moscou e de lá para a capital norte-vietnamita, com escala em Tashkent – no Uzbequistão soviético – e em Luang Prabang, no Laos, país vizinho ao destino²¹⁷.

O geógrafo percebeu que, diferente do setor mais ocidental do complexo deltaico do rio Vermelho, o setor inferior e oriental abrigava inúmeros vilarejos que poderiam ficar submersos caso os diques fossem seriamente danificados (Figura 19). A configuração do delta era tanto observada no terreno como conferida na tese *Les Paysans dans le delta tonkinois* (1936), de Pierre Gourou, que Lacoste levou consigo na viagem²¹⁸.

Com os bombardeios majoritariamente localizados nessa parte do delta, havia uma forte evidência de um plano proposital para a catástrofe (Figura 19). O relato de Lacoste, publicado no jornal francês *Le Monde*, em 14 de agosto de 1972, denunciando o que seria o risco de um genocídio, ganhou repercussão no Ocidente. Em dezembro, através da “Linebacker II” houve a mais intensa campanha de bombardeios de toda a guerra. Em menos de dois meses, Washington e Hanói assinaram finalmente a paz e o cessar-fogo,

²¹⁶ Em suas memórias, Lacoste (2018, p. 180) reafirma ter recebido o convite enquanto estava em Corrèze com a família de férias.

²¹⁷ A maioria da equipe que se dirigia ao Vietnã do Norte era formada por “escandinavos” (Lacoste, 2010, p. 96), mas também incluía algumas outras figuras notáveis: Seán MacBride, ex-chanceler irlandês (1948-1951) e presidente da Anistia Internacional, e Ramsay Clark, ex-ministro de Lyndon B. Johnson, o presidente americano entre 1963 e 1969. O irlandês Seán MacBride recebeu o Prêmio Nobel da Paz dois anos depois, em 1974.

²¹⁸ Bowd & Clayton (2015) afirmam que o sobredito livro de Gourou reproduz uma determinada visão estereotipada sobre a “tropicalidade”. Todavia, reconhecem que Lacoste cumpriu um papel importante em não levar a frente esse tipo de análise, e utilizar a obra de Gourou como base para uma intervenção essencial no debate internacional sobre a Guerra do Vietnã. Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* – obra não citada por Bowd & Clayton (2015) – Lacoste (1980b, p. 148) permite compreender que desejava realizar sua primeira viagem ao Vietnã com um material mais vasto para pesquisa, principalmente no sentido cartográfico. O geógrafo afirma que “felizmente, antes de minha partida de Paris (na falta de poder pedir emprestado os mapas ao Instituto de Geografia de Paris, que estava fechado pelas férias) eu me muni da tese de Pierre Gourou”, que constituiu o que considera o essencial de sua documentação.

através do Acordo de Paris, em 27 de janeiro de 1973. Para Lacoste, o tempo no Vietnã do Norte foi uma experiência que deixou clara a articulação entre o conhecimento geográfico, a política e a estratégia militar.

LE BOMBARDEMENT DES DIGUES (MAI-JUILLET 72)

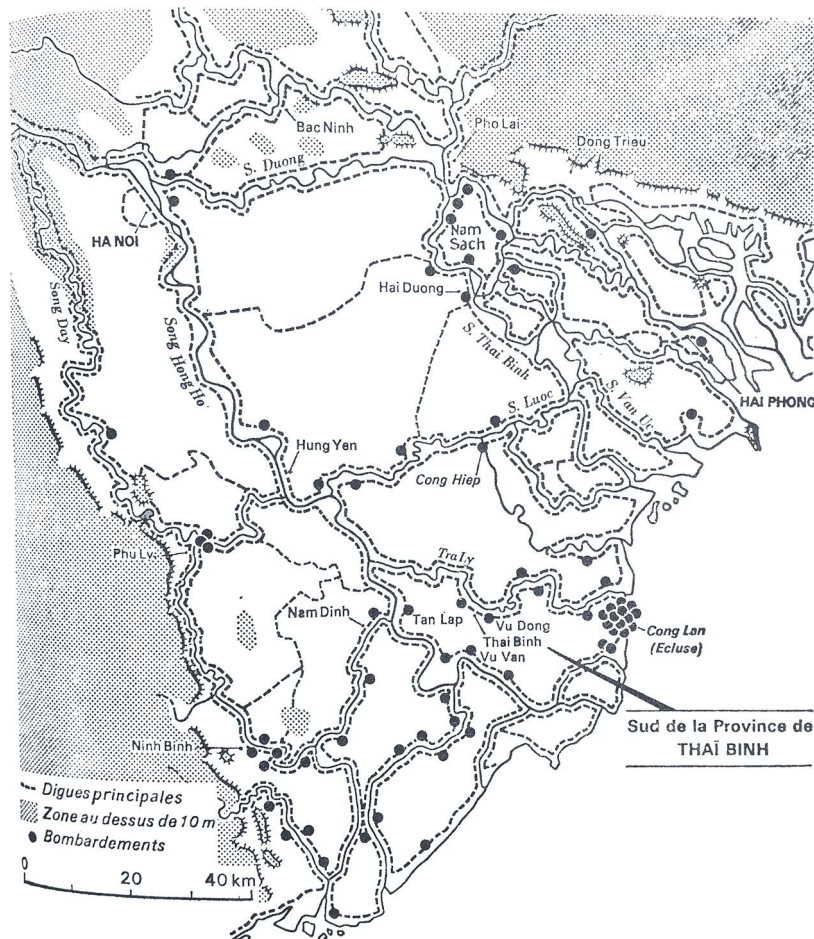


Figura 19: Mapa dos bombardeios dos diques do rio Vermelho (Vietnã) entre maio e julho de 1972 (LACOSTE, 1980b, p. 151; 1984a, p. 335).

A viagem de Yves Lacoste ao Vietnã do Norte entre julho e agosto de 1972 não foi a única oportunidade do geógrafo em visitar o país. Novos convites partiam da cúpula do poder, como afirma em suas memórias (LACOSTE, 2018, p. 197), principalmente de Pham Van Dong, primeiro-ministro entre 1955 e 1976²¹⁹. Através das três viagens posteriores, de 1974, 1977 e 1980, é possível observar os diferentes territórios conhecidos

²¹⁹ Magnoli (2006, p. 394) afirma que Pham Van Dong e Vo Nguyen Giap, o célebre general vietnamita, foram os fundadores da Frente Democrática Indochinesa, como “fachada pública do clandestino Partido Comunista vietnamita”, no entreguerras. Na década de 1930, a organização fundiu-se com o agrupamento de nacionalistas que havia sido fundado por Ho Chi Minh em Cantão, foco do movimento comunista chinês na época. Pham Van Dong e Vo Nguyen Giap foram ambos alunos do geógrafo francês Pierre Gourou, autor da tese *Les Paysans dans le delta tonkinois* (1936), a principal fonte de informações de Lacoste em sua viagem de 1972 ao delta do rio Vermelho (LACOSTE, 2018, p. 197; BRUNEAU, p. 173).

pelo geógrafo, sempre cercado pelo roteiro desenhado pelas autoridades, mas também registros de uma história em rápida mudança.

Em outubro de 1974, Lacoste visita um Vietnã do Norte pós-Acordos de Paris²²⁰, o que lhe rendeu um novo artigo publicado no *Le Monde* em 4 de janeiro de 1975²²¹. Poucos meses depois, Saigon foi conquistada. Em 1977, o geógrafo encontrou um país unificado, o que permitiu percorrer o delta do Mekong, no extremo-sul²²². A questão grave do momento não era mais a dos bombardeios americanos, mas sim o assédio constante das forças do vizinho Camboja – comandado pelo Khmer Vermelho – sobre o delta do Mekong e o sul do país como um todo²²³. Em 1980, todavia, sua visita se concentra no norte, conhecendo justamente os locais onde a China havia avançado sobre o território vietnamita na guerra ocorrida no ano anterior.

Yves Lacoste utilizou o editorial do nº 10 da revista *Hérodote* – 2º trimestre de 1978 – para abordar o novo cenário de guerra na Indochina²²⁴. É nesse momento que o geógrafo se questiona se o conflito entre vietnamitas e cambojanos se definia mais pela disputa por território do que pelas maquinações das grandes potências. Em um texto breve, o autor relata que os ataques do Camboja de Pol Pot haviam começado em 4 de maio de 1975, menos de uma semana depois da queda de Saigon sob controle do Vietnã (Figura 20).

²²⁰ Em suas memórias, Lacoste (2018, p. 197) registra um retorno ao Vietnã do Norte, ainda antes da conquista do sul, que ocorreu entre março e abril de 1975. Pode se supor que essa viagem seja a que Lacoste (1980b, p. 162) se refere em *Unidade e diversidade do terceiro mundo*, como tendo ocorrido em outubro de 1974.

²²¹ Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1975/01/04/brisant-l-autarcie-des-cooperatives-hanoi-se-lance-dans-la-grande-agriculture-socialiste_2602256_1819218.html.

²²² Em 1977, Yves Lacoste (2018, p. 202) afirma ter proposto a Claude Julien, que dirigia o *Le Monde Diplomatique*, um artigo extenso sobre a Ho Chi Minh-Ville. A solicitação do geógrafo foi aprovada, e recebeu uma passagem de avião com destino à cidade. De volta à França, o geógrafo afirma que Claude Julien não publicou seu artigo no *Le Monde Diplomatique*. Contudo, Yves Lacoste utiliza o editorial do nº 10 da revista *Hérodote* – 2º trimestre de 1978 – para abordar o novo cenário de guerra na Indochina.

²²³ Além disso, a possibilidade de uma insurgência de forças internas contrárias ao regime unipartidário vietnamita não estava fora de cogitação. Lacoste (2018, p. 203) ressalta o total silêncio das autoridades do país sobre esses assuntos durante a viagem.

²²⁴ Naquela edição do periódico, nenhuma região específica do planeta foi colocada como temática geral a ser analisada, o que seria comum nos anos seguintes. São analisadas situações tão diversas como as consequências sociais e políticas de um terremoto na Guatemala e a Etiópia pós-imperial, mas o fio condutor eram as “reivindicações antagonistas sobre um mesmo território”, como no “drama do Saara Ocidental” e as “peripécias sempre mais sangrentas da tragédia dos palestinos” (LACOSTE, 1978, p. 3).

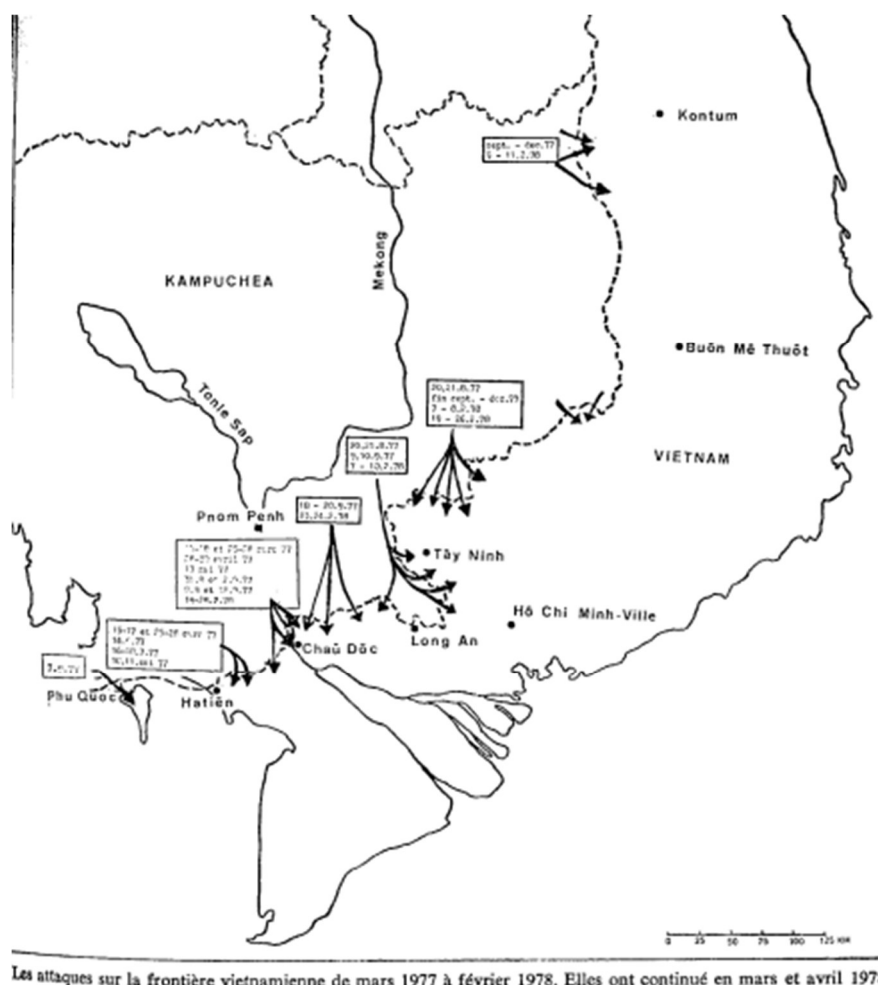


Figura 20: Mapa indicando os ataques do Camboja ao Vietnã entre março de 1977 e fevereiro de 1978 (LACOSTE, 1978a, p. 5).

A contenda fronteiriça entre Camboja e Vietnã envolvia tanto os limites continentais como marítimos entre os dois países, que eram atravessados pela rivalidade entre China e União Soviética. O tabuleiro regional se complicava ainda mais, segundo Lacoste (1978a, p. 3-7), com a rivalidade sino-vietnamita em relação ao Mar da China Meridional, principalmente pela posição estratégica das ilhas Spratly e Paracel²²⁵ (Figura 21). É possível entrever a preocupação de Lacoste (1978a) em relação à possibilidade de uma nova interferência dos Estados Unidos na região, ansiedade não presente em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b), onde a questão da rivalidade sino-vietnamita é

²²⁵ No mesmo editorial, um mapa serve para ilustrar esse contexto geopolítico, expondo a localização dos dois arquipélagos, com os contornos territoriais dos Estados próximos, como Malásia, Filipinas, Tailândia, Camboja, Vietnã, Laos e China, ignorando Taiwan, além da indicação da cota de profundidade de 200 metros no que diz respeito ao relevo submarino. O autor ressalta o quanto estavam em jogo reservas petrolíferas na plataforma continental subjacente a essas águas. Um mapa descreve os ataques transfronteiriços das forças de Pol Pot, assim como as datas específicas de cada ocorrência, principalmente no sul vietnamita (LACOSTE, 1978, p. 5).

mais exposta com mais nitidez. Os próprios detalhes da guerra entre Vietnã e Camboja não são delineados com clareza na obra, diferente do sobredito editorial da Hérodote.

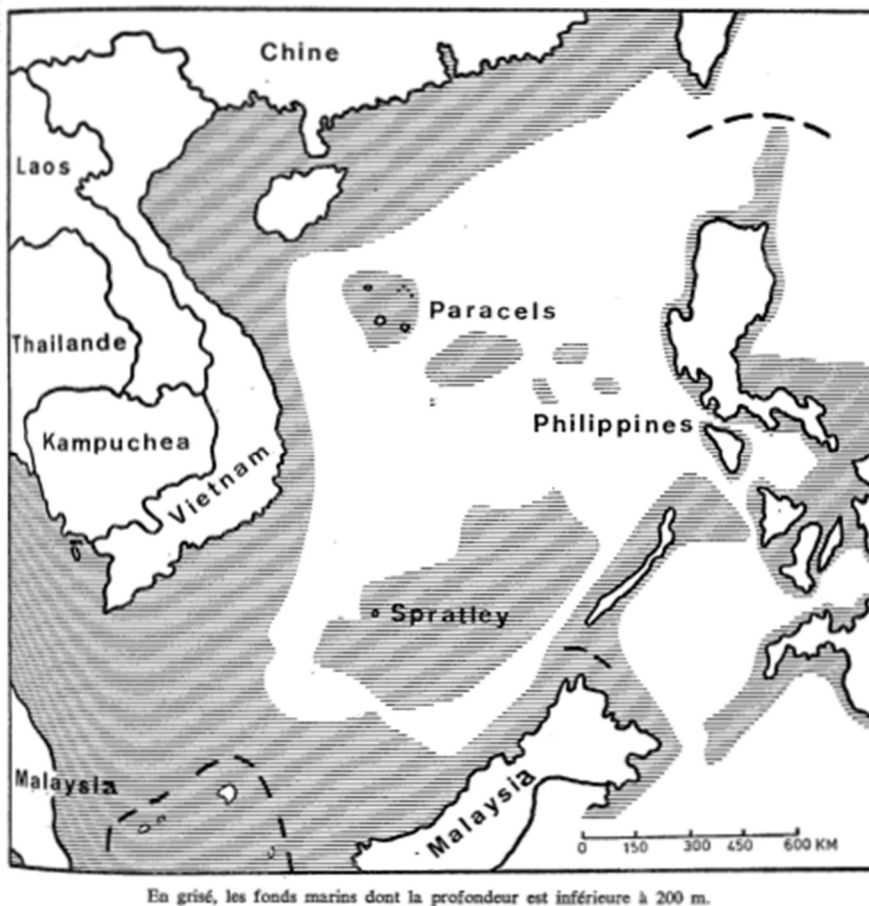


Figura 21: Mapa indicando as zonas submarinas mais rasas no Mar da China Meridional (LACOSTE, 1978a, p. 7).

Yves Lacoste visitou o Vietnã pela terceira vez em setembro de 1980, mesmo ano do lançamento de *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo*. Em pouco mais de dois anos, muito havia acontecido. Primeiro, em meio ao conflito, o Vietnã havia interditado a liberdade de comércio em Saigon, visando a comunidade de origem chinesa: seu êxodo maciço criou o fenômeno dos chamados *boat people*. Segundo, em dezembro de 1978, o Vietnã lança uma ofensiva contra o Camboja, alcançando a sua capital nos primeiros dias de janeiro de 1979: Pol Pot refugia-se com sua guerrilha no interior. Em fevereiro, a China – aliada do Khmer Vermelho derrubado – ataca o norte vietnamita, mas é rechaçada nos meses seguintes.

Lacoste (2018, p. 204-206) afirma que na França, o pendor intelectual era comum em favor do regime do Khmer Vermelho, e que o geógrafo era acusado de “stalinista” por não defender o caráter “democrático” do Camboja e da Revolução Cultural (1966-1976) chinesa. Somente após a queda de Pol Pot, em 1979, foram escancarados ao mundo

os horrores do regime. Lacoste (1980b, p. 128) se questiona sobre a desconfiança duradoura da opinião internacional em relação à interferência vietnamita no Camboja em 1978, que pôs termo ao “sistema de quase-genocídio” que vigorava no país. Enquanto isso, a mesma opinião internacional tratou favoravelmente “a ofensiva do exército da Tanzânia em Uganda, onde colocou fim às façanhas sinistras do marechal Amin Dada, que era amparado por contingentes líbios e palestinos”, entre 1978 e 1979²²⁶.

As experiências de Lacoste no Vietnã para além da viagem de 1972 possuem significado importante para a compreensão da seção de Unidade e diversidade do terceiro mundo destinada ao delta do rio Vermelho (1980b, p. 116-181). Em relação à narração sobre a ilustre viagem de 1972, Lacoste (1980b, p. 141-164) discorre praticamente com as mesmas palavras no que diz respeito ao relato oferecido no primeiro número da Hérodote (LACOSTE, 1976b, p. 86-117). Todavia, insiste que o Vietnã oferecia especificidades que permitiam o questionamento do conceito de “modo de produção asiático” e no economicismo de teorias do imperialismo²²⁷.

Perry Anderson ([1974] 2013, p. 535)²²⁸ ressalta a existência de uma verdadeira inflação²²⁹ do uso da noção de modo de produção asiático, que teria origem nas próprias oscilações do pensamento de Marx sobre o conceito, fruto de uma linhagem mais antiga. Anderson (idem, p. 509-511) afirma que a associação entre a Ásia e o “despotismo” poderia ser rastreada até Aristóteles. Todavia, Montesquieu ocupa um papel importante na elaboração de uma categoria mais madura de “despotismo oriental”, fundado na ausência de nobreza hereditária, de propriedade privada e caracterizado por uma “igualdade aniquiladora”, causados principalmente pela religião e pela geografia. Enquanto isso, Adam Smith adicionou uma camada importante ao conjunto a partir da economia: a agricultura ocupava um papel central nas sociedades orientais, obrigando o

²²⁶ Em suas memórias, Lacoste (2018, p. 208) afirma ter sido levado a Langson, foco do ataque chinês ao Vietnã no ano anterior à sua viagem.

²²⁷ A especificidade dos comentários de Lacoste (1980b) merecem destaque, pois Pedrosa (2013), Bowd & Clayton (2015), Verdi (2017) e Whitacker (2020) discorrem sobre a história da experiência do autor no Vietnã, baseando-se principalmente nos artigos de jornais publicados pelo geógrafo e na sua narração sobre o evento presente no número 1 da Hérodote. Todavia, é em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b, p. 160-161) que está presente a primeira aplicação do método de “níveis de análise espacial” no caso do estudo sobre os bombardeios americanos sobre o delta do rio Vermelho (Figura 22).

²²⁸ Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), Yves Lacoste cita a edição francesa da obra *Linhagens do Estado Absolutista* (1974), de Perry Anderson, intitulada *L'État absolutiste*, lançada pela editora de François Maspero em 1976, em dois tomos.

²²⁹ A ideia de que um forte Estado centralizado, eventualmente ligado a amplas obras hidráulicas, faria com que o conceito avançasse “cronologicamente até os primórdios da civilização”, enquanto a sua associação à propriedade comunal o estenderia “geograficamente até as mais longínquas fronteiras da organização tribal” (ANDERSON, 2013, p. 534-535).

Estado a esforçar-se na execução de obras hidráulicas para irrigação e transporte. Segundo Anderson (Ibidem, p. 513), no “século XIX, os sucessores de Montesquieu e Smith prolongaram essas mesmas linhas de pensamento”, como Hegel, no que diz respeito à filosofia alemã clássica, e Richard Jones na economia inglesa²³⁰.

Yves Lacoste recusa o lugar comum do “modo de produção asiático”. Segundo o geógrafo, a “formação social” vietnamita se caracterizava por uma contradição que diferia do esquema, pois o Estado havia estimulado a criação de novos arrozais como estratégia de expansão territorial, e concedia a iniciativa – e o domínio privado sobre a terra – a notáveis, funcionários e colonos livres. Deste modo, monarquias surgidas no norte do atual Vietnã expandiram-se por quase nove séculos, alcançando o delta no Mekong, no extremo-sul do país, entre os séculos XVIII e XIX, expulsando os khmer do Camboja (LACOSTE, 1980b, p. 134).

Lacoste prefere utilizar o conceito de “sociedade hidráulica”, tomada de Karl Wittfogel – “um geógrafo comunista na Escola de Frankfurt” (PEDROSA, 2015) – para lidar com o sistema complexo construído no delta do rio Vermelho, pronto para enfrentar fortes chuvas anualmente, através do nivelamento de solos, construção canais, eclusas e dos grandes diques do rio Vermelho (LACOSTE, 1980b, p. 118-120). Era um espaço social fortificado para enfrentar a “batalha anual” pelo domínio das águas, resultado de decisões tomadas em “diferentes níveis” do controle sobre o espaço.

Além do modo de produção asiático, Yves Lacoste contesta um esquema comum em relação à história dos Estados do Terceiro Mundo: a colonização se infiltrava mais facilmente no território através de uma elite autóctone, que auxiliava na instituição da propriedade privada a seu favor, pressupondo uma ausência anterior desse tipo de mecanismo (idem, p. 132). O cenário do Vietnã seria outro, no próprio início da colonização, a “luta de classes” já assumia contornos mais intensos (idem, p. 136), sendo

²³⁰Perry Anderson afirma que as asserções de Marx sobre o tema faziam parte de uma “longa tradição que começou com Maquiavel e Bodin”, fundada na proximidade com o Império Turco-Otomano, e que coincidiu com “o novo renascimento da teoria política propriamente dita na Renascença”, que acompanhou “seu desenvolvimento, passo a passo, até o iluminismo” (Ibidem, p. 507). A partir do século XVIII, com as consequências da expansão colonial, “a aplicação de ideias inicialmente concebidas em contato com a Turquia já havia se espalhado mais para leste: rumo à Pérsia, depois Índia e, por fim, China” (Idem, p. 508). Perry Anderson ([1974] 2013, p. 519) compila uma série de características do “despotismo oriental” presentes em Maquiavel, Montesquieu, Harrington, Hegel, Bodin, Bacon, Bernier, Mill, Smith e Jones, mesmo que nunca todas estejam inscritas da obra do mesmo autor: propriedade estatal da terra, ausência de restrições jurídicas, leis substituídas pela religião, ausência de nobreza hereditária, igualdade social na servidão, comunidades aldeãs isoladas, predomínio da agricultura sobre a indústria, obras públicas de hidráulica, clima tórrido e imutabilidade histórica.

responsável pela relativa dificuldade da conquista, pela excepcional precocidade no desenvolvimento dos movimentos de resistência vietnamitas e sua rápida radicalização.

Para Lacoste (1980b, p. 129), a intervenção militar norte-americana no Vietnã foi a manifestação mais espetacular do imperialismo, mesmo que os Estados Unidos não possuíssem grandes interesses econômicos no território sul-vietnamita. Deste modo, se desmentia o “discurso economicista clássico sobre o imperialismo”, vinculado ao controle de matérias-primas. Ao estabelecer essa marca, rompe com a base de teorias clássicas do marxismo em relação ao tema, pois, como afirma Aron ([1983] 2018, p. XIX), “Lênin não distinguia claramente os conflitos econômicos ou coloniais dos conflitos propriamente políticos ou militares”.

A interpretação de Lacoste (1980b, p. 130) sobre a conturbada história vietnamita no século XX contorna os imperativos econômicos mais imediatos. No caso da 1ª Guerra da Indochina (1945-1954), afirma que o extensivo apoio dos Estados Unidos à França metropolitana tinha mais relação com a questão da contenção do comunismo do que com interesses econômicos imediatos na região. Afinal, em outubro de 1949 Mao Tsé-tung subira ao poder na China, e, em julho do ano seguinte, a Guerra da Coreia (1950-1953) transformou o Leste e Sudeste Asiáticos em um caldeirão de instabilidade.

Na 2ª Guerra da Indochina, também conhecida como Guerra do Vietnã (1963-1975), mais do que o olhar das multinacionais americanas estava em jogo um confronto indireto entre as duas superpotências da Guerra Fria, apoiando um povo cindido em duas nações, ao norte e ao sul. Além disso, na recente 3ª Guerra da Indochina (1978-1979), Lacoste a interpretava como exemplo do choque entre soviéticos e chineses em pleno Sudeste Asiático. Diferente das obras de Yves Lacoste sobre o subdesenvolvimento, não é a economia mais o campo com o qual tangencia constantemente, permitindo detectar uma outra tendência²³¹. Lacoste (1980b, p. 136) cita Raymond Aron – assim como Claude Julien e David Horowitz – para relatar o quanto a política de contenção à China comunista na Ásia, organizada pelos Estados Unidos, compreendia também “os países onde as empresas americanas não tinham interesse”.

²³¹ Tradução de “[...] les conflits dont je me suis préoccupé, étaient certes pour une partie explicables par les ‘luttres de classes’, mais de plus en plus par les luttres des mouvements nationaux et des nations entre elles” (LACOSTE, 2010, p. 168). Como afirma em entrevista a Pascal Lorot, desde 1956, quando havia deixado o Partido Comunista Francês (PCF), os problemas e “os conflitos com os quais me preocupava eram certamente, em parte, explicáveis pelas ‘lutas de classe’, porém de mais em mais pelas lutas de movimentos nacionais e entre as nações” (LACOSTE, 2010, p. 168).

Deste modo, Lacoste (1980b, p. 130-136) forja um quadro da especificidade da “formação social” vietnamita. Primeiro através da considerável proporção da propriedade privada na região mesmo antes do contato com a metrópole francesa. Em segundo lugar com os movimentos de resistência popular contra uma elite “feudal” apoiada pela China, culminando em uma revolta ocorrida em 1789, que consolidou um Vietnã unificado nos anos seguintes. Em terceiro lugar, o avanço francês, primeiramente sobre a Cochinchina, e depois sobre Anam e Tonquim, fatias sul, central e norte do que era o território vietnamita. Por último, a posição do Vietnã no ringue das superpotências ao longo da Guerra Fria: sai a França e entram os Estados Unidos, a União Soviética e a China.

A análise de Yves Lacoste sobre o Alto Volta projeta maior destaque para a trajetória da colonização francesa. No entanto, o olhar do geógrafo sobre o Vietnã em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) é mais atento às relações desse país com a China, ao norte, do que com o imperialismo francês. A formação dos contornos territoriais vietnamitas, não é priorizada, assim como os movimentos pela independência no século XX, fosse entre os nacionalistas ou comunistas.

Lacoste não silencia sobre o processo. Em nota de rodapé, afirma que a divisão tríplice do território vietnamita durante a colonização francesa derivava de um vocabulário imposto por invasores. Tonquim e Cochinchina eram nomenclaturas arquitetadas pela França, enquanto Anã – o território intermediário entre os extremos norte e sul – era um termo chinês que significava “sul pacificado”. A questão do conflito entre Vietnã e Camboja (1975-1979) e entre Vietnã e China (1979), ambos entrelaçados, ronda o texto de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980).

Yves Lacoste prioriza inserir a história do nacionalismo vietnamita e do próprio Vietnã nas suas relações com a China, o que não significa um olhar incomum. Chesneaux (1968, p. 7), citado na bibliografia por Lacoste (1980b), faz o mesmo, destacando que a “armadura ideológica” do confucionismo se abateu principalmente sobre o norte-vietnamita, depois de dez séculos de dominação chinesa, enquanto o sul se mantinha mais sincrético, com influências mais fortes do budismo, por exemplo.

Yves Lacoste destaca a rebelião de Tay Son, no final do século XVIII, formada principalmente por camponeses e comerciantes contra a concentração de terras. Segundo Lacoste (idem, p. 135), o Vietnã estava dividido em dois reinos, um ao norte e outro ao sul, e ambos pediram auxílio de China e Sião, respectivamente, para sufocar os revoltosos, que acabaram alcançando a vitória, em 1789. Como o sucesso do que Lacoste considera como um “movimento nacional”, o Vietnã havia sido unificado em 1802, com a presença

do que o geógrafo aponta serem duas “tradições” já firmadas na época: a revolta camponesa e a luta pela independência.

A própria origem do nome “Vietnã” é em si resultado de uma denominação criada por Pequim, ainda quando esta exercia uma hegemonia nominal sobre a região. Segundo Anderson (2008, p. 219), foi a corte imperial chinesa manchu que partiu a sugestão de que o reino fosse nomeado como “Viêt Nam”, no início do século XIX. O termo deriva do chinês “Yüeh-nan”, que significa aproximadamente “ao sul de Viêt (Yüeh)”, uma província conquistada por dinastias chinesas há dezessete séculos antes, e que corresponde às atuais províncias chinesas de Guangdong e Guangxi.

A proposta chinesa foi uma resposta à uma sugestão inicial de Gia-long, monarca que simbolizava um território vietnamita recém-unificado e que havia aventado a nomenclatura “Nam Viêt”. De qualquer modo, como afirma Anderson (*idem*, p. 220), a “referência territorial parece puramente relativa”, pois a denominação do reino teria como eixo o fato de ser ao “sul” do império que havia dominado a região por tantos séculos. Ao fim e ao cabo, os chineses continuaram empregando o termo “Anã”, considerado ofensivo pelos vietnamitas. Ironicamente:

[o] fato de que os vietnamitas de hoje defendam orgulhosamente um Viêt Nam inventado com desdém por uma dinastia manchu do século XIX nos lembra Renan, com a sua máxima de que as nações precisam ‘oublié bien des choses’, mas também nos remete, paradoxalmente, ao poder imaginativo do nacionalismo. (ANDERSON, 2008, p. 220).

A constituição da antiga Indochina Francesa, onde a história e a política desenharam os atuais Vietnã, Camboja e Laos, deve ser observada no contexto da partilha do Sudeste Asiático como um todo, que se completou apenas ao final do século XIX, como afirma Olic (1988)²³². A “Ásia das Monções” foi quase completamente retalhada entre um conjunto bastante diverso de potências europeias, com exceção da Tailândia, transformada em uma espécie de Estado-tampão valioso demais para ser concedido a uma só.

Dentre as ibéricas, Portugal detinha o minúsculo Timor Oriental, enquanto a Espanha controlava as Filipinas até 1898, perdendo-as na guerra contra os Estados

²³² Em outro trecho, Lacoste (1980b, p. 131) uma descrição singular do percurso da invasão francesa como uma empreitada que não visava o Vietnã em si como alvo principal: o território deste seria uma espécie de porta para China a ser aberta e controlada. Os rios Mekong e Vermelho provinham de zonas montanhosas dos territórios chineses. Ao conquistar as suas desembocaduras, os franceses poderiam utilizá-los como ponto de partida para projetar sua esfera de influência sobre um “Império do Meio” em decadência. Para Lacoste, mesmo que o plano não tenha tido sucesso, garantiu as posições francesas sobre o território vietnamita, delimitando a Cochinchina como forma de cercar o domínio sobre o delta do Mekong e delineando Tonquim como invólucro do delta do rio Vermelho.

Unidos. A Holanda mantinha um vasto resquício de tempos anteriores onde controlava a rota das Índias Orientais, com o controle sobre o que se tornaria a Indonésia depois da descolonização. Contudo, britânicos e franceses eram as forças mais importantes na região. Enquanto Paris controlava a Indochina, o Reino Unido estendeu seu domínio sobre o que depois se tornariam Birmânia (atual Mianmar), Malásia e Cingapura, que se recusou a manter-se na federação malaia quando esta alcançou a independência, em 1960.

Os contornos territoriais da Indochina Francesa se consolidaram em 1885. No flanco ocidental estavam o Camboja e o Laos, enquanto a zona oposta se distribuía entre um setor norte, o de Tonquim, com a Cochinchina ao sul e Anã no centro. Essa última interconectava os grandes deltas do Mekong e do rio Vermelho, com suas planícies litorâneas espremidas entre o Mar da China Meridional e a cordilheira “anamítica”. Chesneaux (idem, p. 13-15) defende que esta zona foi marginalizada pela colonização francesa, que privilegiou infraestruturas instaladas nos deltas sobreditos, deixando de lado os portos antigos no litoral de Anã, que interligavam o comércio interno do Vietnã historicamente. Era ali que se localizava a sede da monarquia, em Hué, e foi em uma pequena província dessa região, a de Nghe-Tinh, que nasceu Ho Chi Minh, em 1890, filho de um mandarim enxotado da corte.

Entre o foco projetado por Yves Lacoste (1980b) sobre as relações históricas do Vietnã com a China e a escala da Guerra do Vietnã não há uma transição da análise em pormenores da primeira metade do século XX, assim como sobre as fontes diversas do nacionalismo vietnamita. Jean Lacouture afirma que Ho Chi Minh, cujo nome original era Nguyen Ai Quoc, filho de um mandarim da corte vietnamita de Hué, foi “irremediavelmente marcado” pelos seus anos em Paris, vividos entre 1917 e 1923. Em um tom lírico, o autor afirma que “o filho de Nguyen Sinh Sac fez sua aprendizagem da vida, da amizade e também da política” numa “Paris ferida, gloriosa, trepidante, sedenta de verdades novas e de motivos para reviver”, no contexto do pós-1ª Guerra Mundial. Isso “[a]ntes dos rudes anos de formação leninista e de técnica revolucionária em Moscou, Cantão e Hong Kong” (LACOUTURE, idem, p. 38).

Em sua biografia de Ho Chi Minh, Jean Lacouture ([1977] 1979, p. 35) destaca com maior ênfase a “dimensão internacionalista da luta anticolonial” embutida no seu pensamento, com profundas influência da história revolucionária francesa mas também norte-americana, assim como afirma Magnoli (2017). Chesneaux (1968, afirma que foi em Paris que foram formados os primeiros grupos de comunistas vietnamitas, afinal, intelectuais dessa origem geográfica haviam descoberto os rudimentos da ideologia

sobredita “nos cafés do *Quartier Latin* ou sobre os bancos das Universidades de Toulouse ou Montpellier, onde eles eram numerosos até os anos 1930”²³³.

Para além das influências francesa e norte-americana, o desenvolvimento de uma consciência nacional vietnamita teve uma fase ao final do século XIX ligada à influência japonesa. Desde a Restauração Meiji, Tóquio empurrava o arquipélago na direção da industrialização, cujas engrenagens não se moviam nas outras sociedades da Ásia Oriental. A vitória do Japão sobre o Império Russo em 1905 serviu como símbolo de uma inspiração que contagiou parte da classe média vietnamita (CHESNEAUX, *idem*, p. 79). Apenas nas décadas seguintes a China ocuparia esse papel com a queda do império: a divisão dessa antiga civilização em disputa entre nacionalistas e comunistas foi cristalizada também no Vietnã já antes da 2ª Guerra Mundial²³⁴. Yves Lacoste dá mais atenção às discordâncias entre Hanói e Pequim.

Depois da oficialização da divisão entre os Vietnãs do Norte e do Sul, o regime setentrional começou a ter de lidar com o descontentamento. Como afirma Lacoste (1980b, p. 167), em novembro de 1956 inicia uma rebelião na província de Nghe-Anh, velho bastião do Vietminh e berço do próprio líder Ho Chi Minh. A repressão do exército se abateu sobre a região, enquanto a própria cúpula do partido iniciava um processo de “autocrítica”, com o general Vo Nguyen Giap denunciando a “tendência pró-chinesa”, em um episódio também destacado por Chesneaux (1968) e Lacouture (1979).

Em suas conclusões, o geógrafo aventa a possibilidade de que a construção de barragens no setor mais alto e superior do rio Vermelho, localizado em território chinês. O objetivo era prevenir a ocorrência de enchentes nas zonas inferiores da bacia hidrográfica, cujo delta apresentava uma “situação estratégica muito vulnerável”, com o curso d’água correndo acima da planície muito populosa ao seu entorno. Contudo, a execução desses projetos de longo prazo estava subordinada “à evolução das relações entre o Vietnã e a China”.

²³³ Tradução de “dans les cafés du Quartier Latin ou sur les bancs des Universités de Toulouse ou Montpellier, où ils étaient nombreux vers 1930” (CHESNEAUX, 1968, p. 85).

²³⁴ Um dado curioso sobre a formação da luta pela independência nacional do Vietnã é que todas as nações apontadas como origem de inspiração para a luta, segundo Chesneaux (1968), Lacouture (1979), Magnoli (2017), ocuparam, em algum momento, o papel de potências invasoras e ocupantes do país: a China por um milênio, a França por aproximadamente oito décadas, o Japão durante a 2ª Guerra Mundial – em colaboração com as autoridades da França de Vichy – e as forças americanas durante a Guerra do Vietnã (1963-1975). A tomada do poder em Hanói, em agosto de 1945, pelo Vietminh, comandado por Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap, se deu justamente durante o confronto e a decadência de potências ocupantes: o Japão havia derrubado as autoridades francesas em março, mas logo depois suas forças se mostrariam incapazes de manter o controle do delta do rio Vermelho.

Para Lacoste (1980b, p. 181), “não é certo que, em um novo conflito, o adversário se recusa a aplicar a estratégia implementada contra os diques em 1972”²³⁵. O autor parecia realmente atento à ideia de uma rivalidade sino-vietnamita que se prolongaria no tempo, “e tanto mais que, ao contrário do governo americano, dificilmente se contaria com a liberdade de imprensa e sua opinião pública”. Ou seja, por mais crítico que Lacoste fosse aos bombardeios americanos durante a Guerra do Vietnã (1963-1975), era consciente das diferenças em relação aos regimes políticos dos Estados Unidos e da China na época.

Yves Lacoste viajou novamente ao Vietnã ao fim setembro de 1980, no mesmo trimestre em que foi lançado *Unidade e diversidade do terceiro mundo*²³⁶. No ano seguinte, um número da *Hérodote* foi totalmente dedicado às rivalidades no Sudeste Asiático²³⁷. No editorial, o autor realiza uma análise geopolítica mais refinada do que em no livro decorrente de sua tese, partindo da história do próprio termo geográfico “Sudeste Asiático”, difundido com a criação do “South East Asia Command” pelos Aliados, em 1943, enquanto expulsavam as forças invasoras do Japão Imperial (LACOSTE, 1981a)²³⁸. Logo a Guerra Fria se impôs, e a estratégia americana para a região passou pela criação da SEATO (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), que incluía países como Tailândia e Filipinas, em 1954, mesmo ano da retirada francesa da Indochina. Em 1967, as nações da região organizam um novo bloco regional, a ASEAN (Associação das

²³⁵ Tradução de “Il n’est pas certain que dans un nouveau conflit l’adversaire se refuse à appliquer la stratégie mise en oeuvre contre les diques en 1972 [...]”

²³⁶ Deste modo, é improvável que suas observações desta nova experiência de campo tenham sido inscritas na obra sobredita.

²³⁷ O número 21 da revista *Hérodote* relativo ao 2º trimestre de 1981 está disponível no portal Gallica, através de <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56212215?rk=85837;2>, acessado em 21 de fevereiro de 2022. No editorial, Lacoste (1981a, p. 31) afirma que esteve no Vietnã ao fim de setembro de 1980. Foi segunda edição da revista totalmente voltada à análise de uma região específica do mundo, depois de uma edição dupla sobre os “eurogeografismos”, em 1979, em número duplo relativo ao 2º e ao 3º trimestres de 1979, disponível no portal Gallica, através de <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56227446?rk=21459;2>, acessado em 21 de fevereiro de 2022.

²³⁸ Yves Lacoste (1981a) afirma que a representação de “Sudeste Asiático” se sobrepôs às antigas “Indochina” – que incluía Tailândia, Birmânia, Laos, Camboja e Vietnã – e Insulíndia – que se tornaria no futuro a Indonésia – além do arquipélago filipino. Toda esta área, tão diversa do ponto de vista religioso, com grandes populações budistas, islâmicas e católicas, foi invadida e tomada pelo Japão durante o conflito global, incluindo uma aliança oficial com o governo tailandês (Chesneaux). Em 1943, durante a reconquista aliada, os britânicos instituíram um “South East Asia Command”, sob a autoridade do almirante Mountbatten. Ao fim do conflito, o Sudeste Asiático se tornou um importante teatro de confrontação nas primeiras décadas da Guerra Fria. Lacoste (1981a, p. 6) afirma que o conjunto deveria incluir também Taiwan, já que se posicionava como cético a qualquer possibilidade de anexação dessa ilha pela China.

Nações do Sudeste Asiático), reforçando a visão de uma especificidade geográfica na região²³⁹.

Yves Lacoste (1981a) destaca com mais intensidade a questão da soberania sobre as ilhas Spratly e Paracels, já que “sua possessão é uma das peças principais do litígio entre a China e o Vietnã”. O autor afirma que a Conferência de Genebra de 1958 sobre o direito marítimo não impediu que “direitos históricos” continuaram sendo muito evocados pelos Estados em suas reivindicações territoriais. A discordância se revelava nas denominações topográficas: para Pequim, as Spratly eram *Nansha*, enquanto as Paracel eram *Xisha*. Para Hanói, *Truong Sa* e *Hoang Sa*.

Segundo Lacoste (1981a, p. 12-13), entre 1979 e 1980, em meio à tensão e guerra entre os dois países, China e Vietnã tornaram mais explícitas suas demandas. Os primeiros remontavam ao passado da sua geografia imperial para justificar suas reivindicações, enquanto os últimos mobilizavam a herança territorial do antigo Vietnã monárquicos, além dos traços desenhados pelo colonialismo francês. Yves Lacoste sugere a denominação “Mar do Sudeste Asiático” para as águas em disputa na região, o que vinha a calhar muito mais ao Vietnã e aos outros Estados banhados por essa massa aquática, como Filipinas e Malásia, do que à China.

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), a geopolítica regional do Sudeste Asiático recebe menos atenção do que a província vietnamita de Thai-Binh, alvo da análise de Lacoste por duas principais razões: a intensidade de bombardeios a que foi submetida em 1972 (Figura 23), posicionada na região oriental do delta, e o fato de ter sido escolhida para o lançamento, pelo Estado norte-vietnamita, do projeto de uma “grande agricultura socialista”, através de “cooperativas piloto”, que realizariam a “revolução verde” (LACOSTE, 1980b, p. 169). A articulação de diferentes escalas, desde a do antigo Vietnã do Norte, às zonas bombardeadas da província de Thai-Binh está expressa na aplicação do método de “níveis de análise espaciais” a esse estudo de caso em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (Figura 22).

²³⁹ Porém, a ideia de uma unidade territorial do Sudeste Asiático, para Lacoste (idem, p. 7-8) também passava por aspectos da natureza, como a centralidade da plataforma continental de Sonda na geografia regional. O mar pouco profundo desta zona teria grande importância geopolítica, principalmente pela possibilidade de exploração de recursos minerais submarinos, como o petróleo.

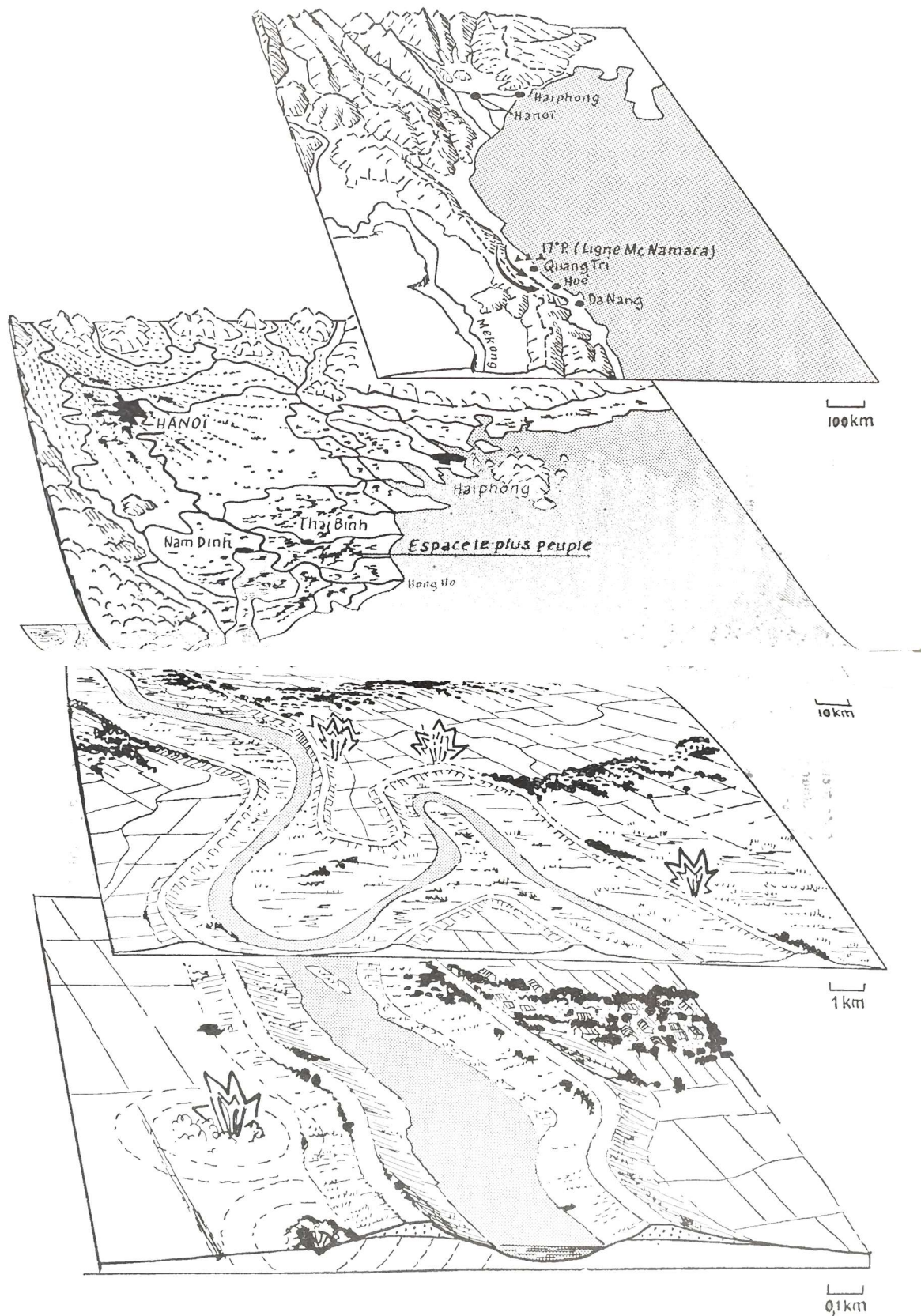


Figura 22: Método de níveis de análise espacial, proposto por Yves Lacoste, aplicado ao estudo de caso sobre a província de Thai-Binh e o delta do rio Vermelho, no Vietnã (LACOSTE, 1980b, p. 160-161; 1984, p. 2).

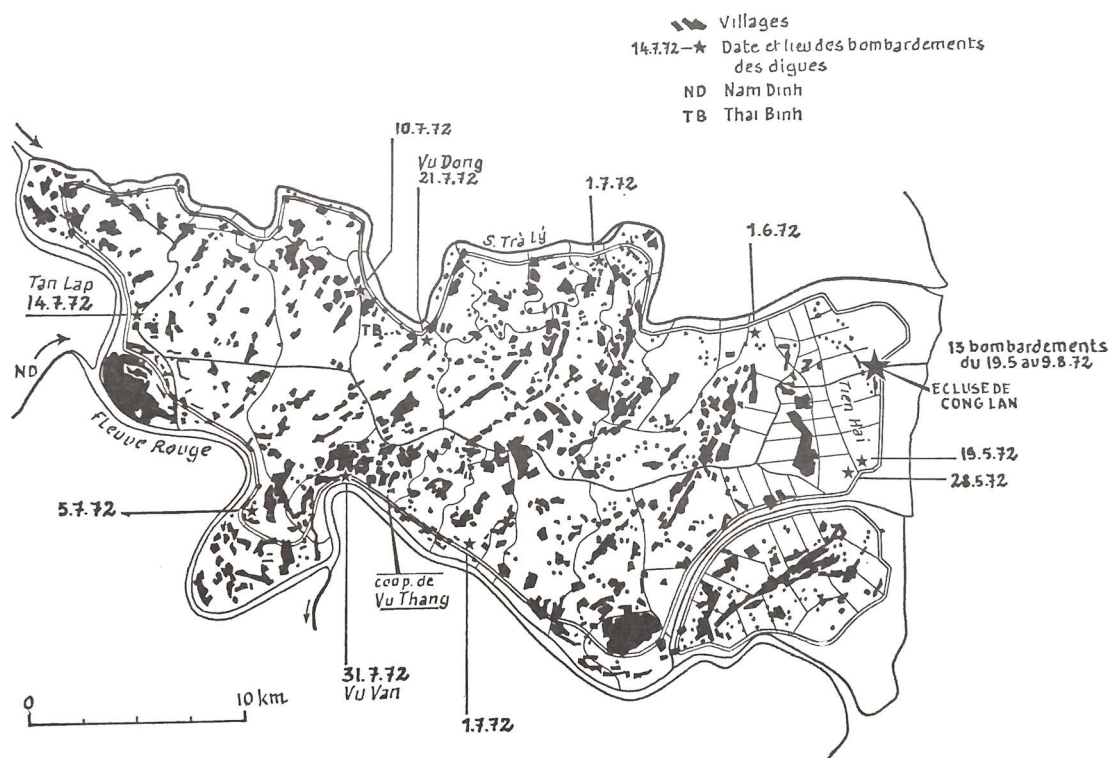


Figura 23: Mapa da região de Thai-Binh e Nam Dinh, com a indicação dos bombardeios ocorridos entre julho e agosto de 1972 (LACOSTE, 1980b, p. 156; 1984, p. 340).

Nos anos seguintes, o geógrafo adotou posições críticas em relação à coletivização agrária, mas em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b, p. 167) já destacava que a distribuição, até o fim de 1957, de 800 mil hectares para dois milhões de famílias, ainda não haviam levado a um aumento de produtividade.

Em *Contra os anti-terceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas* (1985), Lacoste ([1991] 1985, p. 14) ressalta que a coletivização radical havia sido içada como bandeira da superação da pobreza por terceiro-mundistas:

Mas hoje os dirigentes chineses e vietnamitas, assim como aqueles de um bom número de Estados que, sem ser comunistas, optaram pela ‘via do socialismo’, veem-se obrigados a constatar que a coletivização ou a estatização totais levaram a um impasse, e são forçados a voltar atrás (senão em teoria, ao menos nos fatos) em certas medidas fundamentais. Estas foram aplicadas por partidos únicos totalitários que, não contentes em esmagar as iniciativas individuais ou coletivas que se afastavam da ‘linha’, também não pouparam a população dos efeitos de suas rivalidades ideológicas internas. São essas rivalidades, essas lutas encarniçadas entre comunistas pelo poder, que levaram às atrocidades perpetradas pelo Khmer Vermelho e aos rigores da Revolução Cultural na China, que redundou no envio aos trabalhos forçados de uma grande parte dos professores, executivos, engenheiros e técnicos do país. Levaram, também, como sabemos hoje, a graves períodos de fome. (LACOSTE, 1991, p. 14).

A perspectiva de Lacoste sobre a realidade vietnamita também deslizou do agrário para o urbano, pois sua viagem de 1980 foi a sua primeira oportunidade de conhecer Ho Chi Minh-Ville, denominação nova de Saigon desde a reunificação, em 1975²⁴⁰. Em artigo para a *Hérodote*, Lacoste (1981b) diferencia a realidade de uma cidade tão grande agora submetida a um regime socialista do que havia ocorrido com Pnom Penh, no Camboja, na qual uma população considerável havia sido liquidada em nome do combate às “influências urbanas e ocidentais”. Lacoste parece ver com bons olhos que o governo vietnamita recusou um raciocínio “página branca”, do estilo “revolução cultural”, e utiliza os comentários sobre a antiga Saigon para abordar a questão dos *boat people*, a onda de refugiados que partiam do Vietnã após a reunificação, muitas vezes à deriva em busca de acolhida nas nações vizinhas. O geógrafo ressalta a importância do setor terciário e do pequeno comércio privado como fonte de renda especificamente na antiga Saigon. Afinal, a nacionalização instituída após a reunificação havia focado mais nos grandes empreendimentos.

Uma preocupação significativa do governo vietnamita era em como transformar a província de Ho Chi Minh-Ville em uma pioneira no desenvolvimento da agricultura no sul, principalmente na tentativa de repovoar algumas zonas esvaziadas indiscriminadamente durante os tempos de guerra. Todavia, a busca por ocupar essas “novas zonas econômicas” esbarrava na falta de engajamento dos habitantes que estavam na grande cidade em retornar ao trabalho agrário, o que era uma evidência do seu nível de vida. Como afirma Lacoste (idem, p. 53-57), eram os migrantes do norte que acabavam ocupando os espaços de povoamento rarefeito, já que “guardavam os hábitos dos trabalhos agrícolas peníveis e minuciosos”. Deste modo, continuava uma das mais antigas tradições histórias do país: o movimento migratório do norte para o sul.

Lacoste finaliza seu texto abordando com mais profundidade a questão dos *boat people*, pouco discutida em seu capítulo sobre o Vietnã em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). Uma das causas do êxodo de centenas de milhares de hoas, vietnamitas de origem chinesa, estava relacionada à sua própria proeminência no setor terciário da ex-Saigon, tornando-os um tanto mais visados pelas políticas de instalação do socialismo, enquanto o nível de vida da classe média se estagnava. Todavia, a questão

²⁴⁰ Depois de descer no aeroporto de Tan Son Nhut, Lacoste se dirigiu ao centro da cidade, onde pode observar as heranças arquitetônicas do período colonial francês. O autor percebeu a maior circulação monetária em Ho Chi Minh-Ville quando comparada à Hanói, assim como o melhor nível de vida, expresso, por exemplo, no preço do arroz. Segundo autor, que visitou as províncias de Can Tho e My Tho, no delta do Mekong, a agricultura era muito produtiva no sul (LACOSTE, p. 1981, 34-43).

estaria mais mergulhada na rivalidade entre Vietnã e China do que na instauração do socialismo no sul, segundo Lacoste (idem, p. 62), já que aproximadamente 200 mil haviam deixado o norte nos anos recentes, mesmo que essa região já estivesse sob o regime sobredito há mais de três décadas.

Uma potente campanha de propaganda havia sido desencadeado por “agentes chineses” no sul entre 1977 e 1978, afirmando que *pogroms* contra chineses iriam ocorrer. Ao final, eles ocorreram, mas não no Vietnã, e sim no Camboja de Pol Pot. No contexto de rivalidade sino-vietnamita, os *hoa* foram ameaçados de serem considerados “traidores da pátria” chinesa caso se mantivessem no Vietnã. Ao fim, em fuga, não receberam a acolhida que esperavam nos Estados próximos que contavam com grandes comunidades de origem chinesa, como Tailândia, Malásia, Indonésia e Singapura (LACOSTE, 1981b, p. 62-63). O geógrafo reconhece a manobra chinesa para abalar a imagem que o Vietnã guardava de herói na luta contra o imperialismo.

3.3. Cuba: revolução e geografismos

O livro mais famoso de Yves Lacoste foi escrito no Caribe, em 1976. Enquanto o segundo ano da revista *Hérodote* já estava sendo preparado, Lacoste realizou uma visita à Martinica, uma das pequenas Antilhas que ainda pertencem à França, assim como Guadalupe. Alexandre Piqueras, o mesmo que o acompanhara no Alto Volta durante a década anterior, convidou o geógrafo para auxiliar em uma pesquisa em Le Lorrain, comuna ao norte da ilha. Todavia, o assassinato do prefeito da localidade e o reforço policial local interditaram as investigações científicas. As circunstâncias levaram Lacoste a passar uns dias numa antiga casa colonial que Piqueras possuía, a poucas dezenas de quilômetros de Fort-de-France, a capital da Martinica. Às margens caribenhas, nasceu *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976), segundo relato presente nas memórias de Lacoste (2018, p. 211-212).

As Antilhas caribenhas se dividem em dois principais conjuntos. As “pequenas”, como Barbados e Granada, e as “grandes”, como Cuba, Porto Rico, Jamaica e Hispaniola. Na metade ocidental dessa última se localizava a antiga colônia francesa de São Domingos, o atual Haiti, descrita por C. L. R. James ([1938] 2010, p. 40) como uma “ilha montanhosa com picos que se elevam a até dois mil metros acima do nível do mar”. Isto porquê o arco insular antilhano emergiu pelo choque entre as placas tectônicas do Caribe, Norte e Sul-Americana. A ocorrência de vulcões, como o Pelée, na Martinica, e de

terremotos, é acompanhada por um relevo pontuado por elevações bruscas, de onde “brotam inúmeros riachos que se acrescentam em rios cujas águas irrigam os vales e as não poucas planícies que repousam entre as colinas”, nas palavras de James.

Na ilha de Cuba, entretanto, o relevo mais escarpado é presente notadamente no sudeste insular, na chamada Sierra Maestra, o centro de um mito questionado por Yves Lacoste no terceiro e último tomo de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). O geógrafo questiona a ideia de que a utilização da Sierra Maestra como base para a guerrilha dos Castro entre 1956 e 1958 fez parte de um plano premeditado. Esse discurso serviu de base para que o francês Régis Debray teorizasse sobre o *foquismo* em *A Revolução na Revolução* (1967), discordando do terrorismo urbano em nome da instalação de um foco cuja irradiação abriria o caminho da revolução. No alvo de Lacoste, a crítica de um *geografismo*: de que uma Montanha rebelde deveria ser contraposta a uma Planície reacionária e tirana.

Para Lacoste (1980a, p. 27), o geografismo é uma alegoria que trata um lugar, uma região, um país – além de outros exemplos – como se fosse um personagem dotado de capacidade de ação, ignorando os verdadeiros atores, como um governo, um grupo ou classe social. O artifício cria a ilusão de que há uma ação unânime de todos os que habitam um território²⁴¹. Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b, p. 15-16), ao abordar o caso do Alto Volta, Lacoste afirma que o país condizia com o geografismo do “subdesenvolvimento” como retratado em geral: aldeias de casas com telhado de sapê, autoridades polígamas sobre o vilarejo, população numerosa, solos empobrecidos, vales desertos onde doenças se disseminavam.

O termo geografismo surge no quinto número da revista *Hérodote*, relativo ao 1º trimestre de 1977, tanto nas palavras de Yves Lacoste como de Michel Foucher, que utilizava o pseudônimo de Thomas Varlin²⁴². Cuba teve total relação com isso, já que uma das temáticas centrais do próprio número era a efeméride dos dez anos da morte de

²⁴¹ Em *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976), Lacoste (idem, p. 69) distingue o espaço como objeto real e como objeto de conhecimento, compreendido através de representações, mas não utilizava ainda a expressão geografismo. O autor se refere a “argumentos de tipo geográfico que impregnam o discurso político”, como Norte e Sul globais (1976, p. 9-10), a “alegorias espaciais” (idem, p. 98,) tais quais de centro e periferia no capitalismo, e a “representações do espaço” que podem ser meios de ação e estão vinculadas a práticas sociais e à espacialidade diferencial (idem, p. 24, 31, 38). As regiões-personagem, herança da tradição lablacheana, também são alvos do autor.

²⁴² Michel Foucher utilizava o pseudônimo de Thomas Varlin (CLAVAL, 2000, p. 246; LACOSTE, 2010, p. 112).

Ernesto Che Guevara na Bolívia, em outubro de 1967, enquanto tentava montar um foco guerrilheiro²⁴³.

No editorial, Lacoste (1977, p. 4) afirma que o mito da Montanha como território de acolhida perfeito para qualquer movimento guerrilheiro se firmou após a revolução de 1959, em Cuba. Deste modo, a própria derrota da estratégia do foquismo guevarista teria, segundo Lacoste (1977, p.3-5), a ver com a falta de uma análise sobre as particularidades geográficas que haviam rondado a vitória dos revolucionários concentrados na Sierra Maestra, em Cuba. Ao projetar a atenção sobre os problemas geográficos na sua interface com a atuação guerrilheira, a geografia se enleava à estratégia. Logo, o mito da Montanha revolucionária deveria ser questionado, para que sua imitação irresponsável na escolha de “teatros de operação” não levasse a mais derrotas por parte dos que lutavam contra o imperialismo²⁴⁴.

Lacoste viajou a Cuba por pelo menos duas vezes, em 1967 e 1973²⁴⁵, nessa última convidado pelo governo cubano por conta da notoriedade alcançada pelas suas denúncias em relação à atuação americana no Vietnã. Todavia, diferente de suas experiências no Alto Volta e no Afeganistão, a viagem não rendeu a imediata publicação de artigos. As reflexões surgiram apenas na *Hérodote*, em 1977, quando Lacoste conceitua pela primeira vez o que é um geografismo:

Fazer um geografismo consiste em considerar lugares e espaços como atores políticos ou econômicos: não se designa com precisão os homens que habitam esses lugares e que são, evidentemente, os verdadeiros atores; eles são evocados indiretamente e de forma muito vaga, são designados apenas os lugares onde se encontram. Certo, se pode dizer que são apenas expressões de estilo. De fato, eles têm, frequentemente, consequências bastante desagradáveis: é o meio clássico de dissimular as contradições de classe existentes entre os homens que habitam o mesmo lugar. Evidentemente, esse não foi o da Sierra Maestra. (LACOSTE, 1977, p. 32)²⁴⁶.

²⁴³ Régis Debray foi preso nesse mesmo país sul-americano alguns meses antes, e libertado apenas em 1973, depois do qual lançou uma de autocritica aos seus próprios escritos sobre o foquismo, teoria que não havia sobrevivido à “crítica das armas” Em 1974 foi lançado em dois tomos o livro “A crítica das armas”, de Régis Debray.

²⁴⁴ Lacoste (1977, p. 6) ressalta o quanto entre 1960 e 1966 houve tentativas de imitação do modelo guerrilheiro castrista na Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia, Brasil, Venezuela e Guatemala.

²⁴⁵ Em sua autobiografia (LACOSTE, 2018), o autor afirma que a primeira visita foi em 1967. No artigo do nº5 da *Hérodote* (LACOSTE, 1977, p. 13) e em *Unidade e diversidade do Terceiro Mundo* (LACOSTE, 1980), o autor sinaliza que sua segunda viagem foi em 1973. Nessa última, foi acompanhado por seu amigo Juan Perez de la Riva, geógrafo franco-cubano, e pode realizar trabalhos de campo na Sierra Maestra, assim como nas cidades de Bayamo e Manzanillo.

²⁴⁶ Tradução de: “Faire un géographisme consiste à considérer des lieux, des espaces comme des acteurs politiques ou des agents économiques : on ne désigne pas avec précision les hommes qui habitent ces lieux et qui sont évidemment les véritables acteurs ; on les évoque indirectement et de façon fort vague, en ne désignant que les lieux où ils se trouvent. Certes; on peut dire que ce ne sont que tournures de style. En fait, elles ont souvent des conséquences assez fâcheuses : c'est le moyen classique de dissimuler les

No mesmo número da *Hérodote*, Thomas Varlin [Michel Foucher], afirma que os *géographismes* são “espécies de evidências espaciais mais ou menos justificadas” que, por serem tão repetidas, causam uma “certa confusão nas representações” (1977, p. 51)²⁴⁷. Em entrevista a Pascal Lorot, Lacoste (2010, p. 104) afirma que o “papel dos geógrafos deve ser de advertir contra a ilusão dos geografismos”²⁴⁸.

Nem tudo são críticas. Para Lacoste, *A Revolução na Revolução* (1967), de Régis Débray, não é apenas uma apologia da revolução cubana, pois deixava de lado o enaltecimento hagiográfico dos heróis guerrilheiros. Todavia, o geógrafo busca uma calibragem da análise de Débray, centrada na estratégia implementada na Sierra Maestra, propondo uma *démarche* geográfica (LACOSTE, 1977, p. 10-11). Ao distinguir que estratégia e tática se diferenciavam pelas escalas de sua abrangência, Lacoste (1977, p. 12) se questiona de por que a Montanha, com “M” maiúsculo, se tornou o “o berço por excelência das guerrilhas”²⁴⁹. O geógrafo questiona se a escolha da Sierra Maestra como teatro de operações foi uma estratégia deliberada de Fidel Castro em dezembro de 1956²⁵⁰, quando seu grupo desembarcou do barco Granma, saído do México no mês anterior.

Yves Lacoste segue inconsistências na própria narrativa oficial cubana. Qual o motivo dos “caminhões” deixados à disposição dos que iriam desembarcar do Granma se a ideia era se direcionar à Sierra Maestra? Se Fidel queria mesmo chegar à Sierra, por que utilizar caminhões, que seriam inúteis em terreno íngreme e florestado? Afinal, o Granma não aportou na região onde a Sierra encontra o mar, e sim a mais de 100 quilômetros a oeste, na região entre *Pilón* e *Niquero*, próxima ao *Cabo Cruz*, e com um atraso de três

contradictions des rapports de classe existants entre les hommes qui habitent un même lieu. Ce ne fut évidemment pas le cas pour la Sierra Maestra.”

²⁴⁷ Como exemplo, Varlin [Foucher] indica a metáfora frequente da Bolívia representada como o “coração do continente” sul-americano, ou seja, tratada como um órgão sensível e vital dessa massa terrestre. A caracterização veio inserida justamente em um artigo em que o autor (VARLIN, 1977, p. 51-52) analisa as causas da derrota de Che Guevara no território boliviano na primavera de 1967. No número duplo 14-15 da *Hérodote* (1979), Michel Foucher possui um texto sobre a “Europa dos professores”, e discorre sobre a “geografia” e os “geografismos”.

²⁴⁸ Ao referir-se ao caso de Cuba e da Sierra Maestra, Lacoste (2010, p. 104) afirma que um geografismo é uma “feição de estilo pela qual a evocação de um conjunto geográfico (montanha, ilha, região...) permite não designar precisamente as forças políticas minoritárias ou majoritárias que, sobre uma certa porção de território, conduzem tal tipo de ação, deixando crer que toda a população participa”.

²⁴⁹ Sobre o tema, o autor indica um artigo publicado no nº 3 da *Hérodote*, onde comenta a obra do teórico da guerra Carl von Clausewitz, motivado pelo livro de Raymond Aron.

²⁵⁰ Na escolha da região cubana Oriente – onde se localiza a Sierra Maestra – na ação de 1956, Castro tinha algumas variáveis em mente. O afastamento em relação à capital, Havana, onde se concentravam as forças policiais e de segurança do regime de Batista. A necessidade de marcar suas diferenças em relação ao movimento oposicionista vinculado aos estudantes da Universidade de Havana, que estavam apelando para táticas terroristas contra o governo (LACOSTE, 1977, p. 14).

dias. Por que o plano simultâneo de uma revolta em Santiago de Cuba liderada por Frank Paes?

Lacoste (1977, p. 20) sugere que a estratégia inicial dos guerrilheiros era tomar Manzanillo e Bayamo, berço das duas revoluções de independência cubanas no século XIX, além de Santiago de Cuba (LACOSTE, 1977, p. 20). Contudo, o malogrado desembarque do Gramna fez com que os remanescentes se reunissem em Los Corrales, à beira da Sierra Maestra, onde passaram a se beneficiar da relação com Crescencio Perez, importante influência política local, que os conduziu às montanhas²⁵¹. Lacoste (1977, p. 8-9) ilustra o processo cartograficamente (Figura 24), através de um mapa reproduzido em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980c, p. 46-47)

O flanco ocidental da Sierra Maestra era palco de profundas tensões sociais entre *precaristas*, camponeses com frágil acesso à terra, e proprietários que buscavam expandir seus domínios. Esse contexto local facilitou a acolhida ao grupo de guerrilheiros. Deste modo, a evocação da Sierra Maestra como a “Montanha ideal, um arquétipo de todas as montanhas” ignora as características particulares da região que abrigou os guerrilheiros para Lacoste (idem, p. 32-33). Se tratava de um “discurso ideológico à base de geografismos” (LACOSTE, idem, p. 30).

A análise de Lacoste (1977) sobre o geografismo da “Montanha revolucionária” é aprofundada no terceiro tomo de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980c). O flanco ocidental da Sierra Maestra não é tratado como o palco essencial da guerrilha castrista. O verdadeiro núcleo que serviu de trampolim para que o grupo guerrilheiro tomasse o poder foi o alto vale do Yara, um dos rios que repousam sobre a vertente noroeste da Sierra Maestra, ao lado de outros cursos d’água como o Jibacoa. O Alto Yara foi o genuíno *foco*.

²⁵¹ Segundo Lacoste (idem, 1977, p. 22-25), tempestades adiaram a chegada para o dia 2 de dezembro. Cercados pelas forças do regime – inclusive a aviação – ocorreu o desastre de Alegria de Pio, com a dispersão dos combatentes. A dúzia de homens que não foram presos ou mortos se reuniram em *Los Corrales*, perto de *Pilón*, em 13 de dezembro, à beira da Sierra Maestra, atingida não por uma estratégia deliberada, mas pelos episódios que envolveram a chegada e a repressão pelo governo cubano.

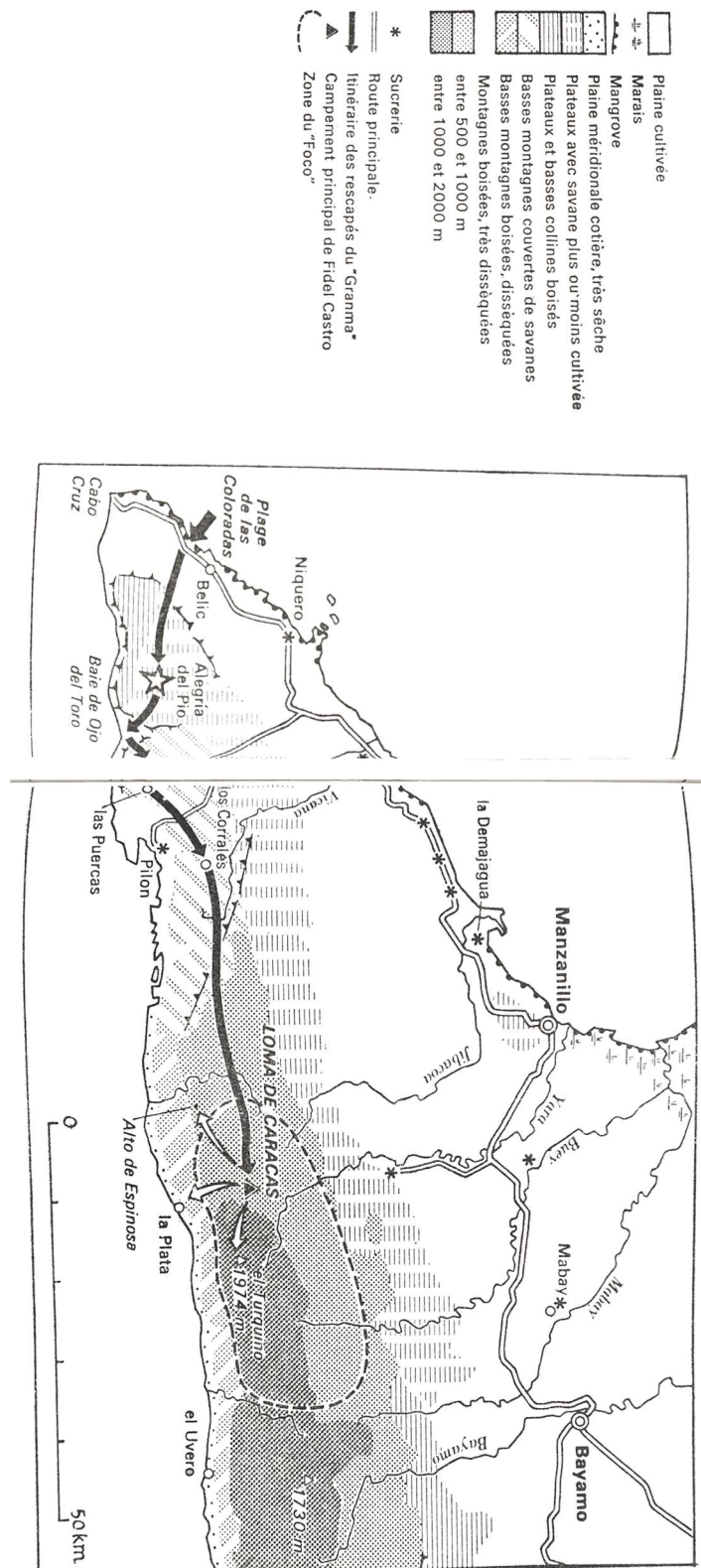


Figura 24: Desembarque do Gramma e deslocamento dos seguidores de Fidel Castro entre dezembro de 1956 e janeiro de 1957. (LACOSTE, 1980c, p. 46-47; 1984, p. 404-405).

Lacoste (1980c, p. 60) afirma que desde o século XVI, haviam sido desenhadas e concedidas “mercedes” na ilha de Cuba, ou seja, propriedades coloniais de forma circular. Os espaços vazios entre essas concessões eram os chamados “realengos”, onde posseiros realizavam suas atividades agrícolas, funcionando como um amortecedor do crescimento populacional. Na bacia hidrográfica do rio Yara, os antigos realengos haviam se tornado um grave problema agrário e político a partir da década de 1920. Os proprietários do baixo vale avançavam, empurrando os “precaristas” para o alto vale do Yara, localizado no flanco noroeste da Sierra Maestra (idem, p. 60-63)²⁵². Lacoste (idem, p. 65) ressalta que a região mantinha importante influência urbana, dada a proximidade com Bayamo e Manzanillo, diferente do que propagandeavam as “descrições líricas da guerrilha”, voltada à floresta e ao rural.

Yves Lacoste conheceu o oriente cubano e a Sierra Maestra em sua segunda viagem à ilha, em 1973, novamente acompanhado por Juan Pérez De La Riva²⁵³. Na década anterior, a região havia sido intensamente percorrida por geógrafos cubanos, sob comando do governo, principalmente após a passagem do ciclone Flora, que devastou o oriente de Cuba em 1963²⁵⁴ (Figura 25). Segundo Richard Gott ([2004] 2006, p. 11), que visitou a ilha naquele mesmo ano, o “Flora arrasara a colheita de café, destruíra casas e terras cultivadas e provocara muitas mortes”, sem contar que “[r]odovias, estradas de ferro e pontes haviam sido varridas do mapa”.

Como consequência da devastação causada pelo Flora, Fidel Castro havia ordenado que todos os geógrafos integrantes da Escola de Geografia de Havana, destinada à formação de professores escolares, realizassem uma investigação na Sierra Maestra, que durou até 1967 (LACOSTE, 1980c, p. 69). Yves Lacoste afirma ter tido contato com os resultados dessas pesquisas em 1973, mas os relatos não indicavam algo central para as suas conclusões: a especificidade do alto vale do rio Yara como o verdadeiro foco guerrilheiro entre 1956 e 1958, e não uma Montanha revolucionária abstrata.

²⁵² O flanco nordeste não era objeto do mesmo processo pois muitos dos posseiros buscavam migrar para Santiago de Cuba, importante cidade próxima e litorânea (LACOSTE, p. 60-63).

²⁵³ Yves Lacoste conheceu principalmente a região ocidental da ilha cubana durante sua primeira viagem a Cuba, na virada entre 1967 e 1968, acompanhado por De La Riva (LACOSTE, 2010, p. 102). Nessa extremidade insular se encontra a própria Havana, em posição oposta à Sierra Maestra, localizada no oriente cubano, que Lacoste percorreu apenas em sua segunda viagem à ilha, em 1973.

²⁵⁴ Lacoste (1980c, p. 27) afirma que a temporada de ocorrência desses fenômenos se dá entre junho e novembro na ilha, e o Flora, que se estendeu no início de outubro daquele ano, foi o pior a atingir Cuba desde que o século XX havia começado, trazendo cerca de 1750 mm de chuva no centro da região em apenas cinco dias.

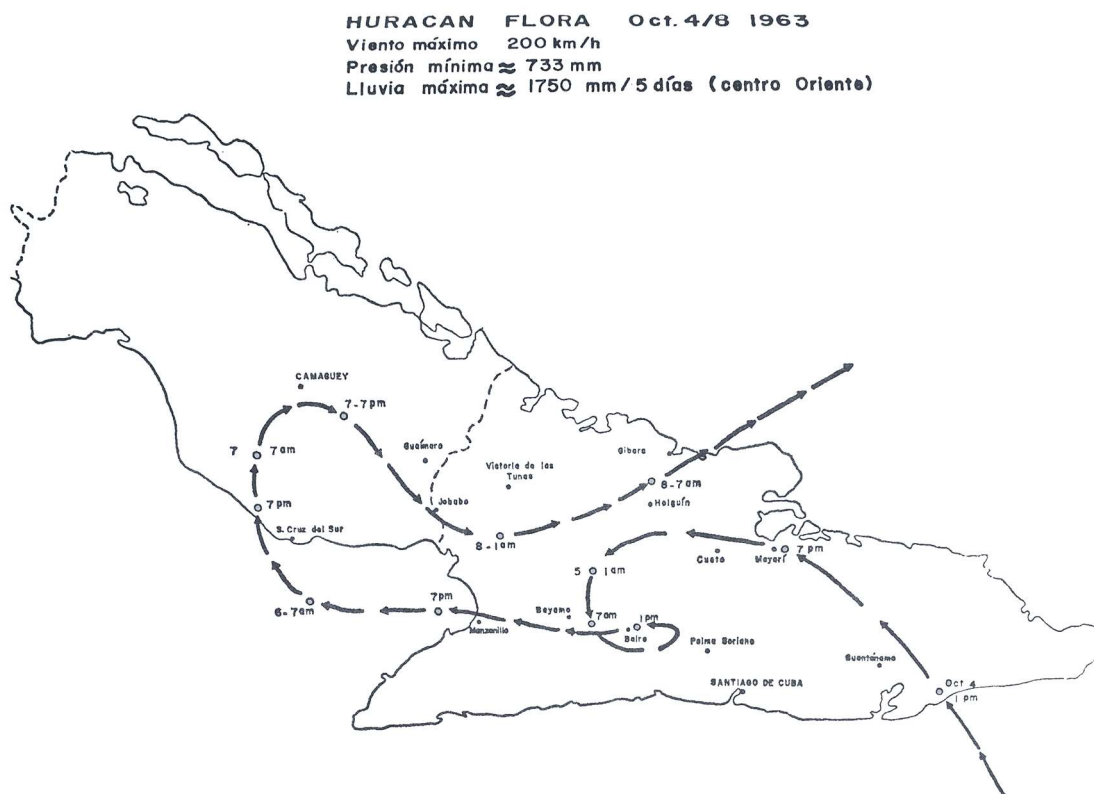


Figura 25: Trajetória do ciclone Flora (outubro de 1963) (LACOSTE, 1980c, p. 73; 1984^a, p. 431).

Lacoste (1980c, p. 80) critica a *Geografía de Cuba* (1963), de Antonio Nuñez Jiménez, onde a Sierra Maestra é vista apenas do ponto de vista de sua geografia física e dos locais de combate guerrilheiro, e não da localização do foco de onde se consolidou a base da rebelião. Deste modo, as características geográficas específicas desse última – com suas “zonas refúgio” – ficavam obscurecidas em nome de uma Sierra Maestra inteira em luta contra a “tirania”²⁵⁵. O geógrafo destaca o quanto o alto vale do Yara significava a “intersecção entre diversos conjunto espaciais”, o que havia gerado sua singularidade (Figura 26).

²⁵⁵ Gott ([2004] 2006, p. 13) afirma que Nuñez Jiménez foi “o professor guerrilheiro que iniciou Guevara nos problemas da geografia peculiar de Cuba”. Além disso, Nuñez Jiménez foi o principal autor da lei da reforma agrária, além de ter sido nomeado por Fidel Castro como diretor do Inra (Instituto Nacional da Reforma Agrária), “que logo se tornaria o quartel-general do governo revolucionário”, abrangendo desde setores vinculados ao comércio, à indústria ou à organização de milícias paraestatais.

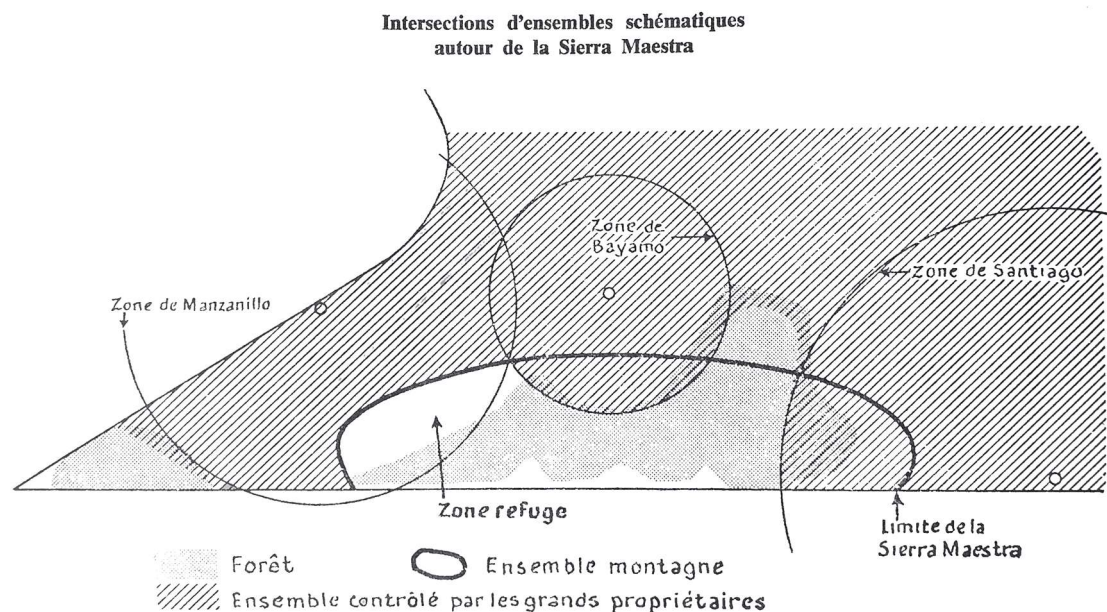


Figura 26: Mapa das interseções de conjuntos espaciais na Sierra Maestra (LACOSTE, 1980c, p. 82; 1984a, p. 440).

Todavia, para se debruçar sobre a especificidade do alto vale do Yara, a aposta de Lacoste, o autor discorre sobre a especificidade de Cuba, tanto no seio da América Central como da América Latina como um todo, além das suas relações com os Estados Unidos. É impossível compreender a abordagem do geógrafo em relação a Cuba sem discorrer rapidamente sobre a sua relação com Juan Perez De La Riva, companhia essencial em suas duas viagens à maior ilha caribenha.

Para além da questão da Sierra Maestra, uma curiosa divergência entre os casos de Cuba e Vietnã ronda análise de Lacoste, reiterada constantemente (LACOSTE, 1980c, p. 15, 31, 85). Em primeiro lugar, os Estados Unidos não possuíam interesses econômicos tão evidentes no Vietnã, mas isso não impediu uma guerra. Em Cuba, após a virada para o socialismo entre 1960 e 1961, os bens de cidadãos norte-americanos foram confiscados, mas nunca ocorreu uma intervenção militar massiva. Por quê? O questionamento sobre as razões dessa experiência oposta é o pano de fundo que paira na seção sobre Cuba do terceiro tomo de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980b), incentivando uma busca sobre as especificidades da formação de Cuba no que diz respeito à América Latina.

O modelo de *plantations* – latifundiário, monocultor e escravista – foi implantado na maior ilha caribenha tardiamente, impulsionado por dois acontecimentos principais (LACOSTE, 1980c, p. 17-18). A Revolução Americana, que fez com que os revoltosos enxergassem em Cuba uma alternativa ao açúcar das Antilhas Britânicas, e a Revolução

Haitiana, que levou à fuga de muitos proprietários da colônia francesa de São Domingos, estabelecendo-se do outro lado do *Paso de los Vientos*.

O contexto das guerras de independência, o espectro da revolta de cativos são os fatores que Lacoste (idem, p. 18) aponta como causas da elite cubana ter preferido manter-se atada à Espanha, sem romper com a metrópole. Junto com o Brasil, Cuba se mantinha como uma das áreas onde a escravidão mais tinha força. Enquanto a luta pela abolição do tráfico negreiro ganhava força simultaneamente:

Confundem-se na origem do movimento os progressos iluministas da consciência humana e a inspiração religiosa de abolicionistas como Wilberforce com os prosaicos interesses exportadores de negociantes e o temor que a concorrência do Brasil e de Cuba, baseada na mão de obra escrava, provocava nos semiarruinados plantadores de cana-de-açúcar das Antilhas. (RICUPERO, 2017, p. 127).

Enquanto isso, toda a América Espanhola continental foi arrastada para uma era de independências nas primeiras décadas do século XIX, em meio às guerras napoleônicas (RAFFAELLI, 2018). Apenas duas das grandes antilhas, Cuba e Porto Rico, mantiveram-se sob controle espanhol, enquanto a antiga América Portuguesa unificava-se como um Império do Brasil a partir de 1822. Para Lacoste, os movimentos políticos cubanos viram nos Estados Unidos como possível alavanca a ser acionada contra o velho império espanhol e decadente²⁵⁶, com a bandeira texana servindo de inspiração para o estandarte que tremulava na 1ª Guerra de Independência (1868-1878), por exemplo. A independência da ilha, conquistada em 1898 em meio à Guerra Hispano-Americana, inaugurou “uma nova etapa da dependência de Cuba”, dessa vez em relação aos Estados Unidos (Ibidem, p. 19-22).

Raymond Aron ([1983] 2018, p. XXXVI) afirma que a “zona do Caribe e a América Central foram historicamente uma zona imperial na medida em que os Estados Unidos, sem incluírem aqueles pequenos países em sua zona de soberania, deram-se o direito de empregar a força militar para neles defenderem interesses econômicos”. O sociólogo francês recusa a ideia de que os Estados Unidos tenham exercido uma dominação imperial sobre a América Latina, ressaltando a especificidade centro-americana e caribenha.

²⁵⁶ Com o fim da escravidão, em 1880, a derradeira estratégia da metrópole para organizar uma vasta mão de obra na ilha foi fomentar a imigração de espanhóis. O grande fluxo continuou mesmo depois da independência. Segundo Lacoste (1980c, p. 60), aproximadamente 1,2 milhão de espanhóis migraram para Cuba entre 1902 e 1931. Entre o ano da independência e da revolução castrista, em 1959, a população saltou de 1,2 milhão para 7 milhões (idem, p. 22).

Yves Lacoste rejeita o argumento oficial do governo cubano pós-1959 de uma longa dominação neoimperial norte-americana a partir da independência da maior antilha caribenha. Por exemplo, para o geógrafo francês, um “new deal” nas relações entre Estados Unidos e Cuba se deu com a chegada de Franklin Delano Roosevelt ao poder, em 1933 (idem, p. 22-24). O governo americano abandonou o apoio ao ditador Gerardo Machado e revogou a Emenda Platt, um dispositivo constitucional de 1902 que permitia aos Estados Unidos intervir facilmente na política cubana²⁵⁷. A base na Baía de Guantánamo foi a única concessão da qual Roosevelt não abriu mão. Sobre esse movimento, Lacoste (idem, p. 23) destaca, em nota, que:

É geralmente passado em silêncio nos livros que tratam de Cuba e que tendem a dar uma visão sem nuance nem contradição do imperialismo americano. Entretanto, como nós veremos, as contradições, ao menos no plano político, representaram um papel relativamente importante.

A influência do geógrafo franco-cubano Juan Pérez De La Riva é considerável na abordagem de Yves Lacoste sobre a realidade cubana. De La Riva foi o encarregado de servir como anfitrião, guia e tradutor de Yves Lacoste, em sua primeira viagem a Cuba, entre 1966 e 1967²⁵⁸, e tornaram-se “profundamente amigos” (LACOSTE, 2010, p. 103), acompanhando novamente o geógrafo francês em sua segunda viagem à ilha, em 1973. A trajetória de vida de De La Riva é descrita por Lacoste em diversas ocasiões²⁵⁹ e ilustra a especificidade da história política cubana no que diz respeito à América Latina, uma preocupação do geógrafo em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980).

Juan Pérez De La Riva Pons nasceu em Biarritz, em 1913, na França, neto de um ex-Governador Geral de Cuba e de um industrial americano do setor calçadista. Em Cuba, foi preso por protestar contra a ditadura de Gerardo Machado (1925-1933), exilando-se na França, onde graduou-se em geografia e história, em Grenoble. Gott ([2004] 2006, p. 156-157) afirma que a oposição ao regime machadista incluía tanto o *Directorio*

²⁵⁷ Além disso, Washington passou a aplicar uma política de manutenção de preços altos na compra do açúcar cubano, fato destacado também por Arechavaleta (2018, p. 41), criando uma reserva de mercado para essas importações nos Estados Unidos, assim como Cuba mantinha os fornecedores americanos como os preferenciais em suas importações.

²⁵⁸ Yves Lacoste esteve em Cuba pela primeira vez entre dezembro de 1967 e janeiro de 1968, convidado para participar do Congresso Cultural de Havana. O geógrafo integrava uma comitiva composta principalmente por intelectuais, como o poeta martinicano Aimé Césaire e o escritor argentino Júlio Cortázar. Em entrevista a Pascal Lorot, Lacoste (2010, p. 100-101) afirma que o contexto não tinha nada de triunfalista, dada a morte de Che Guevara poucos meses antes do evento, episódio sobre o qual muito ainda era incerto.

²⁵⁹ Vide Lacoste (1977, p. 138-143; 1980c, p. 38; 2010, p. 112; 2018, p. 151-152). No número 5 da revista *Hérodote*, relativo ao 1º trimestre de 1977, consta um texto de homenagem escrito por Yves Lacoste a Juan Pérez De La Riva, que viveu em Cuba até sua morte, em 1976.

Estudiantil, que emergiu entre “[e]studantes mais radicais, de orientação abertamente socialista”, e abraçou uma “campanha de violência, terrorismo e assassinatos” quanto o chamado *ABC*, que “tinha conscientemente por base o programa fascista italiano de 1919, formando uma direita radical hostil aos Estados Unidos e adepta do lema “primeiro, os cubanos”²⁶⁰.

Arechavaleta ([2017] 2018, p. 22-23) afirma que a oposição radical a Machado era formada tanto pelo Directorio Estudiantil e pelo ABC como por comunistas, grupos feministas e sindicais, resultando em uma “nueva generación de políticos revolucionários”²⁶¹. Simultaneamente, a insatisfação nos quartéis contra os oficiais superiores cristalizou a liderança do sargento Fulgêncio Batista, que manteve influência direta sobre todos os governos entre 1934 e 1940. De La Riva retornou a Cuba nos anos seguintes, pois a brutalidade da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) se expressou na prisão da esposa, uma professora escolar de origem judaico-polonesa. A libertação desta última levou o casal a fugir para o Caribe.

Donghi (2006, p. 291-292) afirma que o movimento sindical fortaleceu-se sob Batista, através da aproximação com os comunistas, mas seu apoio na classe média não era muito amplo, acusado de ter se reconciliado com elementos do antigo regime machadista. Antes ainda do retorno do regime constitucional, em 1940, Fulgêncio Batista percebeu a necessidade de modificar a “concepción autoritaria represiva” que vinha sendo aplicada no sentido de uma “estructura populista corporativa” (Arechavaleta, 2018, p. 42). Gott (2006, p. 168) afirma que a Constituição cubana de 1940 possuía “um forte conteúdo social-democrata”:

[...] os trabalhadores ganharam o direito constitucional à jornada de trabalho de 8 horas, à semana de 44 horas e a um mês de férias remuneradas, e ainda pensão, previdência social obrigatória e indenização por acidente; a liberdade de associação e o direito de voto em eleições e referendos foram concedidos a todos os adultos com mais de 20 anos; e as mulheres ganharam pela primeira vez o direito de votar.

Na mesma toada, “os movimentos políticos que tinham por base conotações raciais foram especificamente proibidos”, ao mesmo tempo em que nos Estados Unidos

²⁶⁰ Gott ([2004] 2006, p. 157) afirma que “[s]ua coloração fascista era indicada pelo plano de tirar o direito de voto dos analfabetos, o que em Cuba visava inevitavelmente excluir os negros. Ninguém jamais revelou o que queria dizer ABC, mas os comunistas, com alguma justiça, diziam tratar-se de Asociación Blanca de Cuba”.

²⁶¹ A “Política da Boa Vizinhança” do democrata Franklin D. Roosevelt, no poder a partir de 1933, significou o fim do apoio ao regime de Machado. No verão, enquanto uma “greve geral com matizes insurreccionais” se difundia, Machado fugiu para as Bahamas, abrindo espaço para a “primeira revolução cubana do século XX” (GOTT, 2006, p. 158).

vigoravam leis de segregação racial. Além disso, a obrigatoriedade de 8 anos de escolaridade para todas as crianças foi instituída (GOTT, 2006, p. 168).

Sobre as décadas seguintes à Política da Boa Vizinhança e ao fim do regime machadista, Lacoste retrata uma ilha com índices socioeconômicos muito acima da média latino-americana e próximos de nações europeias. Sem deixar de ressaltar a força da “dominação neoimperialista” (idem, p. 28) dos Estados Unidos, Lacoste afirma que essa influência também se traduzia “pela importância do papel da imprensa e uma relativa liberdade de expressão”, enquanto o cotidiano dos cubanos era preenchido por uma vida político “movimentada e complicada” (idem, p. 30).

Lacoste se debruça sobre a ascensão e queda de Fulgêncio Batista, comumente apresentado, segundo o geógrafo, como “fantoche neoimperialista, instrumento das grandes empresas estrangeiras e a da oligarquia autóctone”. A reprodução dessa versão, principalmente após 1959, se conformava ao “esquema clássico de análise do imperialismo” (idem, p. 86). Lacoste insere nessa equação elementos que a afastam da simplicidade, buscando compreender a causa de os Estados Unidos não terem realizado nenhuma intervenção em larga escala no país após o regime de Fidel Castro se afastar de Washington? Em primeiro lugar: Lacoste defende a posição de que Washington via com bons olhos a guerrilha de Fidel Castro, pelo menos desde o seu início, em 1956, até pouco depois da tomada ao poder, em 1959.

Em 24 de fevereiro de 1957, o New York Times publicou uma matéria simpática aos guerrilheiros castristas, após a estada do jornalista Herbert Matthews na Sierra Maestra, louvando que não eram comunistas, que inclusive eram hostis ao grupo. Alguns meses mais tarde, Fidel Castro foi entrevistado em uma reportagem emitida pela CBC. Além disso, a partir do verão de 1957, Earl Smith assume como embaixador americano em Cuba, um homem hostil a Fulgêncio Batista. Não é por menos que em 13 de março de 1958, os Estados Unidos declaram um embargo na venda de armas à ilha (LACOSTE, idem, p. 86), fato também destacado por Donghi (1975, p. 292).

Posteriormente, Lacoste (2010, p. 108) afirmou que a utilização da “metáfora geografista da Montanha vitoriosa” teve um propósito bastante útil durante a tomada do poder pela guerrilha castrista no despertar de 1959. O objetivo era esconder, por um lado, a relação de animosidade vigente entre o governo de Fulgêncio Batista e os Estados Unidos e, por outro, a complacência do governo americano em relação à tomada do poder por Fidel Castro. Para além do questionamento ao mito da Sierra Maestra, a argumentação de Lacoste em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980c) sobre Cuba se volta

principalmente para o debate sobre a era de Batista no poder, sua relação com a esquerda cubana, muitas vezes de apoio, notadamente dos comunistas, e a trajetória da relação de Castro com os americanos: da benevolência ao rompimento.

Para explicar o seu raciocínio, Yves Lacoste rastreia a “complexidade do jogo político cubano” desde o entreguerras, onde já se manifestava a força dos sindicatos e um dos partidos comunistas mais poderosos da América Latina. Em um fato esquecido pela “quase totalidade dos discursos e análises sobre Cuba”, o geógrafo recorda que Batista foi eleito em 1940 como um dos primeiros governos do mundo – para além da União Soviética – a integrar comunistas. Lacoste ressalta que esse apoio se dava no clima da “frente antifascista”, em plena 2ª Guerra Mundial (1939-1945), ainda mais com a presença em Cuba de tantos espanhóis, pouco depois da guerra civil que havia dilacerado o país entre 1936 e 1939 e imposto o general Francisco Franco no poder. A década foi marcada pela Constituição de 1940, e ações progressistas no que diz respeito à legislação trabalhista e educação.

Túlio Donghi (2006, p. 291-292) afirma que Fulgêncio Batista aceitou sua derrota nas eleições de 1944, quando Grau San Martín, do Partido Revolucionário Autêntico, venceu o pleito, elegendo ainda seu sucessor, Prío Socarras, em 1948. Escândalos de corrupção estimularam a oposição do Partido Ortodoxo, “cuja campanha moralizadora encontra vasto eco” no rumo das eleições de 1952. A campanha foi interrompida, entretanto, pelo golpe militar que inaugurou uma ditadura comandada por Batista, novamente presidente através de “eleições plebiscitárias” em 1954. De todo modo, os ortodoxos continuaram expressando “a opinião das classes elevadas e daquelas médias urbanas”, ambiente do qual partiu a resistência de Fidel Castro à nova ditadura de Batista, também influenciado pelo meio universitário.

Lacoste estava atento ao golpe de Batista em 1952. O geógrafo afirma que Fidel Castro denunciou a violação da constituição, na época como “membro do Partido ortodoxo, partido de direita violentamente anticomunista, preocupado sobretudo com a legalidade e a luta contra a corrupção” (LACOSTE, *idem*, p. 89). Enquanto um plano de industrialização era colocado em marcha, a luta entre a máfia e o regime se tornava cada vez mais sangrenta, com Batista organizando uma violenta polícia paralela que se chocava com os gângsters. O “estilo espetacular” da disputa explicaria, segundo Lacoste, as operações castristas dos anos seguintes, vistas com bons olhos pelos Estados Unidos por conta de sua oposição a Batista.

Todavia, a partir do momento em que os novos donos do poder decretaram a reforma agrária de 17 de maio de 1959, ferindo tanto a oligarquia local como empresas norte-americanas, o cenário mudou completamente de figura. Em 1961, o regime declarava-se abertamente “marxista-leninista” e se aproximava da União Soviética estreitamente. Donghi (1975, p. 321) destaca que a ilha caribenha passou a depender profundamente dos soviéticos, tanto economicamente como militarmente. A aliança exigia compensações: em 1968, Havana apoiou Moscou durante a intervenção na Tchecoslováquia e no ápice da tensão com a China, um ano depois.

Dentre as razões para que uma intervenção americana não tenha ocorrido estavam: Washington esperava que um bloqueio econômico enfraquecesse o regime e sabia que uma agressão ao território cubano pioraria a imagem da superpotência aos olhos preciosos das nações latino-americanas (LACOSTE, 1980c, p. 91). Ao analisar a alta interferência militar americana no Vietnã e a diferença em relação ao trato de Cuba, Lacoste insiste o quanto a dimensão econômica não determina o imperialismo.

A influência de De La Riva sobre Yves Lacoste ultrapassa os conhecimentos em relação à geografia de Cuba e a questão do geografismo Montanha versus Planície. Em suas memórias, Lacoste relata – com mais detalhes que na entrevista a Pascal Lorot – o quanto a marginalização da ciência geográfica na ilha, reproduzindo a abordagem soviética, havia atingido profundamente De La Riva. Lacoste (2018, p. 155-156) afirma ter sido nessa ocasião que teve contato com o fato de que, depois do Pacto Hitler-Stálin, de agosto de 1939, e do início da guerra entre a Alemanha Nazista e a União Soviética, em junho de 1941, a geopolítica havia sido banida por Moscou, e a geografia desidratada em nome apenas dos conhecimentos físicos²⁶².

É possível se questionar se a insistência de Lacoste em questionar o geografismo da Montanha revolucionária não esteja justamente relacionado a mostrar que o mesmo regime cubano no qual a geografia era marginalizada sob os auspícios soviéticos era aquele em que um mito eminentemente geográfico era arquitetado como fato inquestionável: Montanha versus Planície. Todavia, as vicissitudes da política externa cubana em relação à África, ao fim dos anos 1970 também poderia estar sob enfoque, já que, ao início de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980, p. 8), Lacoste fala sobre “dramas novos”, como a atuação dos soldados cubanos na África em relação aos rebeldes eritreus.

²⁶² Yves Lacoste denunciou em diversas ocasiões a proscrição da geopolítica pelos soviéticos. Vide LACOSTE (1990, p. XIV).

A Revolução dos Cravos, em abril de 1974, detonou o desmonte final do império português, há anos envolvido em guerras de libertação em Moçambique, Guiné-Bissau e Angola, onde diferentes facções disputavam o poder que viria no pós-independência. Como afirma Gott (idem, p. 284), Havana escolheu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto, enquanto a Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA) recebia patrocínio da China de Mao Tsé-tung, do Zaire de Mobutu Sese Seko e dos Estados Unidos. A Unita (União Nacional para a Libertação de Angola), a terceira força, era dirigida por Jonas Savimbi, apoiada pela África do Sul, do Apartheid. Sem apoio inicial de Moscou, Cuba enviou cerca de 4 mil soldados para Angola até o fim de 1975, sendo essenciais na vitória do MPLA (GOTT, idem, p. 287).

As próximas e incertas cartadas seriam dadas no Chifre da África, onde a tudo parecia mais volátil. A Somália era governada por Siad Barre desde 1969, e havia se posicionado na esfera soviética, cedendo a Moscou a base naval de Berbera. A Etiópia do imperador Hailé Selassié “era aliada próxima dos Estados Unidos e abrigava várias bases militares norte-americanas” (GOTT, idem, p. 289).

Todavia, a queda de Selassié em 1974 abriu espaço para ascensão de Mengistu Mariam, em fevereiro de 1977, através de um golpe militar. O pomo da discórdia das relações somali-etíopes, a soberania sobre a região de Ogaden, voltou aos palcos. A Somália de Siad Barre abandonou a aliança com a União Soviética, aproximando-se de Washington, enquanto a Etiópia de Mariam tornava-se o novo satélite do Leste na região. Em julho, a guerra entre os dois países começou, e “[c]erca de 24 mil soldados cubanos ficaram posicionados na Etiópia ao longo de um período de dois anos”, sendo estratégicos para a contraofensiva do país. Nessa atitude, a grande contradição tinha um nome: Eritreia:

A Frente Popular de Libertação da Eritreia, que defendia a separação da Etiópia, vinha sendo apoiada por Cuba desde 1970, e agora o sucesso de Mengistu em Ogaden o habilitara a voltar sua atenção para submeter a resistência. Ninguém pediu aos soldados cubanos que lutasse contra os eritreus, mas a presença deles na fronteira somali, fazendo a guarda contra as tropas de Siad Barre, era de considerável utilidade para Mengistu, permitindo-lhe transferir tropas em segurança para a frente eritreia ao norte (GOTT, idem, p. 293).

A apreensão de Lacoste em relação ao posicionamento cubano em um conflito entre nações do Terceiro Mundo pode ter favorecido a sua crítica à utilização do geografismo Montanha-Planície pela narrativa oficial do governo cubano. Todavia, o geógrafo percebe que esse tipo de confrontação metafísica entre tais contornos territoriais não ficou restrito ao caso cubano, se manifestando também na Argélia.

3.4 Argélia: a Grande Cabília revisitada

A Grande Cabília é uma zona montanhosa localizada a leste de Argel, entre o Mediterrâneo e a cadeia do Djurjura. Yves Lacoste e Camille Lacoste-Dujardin se atraíram pela região quando viveram na futura capital argelina, entre 1952 e 1955. Lacoste escolheu a Grande Cabília como sujeito de uma futura tese sobre geomorfologia, enquanto Dujardin resolveu pesquisar sobre os berberes cabila. No caso do geógrafo, o projeto foi interrompido pelo seu retorno à França, mesmo que uma série de observações acerca do relevo da Grande Cabília estejam também presentes em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980). A etnóloga, entretanto, manteve a cultura dos berberes cabila como seu objeto de pesquisa durante toda a vida.

A seção de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980c) dedicada à Argélia e à Grande Cabília (Figura 27) inicia com a crítica a um argumento forjado por geógrafos da escola francesa tradicional, que serviu para os defensores do colonialismo francês na África do Norte. Yves Lacoste (1980c, p. 114-115) acusa Gautier de insistir em uma oposição metafísica entre “gêneros de vida” no Maghreb, desenhando entidades antagonistas entre as montanhas, superpovoadas de berberes, e as planícies, esvaziadas pelas incursões árabes desde a Idade Média. O Nômade – maiúsculas de Lacoste – seria o árabe, um invasor, e o cabila representaria o Sedentário, aliado natural da França. A montanhosa Grande Cabília, um dos berços do movimento nacional argelino, além de foco da guerra de libertação que durou entre 1954 e 1962, seria o protótipo principal dessa tese.

Émile Gautier se baseou no historiador maghrebino Ibn Khaldun (1332-1406) para forjar seu argumento, contraposto por Yves Lacoste com a obra do próprio Ibn Khaldun. Lacoste afirma que Khaldun observava a realidade política através da cisão entre o campo e a cidade, e não por conta do nomadismo ou sedentarização dos grupos. Para Khaldun, nas zonas rurais havia uma maior solidariedade e coesão tribal, enquanto nas cidades diminuía o grau de *asabia*, uma espécie de motor da existência do Estado, fazendo com que as autoridades políticas estivessem sempre sendo derrubadas e substituídas, criando ciclos.

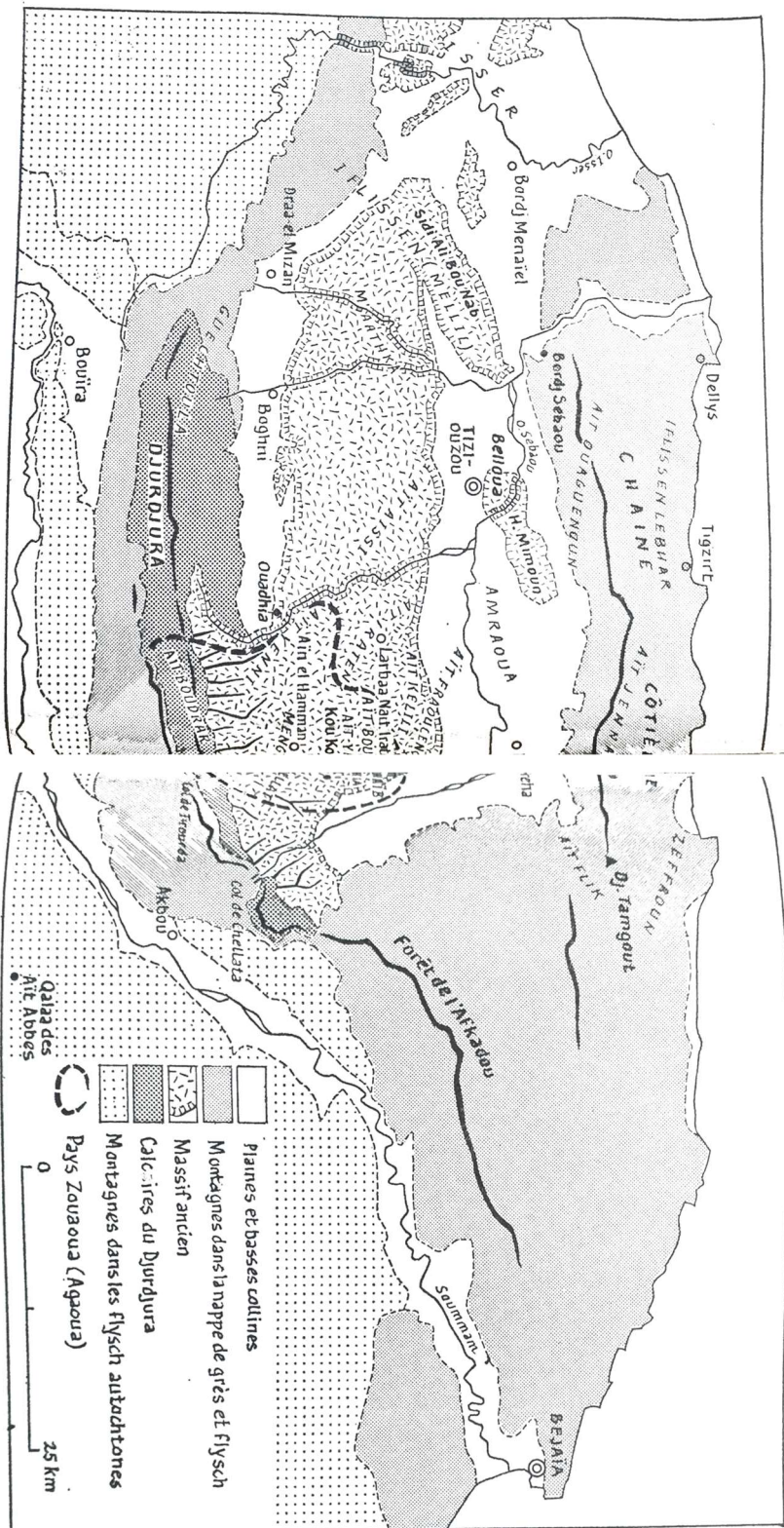


Figura 27: Mapa geomorfológico da Grande Cabília, indicando a localização da zona de povoamento zuaua (agaua). (LACOSTE, 1980c, p. 118-119; 1984, 476 -477).

O contato de Yves Lacoste com a obra de Khaldun vinha do seu período como professor em Argel, entre 1952 e 1955. O primeiro fruto foi a publicação do artigo “La

grande œuvre d'Ibn Khaldoun”, que o autor representava como uma abordagem “racionalista” e “progressista”, mesmo que atravessada por influências de traços religiosos (LACOSTE, 1956b, p. 10-11, 33).

Ibn Khaldun nasceu em Túnis, em uma família andaluz exilada pela *Reconquista*. A juventude de estudos ocorreu em várias cidades do Maghreb, como Fez, no Marrocos. A biografia de Ibn Khaldun foi completamente influenciada pelo contexto de fragmentação político-territorial na região, com uma economia urbana em decadência e mercenários sendo recrutados em massa dentre os nômades do interior. Era um estado de guerra crônica. Segundo Lacoste (1956b, p. 13):

Ele tentará primeiro encontrar um lugar para si mesmo por meio de intrigas políticas. Desde os seus vinte anos, ele se implica em toda sorte de conspirações de corte, deixa inescrupulosamente tal soberano para se colocar à disposição de um rival cujas chances são maiores. Assim, depois de ter deixado o soberano de Túnis, ele passa ao serviço do sultão de Fez, depois ao rei de Granada, se torna primeiro-ministro de Bugia, e posteriormente de Tlemcen, até retornar a Fez. Embora Ibn Khaldun, um verdadeiro precursor de Maquiavel, tenha demonstrado extrema habilidade neste tabuleiro de xadrez político muito complexo, ele logo percebeu que o gênio para a intriga não era suficiente e que ele precisava, para alcançar seus objetivos, de uma força material²⁶³. (LACOSTE, 1956b, p. 13).

Aos 34 anos, esse “verdadeiro precursor de Maquiavel”, se torna um *condottiere*, recrutando mercenários, participando de batalhas e dividindo o butim. Entre 1374 e 1378, se refugiou na fortaleza de *Kalan ibn Selama*, na atual Argélia, onde escreveu parte de suas obras, antes de retornar como professor a Túnis e no Cairo “a grande metrópole intelectual do islã”. Para Lacoste (1956b, p. 17-18), Ibn Khaldun se dedicou a pesquisar as causas profundas da fragmentação político-territorial da unidade árabe-muçulmana, gerando divisões políticas com “uma certa autonomia e originalidade”, constituíam “as primeiras pedras dos edifícios de futuras culturas nacionais”. Lacoste afirma, inclusive, que Ibn Khaldun servia como um dos “recursos nacionais” no Maghreb, na época às voltas com a luta pela independência, notadamente na Argélia (LACOSTE, idem, p. 10-11, 33)²⁶⁴.

²⁶³ Tradução de “Il va d’abord essayer de se faire une place par l’intrigue politique. Dès sa vingtième année, il trempe dans toutes les conspirations de cour, quitte sans vergogne tel souverain pour se mettre à la disposition d’un rival dont les chances sont plus grandes. Ainsi après avoir quitté le souverain de Tunis, il passe au service du sultan de Fes, à celui du roi de Grenade, devient premier ministre du royaume de Bougie, puis de Tlemcen, pour se retrouver à Fes. Bien qu’Ibn Khaldun, véritable précurseur de Machiavel, fasse preuve d’une extrême habileté sur cet échiquier politique fort complexe, il se rend bientôt compte que génie de l’intrigue ne suffit pas et qu’il lui faut, pour arriver à ses fins, une force matérielle. (LACOSTE, 1956, p. 13).

²⁶⁴ O historiador árabe produziu uma verdadeira cosmografia, que incluía conhecimentos de economia, pedagogia, retórica, química, álgebra, agricultura, medicina, arquitetura, urbanismo, estética, direito e arte militar. A “concepção sintética” de Khaldun permitiu uma “explicação geral dos fenômenos políticos, econômicos e sociais”, acompanhados em pleno movimento (LACOSTE, 1956b, p. 19). No contexto da

O núcleo das teorias de Ibn Khaldun é o conceito de *assabyia*, interpretado por Lacoste (1956b, p. 21-24) como “*l’esprit de corps*”, uma “solidariedade de grupo”, enquanto Hourani (2006, p. 17) o decifra como “um espírito corporativo voltado para a obtenção e manutenção do poder”. A teoria de Khaldun desenha um ciclo. Um Estado decadente é conquistado por uma confederação de tribos nômades, e centraliza o poder, criando um aparato administrativo e uma economia urbana dinâmica e próspera. Todavia, a “solidariedade de grupo” diminui pelo caráter mais individualista da vida citadina. Os altos custos do Estado geram aumento de impostos e descontentamento. A repressão aos ressentidos exige a contratação de mercenários, gerando a necessidade de maiores taxações. Com o império em plena decadência, ocorre sua conquista por uma nova confederação de tribos nômades, recomeçando o ciclo. Hourani (idem, p. 17) destaca que, seguindo esse raciocínio, “[t]oda dinastia, porém, trazia as sementes de seu declínio: seria enfraquecida pela tirania, extravagância e perda das qualidades de comando”.

O potencial do conceito de *assabyia* e o apelo de Lacoste à causa nacional argelina se expressam no seu interesse pela obra do historiador árabe Ibn Khaldun²⁶⁵ em detrimento do geógrafo árabe Al-Idrisi (1100-1166),²⁶⁶. Este último se abasteceu de tradições cartográficas grega, latina e árabe na Sicília medieval, acolhido por um soberano cristão. Seu “sincretismo sutil” reflete uma época em que parte do Mediterrâneo estava coberta pelo delicado e frágil clima de *convivencia*, termo espanhol para um período de relativo convívio frutífero entre muçulmanos, cristãos e judeus. Todavia, no combate às teses colonialistas que justificavam o domínio sobre o Maghreb, Yves Lacoste escolheu estudar a fundo a obra de Ibn Khaldun, em detrimento de Al-Idrisi.

Deste modo, o “antagonismo metafísico dos Nômades e dos Sedentários” de Émile Gautier não deveria ser diretamente relacionada à argumentação do historiador Ibn

Guerra da Argélia, Lacoste transformou a obra de Ibn Khaldun num símbolo e instrumento da luta anticolonial. Em entrevista a Pascal Lorot, afirma que escolheu o subtítulo de “Nascimento da História” para o livro sobre o historiador maghrebino, lançado em 1966, pois via a sua reflexão teórica com mais profundidade e complexidade que os gregos Heródoto e Tucídides (LACOSTE, 2010, P. 67).

²⁶⁵ Yves Lacoste é autor do livro *Ibn Khaldun: Nascimento da História / Passado do Terceiro Mundo* (1966), sua primeira parceria com a editoria de François Maspero.

²⁶⁶ Al-Idrisi viveu na corte do rei normando Rogério II, em Palermo, na Sicília, ilha que há havia estado antes sob domínio grego, romano, bizantino e árabe. Na época, o local expressava uma dinâmica cultural e intelectual mediterrânea, e o patrocínio real permitiu que o geógrafo árabe redigisse uma obra por décadas, publicada em 1154, poucas semanas antes da morte do rei. Para Brotton, a obra de Al-Idrisi – muito inspirada na Geografia de Ptolomeu – não se restringia ao leito estreito das visões de mundo religiosas, fosse cristã ou muçulmana, e sim expressava um “sincretismo sutil”. O fim dessa era de *convivencia*, marcada pela tomada da península ibérica pelos reinos cristãos e pelos berberes maghrebinos, e os novos rumos da Sicília, fizeram com que a tolerante visão de mundo de Idrisi não tivesse uma linhagem intelectual tão pujante no Mediterrâneo.

Khaldun²⁶⁷, segundo Lacoste (1980). Gautier bebia na fonte da tradicional geografia francesa emergente ao final do século XIX e seu conceito de “gênero de vida”: o da Montanha contra o da Planície. Ao rejeitar tal procedimentos teórico, Lacoste sugere uma mudança na escala da análise, primeiro observando a Grande Cabília mais de perto.

O geógrafo evidenciou a presença de planícies significativas no próprio interior da Grande Cabília, a região da África do Norte que havia sido “objeto de descrições geográficas as mais numerosas e mais detalhadas”, mas cujas zonas não montanhosas haviam sido ignoradas ou pouco consideradas (LACOSTE, *idem*, p. 116-117). As planícies e depressões da Grande Cabília que Lacoste enfoca estavam no entorno do maciço central da região²⁶⁸. A pergunta principal era: mesmo com a importante exceção da wilaya de Tizi-Uzu (Figura 28), por que as planícies se mantinham pouco povoadas em comparação às zonas mais altas e circunvizinhas, onde se implantavam as aldeias e vilarejos? Afinal, as outras planícies das zonas montanhosas da Argélia não tinham ocupação tão rarefeita.

Lacoste busca explicações para essas indagações no período anterior à colonização francesa, quando o Império Turco-Otomano comandava nominalmente a região através da Regência de Argel. A topografia montanhosa garantia aos cabila, notadamente à confederação dos *Zuawa*, uma maior facilidade na defesa em relação ao aparelho de Estado turco, cujas guarnições se localizavam principalmente nas planícies da Grande Cabília²⁶⁹. Por que as planícies continuavam com pouco povoamento?

Segundo o geógrafo (*idem*, p. 131), os contos da região – um dos objetos de estudo de Camille Lacoste-Dujardin ao pesquisar sobre a cultura cabila – evocavam a “dualidade guerreira e agrícola do significado da planície”. A presença maior da população nas zonas mais planas se dava em momentos específicos: no cultivo e colheita dos cereais e nos momentos de conflito mais graves entre as confederações de tribos berberes. Entretanto,

²⁶⁷ Entretanto, existe um aspecto significativo da obra de Ibn Khaldun que não recebe relevo por Lacoste, tanto no artigo publicado na revista *La Pensée* sobre o historiador árabe, em setembro de 1956, como no livro escrito sobre o mesmo e lançado pela editora Maspéro uma década depois, em 1966. O tema é a avaliação de Khaldun em relação às populações africanas ao sul do Saara, considerando-as inferiores. O historiador árabe estabelece uma relação entre clima, civilização e cor de pele, afirmando que as “temperaturas extremas” escurecem a pele dos indivíduos, e que “ao estarem afastados das regiões temperadas, se aproximam dos animais irracionais e se distanciam da humanidade por sua constituição e costumes: nada sabem dos profetas e não se submetem à lei elevada” (KHALDUN, 2012, p. 62-63). Para o historiador, “[v]ivem distantes da condição humana e próximos da animalidade”.

²⁶⁸ Ao norte e ao leste a do rio Sebau e ao sul a planície entre as cidades de Dra el Mizan, Boghni e Ouadhias. É importante não confundir o rio Sebau, na Grande Cabília, com o rio Sebu, que corre pela planície do Gharb (“Oeste”) no Marrocos e foi objeto de estudo para a *agrégation* de Lacoste, entre 1948 e 1950.

²⁶⁹ Como em Buir, Boghni, Tizi-Uzu e Bordj-Sebau.

se as planícies eram zonas mais rarefeitas em povoamento, por que os platôs e montanhas eram superpovoados desde antes da colonização?

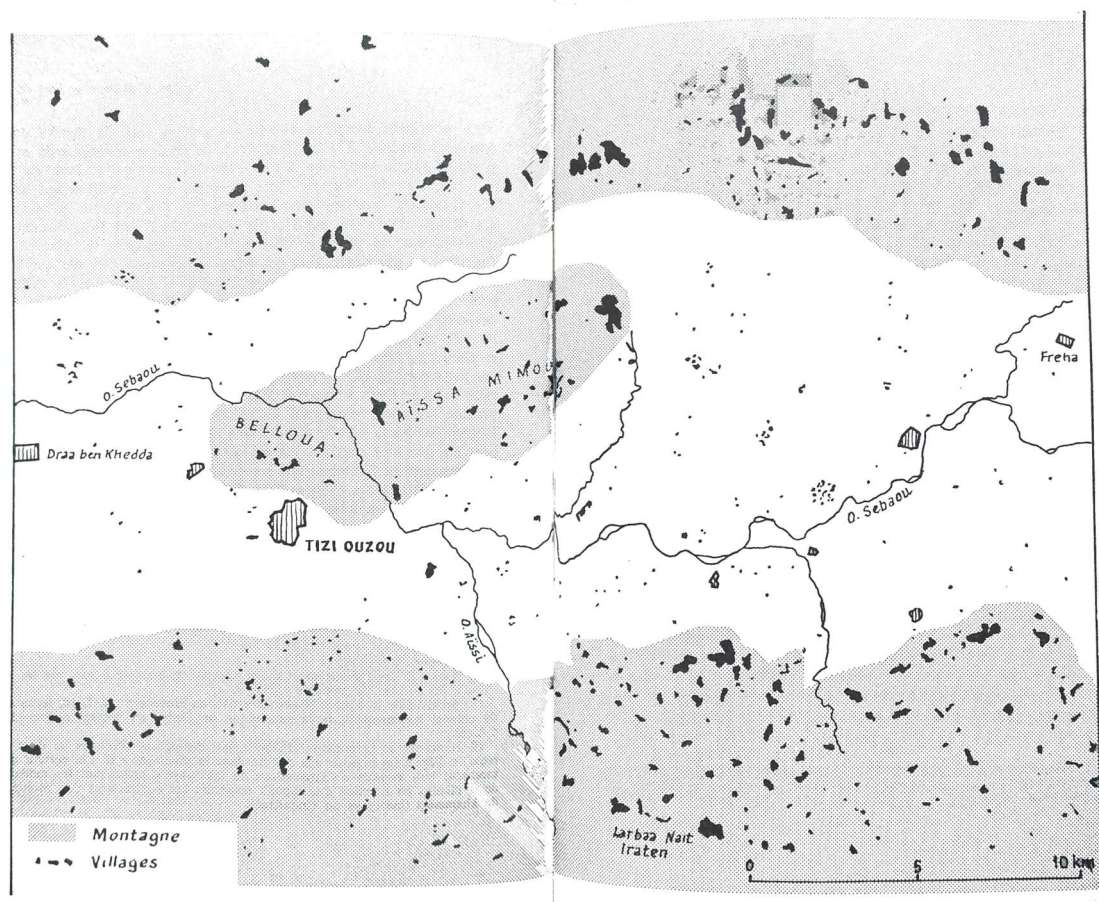


Figura 28: Região da “wilaya” de Tizi-Uzu, na planície do Sebaou e cerca por áreas de maior altitude (LACOSTE, 1980c, p. 128-129; 1984, p. 486-487).

Para responder à indagação, Lacoste enfoca na região de maior povoamento da Grande Cabília: encontro entre o maciço central cabila e a cadeia do Djurjura, zona de ocupação dos Zuaua²⁷⁰. Lacoste afirma que essa confederação tribal se beneficiou tanto do acesso às planícies da região, um espaço de potencial agrícola valioso, quanto das zonas montanhosas de moradia como defesa à imposição da autoridade do *dei* de Argel²⁷¹. Além disso, uma concentração excepcional de atividades em geral consideradas mais urbanas, como o comércio, o artesanato e as manufaturas, ocorria na área de predomínio zuaua, tornando-a uma região excepcional no quadro da Argélia (idem, p. 137).

²⁷⁰ Também conhecidos como Agaua.

²⁷¹ Isso explica o fato de que, durante a colonização, os franceses se espantavam com o quanto as lideranças cabilas conseguia reunir rapidamente o montante extorquido após os momentos de conflito, conquista e submissão.

Ou seja, Lacoste sugere que a alta densidade demográfica dos platôs da Grande Cabília se dava por uma conjunção de fatores – econômicos, ecológicos, políticos e militares –, distanciando-se da argumentação de Gautier baseada na polarização entre os Sedentários da Montanha e os Nômades da Planície. Além disso, insere destaca a especificidade da estratégia montada pela França para a Grande Cabília durante a dominação colonial.

A Grande Cabília se manteve relativamente pouco atingida pela ferocidade da guerra de conquista da França sobre a Argélia, depois da queda do domínio turco, em 1830. Lacoste (idem, p. 135) afirma que as confederações berberes da Cabília não se envolveram no projeto de Estado argelino comandado pelo célebre rebelde Abd-el-Kader. Apenas entre 1854 e 1857, a Grande Cabília foi oficialmente tomada pela França, depois de duas décadas de forte autonomia.

Após a insurreição contra a França de 1871, Lacoste (idem, p. 141) afirma que todas as planícies da Grande Cabília foram confiscadas pelo poder central da metrópole. Todavia, diferente de outros casos na Argélia, esse território não passou a ser majoritariamente ocupado por colonos vindos da Europa, por conta do banditismo local e da compra das terras por cabilas de maiores posses. Além disso, a Grande Cabília era o cenário de uma discordância entre os militares franceses e os colonos *pied-noirs*. Esses últimos enxergavam todos os argelinos nativos com os olhos do racismo, segundo Lacoste (idem, 143), enquanto os militares se apoiavam nos escritos de Ibn Khaldun para montar uma estratégia: ao pintar um quadro de oposição entre os berberes e os árabes, as autoridades das forças armadas passaram a aplicar uma “política cabila” de aliança com a elite local, em detrimento dos árabes de outras regiões.

Por um lado, a Grande Cabília passou por um esforço de escolarização ímpar no interior da Argélia colonial, com a busca de um “afrancesamento” linguístico local. Vinculada a isso, a emigração temporária dos cabilas foi se desenvolvendo como tradição a partir do final do século XIX, primeiro para os cultivos de viticultura na Mitidja, planície ao redor de Argel, e depois para a própria França. A combinação das duas políticas criava migrantes mais adaptados à língua utilizada no seu destino de trabalho (LACOSTE, idem, p. 152-155). Por outro lado, a profundidade dos laços, de educação e de trabalho, dos cabilas em relação à França também aumentava o grau de decepção no seu olhar sobre o regime colonial, o que contribuía para a maior consciência política dos imigrantes e dos cabilas em geral (Idem, p. 159).

Enquanto isso, como afirma Hourani (1991, p. 483), a migração de colonos europeus era combinada com o controle das terras mais férteis pelos colonos, acompanhada pela mecanização e aumento de produtividade. A desigualdade no campo se difundia, enquanto “as cidades principais, Argel e Orã, eram mais francesas que muçulmanas argelinas” (Ibidem).

A própria combinação de escolarização oferecida preferencialmente pela França na Grande Cabília e o montante alto da sua migração temporária e permanente para a metrópole havia feito com que os cabilas manifestassem mais cedo seu descontentamento em relação ao poder colonial. Lacoste afirma que o Estrela Norte-Africana, o “primeiro movimento político argelino verdadeiramente nacionalista” surgiu em Paris, em 1926, recrutando integrantes principalmente entre os imigrantes vindos da Argélia, dentre os quais os cabilas eram larga maioria. O geógrafo aponta que, em 1920, dos 60 mil e 790 imigrantes argelinos na França, mais de 46 mil eram berberes cabilas (LACOSTE, idem, p. 174).

A Grande Cabília esteve entre a que mais sofreu com o horror da guerra de libertação contra a França. De modo geral, a repressão da metrópole foi muito forte, mas os expurgos internos à própria FLN deixaram sua marca. Como afirma Keegan ([1993] 2006, p. 87):

O ELN [Exército de Libertação Nacional] perdera 141 mil homens em combate e, durante os oito anos de guerra, eliminara ele próprio 12 mil de seus membros em expurgos internos, 16 mil argelinos muçulmanos e presumivelmente outros 50 mil, classificados como ‘desaparecidos’. O governo atual da Argélia calcula o custo da guerra popular em 1 milhão de vidas, de uma população anterior de 9 milhões. (KEEGAN, 2006, p. 87).

Yves Lacoste não deixa de ressaltar que a Grande Cabília foi a região que sentiu na pele mais rapidamente a opressão do regime da Frente de Libertação Nacional argelina, que se impôs após a independência, quando um processo de *arabização* foi lentamente implantado.

Uma série de eventos ocorridos Argélia em 1980 estão inscritos em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), evidência de inserção de novos trechos entre a defesa da tese, no ano anterior, e a adaptação para o livro. Yves Lacoste ressalta que, no mês de maio, a prefeitura de Tizi-Uzu, na Grande Cabília, censurou e impediu manifestações e eventos em favor da língua berbere (LACOSTE, idem, p. 163-165). Segundo autor, a “política de arabização” dos berberes era presente tanto no Marrocos como na Argélia, mas era mais aguda na Grande Cabília.

As autoridades argelinas justificavam a repressão afirmando que os cabilas haviam sido manipulados pelo poder colonial francês, e suas manifestações culturais seriam uma expressão da herança colonial. Todavia, Lacoste (*idem*, p. 173) aponta que a “política cabila” da antiga metrópole nunca havia visado a conservação e manutenção do idioma berbere entre os cabilas, e sim o seu aprendizado massivo da língua francesa. Além disso, lembra que o apoio francês em relação aos cabilas não se manifestou nas outras zonas berberófonas da Argélia, como a Pequena Cabília e o Aurès. O que era assunto “cultural” em 1980 havia sido afrontamento militar direto na alvorecer dramático da independência.

Na Guerra da Argélia, a estratégia militar da Frente de Libertação Nacional (FLN) se baseava na divisão do território argelino em Wilayas. A Grande Cabília fazia parte da Wilaya III, dentre as guerrilhas que mais sofreram com a repressão francesa. O comando da FLN, todavia, havia sido capturado logo no início do conflito. Alguns líderes remanescentes formaram a Armada de Libertação Nacional (ALN), baseada na vizinha Tunísia. Quando a guerra teve fim, através dos Acordos de Évian, em 1962, a cúpula exilada, como Ahmed Ben Bella, e os líderes da ALN, como Houari Boumédiene monopolizou rapidamente o poder em Argel. Na Wilaya III, as discordâncias em relação aos novos donos do poder resultaram em conflito com as forças do governo, que executaram forte repressão na Grande Cabília entre 1963 e 1965 (LACOSTE, *idem*, p. 160). Deste modo, com a independência da Argélia e a repressão aos cabila, a migração para a França se acelerou novamente (*idem*, p. 161-162)²⁷².

Em suas memórias, Yves Lacoste (2018, p. 103-104) afirma que ele e sua companheira, Camille Lacoste-Dujardin, ficaram muito impactados com a forte repressão aos cabilas ocorrida em 1963, assim como a guerra entre Argélia e Marrocos no mesmo ano. Em 1964, o casal foi convidado por Amar Ouzegane, ministro argelino da Agricultura e Reforma Agrária, para uma visita ao país, ocasião em que Yves Lacoste realizou uma palestra sobre Ibn Khaldun. O presidente Ben Bella estava presente, mas seria derrubado no ano seguinte por Houari Boumédiene, no seio da própria FLN.

A atenção de Yves Lacoste em relação à importância dos berberes na constituição da Argélia como entidade política específica era bastante anterior. Em suas memórias, Lacoste (2018, p. 87) afirma que Jean Dresch convidou-o a redigir um livro com reflexões

²⁷² Ao mesmo tempo, a distribuição das terras abandonadas pelos colonos *pied-noirs* pelo Estado argelino após a independência não favoreceu muito os cabila, já que durante a colonização a implantação de colonos não havia sido tão intensa na Grande Cabília (*idem*, p. 161-162).

sobre a realidade da nação argelina, junto com André Prenant e André Nouschi, em plena Guerra da Argélia (1956-1962). A obra teria dois tomos, seria intitulada como *Argélia: Passado e Presente*, e lançada pelas Éditions Sociales, próximas do PCF, e Lacoste teria se compromissado com a parte pré-colonial. Todavia, o livro foi publicado em apenas um volume e de forma bastante postergada, apenas em 1960. O geógrafo aponta que o atraso tinha relação com o cenário da Guerra da Argélia, e das vicissitudes do PCF em reconhecer a existência de uma nação argelina.

Yves Lacoste ficou responsável pelos capítulos iniciais da seção “etapas históricas da constituição da Argélia” (idem, 1960, p. 61-136). No preâmbulo à seção sob sua autoria, Lacoste (1960, p. 63) afirma que “a história da Argélia não começa em 1830 e os seus traços atuais são, em grande parte, herança de um rico e longo passado”. Essa “parte central da África do Norte” podia não ter conhecido o brilho de certos momentos do Marrocos ou da Tunísia, mas não deveria ser tratada como “desprovida de individualidade”. O geógrafo insiste no caráter antigo da nação argelina, escavando especificidades de um “Maghreb Central” desde a antiguidade romana, passando pelo avanço árabe-islâmico e ascensão e queda dos reinos berberes medievais²⁷³. Benedict Anderson (1991) coloca a projeção da existência nacional ao infinito do passado como uma das características básicas do nacionalismo²⁷⁴.

Lacoste (1960, p. 67) aponta a ocupação berbere como aquela que estabeleceu a base para o povoamento da África do Norte como um todo. Lacoste, contudo, rejeita argumentos de Emile Gautier sobre um “imobilismo berbere”, que tornou essa população suscetível a invasões e dominações sucessivas, dos cartagineses aos turcos, passando pelos romanos, vândalos, bizantinos e árabes. Lacoste ressalta que houve sete séculos entre a queda do poder do califado árabe de Bagdá e o início da dominação turca, falando especificamente “pela Argélia” (idem, p. 72). Ou seja:

A aplicação à evolução histórica do Maghreb do princípio de sua imutabilidade é a negação mesma da História. A explicação dos eventos que marcaram o passado da

²⁷³ O restante da obra aborda desde a conquista turca até o limiar da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), não chegando a discorrer sobre o desenvolvimento de movimentos mais recentes pela independência argelina ou a própria Guerra da Argélia (1954-1962), que ainda ocorria durante a publicação da obra.

²⁷⁴ No que diz respeito à ideia de uma nação argelina, Lacoste afirma que ao longo dos séculos as populações da “África do Norte central” se comportaram de forma original em relação àquelas do restante do Maghreb, marcando uma individualidade. Havia sempre alguma autoridade política constituindo em seu tempo um “centro de gravidade da parte central da África do Norte”. Ou seja, a Argélia. O “primeiro ensaio de unificação política” do que se constituiria posteriormente como a Argélia remontava à Antiguidade. Enquanto Cartago reinava a leste, o príncipe Massinissa cerrou fileiras com Roma na 2ª Guerra Púnica (218-202 a.C.), e a vitória dos aliados permitiu que o primeiro unificasse um vasto reino, Estado que passou a ser conhecido por gregos e romanos como Numídia. Segundo Lacoste (1960, p. 74), “as suas fronteiras correspondem marcadamente àquelas da Argélia atual”.

África do Norte pela evocação de pretensos atributos psicológicos do eterno Berbere é a negação de todo pensamento científico e conduz rapidamente a apreciações matizadas de racismo²⁷⁵. (LACOSTE, 1960, p. 72).

Logo, Lacoste ressalta o quanto árabes e berberes foram rebaixados no plano intelectual como justificativa da colonização francesa, ao mesmo tempo que a Argélia pós-independência, apostou em uma política de arabização dos berberes. Um processo análogo ocorreu com os curdos no Oriente Médio: sem um Estado próprio nas fronteiras desenhadas pelas potências europeias, se tornaram alvo de repressão e marginalização dentre das fronteiras da Turquia, do Irã, do Iraque e da Síria. Na década de 1970, com Hafez al-Assad no poder em Damasco, teve início um processo de “arabização” das regiões curdas, deslocando cerca de 3,3 milhões de acres para proprietários árabes, na busca de criar um “cinturão” que separasse curdos sírios dos curdos turcos. Em 1962, o governo em Damasco já havia tornado apátridas cerca de 250 mil curdos (MELLO, 2017, p. 53-54).

Contudo, ao abordar o caso da repressão à Grande Cabília na Argélia, Yves Lacoste não cai na armadilha de descrever um “choque” entre “culturas” diferentes, assinalando que inúmeros berberes ocupavam o alto escalão do Estado e da FLN, ajudando a promover a sobredita política cultural exclusivista, que nunca foi algo inevitável ou óbvio de ser aplicado. Algumas das raízes do processo estavam na própria independência.

Alguns defensores férreos da independência argelina não ressaltavam uma identidade específica para o novo Estado. Em “Sociologia de uma revolução (O ano V da Revolução Argelina)” (1959)²⁷⁶, Frantz Fanon afirma que:

Para a FLN, na moldura da Cidade em construção, não existem senão argelinos. No ponto de partida, então, todo indivíduo que habita a Argélia é um argelino. Na Argélia independente de amanhã, dependerá de cada argelino assumir a cidadania argelina, ou rejeitar em benefício de outra.²⁷⁷ (FANON, [1959] 2011, p. 123).

²⁷⁵ Tradução de “L’application à l’évolution historique du Maghreb du principe de son immuabilité est la négation même de l’Histoire. L’explication des événements qui ont marqué le passé de l’Afrique du Nord par l’évocation de prétendus attributs psychologiques de l’éternel Berbère est la négation de toute pensée Scientifique et mène rapidement à des appréciations teintées de racisme”. (LACOSTE, 1960, p. 72).

²⁷⁶ FANON, Frantz. Sociologie d’une révolution (L’an V de la Révolution Algérienne). Les classiques de Sciences Sociales, Chicoutimi: Université de Québec, [1959] 2011, p. 123. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/fanon_franz/sociologie_revolution/sociologie_revolution.html Acessado em 09 de janeiro de 2022.

²⁷⁷ Tradução de “Pour le F.L.N., dans le cadre de la Cité en construction, il n’y a que des Algériens. Au départ donc, tout individu habitant l’Algérie est un Algérien. Dans l’Algérie indépendante de demain il dépendra de chaque Algérien d’assumer ou de rejeter au bénéfice d’une autre la citoyenneté algérienne”.

Deste modo, Fanon abria espaço para a diversidade interna, inclusive sobre a numerosa população de descendência europeia que habitava a Argélia antes da independência. O psiquiatra martinicano defendia que “a minoria europeia argelina está longe de ser o bloco monolítico que se imagina”²⁷⁸, distinguindo os que não apoiavam a manutenção do domínio colonial, destacando que:

Nas cidades, os encontros entre argelinos muçulmanos e argelinos europeus se multiplicam. Esses encontros não têm nada em comum com as farsas franco-muçulmanas das autoridades colonialistas. Não há nem *méchoui*, nem paternalismo, exotismo ou humilhação. Homens e mulheres discutem o porvir, evocando os perigos que pesam sobre o seu país. (FANON, idem, p. 120-121)²⁷⁹.

Entretanto, para além de Fanon, a FLN mostrava ambiguidades sobre os princípios que guiariam o futuro novo Estado desde a sua proclamação inicial, de 1º de novembro de 1954, dando início do conflito com a França:

OBJETIVO – A independência nacional:

Pela restauração do Estado argelino soberano, democrático e social na moldura dos princípios islâmicos

O respeito a todas as liberdades fundamentais, sem distinção de raça ou confissão”²⁸⁰.

A combinação de brutalidade da França com a estratégia violenta da FLN levou a grandes deslocamentos forçados de população: os muçulmanos “reagrupados” pelas autoridades militares francesas, e a minoria europeia emigrando em massa durante o processo de independência (HOURANI, idem, p. 486-487). No poder, a FLN se posicionou no eixo de países mais próximos do nasserismo egípcio, notadamente com o golpe militar de 1965, quando Ahmed Ben Bella foi derrubado por Houari Boumédiène (idem, p. 535).

Todavia, a aparência de unidade do pan-arabismo mal escondia cisões inúmeras. A criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, foi incentivada pelo Iraque como uma forma possível de diminuir a influência do egípcio Gamal Abdel Nasser em detrimento dos grandes produtores do óleo (YERGIN, [1991] 2010, p.588-591). Em 1963, a própria Argélia, às voltas com a repressão aos cabilas,

²⁷⁸ Tradução de “[...] la minorité européenne d’Algérie est loin d’être le bloc monolithique qu’on imagine”.

²⁷⁹ Tradução de “Dans les villes, les rencontres entre Algériens musulmans et Algériens européens se multiplient. Ces rencontres n’ont rien de commun avec les farces franco-musulmanes des autorités colonialistes. Il n’y a ni méchoui, ni exotisme, ni paternalisme, ni humilité. Des hommes et des femmes discutent de leur avenir, évoquent les dangers qui pèsent sur leur pays” (FANON, [1959] 2011, p. 121).

²⁸⁰ Tradução de:

BUT : L’Indépendance nationale par :

La restauration de l’état algérien souverain, démocratique et social dans le cadre des principes islamiques. Le respect de toutes les libertés fondamentales sans distinction de races et de confessions.”

Disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/41168/politique/1er-novembre-1954-le-texte-int-gral-de-la-d-claration-du-secr-tariat-g-n-ral-du-fln/> . Acessado em 09 de janeiro de 2022.

enfrentou o vizinho Marrocos em uma curta guerra de fronteira. No mesmo período, a Argélia elevava bruscamente sua produção de petróleo, tornando-se um dos cinco maiores produtores árabes, junto com a vizinha Líbia, o Iraque, a Arábia Saudita e o Kuwait (HOURANI, p. 535).

O primeiro líder da Tunísia no pós-independência, Habib Bourguiba, afirmou a Milton Santos, em entrevista realizada na virada entre as décadas de 1950 e 1960, que o panarabismo e o panafricanismo eram “ideias forças, cujo manejo, entretanto, em um mundo onde os ‘slogans’ querem às vezes suplantar as verdades, tem de ser feito com alta dose de sabedoria e honestidade”. Segundo Santos ([1962] 2019, p. 447-448):

É ele quem me diz: ‘o panarabismo não pode ser uma bandeira para encobrir ambições de hegemônias [...]’. É o que pensa, igualmente, em relação ao panafricanismo. Com a mesma ponta de ironia, com que pareceu causticar, na frase anterior, o seu colega Nasser, fabrica outra expressão repassada de humor, quando afirma: ‘nós, também, agora descobrimos a África’. E, falando, sobre esses ‘países irmãos, acentua: “estamos sempre nos encontrando em congressos e reuniões. Talvez estejamos nos encontrando demais. [...] O que é necessário é a diminuição das ambições e a coordenação de esforços. [...] E a desejada unidade se dará quando cada qual se compenetrar de que a primeira coisa a fazer é um esforço para dirigir bem seu próprio país. (SANTOS, idem, p. 447-448).

Bourguiba manteve-se no poder por 30 anos, até ser derrubado por um golpe de Estado em 1987, um ano antes de a FLN começar um tímido processo de abertura política na Argélia. Ao fim e ao cabo, o país cruzou o portal para uma guerra civil, entre 1991 e 2001, marcada pelas atrocidades cometidas pelo regime laico e autoritário e pelos rebeldes jihadistas, em um tipo de possível tensão não captada por Lacoste em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980).

Yves Lacoste não aborda em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980), o contexto regional e geopolítico da Argélia no pós-independência, mas ressalta que o descontentamento dos cabilas também passava pelo fato de que os recursos consideráveis decorrentes da exploração petrolífera não estavam sendo revertidos de forma mais óbvia no bem-estar da população.

Para Yves Lacoste (1980c, p. 176-180), a insatisfação maior na Grande Cabília não provinha de uma marginalização maior do que as outras regiões argelinas, ou de uma pobreza maior. Sob a ação de Paris e Argel, a emigração havia diminuído ao longo da década de 1970 através do Mediterrâneo. Além disso, o maior grau de escolarização da região auxiliou na politização dos jovens em relação ao estatuto rebaixado da cultura cabila em relação à língua árabe desde a independência.

Em *Géopolitique: la longue histoire d'aujourd'hui* (2006, p. 24-25), Yves Lacoste afirma que a tendência geográfica que desembocou na abordagem geopolítica da revista *Hérodote* já podia ser observada na preocupação do grupo de geógrafos que integrava em relação ao subdesenvolvimento e à Guerra da Argélia (1954-1962). Entretanto, essa busca por projetar no passado algo que só se consolidou na década de 1970 pode levar ao que Quentin Skinner (*idem*, p. 96) de “mitologia da coerência”. Neste caso, ao buscar encontrar uma doutrina de um determinado autor, é atribuída a seus textos “uma coerência que eles aparentemente não possuem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRÍNCIPE E O GEÓGRAFO

*“Digo: o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.*

João Guimarães Rosa

Grande sertão: veredas, 1956.

O livro *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) é um registro precioso dos diálogos realizados por Yves Lacoste nas três décadas anteriores de sua carreira, assim como os debates que estavam sendo travados ao fim dos anos 1970, marcados pela criação da revista *Hérodote*. O esforço por estreitar os liames entre a geografia e a política estava em voga naquele contexto: *O Príncipe e o Geógrafo*²⁸¹ foi um título aventado por Yves Lacoste para batizar sua obra mais conhecida, *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (1976c).

Yves Lacoste (1990, p. XIV) afirma que a interdição da geopolítica no pós-Segunda Guerra Mundial impediu que o termo pudesse designar processos que estabeleciam os marcos da nova ordem global que se iniciava. Da Conferência de Yalta à Cortina de Ferro, da expansão comunista na Ásia à política de ajuda aos países subdesenvolvidos, da descolonização às guerras na Indochina: estratégias vinculadas à geopolítica não podiam ser tratadas através dessa expressão. Contudo, a obra de Yves Lacoste, como *Os Países Subdesenvolvidos* (1959) e *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), são símbolos da deriva do conceito de Terceiro Mundo, de origem jornalística, para o seio do pensamento geográfico.

A introdução da temática do subdesenvolvimento na obra de Yves Lacoste deve ser compreendida na sua relação estreita com o Maghreb, porção ocidental do Mundo Árabe. Nascido no Marrocos Francês em 1929, Yves Lacoste viveu por cerca de uma década em Rabat. Em 1952, voltou ao norte da África como professor de geografia no

²⁸¹ A citação consta em nota do texto “Elisée Reclus: géographicité et géopolitique” (1990, p. 238), que já havia sido publicado no número 22 da revista *Hérodote* (3º trimestre de 1981, dedicado a Elisée Reclus (LACOSTE, 1981c, p. 14-55).

Liceu Bugeaud, em Argel, onde morou até 1955, antes ainda que a luta pela independência argelina entrasse em sua fase mais sangrenta.

A Guerra da Argélia (1954-1962) reorientou a atenção de Yves Lacoste no campo da geografia: do interesse inicial na geomorfologia para os debates relacionados ao Terceiro Mundo. No artigo “Alguns dados do problema argelino”, publicado no número 67 da revista *La Pensée* em 1956, e escrito em parceria com André Prenant, os dois geógrafos apontam as distorções criadas pela colonização francesa e a relação entre demografia e subdesenvolvimento. Por fim, uma solução proposta: a independência da Argélia, em uma época em que o tabu sobre o assunto era imponente, da direita à esquerda.

Em *Os Países Subdesenvolvidos* (1959), livro escrito sob convite de Pierre George, Yves Lacoste estende ao Terceiro Mundo, termo criado em 1952 pelo economista e demógrafo Alfred Sauvy, o raciocínio operado anteriormente ao tratar do caso argelino. Na obra *Geografia do Subdesenvolvimento* (1965), consolida a sua defesa de que a cisão mais importante da humanidade na época não era definida pelas fricções da Guerra Fria, e sim pela desigualdade global. Ou seja, Yves Lacoste transitou entre o contraste da sociedade argelina oriunda da colonização francesa para a disparidade na escala global que se descortinou com o fim da Segunda Guerra Mundial e a descolonização.

Era necessário estabelecer quais critérios conferiam *unidade* ao Terceiro Mundo, permitindo-lhe atribuir contornos geográficos. Deste modo, Lacoste consolidou sua visão de que a realidade sob subdesenvolvimento estava marcada por uma distorção entre crescimento demográfico e estagnação econômica. Por outro lado, urgia observar o amplo conjunto de Terceiro Mundo sob a ótica de sua *diversidade*: algo essencial para contornar o bloqueio da reflexão geográfica na França face ao conceito de subdesenvolvimento. Yves Lacoste teve de refinar seu instrumental teórico, e apostou na questão dos “níveis de análise” no texto “O conceito de subdesenvolvimento e Geografia”, publicado na revista *Annales de Géographie* em 1967. Ou seja, a mudança na escala de observação da realidade geográfica permitia diferentes conclusões sobre *o que fazer* para superar a realidade do subdesenvolvimento, adequadas às singularidades e à diferenciação espacial.

Yves Lacoste ampliou as experiências de sua trajetória intelectual ao realizar trabalhos de campo em diversos países subdesenvolvidos a partir da segunda metade da década de 1960. Alto Volta, Afeganistão e Cuba estiveram entre as nações percorridas, mas a notável viagem ao Vietnã do Norte, entre julho e agosto de 1972, foi um ponto de inflexão. A investigação sobre os bombardeios americanos sobre os diques do delta do

rio Vermelho escancarou o impacto das estratégias militares sobre o território. No texto *A Geografia*, de 1973, está presente a defesa da ideia dos níveis de análise como instrumento teórico da geografia, que deveria ser unitária – física e humana –, assim como a busca por atenção em relação à política e suas representações.

A análise multiescalar foi potencializada com o lançamento da revista *Hérodote*, em 1976, e da obra *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, no mesmo ano. A crítica à região como escala privilegiada de análise se tornou um dos principais alvos da “guerrilha epistemológica”, que visava relações mais estreitas entre a geografia e a política. O exame mais atento das representações geográficas reorientou Lacoste para uma desconfiança sobre a utilização do Terceiro Mundo como escala excepcional pelos terceiro-mundistas. *Geopolítica de uma crise* foi o subtítulo dado por Lacoste à terceira edição de *Geografia do Subdesenvolvimento* (1976d).

O livro *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, b, c), adaptação de *thèse d'État* de Yves Lacoste, pode ser compreendido como um registro do percurso intelectual desenhado pelo autor. A adaptação de quatro estudos de caso está presente em suas páginas: o vale do Volta Branco, no antigo Alto Volta, o delta do rio Vermelho, no Vietnã, a Sierra Maestra, em Cuba e a Grande Cabília, na Argélia. A periodização proposta sobre o terceiro-mundismo por Lacoste no livro supracitado ilustra as suas próprias teorizações sobre o subdesenvolvimento e o Terceiro Mundo durante quase três décadas.

Contudo, *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, b, c) está povoada pelas marcas da revista *Hérodote*, que consolidou, ao início dos anos 1980, uma proposta de *raciocínio geopolítico*. A atenção face às representações cartográficas contraditórias desenhadas pelos atores políticos estava no núcleo do projeto, e o contexto era abundante em exemplos.

Entre julho de 1977 e março de 1979 ocorreram guerras entre a Etiópia e a Somália, da Tanzânia para derrubar Idi Amin em Uganda, assim como do Vietnã contra o Camboja de Pol Pot e sua aliada, a China. Em setembro de 1980, o Iraque de Saddam Hussein atacou o Irã dos aiatolás, iniciando uma guerra de quase uma década. O cenário estava montado para Lacoste utilizar o raciocínio geopolítico para criticar a representação do Terceiro Mundo como um “Prometeu global”, unido e solidário. Simultaneamente, o olhar forjado na revista *Hérodote* trouxe à obra *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a,b,c) reflexões sobre temas de política interna e externa do Alto Volta, Vietnã, Cuba e Argélia, algo incomum nos textos anteriores sobre o subdesenvolvimento.

No caso do Alto Volta, a relação entre geografia e a disseminação de epidemias é central para a análise de Lacoste sobre o vilarejo de Niaogo, no vale do Volta Branco. O geógrafo destaca o papel crucial da pequena localidade para compreender a própria excepcionalidade do Alto Volta na África Ocidental, seja no sentido da densidade demográfica, da religião, dos aspectos físicos ou da geopolítica. Lacoste destaca a singularidade das fronteiras do país como herança do colonialismo francês e dos percalços da descolonização. Do mesmo modo, se desvia das conclusões de uma comissão francesa para a promoção do desenvolvimento voltaico, por considerar que ignoravam o exemplo de Niaogo sobre como utilizar as potencialidades do vale do Volta Branco.

Em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, b, c), a atenção de Yves Lacoste ao Vietnã vai além da análise sobre os bombardeios americanos, realizada em 1972. O geógrafo se debruça sobre o histórico de povoamento do território vietnamita, através de sua marcha em direção ao sul, a precoce difusão da propriedade privada na sua formação social, além do longo período de submissão à hegemonia chinesa. Lacoste utiliza o exemplo da Guerra do Vietnã para criticar uma abordagem economicista do imperialismo, ressaltando seus aspectos políticos. Do mesmo modo, se mostra ciente sobre os conflitos recentes entre o Vietnã e a China, prolongando o debate em números posteriores da *Hérodote* ao discorrer sobre as rivalidades no Mar da China Meridional.

O estudo de caso de Yves Lacoste sobre Cuba tem no seu núcleo o questionamento da representação geográfica – denominada como um *geografismo* – da Sierra Maestra como modelo perfeito da “Montanha” revolucionária. Crítico do foquismo, o autor defende que a base criada pelos guerrilheiros castristas naquela zona isolada não foi resultante de um projeto deliberado. Tratou-se de uma combinação do desastroso desembarque do Gramma com a situação de insatisfação social vigente no alto vale do rio Yara, o verdadeiro *foco*. Lacoste aponta a especificidade de Cuba na América Latina, assim como destaca o período entre 1956 e 1958, em que os Estados Unidos viram com bons olhos o desafio guerrilheiro à ditadura de Fulgêncio Batista. Para o geógrafo, o mito da Sierra Maestra servia para desviar a atenção face à complexidade política do período.

Por fim, Lacoste aborda a Grande Cabília, na Argélia, cuja população foi objeto de estudo de sua companheira, Camille Lacoste-Dujardin, por toda vida intelectual. O autor destaca especificidade dos berberes dessa região durante a colonização francesa, sua participação precoce e intensa nos movimentos pela independência, assim como a repressão sofrida sob o regime da Frente de Libertação Nacional (FLN). Enquanto a França colonial havia se baseado no historiador magrebino Ibn Khaldun (1332-1406)

para forjar uma rivalidade entre berberes e árabes na Argélia, Yves Lacoste reorienta o autor para criticar a contraposição metafísica entre “Montanhas” dos berberes e as “Planícies” dos árabes. No alvo, a ideia de gênero de vida da geografia tradicional vidaliana.

Unidade e diversidade do terceiro mundo (1980a, b, c) é, deste modo, significativa para compreender como a apreciação de Yves Lacoste sobre o conceito de Terceiro Mundo se modificou entre as décadas de 1950 e 1970. Desde o início, o geógrafo preferia compreender o conceito como forjado pela distorção entre crescimento demográfico e estagnação econômica, desconfiando de explicações pautadas pela política externa “neutralista”. Com o passar do tempo, percebeu as modificações pelas quais o Terceiro Mundo passava, como processos de industrialização, e passou a desconfiar das proclamações de solidariedade do terceiro-mundismo. As guerras do fim dos anos 1970 abriram espaço para uma crítica ainda maior desse movimento por Yves Lacoste, mesmo que buscasse preservar uma visão do Terceiro Mundo menos economicista e mais geopolítica, atenta não apenas às escalas geográficas mais amplas, mas ao nacional, regional e local, como os casos do vale do Volta Branco, do delta do rio Vermelho, da Sierra Maestra e da Grande Cabília.

Ao fim de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a, b, c), é possível vislumbrar um testemunho das influências de dois dos geógrafos que mais influenciaram Yves Lacoste: Jean Dresch e Pierre George. Em sua conclusão, o autor cita uma frase de Dresch que serve como brado contra a antiga geografia descritiva e anódina: “Chega de geografia sem drama!” (1980c, p. 194), além de posicionar toda a obra como o esforço de exercitar uma “geografia ativa”, justamente o título da publicação organizada por Pierre George na primeira metade da década de 1960.

Yves Lacoste (1981a, p. 47) afirma que teve a “honra” de participar no projeto do livro *A Geografia Ativa*, de 1964, sob liderança de Pierre George, mas ressalta a lacuna fundamental ali presente: a do papel do Estado e das estruturas políticas pelas quais exerce seu poder. Para Lacoste, os autores enxergavam o papel dos geógrafos na época como uma espécie de “oráculos de uma organização mais harmoniosa do espaço social” (ibidem)²⁸². Ao considerarem-se como demiurgos da realidade, ignoravam a utilização do conhecimento produzido justamente por aqueles que poderiam agir no território.

²⁸² Tradução de “oracles d'une organisation plus harmonieuse de l'espace social” (LACOSTE, 1981a, p. 47).

Contudo, isso não significa uma recusa do projeto inaugurado por Pierre George. Nas últimas palavras de *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980c, p. 194), Lacoste afirma que a sua reflexão na obra tem por objetivo criar um conhecimento que pudesse ser útil, inscrito “nas perspectivas globais de uma geografia ativa”²⁸³. Geografia que não deveria ser cindida em dois campos específicos, um social e um físico. Afinal, o espaço era o cenário onde o raciocínio estratégico era efetuado, e o rastrear desse processo permitiria resolver a questão da unidade da geografia, não privilegiando apenas o “humano”, como na tendência americana, ou o “físico”, na sua contraparte soviética (LACOSTE, 1908c, p. 193-194).

“Chega de geografia sem drama”? Os geógrafos renascentistas imaginavam o olhar da pessoa que observa um mapa ao de um espectador de teatro, segundo Brotton ([2012] 2014, p. 17). Um dos primeiros atlas do mundo moderno foi publicado em 1570 pelo cartógrafo flamengo Abraham Ortelius com o título de *Theatrum orbis terrarum*, ou seja, o “Teatro do mundo”. Contudo, Ortelius abraçava uma atitude estoica em relação à realidade. Uma das citações presentes em seu atlas é uma interrogação de Sêneca: “É isso que marca o que é dividido pela espada e pelo fogo, entre tantas nações? Como são ridículas as fronteiras dos mortais.” (BROTTON, idem, p. 285).

Yves Lacoste fala sobre “drama”, com base em Jean Dresch, no sentido da própria origem etimológica grega da palavra: a “ação” imbuída nas atitudes dos personagens teatrais. Estava em jogo o vislumbre das representações geopolíticas desenhadas no palco do mundo pelos diversos atores. Heliadora (2015, p. 42) afirma que:

O que é dramático? Não é o espetacular ou o sensacional, mas o que tem um potencial de mudança. Toda obra dramática começa com uma situação instável e acaba quando aquela crise específica foi resolvida. A solução oferecida não pretende fixar todo um futuro; ela apenas se apresenta como final do problema específico tratado naquele momento. [...]. (HELIODORA, 2015, p. 42).

No Dicionário de Geopolítica ([1993] 1995, p. 1.279), Lacoste ressalta que o próprio uso do termo representação em sua proposta tinha relação com um recorte teatral, no sentido das ideias compartilhadas em busca de comover e mobilizar. Os mapas seriam um aparato técnico através do qual os territórios em jogo poderiam ser mobilizados nas reivindicações.

A proposta de Lacoste no enfoque sobre as representações geopolíticas pode ser enriquecida pelo olhar da geógrafa brasileira Bertha Becker (1988, [1995] 2012) acerca

²⁸³ Tradução de “dans les perspectives globales d’une géographie active” (LACOSTE, 1980c, p. 194).

da necessidade pensar a geopolítica global de acordo com a tecnologia e a logística aventadas pelos atores políticos, para a paz ou para a guerra, sem contar a dimensão ecológica. O conceito de meio técnico-científico-informacional, de Milton Santos ([1996] 2014), oferece possibilidades para o raciocínio geográfico proposto através da revista *Hérodote*. De todo modo, a insistência sobre o teor das representações geopolíticas por Yves Lacoste em *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980) se mostra válida para compreender a nova configuração internacional que emergiu ao fim da mesma década, com o surgimento de uma “nova ordem mundial”.

Magnoli (2013, p. 194-196) afirma que, ainda durante a Guerra Fria, a ideia de “enfraquecimento do Estado nacional” se difundiu sob o impacto do poder enorme de Washington e Moscou, e da vulnerabilidade das fronteiras nacionais frente à ameaça de mísseis balísticos intercontinentais. Ao argumento foi desmentido face às dissidências nucleares da França e da China às superpotências, mas ressurgiu com a derrocada do bloco soviético: as teses do “fim da história” de Francis Fukuyama e o “choque de civilizações” de Samuel Huntington novamente se lançaram ao sepultamento dos Estados-nação, das disputas geopolíticas e da rivalidade interestatal.

Contudo, a busca dos geógrafos por questionar as representações geopolíticas permite observar com mais crítica, por exemplo, tanto a ideia de que o mundo estaria determinado apenas pela “concorrência econômica entre as empresas”, de Fukuyama, ou pelo choque “blocos de culturas supranacionais” hostis, de Huntington. As “realidades do equilíbrio de poder e as considerações de segurança dos Estados” (MAGNOLI, *idem*, p. 197) mantém-se no centro dos acontecimentos. As diversas edições da revista *Hérodote* ao longo da década de 1990 sobre a temática das nações e apreensão frente às diversas colorações do nacionalismo são evidências desse processo.

Deste modo, o livro *Unidade e diversidade do terceiro mundo* (1980a,b,c) oferece pistas de como é possível orientar uma investigação acerca das representações desenhadas pelos atores políticos com base em argumentos geográficos. Afinal, como afirmou o geógrafo Friedrich Ratzel em sua *Politische Geographie* ([1897] 1983, p. 144), sua obra poderia contribuir para uma aproximação com a Ciência Política, já que as ciências sociais em geral só poderiam se desenvolver refletindo sobre os fundamentos geográficos da realidade. Uma suspeita fica em aberto pela presente pesquisa: não seria o *raisonnement géographique*²⁸⁴ proposto pelo corpo editorial da revista *Hérodote* nos anos

²⁸⁴ Tradução: “raciocínio geográfico”.

1980, inclusive por Yves Lacoste, um ramo francês do *geographischer Sinn*²⁸⁵ de Friedrich Ratzel?

²⁸⁵ Tradução: “sentido geográfico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, A. **Linhagens do Presente**: Ensaios. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, 288 p.

ALBUQUERQUE F., G. “Los Intelectuales Latino Latinoamericanos y La Construcción Cultural Del Tercer Mundo: Concepto, Imagen, Ideología (1952-1991)”. *História Social*, n. 18, 2/2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/353>. Acesso em 19 de julho de 2022.

_____. “Tercer Mundo y tercermundismo en Brasil: hacia su constitución como sensibilidad hegemónica em el campo cultural brasileño – 1958-1990”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 176-195, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/10021>. Acesso em 19 de julho de 2022.

_____. “El tercermundismo em el campo cultural argentino: uma sensibilidade hegemónica (1961-1987)”. *Revista Tempo* | Vol. 19 n. 35, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/12/v19n35a12.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2022.

AMIN, Samir. **L’Eurocentrisme**: critique d’une idéologie. *Anthropos-Economica*, 1988, 161 p.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. 4ª reimpr. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983], 336 p.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de Renato Prelorenzou. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2016, 652 p.

ANJOS, Víctor Daltoé dos. "Atenção, política! Yves Lacoste na crítica ao terceiro-mundismo e aos estudos pós-coloniais." *Terra Brasilis (Nova Série)*. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica 15, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/8150> . Acesso em 19 de julho de 2022.

ARAÚJO, Regina & MAGNOLI, Demétrio. “A ‘nova ordem mundial’ e as mudanças no ensino de geografia”. *GEOSUL*, n. 15 – Ano VIII, 1993, p. 53-62. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12819>. Acesso em 19 de julho de 2022.

ARECHAVALETA, Carlos Manuel Rodríguez. **La democracia republicana em Cuba, 1940-1952: Actores, reglas y estrategias electorales**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, [2017] 2018, 482 p.

ARENDETT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. – São Paulo: Companhia das Letras, [1963] 2011, 416 p.

ARON, Raymond *et al.* **Colloques de Rheinfelden**. Paris, Calmann-Lévy, 1960, 328 p

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sergio Bath. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes / Editora Universidade de Brasília, [1962] 2018.

_____. **República Imperial: os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 [1973], 360 p.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro; revisão de César Benjamin. – 9. Reimpr. – Rio de Janeiro: Contraponto, [1994] 2013, 394 p.

AZEVEDO, A. de. “A Geografia a serviço da Política”. *Boletim Paulista de Geografia*. AGB-SP, 21, 1955. Disponível em: <https://agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1311>. Acessado em 30 de janeiro de 2021.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de Geografia: Uma abordagem contextual**. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Editora Perspectiva, [1974, 1981] 2017.

BECKER, Bertha. “A Geografia e o resgate da Geopolítica”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2, 1988, p. 100. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2_especial.pdf. Acesso em 19 de julho de 2022.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1995] 2012, p. 271-307.

BERGER, M. T. “After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism”. *Third World Quarterly*. Vol. 25, No 1, 2004, p. 9-39. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3993775>. Acesso em 19 de julho de 2022.

_____. “The end of the Third World?”. *Third World Quarterly*, Vol. 15, No 2, 1994, p. 257-275. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3993146> . Acesso em 19 de julho de 2022.

BERNARD, Olivier. “Dix brèves notations pour quarante ans d’Hérodote”. *Hérodote*, nº 160-161, 2016/1, p. 41-60. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2016-1-page-41.htm?ref=doi> . Acesso em 19 de julho de 2022.

BEVIR, Mark. “On tradition”. *Humanitas*, Volume XIII, nº 2, 2000, p. 28-53. Disponível em: https://css.cua.edu/humanitas_journal/on-tradition/. Acesso em 19 de julho de 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 [1988], 482 p.

BOWD & CLAYTON. “Geographical Warfare in the Tropics: Yves Lacoste and the Vietnam War”. *Annals of the Association of American Geographers*, 103:3, 627-646, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23485409>. Acessado em 28 de janeiro de 2022.

BROTTON, Jerry. **Uma história do mundo em doze mapas**. Tradução Pedro Maia. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, [2012] 2014, 568 p.

BRUNEAU, Michel. “Une vision postcoloniale nuancée de la tropicalité de Pierre Gourou”. *L’Espace géographique*, 48, 2019, p. 171-181. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2019-2-page-171.htm>. Acessado em 31 de janeiro de 2022.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de de Josué de Castro**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP – Rio Claro, 2004, 404 p.

CASTRO, Iná Elias de. “O problema da escala”. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1995] 2012, p. 117-140.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2005] 2009, 300 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo**. Porto Alegre: Globo, 1939. 232 p.

_____. **Géopolitique De La Faim**. Paris: Les Éditions Ouvrières, [1952] 1965, 412 p.

CHALIAND, Gérard. **Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo**. Tradução de Antônio Monteiro Guimarães Filho, prefácio de Noam Chomsky. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977 [1976].

CHANG, Jung. **Cisnes Selvagens**: três filhas da China. Tradução de Marcos Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, [1991] 1994, 486 p.

_____. **Três irmãs**: As mulheres que definiram a China moderna. Tradução de Odorico Leal. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, [2019] 2021, 392 p.

CHANG, Jung & HALLIDAY, Jon. **Mao**: a história desconhecida. Tradução de Pedro Maia Soares. – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, [2005] 2012, 784 p.

CHESNEAUX, Jean. **Le Vietnam** (Études de politique et d’histoire). Paris: Maspero, 1968, 192 p.

_____. **Asia oriental em los siglos XIX-XX**. – Barcelona: Editorial Labor, [1966] 1969, 315 p.

CLAVAL, P. *Géopolitique de gauche: Yves Lacoste, Hérodote and the French radical geopolitics*. In: **Geopolitical Traditions**: a century of geopolitical thought. (Org. Klaus Dodds e David Atkinson). Londres e Nova York: Routledge, 2000, p. 239-267.

_____. **Epistemologia da geografia**. Tradução de Maragareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. 2. ed. Ver. – Florianópolis: EdUFSC, [2001] 2014, 409 p.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. – 2.ed. 2.reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, 352 p.

DÉBRAY, Régis. **Révolution dans la révolution?** Lutte armée et lutte politique en Amérique Latine. Paris: Maspero, 1967, 144 p.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1974] 1975, 391 p.

DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch (1901-1986)**: a construção da América Latina e do terceiro mundo. Tradução de Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011, 656 p.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, 376 p.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. Tradução de Chirley Morales Gonçalves. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, 177 p.

FANON, Frantz. *Sociologie d’une révolution (L’an V de la Révolution Algérienne)*. Les classiques de Sciences Sociales, Chicoutimi: Université de Québec, [1959] 2011, p. 123.

Disponível

em:

http://classiques.uqac.ca/classiques/fanon_franz/sociologie_revolution/sociologie_revolution.html. Acessado em 09 de janeiro de 2022.

FERRO, Marc. **História das colonizações**: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 463 p.

FIGES, Orlando. **Crimeia**. Tradução de Alexandre Martins. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019, 602 p.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2014, 312 p.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a geografia**. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 153-165.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières**: Um tour du monde géopolitique (Nouvelle édition entièrement refondue). Fayard, 1991, 692 p.

_____. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

_____. **Arpenter de monde**: Mémoires d’un géographe politique. Paris: Éditions Robert Laffont, 2021, 336 p.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALLISSOT, René. “Information et action contre la guerre d’Algérie”. *Hérodote*, n° 11, julho-setembro, 1978, p. 42-62. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5797641b?rk=85837;2>. Acessado em 13 de julho de 2022.

GEORGE, Pierre. **Panorama du monde actuel**. Paris: Presses Universitaires Françaises (PUF), 1965, 278 p.

GENNARI, A. M. & OLIVEIRA, R. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIBLIN, Béatrice. “Hérodote, une géographie géopolitique”. *Cahiers de géographie du Québec*. Volume 29, n° 77, 1985, p. 283-294. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/cgq/1985-v29-n77-cgq2649/021724ar/>. Acessado em 30 de janeiro de 2021.

_____. “La géopolitique: un raisonnement géographique d’avant garde”. *Hérodote*, n° 146-147, 3º trim./2012, p. 3-13. Disponível em:

<https://www.cairn.info/revue-herodote-2012-3-page-3.htm>. Acessado em 07 de janeiro de 2022.

_____. “La naissance d’Hérodote: une création audacieuse.” *Bulletin de l’association de géographes français*. N° 92-1 | 2015, p. 42-48. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bagf/413>. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

_____. “Vincennes, 50 ans déjà...Ce qu’Hérodote doit à Vincennes”. *Hérodote*. N° 168, 1° trim./2018, p. 151-156. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2018-1-page-151.htm>. Acesso em 13 de abril de 2022.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. – 5. ed., rev. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Expressão Popular, 2014 [1987], 312 p.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [2004] 2006, 428 p.

GULLAR, Ferreira. **Toda poesia**: 1950-2010. Posfácio de Antonio Cícero. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HELIODORA, Barbara. **Caminhos do teatro ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2015, 424 p.

HÉRODOTE. N° 1, janeiro-março/1976a, p. 7. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5621035h/f8.image>. Acesso em 11 de junho de 2022.

_____. N° 2, abril-junho/1976b, p. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5621207w/f1.image>. Acesso em 08/06/2022.

_____. N° 10, abril-junho/1978, p. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5797640x/f4.image>. Acesso em 08/06/2022.

_____. N° 27, out.-dez./1982, p. 15. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56212193?rk=21459;2>. Acesso em 12/05/2022.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1990] 2020, 231 p.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Tradução de Marcos Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, [1991] 2006, 704 p.

HOURCADE, Bernard. “Iran: révolution islamique ou tiers-mondiste?”. *Hérodote*. 1985/jan.-mar. N° 36, p. 138-158. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5622739w/f6.image>. Acesso em 19 de julho de 2022.

JACKSON, Julien. **Charles De Gaulle**: uma biografia. Tradução de Berilo Vargas. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, [2018] 2020, 1080 p.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução de Afonso Teixeira Filho. – 1ª ed. rev. – São Paulo: Boitempo, 2010, 400 p.

JUDT, Tony. **Postwar**: a history of Europe since 1945. Penguin Books, 2005, 938 p.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Tradução Saul S. Geftter, Ann Mary Fighiera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira. – São Paulo : Saraiva, 2012 [1994], 860 p.

_____. **Ordem mundial**. Tradução de Cláudio Figueiredo. – 1ª ed. – 2ª reimpr. – Rio de Janeiro: Objetiva, [2014] 2015, 432 p.

_____. **Sobre a China**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, 560 p.

KI-ZERBO, Joseph. **Historia del África Negra**: De los Orígenes a las independencias. Tradução de Carlo A. Caranci. Edicions Bellaterra, [1978] 2011, 1122 p.

KORINMAN, M. **Quand l’Allemagne pensait le monde**: Grandeur et décadence d’une géopolitique. Paris: Fayard, 1990, 418 p.

KI-ZERBO, J. *et al.* Capítulo 16: Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, A. A. & WONDJI, C. (ed.) **História geral da África, VIII**: África desde 1935. – Brasília: UNESCO, [1993] 2010, p. 565-602.

LACOSTE, Yves & PRENANT, André. “Quelques données du problème algérien”. *La Pensée*, nº 67, maio-junho/1956, p. 15-42. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58161524?rk=107296;4>. Acesso em 11 de abril de 2022.

LACOSTE, Yves. “La grande oeuvre d’Ibn Khaldoun”. *La Pensée*, nº 69, setembro-outubro, 1956, p. 10-33. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58161591/f1.item>. Acesso em 12 de julho de 2022.

_____. **Les pays sous-développés**. Collection “Que sais-je?”. Presses Universitaires de France (PUF): Paris, 2ª edição, 1960 [1959], 128 p.

_____. “Le sous-développement: quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans”. *Annales de Géographie*, t. 71, nº 385, 1962, p. 247-278. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1962_num_71_385_16197. Acesso em 21 de janeiro de 2022.

_____. “Le sous-développement: quelques ouvrages significatifs parus depuis dix ans”. *Annales de Géographie*, t. 71, n° 386, 1962, p. 387-414. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1962_num_71_386_16228. Acesso em 21 de janeiro de 2022.

_____. **Géographie du sous-développement**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1965, 290 p.

_____. **Geografia do Subdesenvolvimento**. Tradução de T. dos Santos. São Paulo: Difel, 4ª edição, 1975 [1965], 265 p.

_____. **Ibn Khaldoun: Naissance de l’Histoire / Passé du Tiers Monde**. Paris: François Maspero, 1981 [1966], 278 p.

_____. “Problèmes de développement agricole dans la région de Ouagadougou (Haute-Volta)”. *Bulletin de l’Association de géographes français*. N° 346-347, julho-agosto, 1966b, p. 4-18. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1966_num_43_346_5790. Acesso em 17 de janeiro de 2022.

_____. “Kaboul et quelques problèmes de l’Afghanistan”. *Bulletin de l’Association de Géographes Français*, vol. 355-356, 1967a, p. 32-50. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bagf_0004-5322_1967_num_44_355_5832. Acessado em 11 de maio de 2022.

_____. “Le concept de sous-développement et la Géographie”. *Annales de Géographie*, t. 76, n° 418, 1967b, p. 644-670. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1967_num_76_418_15064. Acessado em 13 de julho de 2022.

_____. **A Geografia**. In: CHATÉLET, François (org.). **História da Filosofia**. Ideias, Doutrinas: A Filosofia das Ciências Sociais (VII). Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1974, p. 221-274.

_____. “Pourquoi Hérodote? Crise de la géographie et géographie de la crise”. *Hérodote*, n° 1, janeiro-março/1976a, p. 8-62. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5621035h?rk=107296;4>. Acessado em 12 de maio de 2022.

_____. “Enquête sur le bombardement de digues du fleuve Rouge (Vietnam, été 1972). Méthode d’analyse et réflexions d’ensemble”. *Hérodote*, n° 1, janeiro-março/1976b., p. 86-115. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5621035h?rk=107296;4>. Acessado em 12 de maio de 2022.

_____. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre.** Paris: François Maspero/Petite Collection Maspero, 1976c, 192 p.

_____. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Tradução de Maria Cecília França. – 19ª ed. – Campinas/SP: Papirus, [1976] [1985] 2012, 240 p.

_____. **Géographie du sous-développement: géopolitique d'une crise.** Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 3ª édition entièrement refondue, 1976e, 296 p.

_____. “A propos de Clausewitz et d'une géographie. *Hérodote*, n° 3, julho-setembro/1976f, p. 65-75. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5621210c?rk=42918;4>. Acessado em 12 de maio de 2022.

_____. “Fidel Castro et la Sierra Maestra. Un théâtre d'opérations volontairement choisi?”. *Hérodote*, janeiro-março/1977, n° 5, p. 7-33. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5622667v/f8.image>. Acessado em 13 de julho de 2022.

_____. “Éditorial”. *Hérodote*, 1978a/abril-jun, n° 10, p. 3-7. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5623221s?rk=107296;4>. Acessado em 12 de maio de 2022.

_____. “Éditorial”. *Hérodote*, 1978b/jul.-set, n° 11, p. 3-9. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5797641b?rk=85837;2>. Acessado em 12 de maio de 2022.

_____. **Unité et diversité du tiers monde: I – Des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain.** (Tomo I). Paris : François Maspero / Hérodote, 1980a, 208 p.

_____. **Unité et diversité du tiers monde: II – Vallées desertes-deltas surpeuplés / Afrique & Asie Tropicales.** (Tomo II). Paris : François Maspero / Hérodote, 1980b, 200 p.

_____. **Unité et diversité du tiers monde: III – Foyers révolutionnaires dans les montagens / Amérique Latine & Afrique du Nord.** (Tomo III). Paris : François Maspero / Hérodote, 1980c, 208 p.

_____. “Les objets géographiques”. In: **Cartes et figures de la terre.** Paris: Centre Georges Pompidou, 1980d, p. 16-23.

_____. “*En guise d'éditorial.* Les différents niveaux d'analyse du raisonnement géographique et stratégique”. *Hérodote*, 1980e, abril-junho, n° 18, p. 3-15. Disponível

em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56227535?rk=42918;4>. Acessado em 12/05/2022.

_____. “Éditorial. Mer de Chine ou mer de l’Asie du Sud-Est?”. *Hérodote*, 1981a/abril-junho, n° 21, p. 3-13. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56212215/f1.image>. Acessado em 12 de julho de 2022.

_____. “Ho Chi Minh-Ville et les problèmes nouveaux du Vietnam”. *Hérodote*, 1981b/abril-junho, n° 21, p. 31-67. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56212215/f1.image>. Acessado em 12 de julho de 2022.

_____. “Géographicité et géopolitique: Elisée Reclus”. *Hérodote*, 1981c/jul.-set., n° 22, p. 14-55. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56227713?rk=64378;0>. Acessado em 12/05/2022.

_____. “Hérodote a lu”. *Hérodote*, 1981d/jul.-set, n° 22, p. 154-157. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56227713?rk=64378;0>. Acessado em 12/05/2022.

_____. **Postface 1982**. In: **La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre**. Paris: François Maspero, 1982 [1976], p. 179-229.

_____. “Editorial”. *Hérodote*. 1983/jan.-mar. n° 28, p. 3-5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5752644x?rk=64378;0>. Acessado em 12/05/22.

_____. **Unité et diversité du tiers monde**: Des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain (Tomo único). Paris: La Découverte / Hérodote, 1984a, 570 p.

_____. “Éditorial: les géographes, l’action et le politique”. *Hérodote*, 1984b/abril-setembro, n° 33-34, p. 3-32. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56239928?rk=21459;2>. Acessado em 12/05/2022.

_____. **Contra os anti-terceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas**. Tradução de Márcia Nogueira de Albuquerque. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1985], 143 p.

_____. “Éditorial: Géopolitiques internes em Afrique”. *Hérodote*, 1987/ jul.-set., n° 46, p. 3-22. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5621209q?rk=21459;2>. Acesso em 19 de julho de 2022.

_____. **Questions de géopolitique**: l’islam, la mer, l’Afrique. La Découverte et Librairie Générale Française, 1988, 256 p.

_____. **Paysages politiques**: Braudel, Gracq, Reclus....Paris: Librairie Générale Française, 1990a, 288 p.

_____. **Préface**. In: KORINMAN, M. **Quand l'Allemagne pensait le monde**: Grandeur et décadence d'une géopolitique. Paris: Fayard, 1990b, p. I-XIV.

_____. (dir.) **Dictionnaire de Géopolitique**. Paris: Flammarion, 1995a [1993], 1.718 p.

_____. **Tiers-monde**. In: LACOSTE, Yves (dir.) **Dictionnaire de Géopolitique**. Paris: Flammarion, 1995b [1993], p. 1.501-1505.

_____. **Vive la nation**: Destin d'une idée géopolitique. Fayard: 1997, 328 p.

_____. **Dictionnaire de la géographie**: De la géopolitique aux paysages. Paris: Armand Colin, [2003] 2009, 416 p.

_____. **Géopolitique**: la longue histoire d'aujourd'hui. Paris: Larousse, 2006, 338 p.

_____. **Geopolítica do Mediterrâneo**. Lisboa: Edições 70, 2006, 512 p.

_____. **La question post coloniale**: Une analyse géopolitique. Paris: Fayard, 2010, 344 p.

_____. **Atlas géopolitique**: pour comprendre le monde de demain. Larousse, 2013, 192 p.

_____. **Aventures d'un géographe**. Paris: Équateurs, 2018, 336 p.

_____. "Vincennes et le département de géographie". *Hérodote*, n° 168, janeiro-março/2018b, p. 157-163. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2018-1-page-157.htm> . Acessado em 13 de julho de 2022.

LACOUTURE, Jean. **Ho Chi Minh**: sua vida, sua revolução. Tradução de Roberto Paulino. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1977] 1979, 232 p.

LOVE, Joseph L. "Third World": a responde to professor Worsley. *Third World Quarterly*, Vol 2, No 2, 1980, p. 315-317. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3991450>. Acesso em 19 de julho de 2022.

_____. **A construção do Terceiro Mundo**: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Tradução de Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1996], 1998, 644 p.

LOYER, Barbara. "Les crises géopolitiques et leur cartographie". *Hérodote*, n. 146-147, jul-set – out.-nov./2012, p. 90-107. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2012-3-page-90.htm>. Acessado em 18 de fevereiro de 2022.

_____. **Géopolitique**: Méthodes et concepts. Armand Colin, 2019, 225 p.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese Doctoral. Departamento de Geografia Humana. Universitat de Barcelona, 1989, 512 p.

MACKINDER, Halford John. **Democratic Ideals and Reality**. Washington: National Defense University Press, [1919] 1942, 213 p.

MAGNOLI, Demétrio. **Guerras da Indochina**. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. – 4ª ed. – 1ª reimpr. – São Paulo: Contexto, [2006] 2017, p. 391-423.

_____. **O que é geopolítica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, 80 p.

_____. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)**. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

_____. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. – 1.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009, 400 p.

_____. **Relações Internacionais: Teoria e História**. – 2 ed. – São Paulo: Saraiva, 2013, 434 p.

MAMADOUH, Virginie D. “Geopolitics in the nineties: one flag, many meanings”. *GeoJournal* 46: 237–253, 1998, p. 237-258. Disponível em: https://is.muni.cz/do/fss/57816/40125114/Mamadouh_1998_Geopolitics_in_the_nineties_-_one_flag_many_meanings.pdf. Acessado em 25 de janeiro de 2022.

MARTINS, Luciana de Lima. “Friedrich Ratzel hoje: a alteridade de uma geografia”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 1 - 124, jul-set., 1992, p. 105-113. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1992_v54_n3.pdf.

Acessado em 13 de julho de 2022.

MELLO, Patrícia Campos de. **Lua de mel em Kobane**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017, 200 p.

MEYNIER, Gilbert. “A la mémoire d’André Prenant”. *Confluences Méditerranée*, nº 76, 1/2011, p. 183-186. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-confluences-mediterranee-2011-1-page-183.htm>. Acessado em 13 de julho de 2022.

MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da Federação**. Tradução de Maria Lucia Machado; consultoria e introdução de Renato Janine Ribeiro. – São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, [1847] 1989, 428 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 21. ed., São Paulo: Annablume, 2007 [1981], 151 p.

_____. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel**. Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1983, 508 p.

_____. **Ideologias geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. – São Paulo: Annablume, 2005 [1988], 158 p.

MUSSET, Alain. “De Lênin a Lacoste: Os arquétipos espaciais do subdesenvolvimento”. In: RIBEIRO, MTF., and MILANI, CRS., orgs. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 86-113. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/37t/pdf/ribeiro-9788523209322-04.pdf>. Acessado em 19 de julho de 2022.

OLIC, Nelson Bacic. **A Guerra do Vietnã**. São Paulo: Moderna, 1988, 48 p.

PATTERJEE, Charta. “Empire and nation revisited: 50 years after Bandung”. *Inter-Asia Cultural Studies*, Volume 6, Number 4, 2005, p. 487-496. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14649370500316752>. Acessado em 12 de julho de 2022.

PEDROSA, B. V. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Tese de Doutorado. São Paulo, 2013, 361 p.

_____. “Karl August Wittfogel: um geógrafo comunista na escola de Frankfurt”, *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 5 | 2015, posto online no dia 17 dezembro 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1441>. Acesso em 19 de julho de 2022.

PERIDES, P. P. “A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro”. *Revista do Departamento de Geografia*. USP (São Paulo), v. 9, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53693>. Acessado em 19 de julho de 2022.

POCOCK, J.G.A. **Linhagens do Ideário Político**. Sergio Miceli (org.), tradução de Fábio Fernandez. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PRIETO, Gustavo Teixeira & VERDI, Elisa Favaro. “Jean Dresch, a atualidade de um geógrafo anti-colonialista”. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, nº 105,

- Lisboa, agosto/2017, p. 135-138. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0430-50272017000200008. Acessado em 30 de janeiro de 2021.
- PITTE, Jean-Robert. “Hérodote: quatre décennies de lecture pragmatique du monde”. *Hérodote*, nº 160-161, 2016/1, p. 9-22. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2016-1-page-9.htm>. Acesso em 19 de julho de 2022.
- RAFFAELLI, Marcelo. **Guerras europeias**: Europa, Estados Unidos e a independência do Brasil e da América Espanhola. – São Paulo: Três Estrelas, 2018, 384 p.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. – São Paulo: Editora Ática, [1980] 1993, 269 p.
- RATZEL, Friedrich Ratzel. “Morceaux choisis de la Politische Geographie de Friedrich Ratzel, traduits par Michel Korinman”. *Hérodote*, nº 28, janeiro-março/1983 [1897], p. 141-148. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5752644x/f8.image>. Acessado em 19 de julho de 2022.
- RENAN, Ernest. “O que é uma nação?”. In: MELLO, Renato de. “A nação de Renan”. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*. Volume 4, p. 139-180, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/issue/view/12/showToc>. Acessado em 19 de julho de 2022.
- RIBEIRO, Guilherme. “Políticas e geopolíticas de tradução. Circulação multilíngue do conhecimento e histórias transnacionais da geografia. Perspectivas brasileiras”. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 15 | 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabilis/8000>. Acessado em 12 de maio de 2022.
- RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: VersalEditores, 2017, 724 p.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. – “O diabo na rua, no meio do redemoinho...”. – 22ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [1956].
- ROSIÈRE, Stéphane. “Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica”. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da.; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 87-95. Disponível em: <https://www.editoraleta1.com.br/epub/9788563800367/files/9788563800367-05.pdf>. Acessado em 17 de abril de 2021.

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Ocidente**: Introdução à América Latina. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1987] 1991, 360 p.

SANGUIN, André-Louis. **La géographie politique**. – 1. ed. – Presses Universitaires de France – 1977, 183 p.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. Tradução de Sandra Lencioni. – 5ª ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1971] 2013.

_____. “L’itinéraire de Milton Santos. A propos de “L’Espace partagé”. [Entrevista a Yves Lacoste]. *Hérodote*, nº 17, jan.-março/ 1979, p. 85-104. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5622743s?rk=42918;4>. Acesso em 19 de julho de 2022.

_____. **Testamento intelectual**. Entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. – São Paulo: Editora UNESP, [2002] 2004, 144 p.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4.ed.8.reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 392 p.

SAUVY, Alfred. “**Trois monde, une planète**”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, nº 12, out.-dez./1986, p. 81-83. [1952] Link: https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1986_num_12_1_1516. Acessado em 19 de julho de 2022.

SEBESTYEN, V. **Doze dias : a Revolução de 1956** : o levante húngaro contra os soviéticos. Tradução de Saulo Adriano. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2008, p. 424 p.

SEEMAN, Jörn. “Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: uma breve abordagem contextual”. *Terra Brasilis* [Nova Série] (Online), 1 | 2012, p. 1-15. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/180?lang=fr>. Acessado em 13 de julho de 2022.

SILVA, A. C. da. “A Concepção Clássica da Geografia Política”. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, FFLCH – USP, n. 3, São Paulo, 2011 [1984] p. 103-107. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47089>. Acessado em 30 de janeiro de 2021.

SILVA, Maria Auxiliadora da. & ANTUNES, Willian (Org.). **Milton Santos**: correspondente do Jornal A Tarde (1950-1960) – Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC, 2019, 527 p.

SILVA, Ricardo. “História intelectual e teoria política”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/29364>. Acessado em 12 de julho de 2022.

SILVA, Ricardo. “O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 299 a 335. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hshdGfmbJL4s7stBWNxgm6g/?lang=pt>. Acessado em 12 de julho de 2022.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Revisão técnica Renato Janine Ribeiro. – São Paulo: Companhia das Letras, [1978] 1996, 728 p.

SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: Difel, [2002] 2005.

SNYDER, Timothy. **Terras de Sangue: A Europa entre Hitler e Stalin**. Rio de Janeiro, Record, 2012.

SODRÉ, N.W. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976. 135 p.

SORRE, Maximilien. **L’Homme sur la Terre: traité de géographie humaine**. Paris: Librairie Hachette, 1961, 366 p.

SOULIÉ, Charles. “Uma tentativa de democratização universitária na França: história da universidade de Paris VIII Vincennes (1968-1980)”. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 42-70, jul./dez. 2014. Título original: Un essai de démocratisation universitaire en France: histoire de l’université de Paris VIII Vincennes (1968-1980). Traduzido por Fernando Coelho, com revisão técnica de Ione Ribeiro Valle. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815292014042#:~:text=Nos%20anos%201970%2C%20a%20Universidade,de%20democratiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20universidade%20francesa>. Acessado em 12 de junho de 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1995] 2012, p. 77-116.

SZCZEPANSKI-HUILLERY, Maxime. “‘L’idéologie tiers-mondiste’. Constructions et usage d’une catégorie intellectuelle en ‘crise’”. *Raisons politiques*. n° 18, 2005/2, p. 27-48. Link: <https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2005-2-page-27.htm>. Acessado em 19 de julho de 2022.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. - 2. ed. – Campinas, SP : Editora da UNICAMP, [1977] 1997, 224 p.

VARLIN, Thomas [FOUCHER, Michel]. “La mort de Che Guevara. Les problèmes du choix d’un théâtre d’opération em Bolivie”. *Hérodote*, n° 5, janeiro-março/1977, p. 39-81. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5622667v/f8.image>. Acessado em 13 de julho de 2022.

VERDI, E. F. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH/USP, 2016.

_____. “Yves Lacoste: a geografia do subdesenvolvimento e a reconstrução da geopolítica”. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 9 | 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2286>. Acessado em 13 de julho de 2022.

_____. “A Geografia ativa: Um legado crítico para a Geografia brasileira”. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 13 | 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6312>. Acessado em 13 de julho de 2022.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986, 240 p.

WHITACKER, Guilherme Magon. “Uma ilustração geográfica sobre a guerra: bombardeando os diques no rio Vermelho, Vietnã do Norte”. *Confins* [En ligne], 44 | 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/26001>. Acessado em 28 de janeiro de 2022.

ZANOTELLI, Cláudio. **Yves Lacoste: entrevistas**. Transcrição de Florence Baltz Zanotelli. – São Paulo: Annablume, 2005, 110 p.